



METODOLOGIAS DE PESQUISA CIENTÍFICA NAS HUMANIDADES

MULTIPLICIDADES DE TÉCNICAS E
SEUS GRADIENTES DE ANÁLISES

ADELINE ARAÚJO CARNEIRO FARIAS
JOCELAINÉ OLIVEIRA DOS SANTOS
(ORGANIZADORAS)

ADELINE ARAÚJO CARNEIRO FARIAS
JOCELAINE OLIVEIRA DOS SANTOS
(ORGANIZADORAS)

**METODOLOGIAS DE PESQUISA
CIENTÍFICA NAS HUMANIDADES:**
Multiplicidades de técnicas e
seus gradientes de análises

Aracaju, 2019



METODOLOGIAS DE PESQUISA CIENTÍFICA NAS HUMANIDADES: Multiplicidades de técnicas e seus gradientes de análises

*Adeline Araújo Carneiro Farias
Jocelaine Oliveira dos Santos
(Organizadoras)*

Editora-Chefe: Vanina Cardoso Viana Andrade

Conselho editorial:

Diego Ramos Feitosa

Jéssika Lima Santos

Júlio César Nunes Ramiro

César de Oliveira Santos

Kelly Cristina Barbosa

Salim Silva Souza

Capa: Thiago Estácio

Projeto gráfico e diagramação: Thiago Estácio

Nenhuma parte dessa obra pode ser utilizada ou reproduzida sem autorização dos editores.

©2019 by Adeline Araújo Carneiro Farias; Jocelaine Oliveira dos Santos (Organizadoras)

Dados internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

M593 Metodologias de pesquisa científica nas humanidades [recurso eletrônico] :
multiplicidades de técnicas e seus gradientes de análises / Adeline Araújo
Carneiro Farias, Jocelaine Oliveira dos Santos, organizadoras – Aracaju:
IFS, 2019.
184 p.: il.

Formato: e-book
ISBN 978-85-9591-122-2

1. Metodologia Científica. 2. Presídio Feminino. 3. Proeja. 4.
Formação de professores. 5. Educação dos surdos. I. Farias, Adeline
Araújo Carneiro. II. Santos, Jocelaine Oliveira dos.

CDU: 001.8

Ficha catalográfica elaborada pela Direção Geral de Bibliotecas do IFS

IFS

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia Bairro Jardins - Aracaju / Sergipe.

CEP.: 49025-330 TEL: 55 (79) 3711-1437. E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil – 2019



Ministério da Educação

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe**

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitora do IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Chirlaine Cristine Gonçalves

SUMÁRIO

1. CONSIDERANDO A PROVISORIEDADE DA REALIDADE: DESAFIOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA. Prof. ^a Dra. Adeline Araújo Carneiro Farias	9
2. VOZES VINDAS DO CÁRCERE: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA COM MULHERES RECLUSAS Prof. ^a Mestra Crisonéia Nonata Gomes dos Santos.	29
3. PESQUISA SOBRE JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS. Prof. ^a Dra. Daygles Maria de Souza Lima	37
4. A PESQUISA: DISCURSOS LIDOS, ESCRITOS E (DES)CONSTRUÍDOS Pr. ^a Dra. Elza Ferreira Santos	63
5. ALINHAMENTOS DE TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS EM PESQUISAS TRANSDISCIPLINARES Prof. ^a Dr. ^a Jocelaine Oliveira dos Santos	77
6. A TECNOLOGIA ASSISTIVA DIGITAL NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS Prof. ^a Mestra Josilene Souza Lima Barbosa	91
7. O MÉTODO PSICANALÍTICO E A POSSIBILIDADE DE COMPREENSAO DO SUICÍDIO NOS ASPECTOS INTRASUBJETIVOS, RELACIONAIS E SOCIAIS Psicóloga Mestra Rosana Maria Luz Fernandes.....	105
8. OS TECNÓLOGOS FORMADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL: UMA LEITURA SOBRE OS APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS DURANTE A PESQUISA. Prof. ^a Dra. Saula Leite Oliveira.....	119
9. DELINEAMENTO METODOLÓGICO PARA UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM APLICAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Prof. ^a Mestra Virgínia Marne da Silva Araújo dos Santos Prof. Dr. Ricardo Carvalho dos Santos	131
10. IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NO ATUAL MOMENTO DO CAPITAL. Prof. Dr. Ananias Noronha Filho	139
11. ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO: PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO DE PREVALÊNCIA DA OBESIDADE, ASSOCIADA À VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS. Prof. ^a Me. Elber Ribeiro Gama	147

12. POR QUE A COR FALA MAIS ALTO? REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL E DESIGUALDADES.

Beatriz Casa Nova Ferreira Santana

Cairo Melo dos Santos

Evelly Beatriz dos Santos

Leonardo Teles de Matos Santos

Solange Santos do Nascimento..... 163

13. IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: A IGNORÂNCIA MOVE O PRECONCEITO?

Antonieli Marinho dos Santos

Geisy Nabuco Jatobá Santos

José Anderson Bonfim Silva

Laura Inez Silva Santos

Marshall de Araújo Lins

Wesley Lisboa de Jesus..... 171

APRESENTAÇÃO

O presente livro constitui uma reunião de experiências de pesquisas realizadas por profissionais que atuam na área das ciências humanas. Sua idealização deu-se a partir dos processos de construção e desconstrução do percurso de desenho da metodologia das pesquisas dos nove profissionais que aqui apresentam seus embates, entraves e conquistas nesse desafio instigante que é a pesquisa científica.

A motivação para a construção dessa obra partiu da intenção de compartilhar tais experiências, com vistas a contribuir na produção de outros colegas pesquisadores, mas também, ambicionando dar visibilidade para a multiplicidade de problemáticas sociais, em diferentes campos de luta, em que tantos profissionais têm se dedicado e contribuído para o melhor entendimento da realidade, na expectativa de que tais produções possam subsidiar intervenções que propiciem a melhoria da nossa convivência social e pessoal nesse planeta.

Esta obra apresenta uma heterogeneidade de abordagens teóricas, de aplicação de técnicas e de análises, que possibilitarão ao leitor um rico vislumbre sobre a multiplicidade de experiências possíveis de serem vivenciadas durante o processo de elaboração, execução e análise de uma pesquisa científica na área das Ciências Humanas.

Os capítulos, portanto, apresentam um caleidoscópio de percepções e análises acerca de problemáticas sociais que foram investigadas a partir de projetos de pesquisa, realizados durante o doutoramento de alguns autores, ou no decorrer da formação de mestrado de outros autores, e ainda, como nos dois últimos capítulos, experiências de iniciação científicas executadas por estudantes da formação técnica no Instituto Federal de Sergipe, que consideramos tão relevantes quanto as demais, em especial pelo entusiasmo científico e compromisso social demonstrado e exercitado pelos estudantes pesquisadores.

As organizadoras.

CONSIDERANDO A PROVISORIEDADE DA REALIDADE: DESAFIOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA.

Prof.^a Dra. Adeline Araújo Carneiro Farias

O presente trabalho apresenta um relato de experiência de pesquisa, realizada durante o nosso doutoramento em Ciências Sociais. Os resultados da pesquisa culminaram na produção da tese que fora defendida com o título “Os significados da tensão rural-urbano entre jovens rurais: Identificações e projetos de vida.”.

A investigação visou compreender os significados que os jovens rurais que vivem em Roraima, atribuem à tensão rural-urbano, analisando sua interferência no processo identitário e em seus projetos de vida.

Delineamos toda a proposta metodológica da pesquisa a partir da abordagem compreensiva, enfatizando a compreensão e a inteligibilidade enquanto aspectos característicos das relações sociais, entendendo que a distinção entre os fenômenos sociais e os fenômenos naturais reside nos significados atribuídos a ação social dos atores, bem como nas intencionalidades, como bem explicita Weber:

A sociologia compreensiva entretanto, não se interessa pelos fenômenos fisiológicos e pelos anteriormente chamados fenômenos ‘psicofísicos’ [...], tampouco se interessa pelos dados físicos brutos... Pelo contrário, estabelece diferenças da ação conforme referências típicas providas de sentido (sobretudo referências ao exterior). (WEBER, 1999, p. 315)

Ratificamos nosso entendimento com as palavras de Weber:

Temos de nos contentar com a sua interpretação exclusivamente intelectual, ou, em determinadas circunstâncias, aceitar aqueles valores ou aqueles fins sinceramente como dados para tratar de fazer compreensíveis o desenvolvimento de uma ação que foi motivada por eles para a melhor interpretação intelectual possível ou para reviver os pontos de interpretação o mais fielmente possível. (WEBER, 1999, p. 401).

Nessa perspectiva, tais definições do caráter metodológico da pesquisa, se fundam no entendimento de que o método é um instrumento determinado pela natureza do objeto sob investigação, e não um fim em si mesmo, (WEBER, 1979) e assim, definimos esta abordagem compreensiva e qualitativa.

Enquanto técnicas utilizadas para a coleta dos dados, realizamos as técnicas de grupos focais e entrevistas individuais junto a oitenta e seis jovens rurais que vivem em quatro localidades diferentes e dispostas em pontos extremos e central do estado de Roraima. Os dados coletados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo temática, considerado como marcadores de diferenciação duas faixas etárias das juventudes, o sexo, a naturalidade, a localidade em que residem e a auto identificação etnorracial. Foram considerados ainda, aspectos

vinculados ao intenso processo migratório e a localização de fronteira do estado de Roraima.

Tais procedimentos nos permitiram apreender que as percepções e significados que os jovens rurais conferem aos meios urbano e rural, impactam em seus processos identitários, visto que tal construção opera por meio da contingência e diferenciação. Assim, estes significados também influem sobre seus conflitos acerca de projetos de vida.

Neste trabalho detalhamos toda a construção metodológica, como fora prevista na fase de projeto, bem como os ajustes que se impuseram durante a execução da pesquisa, e seus desafios na prática.

Durante a apresentação do itinerário metodológico teórico e prático da pesquisa, nos propomos a erguer provocações transversais, que versam sobre as armadilhas das concepções *a priori*, que podem nos conduzir à generalizações dicotômicas, e pior, que podem induzir a um entendimento estático e perene em relação à realidade social.

Este capítulo se divide em três partes, sendo o primeiro dedicado a exposição sobre as construções teóricas que deram fundamento científico a tese. Portanto, destacamos as noções e autores escolhidos para nos auxiliar na propositura do projeto de pesquisa, bem como na análise dos dados coletados. Para tanto, trabalhamos os marcos teóricos utilizados para abordar as seguintes categorias de análise: juventude, identidade, tensão rural-urbano e projetos de vida.

Na segunda parte, descrevemos os procedimentos técnicos da pesquisa, constando da definição dos informantes, das técnicas utilizadas para a coleta dos dados primários e para a análise dos mesmos.

Nas (In) conclusões, a terceira e última parte do capítulo, relatamos os desafios e ajustes que se fizeram necessários, bem como problematizamos alguns dos embates epistemológicos aos quais o percurso da pesquisa nos suscitou.

1. CONSTRUÇÕES TEÓRICAS: PRINCIPAIS APORTES À PESQUISA.

Os projetos, como as pessoas, mudam.
Ou as pessoas mudam através de seus projetos.
(VELHO, 1994, p. 48)

Nessa primeira parte do capítulo, envidamos esforços em dispor e articular concepções teóricas, com vistas a auferir a melhor aproximação à realidade, de modo que nos enseje a processos de análises, possíveis de obstar conclusões reducionistas que ocultam contradições.

Para subsidiar a definição do desenho metodológico da pesquisa, ponderamos sobre as abordagens adotadas pelos órgãos públicos que, diante da necessidade de localizar e delimitar populações de modo a produzir indicadores representativos, adotam concepções e conceituações de ou sobre a juventude, que podem resultar em percepções homogeneizantes.

Realizamos também uma contextualização empírica e teórica sobre juventude detendo-nos a introduzir a discussão acerca de aspectos que emergem das aproximações à temática de estudo: jovens do campo, identidade e projetos de vida.

Partindo destas percepções *a priori*, mas com o cuidado de não incorrer em generalizações

equivocadas, elegemos categorias analíticas com a intenção de viabilizar o tratamento científico ao problema investigado, considerando estas enquanto noções relevantes para o estudo, posto que amparem bases para o conhecimento do objeto, em suas facetas mais gerais.

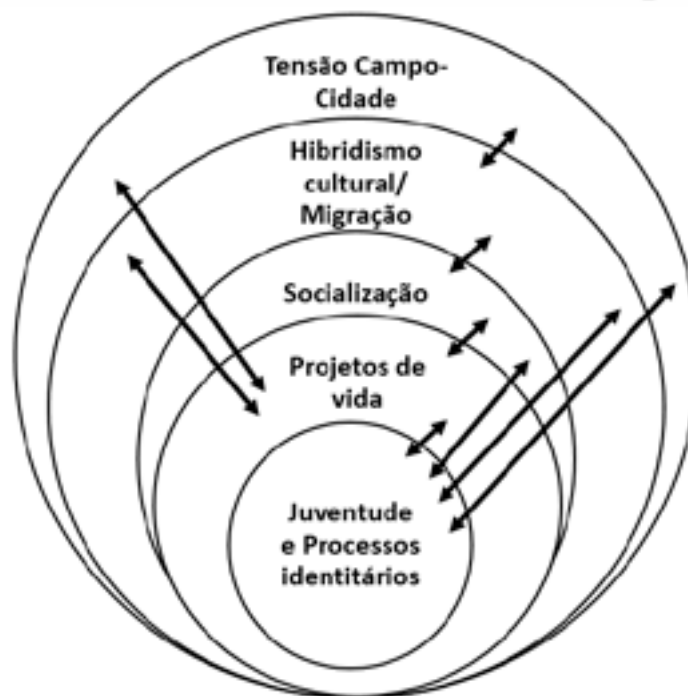
Assim, propusemo-nos a trabalhar a partir das seguintes categorias analíticas: juventude, identidade, tensão rural-urbano e projetos de vida.

No caso da categoria tensão rural-urbano, destacamos que foram identificadas questões que julgamos encerrar possíveis inter-relações e que, portanto, serão apreciadas conjuntamente, sendo estas o movimento migratório e, neste contexto, o hibridismo cultural.

É crucial ressaltar que tais categorias previamente definidas não foram compreendidas como exclusivas, tampouco definitivas. Levamos em consideração no projeto de pesquisa que uma vez iniciada a coleta e análise dos dados da pesquisa, possivelmente outros elementos poderiam emergir, provocando redirecionamentos e/ou acréscimos às categorias de análise iniciais.

Também salientamos que, sobre as categorias de análise, sejam as que foram eleitas previamente, sejam as que aflorarão da pesquisa, estas foram concebidas enquanto fragmentos da realidade que somente contribuíram para nossa compreensão se apreendidas de modo relacional. Nesse entendimento, este aspecto relacional é fundamental e implica conceber possibilidades de processos associativos ou não entre elas, sendo que interessa sobremaneira nos apercebermos das tensões, de modo particular a tensão campo-cidade. Visando desenredar esta nossa compreensão, sugerimos a análise do diagrama que segue:

Figura 1 - Diagrama de representação do entendimento relacional acerca das categorias de análises.



Fonte: Farias, 2016.

Visando respaldo e aporte teórico à pesquisa, apoiamo-nos em autores que nos orientaram

desde a concepção do projeto. A propositura de determinados autores como marcos teóricos, com base em suas noções e conceituações que conseguimos vincular ao objeto da pesquisa, segue uma ideia de estabelecer um cerco teórico à temática estudada, de modo a enriquecer as análises, a partir do cruzamento das diferentes abordagens.

Com este fito, buscamos evitar conclusões reducionistas, partindo de um direcionamento teórico, que concebeu possibilidades de aproximações e composições teóricas para uma compreensão acerca das relações sociais, capazes de nos propiciar o vislumbamento de matizes da realidade dos jovens e suas identificações.

A partir desse entendimento relacional, estabelecemos para as categorias de análises correspondentes noções, num esforço de delimitar um campo teórico que nos desse o necessário aporte para a apreciação do corpora.

Dentre as categorias basilares nesse estudo estão as noções de juventude, de identidade e de projetos de vida. Mesmo partindo do entendimento de que há uma imbricação entre estas e as demais categorias, neste momento, distinguiremos os autores e suas concepções acerca destas categorias.

Em meio aos autores que analisados que abordam questões relativas a estas categorias, no que se refere à compreensão sobre processos identitários, ancoramos nossas análises teóricas a partir de Stuart Hall (2011; 2000), Zigmunt Bauman (2006; 2001) e George Simmel (2006; 1986); Para fundamentar a construção teórica da categoria de análise juventude, buscamos as produções de José Machado Pais (2008; 1990) e Marília Sposito (2007; 2005; 2003; 1997) e ao tratarmos sobre Projetos de Vida, partimos dos entendimentos de Gilberto Velho (1994; 1986).

Considerando que nos propusemos a pesquisar sobre processos identitários de jovens do campo, inicialmente, traçamos um entendimento sobre o que vem a ser identidade. As perguntas que nos assolaram durante as primeiras imersões sobre o tema giraram em torno do que segue: existe a identidade? Há como conhecer a identidade de alguém? Há como inferir a identidade dos jovens? Como se constitui essa identidade? Que fatores interferem e como interferem nesta constituição?

Na busca por desvendar se haviam respostas a estas perguntas, deparamo-nos com a possibilidade de desconstruir tais perguntas, de modo que elas não nos conduzissem a potenciais respostas equivocadas e desarticuladas, inclusive com a nossa própria percepção de juventude. Pois, provavelmente, remeteriam a uma abordagem que reduzisse os elementos contraditórios constituintes da realidade, para que “coubessem”, confortavelmente, como respostas.

Diante disso, aventuramo-nos no insólito campo das infinitas possibilidades, no qual temos bebido avidamente e nos percebemos ora extasiados pelas descobertas sempre inconclusas, ora angustiados pelas constatações da fragilidade teórica a ser debelada. Sem falar que, vez por outra, ainda nos flagramos saudosos da ilusão do porto seguro, embora sabidamente inútil.

Foi no contexto destas inquietações que nos debruçamos sobre as elaborações de Stuart Hall (2011; 2000), que, com suas reflexões sobre identidades e identificações, possibilitou-nos ampliar a discussão sobre o conceito de identidade, em busca de um referencial teórico que nos desse suporte para a análise dos dados coletados junto aos jovens.

Hall (2000) considera as identidades como pontos de posição temporária à qual nos apegamos, construídas a partir de práticas discursivas:

(...) são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2000 p.112).

Hall (2000) menciona como aspectos necessários a serem pensados no tratamento a esta concepção, como modo de romper com o senso comum, partir da abordagem discursiva, centrada no sujeito, a necessidade de levar em conta que as identificações nunca são uma construção completa, posto que sejam contingenciadas às condições e situações do porvir e, ainda, que estão vinculadas aos processos de articulação, suturação e sobredeterminação e, por fim, que operam por meio da diferença, a partir da relação com o outro, da relação com a falta e com o exterior constitutivo,

Hall (2011, p.39), em sua obra “A identidade cultural na pós- modernidade”, reitera o caráter processual e de incompletude da constituição da identidade, sugerindo-nos “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.”.

Visando contribuir e aprofundar estes entendimentos, agregamos como marco teórico as produções sobre processos identitários de Zigmunt Bauman (2001; 2006), do qual incorporamos a importância da individualização e da diferenciação para a compreensão dos mencionados processos, na atualidade.

O contexto da discussão de Bauman (2001), acerca da identidade e da individualidade, centra-se na transição do capitalismo pesado para o capitalismo leve, ou como tem chamado em seus trabalhos mais recentes: modernidade sólida e modernidade líquida (2006).

Bauman afirma em sua obra “Modernidade Líquida” que a “existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos” (2006, p.14). Tal concepção é decisiva para o núcleo da compreensão do autor sobre os conceitos que utilizamos para análise dos dados coletados junto aos jovens, neste trabalho.

Conforme Bauman, a modernidade sólida representou um período de dominação, no qual o discurso da ordem e do controle garantia uma percepção de solidez, centrado na figura de líderes que detinham reconhecida autoridade. Neste contexto, o autor atribui ao modelo fordista “a maior realização até hoje da engenharia social orientada pela ordem” (2001, p.68), considerando que se estabeleceu como referência, inclusive para a compreensão da realidade humana em todos os níveis, do social ao individual.

Contudo, o capitalismo pesado ou a modernidade sólida não deixou de favorecer a união mundial, mesmo que, de forma controversa, se considerarmos o processo de globalização oriundo do desenvolvimento da indústria, transportes, comunicações, dentre outros.

Todavia, com o declínio do projeto moderno e, ainda, com o vertiginoso desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, a partir do crescente incremento tecnológico, vai se constituindo uma nova concepção de modernidade, a qual Bauman (2001) denomina capitalismo leve.

Neste contexto do capitalismo leve, o foco sofre uma transmutação para o discurso do caos e o indivíduo.

O discurso do caos remete a realidade em que, se antes o eixo das questões circundavam “(...) o cálculo dos meios apropriados à obtenção de determinados fins”, a partir do capitalismo leve “o mundo se transforma numa coleção de infinitas possibilidades”. (BAUMAN, 2001, p. 72).

Tal mudança de concepção ocasionou uma angustiante necessidade de tomada de decisão sobre, dentre tantas possibilidades existentes, a que fins se pretendeu chegar, mesmo tendo em vista que provavelmente não serão tão duradouros:

Como as Supremas Repartições que cuidavam da regularidade do mundo e guardavam os limites entre o certo e o errado não estão mais à vista, o mundo se torna uma coleção infinita de possibilidades: um contêiner cheio até a boca com uma quantidade incontável de oportunidades a serem exploradas ou já perdidas. (BAUMAN, 2001, p.73)

No capitalismo pesado, a diferença não era incentivada, ao contrário, gerava desconfiança, posto que a unidade de conduta, a adoção dos padrões de comportamento estabelecidos, balizava as ideias de povo e de nação. Todavia, no capitalismo leve, dá-se o inverso, a diferença não apenas é valorizada, como acaba por tornar-se uma exigência, o que impacta na crescente inviabilidade às formas de vida comunitárias, haja vista que sugerem dependência mútua entre as pessoas.

Destarte, Bauman evidencia que “A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna.” (2001, p.39).

A fim de melhor compreendermos como as concepções normativas da ordem social relacionam-se às formas como entendemos e designamos a sociedade, no contexto da modernidade e da pós-modernidade, empregamos o trabalho de Gadea (2007) para nos esclarecer sobre estas distinções.

Assim, no que se refere à organização social, a pré-modernidade caracterizou-se a partir do arranjo comunitário, quando a ordem social se mantinha fundada na hierarquia, tendo por princípios vinculantes a afetividade, e a percepção sobre a temporalidade dos acontecimentos tinha por característica apresentar-se de forma cíclica, remetendo sempre a retornos sobre como se fazia, pensava e agia em determinadas situações, tendo a forma de conhecimento religioso como predominante.

Na modernidade, o binômio indivíduo-sociedade baliza a organização social baseada nas aspirações de igualdade e liberdade, contudo, alicerçada no princípio da funcionalidade, na linearidade e na razão.

Na pós-modernidade, a diferença baliza a ordem social, é no presente que se depositam todas as preocupações e anseios, visto que o futuro está absolutamente contingenciado, ou seja, não há mais estabilidade. Estes processos vão suscitar o conceito que Bauman apresenta de individualização:

(...) transformar a identidade humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. (BAUMAN, 2001, p.40)

Essa individualização é buscada por intermédio do consumo, que age apacando o sentimento de insegurança, a partir da falsa ideia de liberdade individual, representada pela possibilidade de escolher e determinar o que melhor convier a consumir, nessa medida “ganha-se

independência rendendo-se” (BAUMAN, 2001, p.99)

Neste cenário, Bauman (2001, p.97-98) elucida-nos que “quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência (...). As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora”. Assim sendo, compreendemos que no contexto da pós-modernidade, no qual as relações e situações estão fluídas e menos tangíveis, o conceito de identidade não dá conta de compreendermos esta realidade, sem que o readequemos às condições de liquidez e contingência atuais.

Visando robustecer as compreensões sobre a relevância da diferenciação e individualização nos processos identitários, partimos para o estudo das formas de socialização e sociação de Simmel (2006; 1986), agregando-o ao nosso marco teórico de análise.

No estudo de George Simmel (1986) sobre as formas de socialização, o autor preconiza que os grupos na sociedade necessitam ser compreendidos conforme os padrões de interação que estabelecem nos círculos sociais aos quais se vinculam. Neste sentido, quanto maior a quantidade de círculos sociais em que interage, mais intenso seu processo de individualização e diferenciação.

A família integra o círculo social em que são mantidas relações primárias; nesse meio, a individualidade é relativamente indiferente, em razão da maior homogeneidade dos interesses e formas de sociação. Porém, a diferenciação e a individualização vão afrouxando o laço social que mantém unidos os que estão imediatamente mais próximos, todavia, criam novos vínculos com os que estão mais distantes.

El individuo se vê primeiramente colocado em um médio para el la cual su individualidades relativamente indiferente, meio que se encadena a su próprio destino y le impone uma do el azar del nacimiento. (...) Asi, la familia encierra um número de individualidades diversas, que primeiro han de atenerse a esta reunión estrecha. (SIMMEL, 1986 [1908]: 437).

Essa concepção sobre os “círculos sociais” diz respeito a uma área de atividade intersubjetiva particular, pertinente aos relacionamentos mantidos na família, com amigos e nas relações profissionais, por exemplo. O indivíduo se autodetermina, constitui-se, a partir do cruzamento destes círculos, como o próprio Simmel clarifica:

Uma vez que la síntesis de lo subjetivo há producido lo objetivo, la síntesis de lo objetivo engendra, a su vez, uma subjetividad nueva e más alta, de la misma manera la personalidad se engendra al círculo social y se sumerge em él para volver a recobrar luego su peculiaridad, merced a esse cruce de círculos sociales que em la persona se verifica. (SIMMEL, 1986 [1908]: 426).

Para compreendermos a dinâmica da individualização e diferenciação a partir da participação dos indivíduos nos diversos círculos sociais, fez-se necessário compreender conceitos como sociação e sociabilidade definidos por Simmel, sendo o primeiro correspondente à forma pura de interação, pela qual os indivíduos constituem uma unidade para satisfazerem seus interesses, suas inclinações, sendo a forma e o conteúdo na experiência concreta, elementos inseparáveis, e o segundo, a forma lúdica da sociação, não importando as motivações.

A respeito desta pluralidade de possibilidades de sociação, Simmel (1986) no suscita a considerar que a configuração social não é dada apenas por elementos convergentes desta sociedade, mas também por seus elementos dissociativos, e é exatamente esta tensão que vai moldar

as estruturas sociais.

Como a pesquisa referiu-se aos processos identitários dos jovens, especificamente os jovens rurais, fez-se necessário delinear a partir de que noções de juventude e de que jovens rurais nos orientamos.

Tendo por base os autores citados, elaboramos um entendimento a respeito de que a juventude, enquanto categoria de estudo da Sociologia, de que é inerente a esta, uma ansiedade permanente, posto que seja concebida pelas representações sociais e mesmo instituições públicas e privadas que os atendem, enquanto sujeitos retidos em uma condição transitória, de passagem por uma etapa da vida humana, enquanto momento de conquista de modos de inclusão na estrutura social, numa abordagem reduzida e perfunctória. (SPOSITO, 2003)

Sposito (2005) ainda nos orienta que:

Ao tentar analisar a emergente condição juvenil contemporânea, no Brasil, seremos também obrigados a tratar, sob a ótica da diversidade, daquilo que, aparentemente, é o mais tradicional da modernidade – trabalho, família e escola – sem que, necessariamente, estejamos reiterando chaves analíticas anacrônicas, conservadoras ou negando horizontes utópicos de cunho emancipador. (SPOSITO, 2005; p. 126)

Neste aspecto, contemplamos no nosso olhar pesquisador a importância de considerarmos informações referentes à juventude, de modo particular no tocante à escola e ao trabalho, tendo em mente dar conta das influências destes aspectos sobre a realidade juvenil.

Todavia, estamos vigilantes diante das ponderações de Pais (1990), quando assevera que para evitar os “equivocos conceituais”, devemos buscar no cotidiano dos jovens os significados que atribuem ao aspecto da realidade vivencial em análise. Porém, considerando que todo significado é sempre “referencial ou denotativo”.

Baseados nestas orientações teóricas, buscamos conhecer os significados que os jovens do campo atribuem ao meio rural e ao urbano, visando desvendar em que medida a tensão entre estes ambientes/contextos influencia nos seus processos identitários e nos projetos de vida. Neste sentido, encontramos referências para situar o olhar sobre a juventude a partir do atual contexto de mudanças aceleradas, que tornam imprescindível a capacidade de adaptação por parte das pessoas, inclusive dos jovens.

Desta forma, a juventude não deve ser apreciada como simples instrumento para um futuro, e sim como sujeito construtor do presente, que também exerce influência sobre as transformações sociais.

Pais (1990) nos alerta para o que tem chamado de “paradoxos da juventude”, destacando as abordagens conflitantes sobre a categoria em questão, exemplificando como tal a noção de juventude a seguir:

A noção de *juventude* somente adquiriu certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes «problemas sociais» daí derivados – dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida*. (PAIS, 1990, p. 148)

Por conseguinte, Pais (2008) discute o mascaramento da realidade dos jovens a partir da homogeneização, a qual, encarada restritamente como fase da vida, num exercício de abstração

arbitrária, é vista quase como um mito, daí os rótulos contraditórios vivenciados.

A partir deste entendimento sobre juventude, buscamos, também, autores que apresentem produções mais direcionadas aos jovens rurais, tendo em mente que os seus estudos nos apontam indicativos sobre fatores que não devem ser prescindidos, numa pesquisa que tem os jovens como objeto.

Desde projetos de pesquisa anteriores ao que aqui relatamos, já nos reportávamos à antropóloga Maria José Carneiro (2005; 1998a; 1998b) na qualidade de referência teórica. A autora (1998a) nos situa no contexto das produções científicas mais específicas acerca dos jovens rurais, apontando que, dentre as dificuldades existentes para caracterizar a “juventude rural”, há ainda um entendimento ambíguo do que seja o rural.

Porém, Carneiro (2005) ressalta que em decorrência da predominância de uma difusão de elementos ainda mais considerados como oriundos da cultura urbana, os jovens rurais vivem uma imprecisão de valores, porque, de um lado, ainda tentam manter sua identidade afetiva ao modo de vida rural, por outro lado, têm uma autopercepção que reflete a cultura urbana, a qual, sendo preponderante, apresenta-se como referência para a construção de um projeto de vida e de futuro.

Considerando esse aspecto, buscamos o conceito de estigma na visão de Goffman (1988), dados os relatos dos jovens rurais caracterizarem pontualmente a noção trabalhada pelo referido autor. Nesse sentido, podemos mencionar que esta apreensão dos jovens rurais sobre serem vistos de forma preconceituosa pelos sujeitos oriundos do meio urbano, apresenta-se contextualizada em episódios de relações “mistas”, nas quais os jovens rurais (estigmatizados) e os “normais” (sujeitos do meio urbano) encontram-se numa mesma situação social.

Para Goffman (1988), a dissonância entre a identidade social virtual e a identidade social real acarreta num estigma, pois quando concebemos que o sujeito “tem um atributo que o torna diferente do outro, um atributo depreciativo, (...) deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Ao analisarmos o entendimento de Goffman (1988, p. 22) acerca de possíveis reações dos sujeitos nestas relações mistas, verificamos que os relatos dos informantes exemplificam, de modo singular, as possibilidades apontadas, por exemplo, dos estigmatizados manterem-se na retaguarda, sempre na defensiva, fazendo com que busquem evitar situações que os coloquem nesse confronto. Assim, o autor menciona como uma das consequências presumíveis para os estigmatizados que “faltando o feedback saudável do intercâmbio social cotidiano com os outros, a pessoa que se auto isola possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa”.

Como constitui objetivo deste projeto compreender se a tensão rural-urbano exerce influência nos processos identitários dos jovens de campo e sobre seus projetos de vida, sentimos a necessidade de definir a partir de que noção de projeto de vida trabalhamos. Para tanto, elegemos como referencial teórico as produções de Gilberto Velho (1986; 1994), que concebe o projeto de vida enquanto negociação com a realidade.

O projeto de vida é engendrado como ação de escolha do sujeito, dentre os futuros possíveis entre o “campo de possibilidades”, tendo em vista uma orientação, que depende da memória de um passado que originou as condições do presente.

Velho destaca a estreita relação entre o projeto de vida e a identidade:

(...) o projeto é dinâmico e é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade. (VELHO, 1994, p. 104)

A partir dessa concepção, buscamos compreender se o contexto dos jovens rurais, marcado pela tensão rural-urbano, impacta e como impacta nos seus projetos de vida.

Conforme Carneiro (1998b), a distorção provocada pela concepção dicotômica da relação rural-urbano, que ainda persevera, provoca nos jovens rurais conflitos de autopercepção, posto que ainda são (mal) interpretadas como perda das características e cultura rural, ou desvalorização destas, acarretando o engendramento e reforço de tensões entre ambos os contextos, do meio rural e urbano.

Em consequência desta percepção, elegemos enquanto categoria analítica a tensão rural-urbano, partindo da ideia de que consista num fator interveniente e influenciado que não deve ser desconsiderado, se pretendemos discutir processos de identificação e projetos de vida dos jovens rurais.

Sobre esta situação, os estudos realizados até este momento nos direcionam para contemplar como possíveis fatores vinculados o processo migratório que ocorre do campo para a cidade, assim como os processos de hibridações culturais.

Para darmos conta de tratarmos estes fatores, apoiaremos-nos em Iain Chambers (1994) e em Nestor Canclini (1998; 1999).

Tendo em vista o intenso processo migratório no Estado de Roraima, já mencionado, reparamos ser de maior importância buscarmos uma referência que nos auxilie na compreensão dos processos identitários atravessados pelo fenômeno migratório acentuado, que marcam o contexto roraimense.

A partir do trabalho de Chambers (1994), buscamos consistência teórica no que se refere à construção da identidade, subjetividade e percepções da alteridade a partir da migração e do nomadismo, em especial no tange ao dilema do estrangeiro:

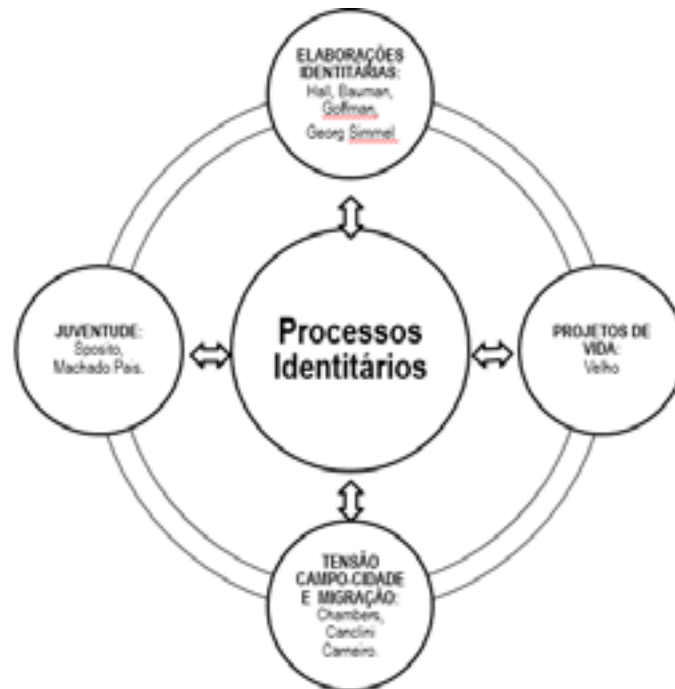
Vir de algum lugar, de “lá”, e não “aqui” e ser simultaneamente “de dentro” e “de fora” da situação dada, é viver na intersecção das histórias e memórias, vivenciando tanto sua preliminar dispersão quanto sua subsequente translação em uma nova, mais extensiva combinação ao longo das possibilidades emergentes. [...] Este drama, raramente. Escolhido livremente é o dilema do estranho. Expulso da tradição da terra natal, experimentando uma identidade em constante desafio, do estranho se requer perpetuamente que se sinta em casa, numa interminável discussão entre uma herança histórica dispersa e um presente heterogêneo. (CHAMBERS, 1994, p.6)

Adotamos ainda o conceito de hibridismo cultural de Nestor Canclini (1998; 1999), que nos auxiliará no entendimento dos múltiplos processos de hibridismos culturais, partindo da compreensão de que, no decorrer do século XX, o vigoroso desenvolvimento tecnológico gerou possibilidades de trocas culturais intensas, fazendo com que os contatos pessoais e sociais passassem a ter múltiplos pontos de origem, para muito além da localidade e da comunidade. Dessa forma, as expressões culturais de países distantes se alastram e se mesclam com as expressões de culturas locais, gerando as culturas híbridas que alcançam todos a partir de veículos diversos como, por exemplo, as artes.

Entendemos que, para uma investigação científica sobre processos identitários, no contexto em questão, torna imprescindível agregar as noções destacadas, posto sua condição de inter-relação.

Desta maneira, de acordo com a configuração do quadro de referência, apresentado na Figura abaixo, pretendemos aportar nossas análises, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.

Figura 2 - Quadro de referência: marco teórico e categorias conceituais/analíticas.



Fonte: Farias, 2016.

2. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS: ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DA REALIDADE.

Discutimos nesse trecho do trabalho sobre a definição dos procedimentos técnicos voltados à coleta dos dados primários e sua análise.

Para tanto, detalharemos a seguir os critérios utilizados para definição dos informantes, as técnicas e procedimentos adotados para coleta de dados, assim como para a análise.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES DA PESQUISA

A composição do grupo de informantes apresentou como caracterização geral jovens com residência ou procedência do meio rural. Enquanto marcadores de diferenciação, definimos como particularidades que delimitam o objeto, a abordagem aos jovens com idades entre 15 e 24 anos, inclusos, portanto, nas faixas de idade de jovem-adolescente e jovem-jovem, conforme o Estatuto da Juventude, de ambos os sexos, migrantes ou filhos de migrantes. Buscamos, ainda, a

representação das raças/etnias presentes no estado, sendo pardo, índio, negro, amarelo e branco.

Ao pensarmos esta constituição do grupo de informantes, visamos possibilitar uma multiplicidade de situações e condições a que os jovens do campo podem ser contingentes, influenciando sobremaneira sua percepção acerca da realidade, conforme nos aconselham Bauer e Gaskell quanto a tais questões:

Precisam manter a mente aberta para estratos e distribuições funcionais posteriores, que podem não ser óbvias num primeiro momento. Podem começar pelo sexo, idade e educação, mas podem precisar levar em consideração a etnia, a religião, às divisões urbano/rural a fim de identificar e maximizar a variedade nas representações das pessoas sobre determinado tema. (2002, p. 59).

Na definição destes marcadores de diferenciação, advém do entendimento de que a pesquisa, a partir de uma perspectiva interseccional, busca uma compreensão de uma realidade localizada, não restrita a conceitos apartados de seu contexto e interações. Esta percepção interseccional possibilita pensar as categorias analíticas, por intermédio das quais poderemos pensar possibilidades de agrupamento dos sujeitos de modo relacional e articulado. (PSICITELLI, 2008).

Portanto, o empenho no estabelecimento de articulações analógicas e metonímicas entre as características do grupo de informantes se alicerçam no entendimento de que se estas se constituem em fragmentos da totalidade, apreensíveis se abordadas de forma relacional, ou seja, considerando as possibilidades de convergirem ou divergirem, ensejando tensões. (SIMMEL, 2006).

Para acessar estes jovens, abordamos os estudantes matriculados nos quatro Campi do IFRR, que estão localizados ao longo do estado de Roraima, abrangendo a todos os municípios, como podemos verificar a seguir:

i. Jovens matriculados nos cursos ofertados pelo IFRR/Campus Novo Paraíso, localizado no município de Caracaraí, na região sul do Estado, no Território da Cidadania Sul de Roraima, contemplando como estudantes jovens oriundos dos cinco municípios, sua sede e mais quatro municípios situados no seu entorno: Iracema, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe. Os jovens atendidos nesta unidade de ensino procedem, em geral, dos Projetos de Assentamentos Rurais e fazendas, sendo os primeiros voltados principalmente à agricultura familiar, e as segundas, ao cultivo extensivo e ao gado. Há, ainda, os jovens que residem nas sedes dos municípios.

ii. Jovens matriculados nos cursos ofertados pelo IFRR/Campus Amajari, localizado no extremo norte do Estado de Roraima, região onde se localiza a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos, também definidas como Territórios da Cidadania, pelo Governo Federal. Este Campus atende a estudantes do município que o sedia, Amajari, e mais três municípios do entorno: Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre. Os municípios fazem fronteira com a Venezuela, exceto Uiramutã, que faz fronteira além da Venezuela, com a Guiana Inglesa. O acesso oficial à fronteira com a Venezuela dá-se pelo município de Paracaima. Os jovens atendidos nesta unidade de ensino procedem, em geral, das muitas comunidades indígenas voltadas à produção de gado de corte e agricultura de subsistência, todavia também os jovens procedentes das fazendas dedicadas à criação de gado de corte e produção extensiva, em especial de arroz, soja e milho, e

ainda jovens advindos de Projetos de Assentamentos Rurais, que têm como atividade produtiva principal a agricultura familiar;

iii. Jovens matriculados nos cursos ofertados pelo IFRR/ Campus Avançado de Bonfim, localizado na região nordeste do Estado, além deste Campus atender aos estudantes do próprio município que sedia e dá nome ao Campus, atende ainda às demandas educacionais dos municípios do Cantá e Normandia, e compartilha o atendimento com o IFRR/Campus Amajari, ao município de Uiramutã. Com exceção do município do Cantá, todos os demais municípios fazem fronteira com a Guiana Inglesa, todavia o acesso oficial dá-se apenas pelo município de Bonfim. Os jovens atendidos nesta unidade de ensino procedem, em geral, de comunidades indígenas e fazendas, sendo que as primeiras seguem o padrão geral de produtores de gado de corte e agricultura de subsistência, e as segundas são fortes produtoras de grãos, novamente com destaque para a soja; assim como acolhe aos jovens que residem na sede do município. Este Campus, até a data da pesquisa, ainda não tinha prédio próprio, pois o mesmo encontrava-se em fase de construção. Suas atividades vinham sendo desenvolvidas nas instalações de uma escola pública estadual.

iv. Jovens matriculados nos cursos ofertados pelo IFRR/Campus Boa Vista, localizado na região norte do Estado. A cidade de Boa Vista é a capital do Estado de Roraima, concentrando mais de 60% da sua população total. Este Campus atende ao maior quantitativo de alunos do IFRR, quase 4.000 estudantes, sendo a maioria jovens. Atende às demandas da capital Boa Vista e compartilha com os demais Campi demandas de municípios vizinhos, contempladas nas suas expertises: formação de professores, cursos técnicos e de tecnologia nas áreas de gestão, indústria e saúde. A economia de Boa Vista, segundo a SUFRAMA, apresenta os seguintes arranjos produtivos locais: madeiras e móveis, agroindústria, apicultura e fruticultura. No setor terciário, destacam-se as subatividades: comércio varejista, serviços de informação, serviços prestados às famílias e às empresas, como também o setor público, que tem ampla participação na economia da região. No caso deste Campus, buscamos dentre os estudantes aqueles jovens que são oriundos do meio rural como comunidades indígenas, Projetos de Assentamentos Rurais, vilas, sedes dos municípios ou fazendas. 82

Nos referidos Campi do IFRR, aonde foram realizadas as coletas de dados, contemplamos na representação no grupo de informantes, enquanto critério para escolha, a presença de marcadores como sexo, raça-etnia, naturalidade do campo e vivência pessoal ou familiar de processo migratório.

Para um melhor entendimento sobre esta disposição dos locais aonde foram realizadas a coleta de dados e sobre as áreas de abrangências dos Campi do IFRR apresentados acima, sugerimos a análise do mapa a seguir.

Figura 2 - Mapa de Roraima apresentando divisão política federativa e países de fronteira, destacando os Campi do IFRR onde foi realizada a pesquisa



Fonte: Adaptado de IBGE, disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/rr_politico.pdf

A partir das coletas realizadas nos Campi do IFRR, pudemos traçar uma caracterização dos jovens rurais entrevistados, estabelecendo um quadro com as informações representativas das tipicidades, o qual ilustramos na Figura 3, no qual organizamos os jovens por local de coleta dos dados, identificando em que grupo focal ou entrevista cada jovem participou, e ainda, seu código de identificação, a faixa de idade em que se encontra, seu sexo, naturalidade, autodeclaração etnorracial e seu atual local de residência.

Para melhor entendimento do quadro de tipicidades, informamos que os grupos focais foram identificados a partir da sigla GF, seguido do município aonde se deu a coleta dos dados, e ainda, de um número relativo a sequência de grupos focais realizados no local. Cada informante recebeu um código iniciado pela primeira letra do nome do município aonde se deu a coleta dos dados, seguido por uma letra que designa em qual sequência de grupo focal o jovem participou, e por fim, um número cardinal relativo à quantidade de participantes em cada grupo focal.

As faixas de idades dos jovens informantes estão representadas na tabela por J-J (Jovem-Jovem) e J-A (Jovem-Adolescente). O sexo dos informantes está indicado pelas letras F (feminino) e M (masculino).

A autodeclaração etnorracial dos jovens foi coletada nos dados de cada Campus, junto ao setor de registros acadêmicos, que coleta informações dos alunos no ato da matrícula. Desse modo, temos as etnias representadas nas letras P (pardo), I (indígena), N (negro) e B (branco).

Finalmente, o local de residência dos jovens apresenta siglas formadas pela conjunção da localidade de residência, acrescida do município. Desse modo, a sigla SM significa que o jovem reside na sede do município; CI representa Comunidades Indígenas e SFV designa que

os jovens informantes residem em sítios, fazendas ou vicinais. Alguns municípios apresentam nomes muito longos que dificultaram o registro em tabelas, portanto, para estes, definimos as siglas CAI para Caracarái, SJB para São João do Baliza, SLA para o município de São Luís do Anauá, e por fim, RORAI para Rorainópolis.

Figura 2 - Quadro de tipicidades: Distribuição dos jovens rurais informantes da pesquisa, localidade de coleta dos dados, grupo focal, código de identificação dos informantes, faixa de idade, sexo, naturalidade, etnia e local de residência.

LOCAL DE COLETA	TÉCNICA DE COLETA	MARCADORES DE DIFERENCIAÇÃO DOS JOVENS INFORMANTES					
	GRUPO FOCAL	INFORMANTE	FAIXA DE IDADE	SEXO	NATURALIDADE	ETNIA	RESIDÊNCIA
BONFIM - SEDE	GF - BONFIM-01	B-A1	J-J	F	BONFIM-RR	P	SM - BONFIM
		B-A2	J-J	F	BONFIM-RR	B	SFV-BONFIM
		B-A3	J-J	M	CARACARAI-RR	B	SM - BONFIM
		B-A4	J-J	F	CARACARAI-RR	P	SM - BONFIM
		B-A5	J-J	F	BONFIM-RR	I	CI-BONFIM
		B-A6	J-J	M	BONFIM-RR	I	SFV-BONFIM
	GF - BONFIM-02	B-B1	J-A	M	BONFIM-RR	I	CI-BONFIM
		B-B2	J-A	F	NORMANDIA-RR	B	SFV-BONFIM
		B-B3	J-A	F	CANTÁ-RR	N	SM - BONFIM
		B-B4	J-A	M	TAGUATINGA-AM	P	SM - BONFIM
		B-B5	J-A	M	SANTA LUZIA-MA	P	SM - BONFIM
		B-B6	J-A	M	PICOS-PI	P	SM - BONFIM
CARACARAI - VILA NOVO PARAÍSO	GF - CARACARAI-01	C-A1	J-A	M	CARACARAI-RR	P	SM - CAI
		C-A2	J-A	F	URUCURITUBA-AM	P	SM - CAI
		C-A3	J-A	F	CARACARAI-RR	P	VNP-CAI
		C-A4	J-A	F	SÃO JOÃO DO BALIZA-RR	P	SM-SJB
		C-A5	J-A	M	SÃO LUIZ DO ANAUÁ-RR	B	SFV-SLA
		C-A6	J-A	F	CAROEBE-RR	B	SM-SLA
		C-A7	J-A	M	SÃO LUIZ DO ANAIIÁ-RR	P	SM-SLA

Fonte: Farias, 2016.

A partir dessa caracterização geral, pudemos apontar que dos 86 jovens rurais entrevistados, 56 estão compreendidos na faixa de idade de jovem-adolescente (15 a 18 anos de idade) e 30 na faixa de idade de jovem-jovem (19 a 21 anos de idade). Quando ao sexo, participaram da pesquisa 49 jovens rurais do sexo masculino e 37 do sexo feminino. A maioria dos escutados, 45 jovens, se autodeclaram como pardo, 17 como indígenas, 15 como brancos e apenas 9 como negros.

No que tange ao local de residência em que atualmente se encontram, entrevistamos a 33 jovens rurais que moram nas sedes dos municípios rurais, 20 residem na capital do estado de Roraima, Boa Vista, 19 jovens moram em sítios, fazendas ou vicinais nos municípios rurais, 12 estão vivendo em suas comunidades indígenas, e ainda, houve 2 jovens que moram na

Venezuela e estudam no Brasil, no IFRR/Campus Amajari.

Desse modo, esta distribuição dos locais de acesso aos informantes da pesquisa, dispostos ao longo do território físico do Estado de Roraima, visou nos respaldar para que pudéssemos nos referir à juventude do Estado como um todo. Todavia, reforçamos que não se tratou de estabelecer generalizações, e sim de intentar possíveis transposições teóricas, capazes de nos possibilitar a compreensão sobre o objeto de estudo.

Tendo em vista as características diferenciadas das localidades onde vivem os entrevistados, consideramos que estas definições sobre os locais de acesso aos informantes foram potencialmente estratégicas para a sondagem de impactos diferenciados e tensões.

2.2 TÉCNICAS PARA COLETA DOS DADOS.

Para a coleta dos dados, definimos as técnicas de grupos focais e entrevistas. Desta forma, buscamos contornar a baixa participação de algum segmento, complementando a pesquisa a partir de entrevistas. Esse recurso foi utilizado especialmente junto aos jovens indígenas, posto que apresentaram uma participação tímida nos grupos focais, que nas entrevistas revelaram sentirem-se intimidados diante dos demais jovens não-indígenas.

Considerado a característica de pesquisa qualitativa, definimos a técnica de grupos focais para abordar os jovens rurais, tendo em mente que as suas características centrais possibilitarão acesso a informações mais apropriadas para o conhecimento de significados e manifestação de opiniões, em decorrência da potencial sinergia emergente da participação no grupo, cuja opinião e liderança se manifestam, levando a um nível de envolvimento emocional, necessário para os objetivos da pesquisa. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 76)

A execução da técnica de grupos focais foi prevista para a realização de duas sessões com cada grupo, sendo estes distribuídos nos Campus do IFRR e, ainda, distintos em dois subgrupos agregados por faixas de idade: 15 a 18 anos e de 19 a 24 anos de idade.

No entanto, no momento da coleta dos dados a partir da realização dos grupos focais, realizamos adequações a esse planejamento, na medida em que analisávamos previamente os resultados alcançados a cada grupo focal realizado. E tal análise, nos conduziu a realizar mais de uma sessão ou não em cada grupo. Por exemplo, no caso dos grupos focais realizados no IFRR/Campus Boa Vista Centro, não se fez necessário realizarmos duas sessões com cada grupo, devido a qualidade dos dados obtidos num único encontro, com cada grupo etário, que durou cerca de duas horas, cada.

Todavia, alguns jovens convidados para os grupos focais GF-Boa Vista-01 e GF-Boa Vista-02, não se sentiram plenamente confortáveis para se manifestar durante a realização da atividade coletiva, e para contemplá-los, bem como aprofundar aspectos que eles sobre os quais estes jovens não apresentaram contribuições nos grupos, os mesmos foram entrevistados individualmente, posteriormente.

Mencionamos ainda, que houveram entraves no acesso aos jovens-adolescentes através do IFRR/Campus Avançado do Bonfim, pois no período em que realizamos a coleta dos dados, não havia jovens dentro dessa faixa de idade matriculados no mencionado Campus. Em decorrência disso, tivemos que atrasar essa coleta em três meses, até que houvesse matrículas de jovens dentro do perfil etário desejado.

Estas faixas de idade dos jovens foram estabelecidas visando facilitar a interação entre os participantes, considerando possíveis transformações que ocorrem nestas etapas, como conclusão da educação básica, pressão pela definição de profissão e/ou inserção em atividade produtiva, pressão dos mecanismos de competição para ingresso no ensino superior, constituição de família, início de atividade sexual, dentre outros.

Contudo, enfatizamos que não há intenção de padronizar ou generalizar comportamentos a partir destas faixas de idades, pois ponderamos as características de variabilidade e diversidade dos parâmetros biológicos e psicossociais, que podem, ou não, ocorrer conforme tal cronologia.

Cada encontro teve uma duração entre 90 a 120 minutos e contou com a participação média de 6 a 8 jovens, considerando a composição já descrita anteriormente. (DEBUS, 1988)

As atividades de grupos focais foram filmadas e tiveram o áudio gravado. As coletas foram transcritas com o auxílio do software Express Scribe.

Para que pudéssemos identificar as falas posteriormente, assim como analisar se o conteúdo desta apresenta significância diante dos marcadores de diferenciação, cada jovem participante recebeu um crachá que foi previamente produzido, contendo a sigla do local de coleta e da sequência do grupo focal, naquele local. Um número foi adicionado ao final da sigla, dependendo do quantitativo de participantes. Esse procedimento visou identificar os informantes, para fins da análise dos dados, sem comprometer o sigilo quanto a sua identidade.

Destacamos que para a adequada aplicação da técnica, realizamos no mês de abril de 2014 um grupo focal piloto, contando com a participação dos jovens matriculados no IFRR/Campus Boa Vista, que são oriundos do campo, aplicando os critérios já descritos, visando avaliar a viabilidade da técnica e o domínio da mesma pelo mediado/pesquisador. A partir dessa experiência modelar, avaliamos e procedemos aos necessários ajustes nos roteiros de grupo focal e entrevista, com vistas a melhor apropriação teórica e prática, principalmente da técnica de grupos focais. 91

2.3 TÉCNICAS PARA ANÁLISE DOS DADOS.

Para fins de análise dos corpora da pesquisa advindos da aplicação das técnicas de grupos focais e entrevista de profundidade, empregamos a técnica da análise de conteúdo, e em particular a análise categorial voltada a temáticas, possibilitando a confirmação ou redirecionamentos das categorias prévias, bem como a construção de outras categorias, de acordo com os temas que emergem do texto, classificando e agrupando os elementos a partir do que apresentam em comum. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683)

A definição pela análise categorial direcionada por temáticas deu-se em decorrência do entendimento da sua adequação à característica da pesquisa, considerando que:

(...) o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado seguindo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. (...) Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação (...) é utilizado para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. (BARDIN, 2011, p. 135).

Para tanto, elaboramos planilhas nas quais foram sendo dispostas as falas transcritas dos

jovens rurais, sendo estas agrupadas por temáticas, a partir das categorias de análises definidas. A partir da aplicação de filtros internos a cada coluna da planilha foi possível realizar o cruzamento de informações. Inserimos ainda uma segmentação de dados, que visou favorecer a classificação e posterior análise dos dados.

Enquanto etapas da análise de conteúdo, realizamos a pré-análise das informações, a exploração do material e tratamento dos resultados (codificação: escolhas das unidades de conteúdo (temática), enumeração e escolha das categorias: (classificação e agregação) e, finalmente, a inferência e interpretação.

3. (IN) CONCLUSÕES...

Como desfecho (inalteravelmente provisório) desse trabalho, sentimo-nos assolados por uma intensa sensação de encontrar-se diante de um trabalho que sempre nos parece incompleto, diante das possibilidades que ainda vislumbramos de abordagens aos dados coletados, as vivências oportunizadas pela convivência com os jovens durante os debates nos grupos focais e entrevistas, e ainda diante das leituras diversas.

Contudo, um exercício similar ao realizado no momento da elaboração do projeto de pesquisa, que foi buscar afunilar o objeto de pesquisa de modo que fosse exequível, se fez necessário durante a coleta e análise dos dados, para diante do alcance do objetivo proposto, colocar um ponto final.

Desse modo, escolhemos nomear essa passagem do capítulo com o termo “(In) Conclusões” visando efetivamente concluir esse trabalho, porém com uma condição de continuidade, em trabalhos futuros.

Consideramos importante destacar que durante a execução da pesquisa, o maior esforço intelectual foi concentrado no tratamento dos dados coletados, em especial no que tange à sua análise. Tal desafio encontra assento especial na necessidade permanente de vigilância, por parte do pesquisador, no que concerne ao risco de desvios e equívocos de interpretação, que só podem ser evitadas com o máximo de rigor de acatamento ao método.

Um exercício de aperfeiçoamento intelectual propiciado por esta pesquisa, residiu na busca objetiva por compreender aspectos da realidade, sem perder a percepção do caráter icognoscível da realidade subjetiva como um todo. Desse modo, a eleição de aspectos relevantes sobre a realidade dos jovens rurais, que se deram em função do objetivo do conhecimento, sendo estes, em última análise, uma seleção do que consideramos importante conforme determinados valores e crenças. Para nós, este é um conhecimento patente, visto que a adoção da metodologia compreensiva e qualitativa na pesquisa científica de um fenômeno da vida social se encontra imbricado em uma multiplicidade inquantificável de relações com outros fenômenos, impossibilitando, portanto, a apreensão da totalidade de tal complexidade, impondo-se a necessidade de selecionar um aspecto de relevância científica.

Assim, buscando compreender a realidade social na sua especificidade (WEBER, 1979), concluímos a apresentação dessa experiência na expectativa de contribuir para o debate e aperfeiçoamento da ciência social.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Porto: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*, Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. 1ª ed. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Imaginários urbanos*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires. 1999.
- CAREGNATO, Rita Catalina A. e MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Florianópolis: *Texto Contexto Enferm*, 15(4): 679-684, out. – dez, 2006.
- CARNEIRO, Maria José. *Juventude rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.
- CARNEIRO, Maria José. *O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens*. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998a. p. 97-117.
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 11, outubro 1998b. p. 53-75.
- CHAMBERS, Iain. *Migración, cultura, identidad*, Buenos Aires: Amorrortu Editores. 1994.
- DEBUS, Mary. (Org.). *Manual para excelência em la investigación mediante grupos focales*. Pennsylvania: University of Pennsylvania/Applied Communications Technology, Needham Porter Novelli, 1988.
- FARIAS, Adeline Araújo Carneiro. *Os significados da tensão rural – urbano entre jovens rurais: identificações e projetos de vida*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unisinos, São Leopoldo.
- GADEA, Carlos Alfredo. *Paisagens da Pós-modernidade. Cultura, política e sociabilidade na América Latina*, Ed. Univali, Itajaí, 2007.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2011.
- HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude – alguns contributos*. *Análise Social*. Vol. XXV, n. 105-106, 1990.
- PAIS, José Machado. *Máscaras, jovens e “escolas do diabo”*. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008
- PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez, 2008.
- SIMMEL, Georg. “El cruce de los círculos sociales” e “La ampliación de los grupos ya la formación de la individualidad”. IN: *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza, Madrid, 1986.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Estudos sobre juventude em educação*. *Revista Brasileira de Educação-Revista da Anped*, São Paulo, n. 5-6, 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SPOSITO, Marília. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 2 / Marília Pontes Sposito, coordenação. UNESCO. *Juventude e Contemporaneidade*.
- SPOSITO, Marília, FAVERO, Osmar, CARRANO, Paulo, NOVAES, Regina Reys (Organizadores). *Brasília:*

UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

SPOSITO, Marília. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil. Institucionalização Tradicional e Novos Significados. Jovenes – Revista de Estudios sobre Juventud, Edição: ano 9, núm. 22, México, DF, janeiro-junho 2005, pp 201-227.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose, antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose, antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

WEBER. M. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER. M. Metodologia das ciências sociais. São Paulo, Campinas: Cortez: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

VOZES VINDAS DO CÁRCERE: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA COM MULHERES RECLUSAS

Prof.^a Mestra Crisonéia Nonata Gomes dos Santos.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos uma descrição pormenorizada da pesquisa realizada no decorrer de nosso Mestrado em Ciência da Educação e Políticas Públicas, narrando o caminho percorrido ao longo da investigação. Nele justificaremos as opções metodológicas, explanaremos e analisaremos os resultados da investigação, garantindo a sua transparência e fundamentação utilizada, pois entendemos que num processo de investigação deverão ser explicados, em minúcias, os princípios metodológicos e métodos utilizados. Assim, a seguir, toda a explicitação e fundamentação concernentes às opções metodológicas e à análise heurística seguida neste estudo serão detalhadas. O fruto desta investigação foi a Dissertação que teve como título: “Programa Mulheres Mil: uma Oportunidade de Reinserção Social Cidadã às Reeducandas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal.”

1. DELINEAMENTOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação teve como cunho principal compreender as contribuições do Programa Mulheres Mil na vida das reeducandas do Presídio Feminino do Distrito Federal, egressas dos cursos de Estética Feminina e Recepcionista, que foram qualificadas pelo IFB – Campus Gama entre os anos de 2013 e 2014.

Elegemos a delimitação metodológica a qualitativa para esta pesquisa na qual observa-se um caráter exploratório, isto é, ela é aquela que estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, mostra os aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. De acordo com Chizzotti (2010, p. 28), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção visível”.

Corroborando com o mesmo pensamento Turato e Fontanella inferem que:

O método qualitativo tem suas raízes na fenomenologia, pois busca a compreensão da dinâmica do Ser Humano, partindo dos significados dos fenômenos vivenciados pelas pessoas (TURATO, 2005; FONTANELLA et. al., 2006).

A pesquisa qualitativa, segundo Oliveira (1999 p.117) pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das

informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento.

Inferimos ainda que escolhemos essa abordagem por ela fundamentar-se na compreensão da possibilidade de descobrir as múltiplas facetas de um objeto o qual indispensável para conhecer o significado que as pessoas atribuem ao que está ao seu redor e à sua própria vida, conforme afirmam Ludke e André (1986).

Segundo Oliveira (2004), as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, bem como se preocupam em entender a complexidade, os significados e as mudanças.

A pesquisa qualitativa compreende o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e, portanto, não se trata apenas de um conjunto de técnicas, mas de um modo especial de olhar o fenômeno social investigado (MINAYO, 1994).

O fato do estudo apresentar uma pesquisa qualitativa deve-se à compreensão de que a utilização desta abordagem torna o estudo mais amplo, tendo em vista que os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Godoy (1995, p. 62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo.

Os métodos qualitativos empregam, conforme observa Creswell (2010, p.206), várias concepções filosóficas; estratégias de investigação e métodos de coleta de dados, análise e interpretação. Além de detalhar as características da pesquisa qualitativa, o autor apresenta também “dicas de pesquisa” voltadas para as estratégias de investigação. O papel do investigador, em seguida, ganha igual destaque tratando, inclusive, sobre as questões éticas na relação pesquisadores-participantes.

A escolha de um tipo de abordagem e um determinado instrumento de pesquisa é fundamental, porque o pesquisador necessita estar ciente dos avanços e limitações que vão ser enfrentados, devido a elementos que aparecem inesperadamente no transcorrer da mesma. Há uma necessidade de o investigador possuir domínio do arcabouço teórico e das técnicas utilizadas, para poder, a partir daí, desenvolver suas ações de maneira eficiente e segura.

Diante disto, e por se pretender entender as percepções e as experiências dos participantes, assim como a maneira como eles extraem sentidos para suas vidas, optou-se pela pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2010).

Com o intuito de valorizar as expressões, pensamentos, atitudes, expectativas das informantes, bem como de acreditar que elas trazem informações preciosas para a pesquisa e que também devem ser levantadas e discutidas, é que o estudo defende também a subjetividade dos sujeitos, respeitando seus contextos mais diferenciados. Minayo (2012, p. 622) nos diz que o senso comum se expressa na linguagem, nas atitudes e nas condutas sendo a base do entendimento humano. Dado o seu caráter de expressão das experiências e vivências, logo, o senso comum deve ser levantado nos estudos qualitativos.

Além disso, conforme Minayo (1994) “a pesquisa qualitativa compreende o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e, portanto, não se trata apenas de um conjunto de técnicas, mas de um modo especial de olhar o fenômeno social investigado”. Esse universo foi verificado e serviu de aporte nas entrevistas com a reeducandas quando da

realização do grupo focal.

Para a investigação utilizou-se como técnica de coleta de dados na abordagem qualitativa o grupo focal, pois, conforme Gatti (2012, p. 9), “o grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar”. A abordagem qualitativa nesse estudo também sustentará os resultados obtidos através de gráficos e tabelas; ou seja, mensurará os dados coletados, interpretando-os com base no arcabouço teórico utilizado pela pesquisadora.

Dessa forma, na coleta de dados recorreu-se ao questionário com o objetivo de abstrair maior número de informações possíveis, pois esse instrumento foi aplicado com as alunas certificadas nas turmas dos dois primeiros cursos do Programa Mulheres Mil, citados anteriormente.

O questionário é um instrumento importante de coleta de dados. Esse quando bem estruturado e aplicado, é uma ferramenta eficaz e produz respostas com o mínimo de erro. Chagas (2000, p.3) demonstra que “construir um bom questionário depende não só do conhecimento de técnicas, mas principalmente da experiência do pesquisador”. Contudo, seguir um método de elaboração é essencial, pois identifica as etapas básicas envolvidas na construção de um instrumento eficaz.

Ressalta-se que deve existir uma sensibilização por parte do pesquisador, em escolher e utilizar o tipo de abordagem que permita a realização de uma investigação mais completa. Bem como que viabilize respostas ao problema levantado no início da pesquisa, compreendendo de maneira mais ampla o fenômeno. Nessa perspectiva Gunther (2006, p.4) explicita:

“Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social”.

1.1 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Núcleo de Ensino do Presídio Feminino, (NUEN), o qual faz parte do Complexo Penitenciário do Distrito Federal, localizado na Cidade do Gama-DF. A população amostra da pesquisa foi formada por dezesseis reeducandas egressas da primeira e segunda turma dos cursos de Estética Feminina e Recepcionista, ofertados pelo Campus Gama do Instituto Federal de Brasília, no âmbito do Programa Mulheres Mil.

A adesão ao Programa Mulheres Mil pelo Campus deu-se em setembro de 2011, quando 100 mulheres foram selecionadas, para o curso básico em Auxiliar de Panificação, as aulas no Campus começaram em 02 de fevereiro de 2012, mas somente em 2013 foram iniciados os cursos no presídio feminino. A Primeira turma teve início em julho de 2013 e concluiu em dezembro de 2013 e a segunda iniciou em fevereiro de 2014 e concluiu em dezembro de 2014, com a certificação de vinte e sete alunas. As duas turmas perfaziam um total de vinte e sete estudantes, pensava-se que seria possível aplicar os instrumentos de pesquisa a todas elas, por entender que o local onde elas receberam a qualificação do Programa Mulheres Mil, no interior

do presídio, seria mais fácil reuni-las.

Ao receber permissão da Vara de Execuções Penais – VEP – para iniciar a pesquisa, constatou-se que só seria possível entrevistar 16 alunas, em função de variados problemas de ordem operacional, enfatizando, principalmente a falta de carcereira para acompanhar a pesquisadora na realização das entrevistas. Havia outras situações que dificultaram o andamento da pesquisa no tempo previsto: algumas alunas se encontravam enfermas; outras realizavam atividades laborais da rotina do presídio ou estavam reclusas na “tranca” como é popularmente chamada a cela solitária; outras não concordaram em participar da pesquisa e por fim àquelas que já haviam cumprido pena e estavam fora do presídio e do DF. Finalmente todas as dezesseis reeducandas responderam os questionários, enquanto oito participaram do grupo focal.

Destacamos que as dificuldades enfrentadas para a realização desta pesquisa, ocorreram especialmente no que tange à burocracia e à morosidade em liberar as autorizações para a entrada no presídio da equipe que inicialmente realizaria o grupo focal. A autorização em tela, demorou três meses para tramitar entre a Vara de Execuções Penais e na Secretaria de Segurança dos Presídios do Distrito Federal – SESIPE – quando enfim foi liberada, haviam contidas nessas autorizações algumas restrições, inclusive as que enfatizavam proibição quanto à gravação de imagens, dessa forma somente as vozes das alunas puderam ser gravadas.

Outro fator negativo para a realização das entrevistas deu-se em face da deflagração de uma greve do Governo do Distrito Federal - GDF-, fato ocorrido no exato período em que estava sendo realizada a pesquisa no presídio, a referida greve, foi aderida pelos agentes penitenciários e carcereiros, dificultando sobremaneira o ingresso e a permanência da pesquisadora no ambiente prisional.

1.2 PROCEDIMENTOS

No período consistente entre agosto a outubro de 2014, foi enviado documento à Direção Geral do Campus Gama, solicitando autorização para a realização da pesquisa e utilização das informações sobre o Programa Mulheres Mil e realizadas reuniões com o Coordenador do Programa no Campus, solicitando informações e análise documental, acerca das atividades realizadas pelo programa Mulheres Mil no Presídio Feminino do DF e quando foi relatado a ele o objetivo da pesquisa.

Após o consentimento da Direção Geral e o apoio da Coordenação, iniciaram-se as primeiras análises e tabulações concernentes aos dados das reeducandas egressas que constavam nos arquivos da Coordenação do Programa.

Em novembro do mesmo ano foram realizadas duas visitas ao presídio feminino, cujo objetivo foi tentar um contato com a direção, para apresentar o Projeto de pesquisa, as intenções e a busca de informações de como proceder para a obtenção dos dados necessários. Realizado o contato com os representantes do Núcleo de Ensino do presídio, conseguiu-se também uma permissão para realizar uma visita às reeducandas egressas do Programa Mulheres Mil. Neste ínterim foi que se soube que algumas das egressas já haviam deixado o presídio, umas no regime semiaberto e outras por cumprimento de pena. No mês de maio de 2015, foi feito encaminhamento de documento à Vara de Execuções Penais VEP, e à Secretaria de Segurança Interna dos Presídios - SESIPE, apresentando o objetivo do projeto e solicitando permissão para

a realização de entrevista, e do grupo focal com as reeducandas.

Essa autorização demorou cinco meses para ser liberada com restrições que foram citadas anteriormente. Antes do início de cada etapa da pesquisa, como questionários, grupo focal, todo o procedimento que seria realizado foi apresentado e discutido com a Coordenadora do NUEN, e posteriormente com as reeducandas que participaram da pesquisa, enfatizando sempre a elas que tudo seria mantido no mais absoluto sigilo, conforme as normas de ética, os questionários foram todos assinados pelas alunas e pela pesquisadora.

1.3. INSTRUMENTOS PARA LEVANTAMENTO DOS DADOS

Quanto aos instrumentos que foram utilizados para dar suporte à coleta de dados, destaca-se a investigação teórica dos autores que compõem o referencial teórico e na pesquisa documental, na análise dos questionários socioeconômicos das reeducandas.

Foram feitas também a aplicação do questionário semiestruturado à população-alvo, dezesseis das vinte e sete egressas, e neste havia cinco questões fechadas e sete questões abertas. Essas perguntas foram elaboradas com o intuito de coletar as informações relacionadas que contemplassem aos objetivos deste estudo.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996, p.100), o questionário é um instrumento de coleta de dados que apresenta várias vantagens, dentre as quais se pode destacar o fato de que este atinge, simultaneamente, um maior número de pessoas, obtendo respostas mais rápidas e mais precisas.

Ao terminar a aplicação dos questionários, oito mulheres foram selecionadas, para comporem o grupo focal. O grupo focal como um procedimento de coleta de dados é um instrumento no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um determinado tema (KIND, 2004).

De acordo com Kind (2004), os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Esses dados levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. No grupo focal, realizado com as oito reeducandas, como citado anteriormente, não foi permitido gravação de vídeo, apenas da voz das alunas, e cuja moderadora foi a própria pesquisadora, por não haver sido liberada a permissão da entrada no presídio de uma terceira pessoa, entretanto o roteiro foi seguido conforme havia sido elaborado. A gravação do áudio, as conversas e as falas em geral tiveram uma duração total de uma hora e meia. A utilização do grupo focal, nessa pesquisa, foi escolhida porque este instrumento privilegia a fala dos participantes.

Verificou-se, ao fazer as transcrições das gravações, que havia a necessidade de completar os dados que não foram amplamente respondidos, e alguns estavam confusos. Assim, uma semana após a realização do grupo focal, realizou-se mais uma entrevista individualizada com o universo das dezesseis alunas.

1.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Com relação aos dados levantados através dos questionários com questões abertas foram analisados com a utilização da técnica de análise de conteúdo que é proposta por BARDIN (1977). A análise de conteúdo é uma das formas de tratamento de dados em pesquisa bastante utilizada em questões discursivas. Na pesquisa qualitativa sobremaneira, ela busca, de certa forma compreender os discursos dos participantes.

Conforme (Bardin, 1977)

“Mensagens obscuras que exigem uma interpretação; mensagens com um duplo sentido, cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.”

A pesquisa se propôs a verificar se os cursos de qualificação ofertados pelo IFB-Campus Gama, no âmbito do Programa Mulheres Mil, às reeducandas egressas, contribuíram para alguns aspectos positivos na vida dessas mulheres, partindo do pressuposto de que este programa é uma política inclusiva e diferenciada de outras que visam à profissionalização. Para que a pesquisa fosse viabilizada foi necessário, primeiramente, conhecer estas mulheres, “conviver” durante algum tempo com e entre elas.

Na sequência será feita apresentação da base empírica da investigação, cuja análise foi realizada a luz do referencial teórico deste trabalho, o qual foi elaborado a partir do grupo focal, das entrevistas e dos questionários.

Não se encontrou até o término dessa investigação e com certa facilidade, literaturas com relatos de pesquisas realizadas no interior de presídios, o sistema prisional causa repúdio e medo. Foram muitas as dificuldades enfrentadas para a concretização deste estudo que vão desde a falta de efetivo de carcereiros, a problemas burocráticos. De acordo com a (LEP, 1984), para cada reeducanda entrevistada, há a necessidade do acompanhamento de dois carcereiros.

Os dados evidenciados no questionário socioeconômico revelaram que a maioria das reeducandas são casadas, possuem filhos, exerciam profissão remunerada antes de serem presas, e contribuíam na renda familiar, estavam em idade economicamente ativa. Apesar da baixa escolaridade constatada, algumas delas disseram ter ensino médio completo, e duas disseram que estavam cursando o ensino superior quando foram levadas ao presídio.

A análise também comprovou que o programa foi de grande importância para a vida educacional das reeducandas, pois despertou nelas a vontade de continuar seus estudos, mesmo no processo do cumprimento de pena no interior presídio, proporcionou a mudança de itinerários formativos, contribuiu para a melhoria na interação pessoal, no convívio com as outras reeducandas e até com a carceragem. Porém o fator de maior destaque e de consenso entre as participantes, segundo a análise da pesquisa, foi, a melhoria da autoestima, todas elas relataram estar mais felizes após terem participado do programa.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça: **INFOPEN/DEPEN** - 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITEMID0174EA9FA2624D3F99E091076FD45F5PTBRIE.htm>. Acesso em: 20 /09/ 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Censo penitenciário de 1995. Disponível em: <http://depen.com> Acesso em: 07 nov. 2002.
- _____. **Lei de Execução Penal** (Lei no 7.210/84).
- _____. Ministério da Justiça – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária- Secretaria de Políticas para Mulheres- Grupo de Trabalho Interministerial. (Org) **Documento Basilar para a Elaboração da Portaria Interministerial MJ/SPM** no 210/2014.
- _____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Disponível em: Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil.
- _____. Mulheres mil: do sonho à realidade = Thousand woman; making dreams come true = Mile femmes: du revê à là réalité. Organização: Estela Rosa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 2011. Disponível em: Acesso em: 27 dez. 2013.
- CHAGAS, R. T. A. **Prática - Pesquisa - Ensino**. Vol. 1 - Número 1. Campinas/São Paulo. Janeiro/fevereiro/março - 2000. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm acesso 02 de outubro de 2014.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.
- CRESWELL, W. J. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007, 248p.
- GATTI, B. A. Estudos Quantitativos em Educação. Revista: **Educação e Pesquisa**. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Vol. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf> Acesso em: 05 de outubro de 2014.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Editora Líber Livro, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 22, n.2.
- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.
- KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-36, 2004.
- KORMAN, A. K. **Self-esteem as a moderator of the congruency between self- perceived aptitudes and vocational choice**. Journal of Applied Psychology, 1967. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n3/v21n3a05.pdf>. Acesso em 04/12/2015.
- MINAYO, C. S. M. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Revista: **Ciência e Saúde Coletiva**. Vol.17, n.3. Rio de Janeiro Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000300007 Acesso em: 03 de outubro de 2014.
- MINAYO, C. S. M. (Org). **Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p.9
- TURATO, E.R.; Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**. v. 39, n.3, p.507-14, 2005.

PESQUISA SOBRE JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.

Prof.^a Dra. Daygles Maria de Souza Lima

INTRODUÇÃO

O presente capítulo foi construído a partir das experiências propiciadas pela realização da pesquisa durante o nosso doutoramento em Ciências Sociais que nos possibilitaram a produção da tese intitulada Juventude, identidade e violência na perspectiva dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave.

O objeto de estudo consiste na percepção si e da violência, a partir da perspectiva e trajetória de vida dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave. O objetivo geral foi compreender a percepção do jovem sobre si, sobre os atos de violências na sua natureza mais grave e como são subjetivamente elaborados. Frente a este contexto, o universo empírico do qual esta pesquisa se ocupou foi o jovem que cometeu ato infracional de natureza grave (conduta descrita como crime ou contravenção penal), mais especificamente latrocínio, estupro e homicídio qualificado, que estava internado no Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz, respondendo medida socioeducativa com ou sem possibilidade de atividade externa.

Neste capítulo apresentamos o delineamento e desenvolvimento da pesquisa científica realizada a fim de dar conta dos objetivos da mesma.

Assim, o capítulo encontra-se organizado a partir da exposição sobre a caracterização da pesquisa, estruturado em três etapas:

Na primeira etapa apresentamos e justificamos as escolhas quanto aos métodos e técnicas utilizados, seguido pela caracterização dos informantes da pesquisa, bem como, a exposição sobre as técnicas de coletas de dados utilizadas: análise documental, entrevistas e observação participante.

Na segunda etapa, descrevemos os desafios enfrentados para a realização da pesquisa, considerando a singularidade dos investigados e da instituição na qual realizamos a pesquisa, apresentando os percursos e conquistas encarados e superados durante esse processo.

Na terceira e última etapa caracterizamos os cenários da pesquisa, detalhando como se dá o processo de fluxo de jovens no Centro Socioeducativo de Roraima/CSE-RR, a partir da exploração realizada acerca da estrutura física da instituição enquanto ambiente de relações e seus significados, depreendendo daí expectativas e frustrações. Discutimos ainda as singularidades observadas quanto a escola existente na instituição e as acomodações dos jovens, e finalmente, a apresentamos uma descrição sobre o perfil dos funcionários que atuam no CSE-RR.

1. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PROCEDIMENTOS E ABORDAGENS

3.1.1 CARACTERIZAÇÃO

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e etnográfico. Sabemos que o método etnográfico, apresenta algumas limitações, mas foi por meio dele que conseguimos, principalmente na pesquisa de campo, acessar significados embutidos em fatos aparentemente corriqueiros e procuramos manter um olhar que levasse em consideração a corporalidade das informações de forma singular

Erickson (1981) sugere que existem duas fontes principais de se obter um *corpus*: olhar e perguntar. O olhar se refere a várias técnicas de observação existentes, como anotações de campo, gravações de áudio e vídeo e suas transcrições subsequentes. Perguntar refere-se à utilização de questionários, entrevistas, diários de campo, estudo de documentos.

Partindo do princípio que esta pesquisa tem como principal objetivo compreender como os jovens atores de ato infracional grave estabelecem relações com as situações de violência vivenciadas e como estas são elaboradas subjetivamente e influenciam em suas trajetórias de vida, optei por um estudo de caráter qualitativo, tomando como referencial metodológico a etnografia, tendo como principal interlocutores Eckert (2008) e Sáez (2013).

Deste modo priorizei a observação direta e demais técnicas de coleta de dados como entrevistas e análise documental. As informações foram coletadas por meio de conversas informais, um roteiro de entrevista semiestruturado, da participação direta na rotina dos internos e dos servidores do CSE e da análise de documentos institucionais.

3.1.2 DOS PARTICIPANTES A COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para efeito de entendimento, definimos aqui como participantes todos que contribuíram com informações para esta pesquisa e que estão alocados nos seguintes grupos:

Para preservar a integridade e identidade dos jovens participantes, nesta pesquisa os jovens foram nominados com pseudônimos.

Dentre os participantes do grupo A e do grupo B alguns profissionais e jovens contribuíram também como interlocutores, uma vez que nos primeiros passos da pesquisa de campo, possibilitaram a inserção e imersão na rotina do CSE-RR.

Quadro 1: Dos participantes

GRUPOS	LOCAL	PARTICIPANTES
Grupo A Profissionais	Da Escola	• Coordenadora Pedagógica - Professores – (4)
	Do CSE-RR	• Coordenadora Pedagógica • Diretor • Socioeducadores (04) • Técnicos administrativos • Assistente social
Grupo B	Do CSE-RR	6 Jovens entre respondem medida sócio educativa em regime com ou sem possibilidade de atividade externas.

Fonte: Lima, 2017.

3.1.2.1 Da seleção dos participantes a sistematização e análise de dados documentais

A seleção dos participantes ocorreu com base em alguns critérios que aqui diferencio em critérios comuns aos dois grupos e critérios específicos. Dentre os critérios comuns ao grupo A e B, o principal foi o interesse e concordância em participar. Neste sentido além dos contatos iniciais e das conversas informais estabelecidas, os informantes concordaram e autorizaram a utilização de suas informações, falas e até mesmo fotografias por dois meios: via gravação e via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹.

Os critérios para o grupo B inicialmente, foram os seguintes:

- Responder por ato infracional de natureza grave.
- Indicados por participantes do grupo A;
- Facilidade de expressão e comunicação;

No decorrer da pesquisa outros critérios foram sendo estabelecidos em função das variantes que foram surgindo.

1º Variante: Fluxo de jovens:

Embora tenham sido internados por haverem cometido atos infracionais de natureza grave, os jovens no CSE-RR encontram-se em Regime de internação provisória (aguardando decisão judicial que, por força de Lei, deve ser promulgada no prazo máximo de 45 dias); ou Regime de internação após julgamento, cumprindo medida socioeducativa determinada pelo Juiz. Assim, o primeiro recorte necessário para seleção foi de exclusão dos jovens em Regime de internação provisória, pois poderiam, como de fato ocorreu, serem libertos no decorrer da pesquisa. A seleção considerou apenas os jovens ‘já sentenciados’.

2ª variante: Tipos de Medidas socioeducativas.

1- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é uma exigência do Conselho Nacional de Saúde, regulamentada pela Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Sua obrigatoriedade se aplica a pesquisas envolvendo seres humanos na área da saúde. Para este estudo, na área das Ciências sociais, não há obrigatoriedade para autorização no Conselho de Ética Nacional, tanto aplicação do Termos de Consentimento Livre Esclarecido. Por uma questão de ética pessoal da pesquisadora, o Termo foi utilizado e aplicado a participantes do Grupo A. No grupo B os esclarecimentos quanto a pesquisa, suas concordâncias quanto a participação e divulgação de informações, forma realizadas por gravação.

No decorrer da leitura dos processos, a noção de que a medida socioeducativa que os jovens do CSE-RR estavam cumprindo naquele momento, estava relacionada a natureza do ato infracional cometido, foi redimensionada e forçou a realização de um novo recorte. A aplicabilidade inicial da medida socioeducativa, de fato, tem a ver com a natureza do ato infracional cometido, entretanto, no decorrer do período de internação o jovem pode sofrer progressão e passar, por exemplo, de uma medida de internação sem possibilidade de atividades externas, para semiliberdade. Portanto, o fato de estar em semiliberdade não implica dizer que não tenha cometido ato infracional de natureza grave. O segundo recorte foi selecionar jovens que tenham cometido ato infracional de natureza grave, independente da modalidade de medida socioeducativa.

3ª variante: Local de Cumprimento das medidas socioeducativas por modalidade.

Quando iniciei a pesquisa de campo, ainda na fase de leitura dos processos, o CSE-RR comportava todos os jovens que respondiam medidas socioeducativas, independentemente de sua modalidade. Assim, junto aos Sentenciados com ou sem possibilidade de atividades externas, ficavam os jovens em semiliberdade. Muitos destes jovens passavam o dia lá mesmo pelo CSE-RR. No decorrer da pesquisa, os jovens da semiliberdade, por força de Lei, foram retirados do CSE-RR e enviados para Unidade específica de atendimento a esta modalidade de medida sócio educacional. Essa determinação de mudança de prédio realizada após muitas ações impetradas pelo MP, embora necessária e demandasse providências por parte bastante tempo por parte do estado, dificultou o acesso a estes jovens para a realização da pesquisa etnográfica, pois nas novas instalações a medida socioeducativa de semiliberdade começou a ser cumprida a termos, com o retorno à nova unidade apenas a noite. Frente a este contexto, os jovens que haviam cometido ato infracional de natureza grave, mas encontravam-se em semiliberdade forma excluídos e nova seleção foi feita dentre os jovens que encontram-se respondendo por medida socioeducativa com e sem possibilidade de atividades externas. Aqui vale uma ressalva. Os jovens que cumprem medidas socioeducativas com possibilidade de atividades externas não foram excluídos neste recorte porque não se ausentam do CSE-RR. Segundo a gestão, o trabalho de acompanhamento a esses jovens para a realização das atividades externas é inviabilizado devido ao quantitativo de socioeducadores insuficiente para atender a demanda.

4ª variante: Período de cumprimento da medida socioeducativa.

Após o recorte anterior e tendo estabelecido como novo critério que consultaríamos apenas os jovens que haviam cometido ato de natureza grave e estivessem em cumprimento de medida socioeducativa com e sem liberdade de atividade externa surge a 4ª variante: independente do período da sentença estabelecida pelo juiz no ato do julgamento, a medida socioeducativa deve ser revista pelo Juizado da Infância e Juventude a cada seis meses. Portanto era necessário considerar o interstício de tempo da internação do jovem e a previsão de encerramento da pesquisa de campo, evitando assim que a coleta de dados e a relação etnográfica não fosse concluída em detrimento a uma possível progressão para a semiliberdade extinção da medida socioeducativa (liberdade).

5ª variante: Representação de exacerbado perigo a integridade física da pesquisadora.

Essa variante surgiu em função da existência de alguns laudos psiquiátricos, atestando em alguns jovens quadros psicopatia; quadros de explosões repentinas e extrema agressividade decorrente de crises de abstinência química, relatados por profissionais do CSE-RR e presen-

ciados pela pesquisadora nas visitas as celas e assédio físico a professora. Alguns desses jovens, quando consultados do interesse em participar, se dispuseram de pronto, com bastante interesse. Entretanto, apesar das constantes cobranças por parte deles, por uma questão de assegurar minha integridade física, o quinto corte foi realizado.

As variantes foram surgindo no decorrer do processo simultâneo de leitura dos processos, análise documental e informações coletadas junto aos profissionais do CSE-RR, todas antes do primeiro contato pessoal com os jovens, descrito na seção 4.4 deste capítulo. Faz-se uma ressalva para última variável que surgiu também por meio do contato direto com os jovens.

A cada variante um recorte foi realizado, estabeleceu-se novos critérios de seleção e um novo quadro de possíveis participantes do grupo B se apresentava. A consulta aos jovens quanto ao interesse de participação foi realizada simultaneamente a elaboração do último quadro com levantamento dos jovens (Apêndice A) a partir dos critérios que foram se estabelecendo.

Em síntese, após as variantes e recortes apresentados, os critérios de seleção para participantes do grupo B se conformaram da seguinte maneira:

- Responder por ato infracional de natureza grave.
- Ter indicação de do grupo A (esse critério não foi aplicado em todos os casos);
- Ter facilidade de expressão e comunicação;
- Não estar no Regime de internação provisória, aguardando deliberação do juizado;
- Encontrar-se respondendo por medida socioeducativa com e sem possibilidade de atividades externas;
- Responder por ato infracional de natureza grave, independente da modalidade de medidas socioeducativa;
- Período de cumprimento da medida socioeducativa considerando o interstício de tempo da internação do jovem e a previsão de encerramento da pesquisa de campo;

Com objetivos iniciais de selecionar os possíveis jovens participantes com base nos critérios estabelecidos no projeto desta de pesquisa, o primeiro passo foi, simultâneo as interações com os profissionais do CSE-RR, organizar um quadro que dispusesse as informações acerca dos jovens internos no CSE-RR, partindo dos diversos documentos contidos em suas pastas individuais tais como: cadastros, relatórios técnicos, plano de atendimento individual – PIA, relatórios de ocorrências internas, processos judiciais e demais formulários. O quantitativo desses documentos variam de acordo com as reincidências e consequentes retornos ao CSE-RR, bem como ao período maior ou menor de internação. Encontrei casos com dois extensos volumes.

A sistematização e análise dos dados destes documentos permitiram também, a partir de um contexto mais amplo, situar os jovens desde uma perspectiva institucional com os dados uniformizados (idade, sexo, trabalho, situação conjugal, escolaridade, renda familiar, moradia e quanto ao conhecimento atos infracionais cometidos e medidas socioeducativas aplicadas) - até uma perspectiva subjetiva por meio das narrativas de familiares e dos próprios jovens. Além disso possibilitou que eu conhecesse o que deu causa a sua internação.

O conjunto dessas informações permitiram elaborar um quadro institucional geral dos jo-

vens infratores no CSE, que apresento no Capítulo 4; reunir informações a partir das quais, junto aos dados coletados em conversas informais com funcionários e indicações, estabeleci o primeiro contato *face to face* com os jovens, fazendo a pesquisa de sondagem de interesse em contribuir com este estudo na qualidade de participante; elaborar o roteiro semiestruturado para a realização da entrevista com os jovens que se voluntariassem.

Em conformidade com os critérios de seleção após a realização de alguns recortes e com o quantitativo de 16 jovens tendo manifestado interesse de participação na pesquisa, passei para a segunda etapa do processo de seleção efetuando as entrevistas com os jovens.

3.1.2.2 Das Entrevistas

Semiestruturadas, a partir de um roteiro prévio com questões que além de suas trajetórias de vida abordaram dimensões relativas a identidade e projetos de vida (Apêndice B), as entrevistas além de contribuírem para a conclusão da seleção dos participantes, possibilitaram acessar o olhar do jovem sobre sua trajetória de vida e o modo como a violência aparece em suas narrativas, em especial a violência que deu causa a sua internação (todos fizeram questão de falar).

Com duração média de 60 minutos, a primeira entrevista com os jovens foi realizada em sala específica e devidamente gravada com anuência dos jovens.

As dimensões exploradas na entrevistas semiestruturada foram se aprofundando durante a observação direta, em momentos em que foi possível realizar entrevistas semiestruturadas e observar situações de interação pessoal que trazia informações relativas as dimensões exploradas.

Desde as primeiras inserções no universo da pesquisa de campo, mesmos as de caráter meramente exploratórios, houve uma preocupação em zelar pelo olhar atento aos movimentos que dão vida ao CSE-RR, sem perder de vista acontecimentos que quebram a rotina (fugas, agressões a funcionários e etc).

3.1.2.3 Da Observação participante

Para observação participativa segundo Eckert (2008), “a interação é a condição da pesquisa. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos”. Entretanto algumas situações inerentes ao próprio contexto em que se insere a pesquisa, condicionaram as interações estabelecidas a momentos específicos, já que a maior parte do dia os jovens ficam em suas celas. Os “espaços sociais” para interação foram limitados ao ambiente escolar, a sala de leitura, a momentos de visita às celas e atividades extracurriculares, a exemplo dos torneios esportivos quando pude circular na quadra de esportes e acessar ter acesso a todos. A regularidade da presença nos ambientes e momentos que era possível interagir com os jovens foi o que facilitou a inserção no campo e possibilitou a interação e a participação direta na rotina.

As observações e entrevistas não-estruturadas foram registrados em caderno de notas e transcritas para o diário de campo. As entrevistas semiestruturadas realizadas com os 16 jovens, foram gravadas e sistematizadas em quadros organizados por dimensão investigada para a realização da análise de dados. Com base na análise do discurso.

A análise de dados foi extremamente complexa principalmente por causa da quantidade de informações coletas e da natureza subjetiva das questões e da própria análise. Frente a infinidade de registros contidos nos diários de campo e nas entrevistas alguns cortes foram feitos para que se pudesse evitar desvios do foco.

3.1.2.4 CONCEPÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Considerando a orientação etnográfica quanto aos procedimentos de análise, neste estudo a sistematização, interpretação subjetiva e análise de dados foram feitas simultaneamente, logo em seguida a utilização do instrumento de coleta. Ou seja, a medida em que as entrevistas foram sendo realizadas, a transcrição, as análises e a natural comparação com informações coletas por meio das observações registradas em diário de campo, iam sendo se acontecendo. Ao cruzar algumas informações registradas em diferentes dias e instrumentos (diário de campo e transcrição das entrevistas) foi possível identificar várias vezes diferentes discursos sobre uma mesma realidade.

3.2 DIFICULDADES DE PERCURSO

3.2.1 PORTAS ABERTAS – PORTAS FECHADAS: PERCALÇOS E CONQUISTAS

O trabalho da pesquisa etnográfica no CSE foi realizado em duas etapas. As primeiras entradas ao campo ocorreram diariamente, no período matutino nos meses de agosto e setembro de 2015 e foram retomadas no período de janeiro a abril de 2016, totalizando seis meses de atividade de campo. A primeira etapa foi essencialmente exploratória, objetivando a ambientação sobre a minha presença; a inserção no universo empírico da pesquisa a partir da seleção dos jovens que cometeram ato infracional de natureza grave, por meio levantamento com base na análise de documentos, conversas informais, observação direta e indicações; e de suas concordâncias em participarem voluntariamente do trabalho de pesquisa.

A segunda etapa iniciou-se com a retomada do trabalho de seleção e com atualização dos jovens que foram internados no período posterior ao levantamento efetuado na etapa anterior, seguida da imersão no campo por meio da participação e, o quanto tanto possível, da rotina dos jovens. Nesta etapa, as relações *face to face* se fizeram tão presentes quanto o caráter de subjetividade nas relações entre pesquisador e objeto de estudo, caráter este consequente da regularidade da presença e permanência no campo para a observação direta inerente à pesquisa etnográfica. O objetivo principal nesta segunda etapa foi olhar, escutar e registrar para buscar nos diálogos, nas conversas informais, nas entrevistas, nos olhares, nos gestos, enfim nos discursos, as informações que possibilitassem compreender o campo do sentido da violência a partir do ponto de vista do outro, daquele que cometeu a violência que é o objeto de estudo nesta pesquisa: o jovem que responde por ato infracional de natureza grave, mais especificamente homicídio, latrocínio e estupro.

No decorrer destas duas etapas, houve uma alternância quanto à receptividade e aceitação da pesquisa no âmbito institucional do CSE. A esse movimento de aceitação, dificuldades,

impedimentos e aceitação chamo de Portas Abertas – Portas Fechada, que também passo a narrar com objetivo de traçar o cenário das relações estabelecidas para inserção no Campo e os caminhos desta pesquisa.

3.2.1.1 Primeira Etapa

No início de agosto de 2014, fui me apresentar ao CSE-RR para dar início à pesquisa de campo. Estou ansiosa. O prédio novo fica fora da cidade de Boa Vista. Depois de percorrer o mesmo caminho rumo à PAMC, saio da BR e entro numa rua asfaltada que dá acesso ao CSE. Observo que ali se instalou uma grande invasão. São muitos casebres de madeira, outros de tijolos. Em alguns, a impressão que tenho, é que não habita ninguém.

Chego na frente do Centro, que está localizado no meio de um grande descampado. O prédio, de fato, é novo. Passo por um grande portão aberto, com uma guarita onde naquele momento não havia guardas. Ninguém me parou para indagar nada. Causou-me estranheza. Esperava encontrar na entrada um aparato de segurança e controle do acesso, como apresentação de documento de identificação, revista e demais ações inerentes ao ambiente onde estão as pessoas privadas de liberdade.

Mais à frente, há uma grade que dá acesso a um “terraço” ou “hall”, com uma mesa relativamente grande e algumas cadeiras. Ao me aproximar, um senhorzinho simpático de uns 68 a 70 anos, abriu a grade. Já dentro, mas ainda sem me identificar pergunto pela Diretora. Com as mudanças de gestão, comuns nas instituições do estado de Roraima a cada ano que se inicia, não sei ao certo quem está na direção neste momento, mas com certeza não é a pessoa com a qual fiz os primeiros contatos para construir o projeto de qualificação. Sou informada que o diretor, Gerente da Unidade, atualmente é uma outra pessoa e que a ex-diretora gerente (posterior a Diretora Gerente com o qual mantive os primeiros contatos), continua trabalhando como chefe da equipe técnica na gestão junto à Diretora Gerente atual. Sou encaminhada à sala da chefe da equipe técnica, em que diretora Gerente da Unidade também se encontra.

Ao entrar, tenho a grata surpresa de ver que a diretora Gerente da Unidade havia sido aluna no curso superior de Contabilidade em uma Universidade particular do estado de Roraima. A chefe da Equipe Técnica estava sentada em sua mesa atendendo uma outra pessoa. Após algumas amenidades, apresentei-me como pesquisadora e conversei com a Diretora Gerente da Unidade expondo detalhadamente minha pesquisa, solicitando a sua permissão para desenvolvê-la no âmbito do CSE e demonstrando a intencionalidade meramente acadêmica, sem finalidade de divulgação em outros meios que não o acadêmico. O primeiro passo para que pudesse imergir no campo seria a concordância por parte da Instituição após avaliar a pertinência de minha pesquisa. Embora já houvesse mantido uma conversação similar ainda quando da elaboração do projeto, devido às inconstâncias políticas no estado e consequente troca de gestores das instituições, tive que me apresentar e reapresentar por diversas vezes no decorrer do tempo que durou o curso e falar da intencionalidade de minha prática etnográfica no âmbito do CSE, em cada uma dessas vezes. Essa intencionalidade, no contexto de Roraima, é imprescindível e explico mais adiante os motivos. A receptividade da Diretora da Unidade foi excelente e com certeza deveu-se fundamentalmente ao fato de já nos conhecermos. Em seguida, apresentando-me à chefe da equipe técnica como sua ex-professora e solicitando-lhe que me atendesse no

que fosse preciso, a Diretora Gerente da Unidade retirou-se da sala. A partir deste momento, senti-me como se estivesse num interrogatório da Santa Inquisição. Talvez devido à cultura local de interferência política direta nas instituições, precisei explicar novamente e mais minuciosamente no que consistia minha pesquisa, qual a intencionalidade, o que eu iria fazer com os dados coletados. As desconfianças logo se dissiparam e as portas foram abertas. A Diretora Gerente da Unidade e a Chefe da Equipe Técnica foram as minhas primeiras interlocutoras no CSE-RR.

A gestão me concedeu uma sala com mesas e cadeiras e liberdade para manusear os documentos que fossem necessários à pesquisa, bem como autorização para conversar com os funcionários. Não me foi sinalizada a possibilidade nem a impossibilidade de contato direto com a rotina dos jovens. Assim, por dois meses - agosto e setembro de 2015 - tive acesso a 47 pastas individuais e privacidade para estudar e analisar toda documentação nelas constantes, entrando em contato com material referente à trajetória de vida social, judicial e privada de cada socioeducando internado no CSE, afim de selecionar os jovens que cometeram ato infracional de natureza grave. Este primeiro recorte se deu por meio do discurso indireto - discursos dos jovens, familiares, da equipe multidisciplinar e do poder judiciário presentes nos documentos analisados.

Nestes dois meses, não tive acesso *face to face* aos jovens. Os contatos eram esporádicos e superficiais, ocorrendo apenas quando os encontrava, normalmente algemados, no pátio principal da entrada do CSE. Os jovens raramente saíam de suas acomodações, exceto para atendimento médico, da equipe multidisciplinar ou para conversas pontuais com as gestoras por motivo de indisciplina, desacatos e infração. O clima era sempre muito tenso, inclusive entre gestores e socioeducadores. Havia um impasse nas relações interpessoais e funcionais que naquele momento não consegui compreender, mas que inicialmente contribuiu como elemento complicador para o meu acesso aos funcionários.

Neste momento da pesquisa, a falta de contato direto com os jovens não implicou em prejuízos ao andamento, logo porque eu precisava primeiro explorar, conhecer o ambiente de maneira a conquistar a aquiescência das pessoas à minha presença, para que eu pudesse interagir e efetuar a observação direta, participativa e sistemática das práticas sociais que ali se estabeleceram. Mantive conversas pontuais e informais com as gestoras, assistente social e alguns técnicos que contribuíram para que eu realizasse o primeiro recorte na seleção dos possíveis jovens participantes da pesquisa e efetuasse um planejamento prévio de abordagem e sondagem para participação voluntária.

Em novembro, devido às constantes fugas da PAMC e a duas rebeliões no CSE, a Governadora do Estado resolveu militarizar o sistema prisional. Deste modo, ao retornar para dar prosseguimento ao trabalho de campo, em janeiro de 2016, havia um novo Diretor Gerente da Unidade, um tenente da Polícia Militar. Jovem, altivo e ansioso por se empoderar como o novo Diretor Gerente de Unidade do CSE -RR que, nas suas palavras, “havia sido convidado e empossado para botar ordem na casa”. O tenente, ao me receber, me informou que eu não poderia dar prosseguimento à pesquisa no âmbito da Instituição, sem antes ele obter a autorização do juiz da Infância e Juventude, mesmo eu tendo sido autorizada pela gestão anterior e tendo em mãos todos os documentos comprobatórios da aceitação. Conhecedora do aparato burocrático

nas Instituições do estado, fiz profundas elucubrações e o sentimento foi de Portas Fechadas. O juiz da Infância e Juventude atual, muito sensível às questões relativas aos estudos nas áreas de Juventude e Violência, na mesma semana expediu autorização dando-me ampla liberdade de atuação. Entretanto, neste momento as portas não foram abertas de pronto. Foi um processo de conquista.

Aqui, considero importante abrir um parêntese para que se faça uma reflexão sobre as relações de Poder no âmbito Estado de Roraima. Considero importante primeiro porque o CSE-RR é uma instituição que atualmente é regida pelo governo do Estado de Roraima e, portanto, não está isenta de sofrer os reflexos e consequências em virtude das relações políticas instituídas pelo estado; segundo, porque é necessário apresentar o cenário em que o CSE-RR está inserido para que se possa compreender as relações ali estabelecidas e os reflexos destas relações no campo da pesquisa e nos movimentos de alternância supracitados, denominados por mim neste estudo de Portas abertas e Portas Fechadas.

A conversa que naturalmente se estabelece na apresentação do pesquisador na Instituição em que pretende realizar sua pesquisa normalmente ocorre de maneira muito tranquila. É praxe e ético que falemos da pesquisa deixando claro os objetivos, a intencionalidade, o período de realização, os participantes. Nas Instituições do governo do Estado e Município de Roraima, excepcionalmente, estas conversas precisam ser muito mais esclarecedoras, pontuais, cautelosas e burocráticas do que as que convencionalmente se estabelece e isto deve-se ao caráter essencialmente politiqueiro que permeia as relações entre as pessoas, gerando um clima de desconfiança. As questões políticas partidárias no estado são muito fortes e presentes nas instituições do governo do estado e do município desde o antigo Território de Roraima até os dias atuais.

Em pesquisa realizada por Lobo (2014) sobre o processo de formação e reorganização do grupos políticos do Estado de Roraima, o autor analisa a luta das elites locais após o processo de redemocratização do país e da transformação do Território de Roraima em Estado, apresentando a formação de um novo cenário e a constituição de novos líderes e grupos políticos, cujas bases de sustentação foram forjadas no clientelismo e reforçadas por elementos já consolidados na política local e nacional, como nepotismo, corrupção e impunidade.

Resguardando-se a temporalidade, alcance social e proporções, essas práticas e grupos ainda continuam fazendo parte do no cenário político de Roraima de maneira muito contundente. Os poderes estatal e municipal há décadas revezam-se nas mãos de grupos oligárquicos que atuam de maneira politiqueira a exemplo das famílias Jucá, Campos e Pinto. Essa última após o falecimento do patriarca, Ottomar de Souza Pinto, tem gradativamente desaparecido do cenário político, enquanto que as duas primeiras se mantem no poder sustentadas pelas práticas forjadas nos anos 80, análogas ao coronelismo e clientelismo nordestino.

A prática de clientelismo é explícita na concessão dos cargos de gestão de alto, médio e baixo escalão, que são distribuídos conforme atuação do indivíduo no período de eleição e as relações estabelecidas com as pessoas que nelas atuaram diretamente. Perfil profissional, competência ou conhecimento técnico não são critérios fundamentais de definição na escolha dos gestores, embora seja possível encontrar pessoas que se enquadrem nestes critérios, atuando como gestores nos cargos de menores escalão. Quanto maior o escalão, mais distantes ficam estes critérios. Do mesmo modo que são nomeadas para os cargos, as pessoas são sumariamente

substituídas quando não mais atendem aos interesses politiqueros do grupo.

Uma vez empossada no cargo, a prática clientelista na constituição das equipes de trabalho prossegue e gradativamente ou não, o novo gestor vai fazendo as substituições que lhe convém alocando nos melhores cargos e funções as pessoas de sua “confiança” ou os apadrinhados políticos. Tem sido prática comum no início de cada ano, em todos os escalões, ocorrer troca de gestores numa espécie de “dança das cadeiras”.

Não é incomum denúncias de desmandos ou descasos nas mídias sociais ou jornalísticas e acusações de um grupo político contra o outro. A vigilância não está presente apenas no período da eleição, mas perdura todo período do mandato e é retomada no mandato seguinte pelo grupo que tiver assumido o poder.

Como consequência desta prática política, o clima na maior parte das Instituições estaduais e municipais de Roraima é de dissimulada cordialidade, competição, desconfiança.

Considerando este contexto, é possível compreender as arguições contundentes realizadas pela Chefia da Área Técnica do CSE-RR da gestão de 2015, quanto à minha intencionalidade no CSE-RR, bem como o comportamento um tanto prepotente e de autoafirmação do novo gestor (gestão de 2016) em nossos primeiros encontros. Afinal, na leitura generalizada inicial de ambos, eu era uma pessoa estranha ao sistema, que estaria presente na Instituição, batendo fotos, tendo acesso a documentos, conversando com os funcionários e com os jovens, observando tudo que se passa no meio e que certamente teria acesso a informações que poderiam ser desabonadoras para a gestão. O processo de conquista nos dois períodos em que estive no CSE foi individual, gradativo, contínuo, longo e exitoso, mas até o último dia no CSE ainda estava imbuída de fazê-lo junto aqueles que eram necessários à pesquisa de campo.

Por uma dessas coisas que acontecem em nossas vidas e de que não dispomos nenhum controle, encerrei a primeira etapa da pesquisa de forma abrupta e me ausentei do campo até o início do mês de janeiro de 2016 que classifico aqui como início da segunda etapa. Neste interstício de tempo na pesquisa de campo, foram efetuados estudos do material coletado.

3.2.1.2 Segunda Etapa – Estratégias

Na segunda etapa da pesquisa de campo, no período de janeiro a abril de 2016, mesmo com a autorização do juiz, os meus acessos ficaram restritos. O acesso à sala que me fora disponibilizada na primeira fase, nesta fase me fora negado. As pastas com os documentos dos socioeducandos não poderiam mais sair da sala onde ficam arquivadas, sob as justificativas de que “é necessário preservar a integridade dos jovens”, “pois se trata de menor”, “o menor tem que estar incólume” ou “os documentos nesta nova gestão não podem sair da sala”. Perante estas negativas e sob a argumentação da necessidade de acesso à documentação, fui gentilmente alocada provisoriamente pelo Diretor Gerente da Unidade e pela nova Chefe da Equipe Técnica, na sala de arquivo, situada dentro de sua sala e minha frequência e permanência neste espaço condicionada ao período vespertino, com base na justificativa de que no período matutino o fluxo dos processos internos pertinentes à vida administrativa dos jovens no CSE-RR é bastante intenso, a demanda de trabalho é maior e, portanto, não teriam disponibilidade para me prestar a assistência necessária – retirada de pastas do arquivo. Nestas condições, realizei a análise da documentação de mais 50 jovens nos meses de janeiro e fevereiro a qual detalho em capítulo mais adiante.

Imergi no campo procurando, num primeiro momento, entender a dinâmica de funcionamento nesta nova gestão e as relações ali estabelecidas, afim de conseguir me movimentar com mais facilidade e coletar os dados que necessitava. Estabelecer uma relação com os funcionários do CSE, condição primordial para interação e construção do conhecimento acerca campo de pesquisa, foi uma tarefa um tanto desafiadora. Alguns pareciam sempre ‘muito ocupados’, sem disponibilidade para estabelecer contato que demandasse um pouco mais de tempo. Para outros, a minha presença naquele meio parecia causar estranheza e desconfiança. Sem a concordância dos servidores, principalmente dos socioeducadores e profissionais da educação minha pesquisa de campo estava fada ao fracasso. Senti neste momento que as portas estavam fechadas.

Era necessário que eu desenvolvesse estratégia que possibilitasse a aproximação, convivência e estabelecimento de relações de reciprocidade, facilitando a minha prática etnográfica a partir de uma boa relação com os funcionários, sem os quais não conseguiria acessar os jovens.

Estando alocada no espaço da Chefia da Equipe Técnica, pude observar o grande fluxo de documentos habitual e a demanda de trabalho extra decorrente da Concentrada² que ocorreria no mês de abril. Enxerguei neste momento uma estratégia de estreitamento das relações e conquista dos funcionários. Assim, objetivando contribuir e ao mesmo tempo ampliar os espaços para interação, me disponibilizei executar tarefas que estivessem compatíveis com as atividades de pesquisa que eu estava desenvolvendo naquele momento – análise de documento dos jovens – e que não comprometessem minha função de pesquisadora naquele ambiente. Como primeira e única atividade, fui imbuída de criar um modelo de Relatório para encaminhamento dos jovens com problemas de drogadição para acompanhamento e tratamento no CAPS-RR. Esta atividade foi realizada em parceria com a assistente social que, sendo única no CSE-RR, estava assoberbada com a elaboração dos relatórios para a concentrada. A atividade foi realizada a contento, mas só possibilitou uma aproximação com a Assistente Social, não atingindo a todos naquele momento.

Uma segunda estratégia utilizada foi a criação da Salinha de Leitura. A ideia surgiu após a primeira visita que realizei às celas e que pude ver que vários jovens faziam leitura. A partir de uma conversa informal com o Diretor Gerente da Unidade, descobri que poderia contribuir com os funcionários e com os jovens, ocupando de forma saudável e educacional uma parte do extenso período diário que estes jovens ficam “na tranca”. Além disso, o trabalho de dar vida a este projeto junto com os jovens me possibilitaria a aproximação, convivência e estabelecimento de relações de reciprocidade necessários à minha prática etnográfica no campo, incluindo nessa perspectiva a efetivação do encontro direto e reservado com grupos de jovens em interação. Assim, paralelamente à pesquisa de Campo, com auxílio dos principais meios de comunicação da imprensa falada e escrita e com a colaboração direta de alguns jovens internos participantes da pesquisa, organizei uma sala de leitura, com um acervo de 360 livros de diversos gêneros literários, fora as revistas em quadrinhos, todos doados pela sociedade de Roraima, criando um ambiente acolhedor que também pode ser utilizado para leitura extra cela.

2- Audiência de avaliação dos jovens para manutenção, progressão ou extinção de medidas socioeducativas em forma de mutirão. Nesta audiência foram atendidos 25 jovens dos quais 06 receberam progressão para MCP; 04 foram para LA; 08 foram libertos com extinção da medida socioeducativa (todos maiores de 18 anos) e 07 não sofreram progressão.

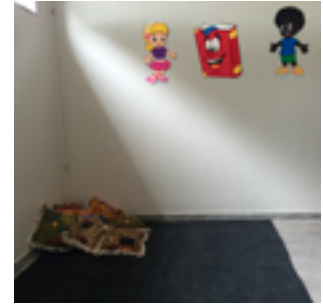
Foto 1: Sala de leitura



Foto 2: Livros doados



Foto 3: Canto acolhedor



Fonte: Lima, 2017.

O trabalho de catalogação, decoração e organização desta sala também possibilitou que eu tivesse um convívio bastante singular, de longos períodos, com alguns jovens sentenciados que se dispuseram a realizar esta ação e que ao conversarem entre si ou comigo, invariavelmente me proviam de informações valiosíssimas que possibilitaram análises que descrevo mais adiante.

Aqui, o desafio inicial, mas logo superado, foi fazer com que o grupo sentisse que naquele momento de trabalho da criação da sala de leitura em conjunto e na minha presença, poderiam ficar à vontade para interagir, que não havia vigilância sobre suas falas nem reprimendas em suas interações. O outro desafio, esse de cunho pessoal, foi paralelamente ao desafio anterior: conter meu receio de que ali houvesse algum atrito entre eles que culminasse em agressões físicas mais sérias que as habitualmente por mim presenciadas nos ambientes da escola e na hora do esporte (momentos de acertos de contas ou ajuste de conduta entre eles).

Com os jovens, a aceitação foi muito mais rápida. Muitos já sabiam de minha presença na Instituição o que suscitava uma certa curiosidade quanto a minha atividade. Quem é esta mulher? O que ela faz aqui?

No decorrer da pesquisa de campo, mesmo depois de ter conversado individualmente com a maioria deles nas visitas às celas e percorrido todas as salas de aula apresentando-me como pesquisadora e explicando minha presença no âmbito institucional, dentre os jovens que se recusaram a participar da pesquisa ou não foram selecionados, havia uma parcela que me via com certa desconfiança. Por estes, fui algumas vezes arguida quanto a minha “real” intencionalidade. Não seria eu uma pessoa que estava observando comportamentos, coletando informação para “caboetar” ao gerente da Unidade ou ao juiz? Neste sentido, pelos menos uns dois jovens, sempre que tinham oportunidade expressavam suas desconfianças de maneira intimidatória.

“ Pesquisadora... rum. Pesquisadora nada meu.

“Vocês são é doido em fica falando coisa prá essa mulher aí! Vê lá que tu fala moleque!”

“ Ó que que tu fala moleque! Depois tá tudo lascado aí!

“ Tem cara é de delegada! Até parece a que me prendeu!

Essa desconfiança se acentuou consideravelmente próximo e depois da “concentrada”, período que coincidiu com o final de minha pesquisa de campo. Estes mesmos jovens expressaram suas

desconfianças no momento em que passei nas salas de aula para comunicar que havia terminado a pesquisa, mas que talvez retornasse para sanar algumas dúvidas e ou mesmo visitá-los.

“É... e vai voltar quando? Perto da outra concentrada é?”

“Muita coincidência essa sua pesquisa terminar depois da concentrada, né não dona!”

“Pra vocês aí que num tiveram progressão ó, bando de otário, eu falei, presta atenção o que eu disse!”

“A minha [foto] pode tirar não. Vocês são é? Ela t dizendo isso aí mas vocês numa sabe pra que é essa foto! Ela vai usar pra que? ”

“A senhora é da polícia, é? Tem cara da minha delegada, aí ó!”

“Tira não! Tira a deles aí, a minha não. [Logo em seguida diz] Vou deixar só porque é com Iphone 6, ó! Dá bobeira não! [risos].”

“Deixo, não! Não, quero não, tia! Essa cara é muito manjada”.

Vale ressaltar, porém, que os partidários deste pensamento eram em número menor. No início, havia muita cobrança para participar e dar as entrevistas e a maioria participante ou não, esteve sempre muito disposta a contribuir.

“E aí professora, como tá a pesquisa? Já terminou? Se precisar é só me chamar de novo”.

“Tô conversando com os moleque aí. Fica tranquila que tô falando pra eles ajuda aí”.

“Liga pros cara não. Se precisa agente cobra o comportamento!”

“Pode tira minha foto aí, ó. Bota na pesquisa com minha cara. Precisa borrar não!”

“Quando vai me chamar pra conversá?”

“Ei, deixa ver se tô nessa lista aí, ó, porque a senhora disse que eu tô mas não me chama. Tem um bocado de moleque que conversou aí com a senhora.

“E aí, quando tua vai me entrevista loura?”

“Eu também quero falar com a senhora!”

“Num que falar comigo não é? Por que?”

Dentre os jovens que participaram da pesquisa, 14 foram para concentrada. Destes, 06 receberam progressão de medida sócio educativa, sendo uma para Liberdade Assistida. Para 05, foi mantida a mesma medida socioeducativa e 03 tiveram extinção de medida.

No final de minha pesquisa de campo, para alguns funcionários fui apenas a professora que montou a Sala de Leitura, para outros a pesquisadora. Um grupo acabou vendo-me não só como

pesquisadora, mas como a pesquisadora, amiga e colaboradora. Uns poucos me tomaram como alguém com poderiam desabafar e buscar conselhos para suas vidas pessoal. Entre os jovens, eu era vista como a pesquisadora, a professora e a pessoa com quem podiam conversar sobre suas agruras. Mesmo frente a essa pluralidade de percepção quanto minha presença no ambiente ou até mesmo por essa pluralidade, acredito ter conseguido quebrar as paredes invisíveis e vencer os percalços que se apresentaram, principalmente no que diz respeito às relações. Nos dias em que não pude ir a campo, minha ausência foi questionada e sentida tanto pelos funcionários quanto pelos jovens e foi uma das coisas que me deixou muito feliz, por refletir o resultado do processo de conquista individual, contínuo e lento, mas muito exitoso.

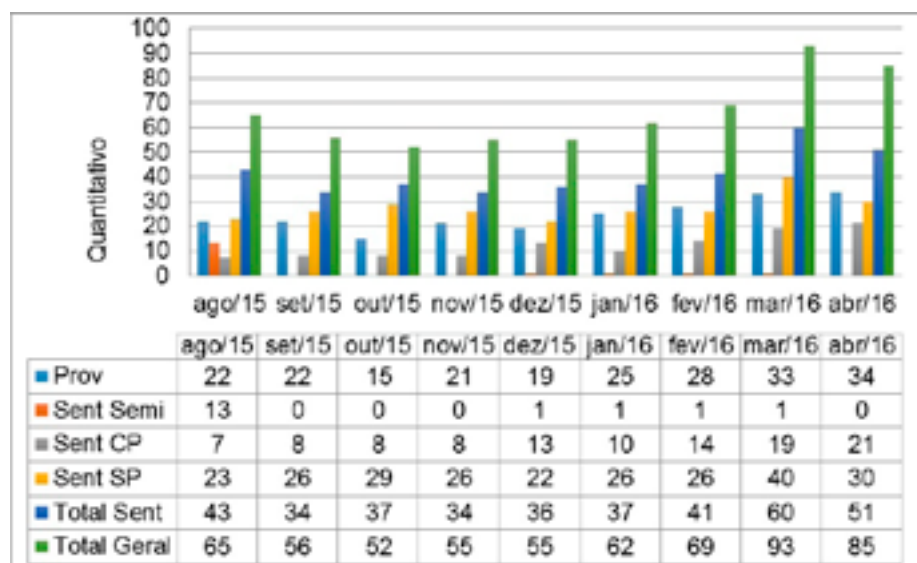
3.3 DESCRREVENDO OS CENÁRIOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo, como já foi dito, realizou-se no Centro Socioeducativo de Roraima Homero de Souza Filho – CSE-RR por ser este o único local em Roraima que se recebe jovens para cumprimento de medidas socioeducativas - MSE devido ao cometimento de ato infracional de natureza grave, portanto o único local onde podemos encontrar o objeto de estudo desta pesquisa.

3.3.1 O FLUXO DE JOVENS NO CSE-RR O CSE

O CSE – Roraima abriga jovens de ambos os sexos. O fluxo de entrada e saída da internação de jovens no CSE-RR é intenso, por isso o quantitativo muda diariamente. Além disso, periodicamente os jovens internados passam por avaliação, mudando o status de sua medida socioeducativa. O gráfico 1 apresenta o fluxo dos jovens apenas durante o período de realização da pesquisa de campo, compreendido entre os meses de 08/2015 a 04/2016.

Gráfico 01: Fluxo de socioeducandos por medida socioeducativa



Fonte: Lima, 2017.

Observe-se que em agosto de 2015 havia um total de 65 jovens no CSE-RR. Dentre estes, contabilizam-se 13 que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade em condições desconformes ao que preconiza o Sinase (internados com os jovens em cumprimento de MSE CP e MSE SP). Por ordem judicial expedida pelo Ministério Público Federal de Roraima, no mês de setembro de 2015, o governo do Estado, por intermédio da SETRABES, transferiu estes jovens para um outro prédio, contribuindo para que o quantitativo de jovens sentenciados reduzisse em 30% no âmbito do CSE-RR.

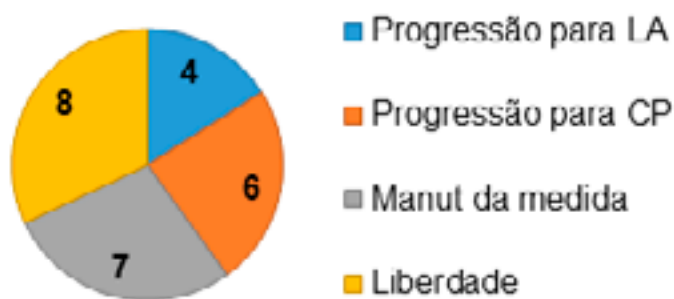
Um dos aspectos que chama atenção é o quantitativo de jovens sentenciados com MSE SP. Observa-se que entre os meses de agosto de 2015 e fevereiro de 2016 o número de jovens sentenciados com MSE SP se manteve, apresentando pouco diferença, apenas com um leve acréscimo no mês de outubro. Entretanto, no mês de março de 2016, se comparado ao mês de agosto de 2015, início da pesquisa documental, verifica-se que houve um acréscimo de quase 100%, uma vez que em agosto o quantitativo era de 23 jovens e em março de 40.

No caso do quantitativo de jovens que cumprem MSE CP, este número é ainda maior. Verificado o mesmo período, observa-se que de agosto de 2015 a fevereiro de 2016 houve um aumento de 100%. Se compararmos agosto de 2015 a março de 2016, o acréscimo foi de quase 170%, ou seja, quase o triplo de jovens.

No decorrer deste período, as audiências para progressão de medidas socioeducativas foram poucas. A maioria das audiências ocorridas foram de análise dos jovens em Regime de provisório.

A capacidade máxima de atendimento do CSE-RR é de 70 jovens. Entretanto, como pode-se observar no Gráfico 1, no mês de março de 2016, o CSE-RR comportava um número de 93 jovens. Devido ao fato da distribuição e acomodação dos jovens nos blocos ser de acordo com os critérios de sexo, idade e tipo de internação (provisórios e sentenciados), alguns blocos apresentavam um quantitativo de jovens por cela/quarto superior ao que o ambiente comporta e ao que preconiza o Sinase. Por isso, em 1º de abril de 2016, foi realizada uma audiência coletiva, denominada internamente de Concentrada, para revisão das medidas socioeducativas de 25 jovens, conforme é possível verificar no Gráfico 2. Com a liberdade concedida a 8 jovens e progressão de medida para LA a 04, em abril de 2016, o quantitativo de jovens internados no CSE-RR passou de 93 para 81. Se contarmos os 04 que respondem em LA, o quantitativo passa para 85.

Gráfico 02: Audiência Concentrada



Fonte: Lima, 2017.

3.3.2 EXPLORANDO A ESTRUTURA FÍSICA, RELAÇÕES E OS SIGNIFICADOS

Visualizar a estrutura do local onde se encontra o objeto de estudo, em que situação estão acomodados, perceber a distribuição e organização dos espaços físicos e dos jovens por ambiente, facilita o entendimento de questões concernentes às relações que ali se estabelecem entre os jovens e entre os jovens e os funcionários. Neste ambiente, há regras específicas, oficiais e não oficiais, instituídas pelo poder do estado e poder embutido e disputado nas relações internas dos jovens do CSE- RR.

É neste lugar, neste espaço, que se encontram os ambientes, funcionários e jovens que são, ao mesmo tempo, muito iguais e muito diferentes dos ambientes, funcionários e jovens de outros Centros espalhados pelo Brasil. Neste lugar em que estive no decorrer de seis meses de pesquisa, tive que criar mecanismos para me movimentar, para ser aceita como pesquisadora, para estabelecer laços de reciprocidade, para desenvolver a prática etnográfica na minha pesquisa de campo.

O que dá vida a uma instituição não são meramente as paredes de uma construção, mas as pessoas que ali circulam, interagem, vivem e trabalham estabelecendo relações sociais. Entretanto, o prédio desde sua concepção, passando pela construção e pela distribuição e uso dos espaços, bem com os registros contidos em suas paredes, grades, janelas e chão (pichações, quebraduras, buracos etc.) também tem uma história a contar. Por isso, optei por tratar aqui de apresentar também a estrutura física e a vida

3.3.2.1 – Cenário 1 – Estrutura física e integração

Até outubro de 2014, o CSE-RR estava localizado no perímetro urbano de Boa Vista, capital do estado de Roraima, no bairro Asa Branca, Zona oeste da cidade. Esta antiga Unidade foi criada em 1996, oito anos depois da promulgação da Constituição e seis anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Até então, jovens apreendidos e sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação eram alocados irregularmente nas delegacias do estado junto com adultos ou liberados.

Ocupando uma área de 2.985 m² o CSE-RR era dotado da seguinte estrutura: Prédio administrativo; Auditório; Setor masculino (três casas); Setor feminino (uma casa com capacidade para 16 meninas); Setor de saúde; Setor psicossocial; Setor da Educação Profissionalizante.

O Setor Masculino possuía três casas: a primeira era a casa de internação sem possibilidade de atividade Externa - MSE SP com capacidade para 16 adolescentes autores de atos infracionais de maior gravidade.

A segunda casa abrigava os jovens com possibilidade de atividade externa – MSE CP com acompanhamento. Tinha a capacidade de abrigar 30 adolescentes que já superaram o primeiro estágio e eram considerados autores de ato infracional de menor gravidade.

A terceira era a casa de semiliberdade. Esta possuía a capacidade para abrigar 26 adolescentes autores de atos infracionais graves com possibilidade de receber o tratamento, passando a maior parte do dia na sociedade.

Após 18 anos de funcionamento e já com uma estrutura bastante deteriorada, palco de constantes fugas e rebeliões, o estado de Roraima, com ampla divulgação, inaugurou em 29/10/2014 o Novo prédio do CSE – Complexo Socioeducativo Homero de Souza Cruz. Esta nova estrutura

está localizada na RR-321, vicinal do Bom Intento, próxima à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC – e recebe jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 13 a 21 anos que estejam em conflito com a lei. Os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Semiliberdade, desde o início de 2015, foram transferidos para uma outra unidade, na área urbana de Boa Vista, ficando no CSE-RR apenas aqueles que estão atendimento socioeducativo de internação provisória e de cumprimento de MSE CP e MSE SP, conforme fora descrito no item relativo ao fluxo de jovens no CSE-RR.

A necessidade de um novo prédio foi ponto pacífico entre todos aqueles que naquele período trabalhavam na área jovem infrator. Entretanto, não se pode dizer o mesmo quanto a sua localização. Os profissionais que atuavam neste campo acreditavam na ideia de que as Unidades de internação de jovens infratores localizadas fora do perímetro urbano havia sido superada, afinal o CSE-RR estava há 18 anos situado no bairro Asa Branca, zona oeste do perímetro urbano. Entretanto, depois de todo este período, no momento em que o governo do estado decidiu pela construção do Novo Complexo, optou por fazê-la fora do perímetro urbano e próximo a PAMC. Com esta atitude, os profissionais perceberam que o estigma efetivamente não fora rompido e a ideia do sistema prisional tradicional aliada ao pensamento do quanto mais distante melhor prevaleceu, trazendo consigo um grande retrocesso na recente história do processo de ressocialização do jovem infrator em Roraima.

3.3.2.2 Cenário 2: o lugar – Expectativas e frustrações

Em meio ao lavrado, que aos poucos apresenta em sua paisagem vários casebres frutos de invasão de terras, o CSE-RR ocupa uma área 3.000 m² e é dotado de arquitetura moderna e simples.

Na entrada, encontramos o posto Policial Militar com alojamento. Circundando o prédio, existem quatro guaritas que nunca foram usadas. Logo após o portão, está a entrada principal que dá acesso ao Bloco da Administração. Nele, encontram-se, além de toda equipe administrativa de direção, secretaria e logística, os serviços de atendimento médico e de enfermagem, a equipe multidisciplinar e os espaços para instalações futuras dos serviços odontológicos que funcionam atualmente fora da sede do CSE e os jurídicos que não contam atualmente com profissionais contatados pelo governo.

Logo após o bloco administrativo, há um refeitório em área coberta cujo espaço não cumpre sua função e é utilizado nos dias de visita para conversação dos jovens com seus familiares, enquanto que as refeições são servidas nas acomodações. Lavandeira por Bloco de Acomodação que, segundo informação de um dos socioeducadores: *“não funciona porque não há socioeducador em número suficiente para acompanhar os jovens nos dias de lavar suas roupas na lavanderia. Eles lavam nos banheiros das celas”*.

Os jovens privados de liberdade estão acomodados em Blocos e quartos/celas separadas, onde fazem suas refeições e passam maior parte do dia. A utilização das áreas externas de convivência social – escolarização, esportes, oficinas de música e culto – ocorre sob critério de avaliação de conduta por parte da equipe técnica e do Diretor Gerente da Unidade. A rotina é análoga às outras instituições do sistema prisional onde as regras para manutenção da ordem existem e devem ser cumpridas em prol da coletividade. Diferentemente da maioria das Instituições desta natureza no país, no CSE-RR os funcionários sabem nominalmente quem é

cada jovem ali internado e conhecem um pouco de sua história, mesmo daqueles que são primários. Alguns moram no mesmo bairro e por vezes são vizinhos de longas datas, amigos dos pais ou de outros parentes

3.3.2.2.1 As acomodações dos jovens

As acomodações dos jovens são separadas por blocos de Internação e de acolhimento, situadas e distribuídas nos Blocos A, B e C, e possuem a capacidade de atendimento para 70 internos. Existe o Bloco D que teoricamente seria destinado para as visitas íntimas, mas que na prática tem sido utilizado como isolamento.

Cada Bloco possui os chamados quartos, mas que em sua estrutura e natureza se assemelham a celas. Nelas, eles passam a maior parte do dia e o termo comumente utilizado entre eles e alguns funcionários para indicar que está no quarto é “está na tranca”.

As acomodações e a escola me foram apresentadas gentilmente pelo socioeducador. Nossa caminhada pelo CSE começou pelo Bloco D, que me foi apresentado como o local onde fica o isolamento. Localizado atrás do Bloco C, este Bloco segundo o socioeducador,

“Na verdade são duas salas que eram destinadas para visitas íntimas. Com a superlotação, hoje temos com 94 socioeducando, e a necessidade de um espaço para isolar temporariamente aqueles que cometeram atos de indisciplina como brigas sérias, danos ao patrimônio ou que estejam correndo perigo de morte, transformamos esse espaço em celas de isolamento”.

No momento da visita, havia dois jovens, um em cada cela, ambos pendurados nas suas respectivas janelas. Na cela D1, encontra-se um dos jovens que participou de minha pesquisa o Ricardo – 16 anos. Sou informada que ele está com as costelas machucadas devido a uma surra que levou dos colegas. - “Levei o maior pau, aí, ó”, me diz ele. O socioeducador perguntou como ele estava se sentindo, explicou um pouco sobre minha presença no CSE e eu perguntei se ele queria e gostaria de conversar comigo e participar de minha pesquisa. Ele aceitou e fiquei de marcar o dia. Nisso, o da “cela D 2, ouvindo minha conversa, perguntava insistentemente se eu não ia conversar com ele também. “Eu também quero conversar com a senhora.. a senhora não vai conversar comigo? Eu aceito dar essa entrevista aí!” Combinamos então que eu os chamaria.

Durante todo o período da pesquisa de campo, observei que sempre havia jovens no isolamento, alguns deles repetidas vezes. Este pequeno Bloco possui apenas duas celas com uma acomodação e é um dos mais quentes do complexo, pois o sol, ao longo do dia inteiro, castiga sem trégua.

Seguimos para o Bloco C onde ficam acomodados jovens do sexo feminino, maiores e menores, em cumprimento de medidas socioeducativas [sentenciadas] ou aguardando julgamento [provisórias]. Neste bloco, não há distinção de faixa etária. Eventualmente, algumas celas são ocupadas por jovens do sexo masculino. Este Bloco também possui duas unidades: C1 que possui apenas uma cela em que normalmente ficam as jovens em regime provisório e a C2 com 5 celas, onde ficam as jovens em regime de cumprimento de medida socioeducativa com ou sem liberdade de atividade externa [sentenciadas].

As celas dispostas do lado esquerdo do corredor desta Unidade C2 possuem suas janelas

localizadas de maneira que é possível uma certa comunicação com jovens que estão “no isolamento”. Essa proximidade facilita a conversação entre as jovens do sexo feminino com jovens do sexo masculino que se encontram no isolamento, apesar dos cuidados e vigilância dos socioeducadores. Uma das jovens do bloco C2 revelou em uma de nossas conversas informais que se comunicava com seu “namorado”, que está frequentemente no isolamento, fazendo uso dessa ‘facilidade’.

A entrada da Unidade C2 apresenta resquícios de uma das rebeliões ocorridas no segundo semestre de 2015. A porta de entrada está totalmente queimada, embora ainda tenha a tranca, e no corredor do bloco ainda pode-se ver as marcas no chão dos colchões que foram incendiados pelos jovens. Mesmo após toda limpeza, as marcas permanecem. Uma das celas neste bloco está inviabilizada, pois apresenta muitas avarias. O socioeducador me mostra a grade enfatizando que os jovens, na rebelião, conseguiram abrir a cela aos chutes, entortando o portal da grade.

O número de jovens do sexo feminino, sentenciadas ou provisórias, é menor do que do sexo masculino. Neste período, havia apenas três sentenciadas e todas se dispuseram a colaborar.

No Bloco B, encontram-se acomodados os jovens de sexo masculino que já foram a julgamento e estão em cumprimento de sua medida socioeducativa, seja ela MSE SP ou MSE CP. São denominados sentenciados. A divisão deste Bloco entre as Unidades B1 e B2 ocorre em função da faixa etária. No Bloco B1, encontram-se os jovens maiores de 18 anos e na Unidade B2 os menores de 18 anos. Apesar destes jovens já terem passado pelo Bloco A, não significa dizer que estejam adaptados às regras institucionais, “regras da casa” segundo Goffman (2008), e que o clima seja de harmonia. Existe uma “ordem estabelecida” internamente por eles mesmos. O não cumprimento implica em ajustes de conduta aplicadas pelos próprios jovens, ao que eles chamam de “cobrança”. O que ocorre dentro do Bloco deve ficar no Bloco

“Tem algumas coisas que a pessoa é cobrada aqui dentro. (...) Se a pessoa tá errada, ficar caguetando assim, a pessoa ... sempre tem um jovem que agride (...) sempre tem alguém pra fazer a cobrança. Porque tem muita gente aqui que vê as coisas e tem um bocão. Aí faz as coisa errada Tem gente que não quer limpar a cela, aí acaba apanhando. Só que se eu conhecer aquela pessoa, a pessoa que quer agredir o outro vai e pergunta pra mim ou prum outro. Diz: esse bicho tá tirado, num que fazê nada, num ta fazendo nada dento da cela, é preguiçoso, num que lavar, é caçador de conversa. Aí se o cara falar: Não, pode se resolver lá. Aí eles se resolve. Aí é na hora que tem um cacete lá dentro lá. Mas ninguém abre a boca. Quando chega lá ninguém viu, ninguém sabe. Se abri a boca o cacete come de novo, rumm”. (Cláudio - 19 anos)

Como esta visita de conhecimento da estrutura e primeiro contato com os jovens foi realizada no período vespertino, a maioria dos jovens do Bloco B1 estava em sala de aula no Bloco da escola.

No Bloco B2, encontrei um número maior de jovens que em geral faziam questão de me cumprimentar me chamando insistentemente à grade de sua cela, apertando minha mão ou muito sorridentes, mostrando-me os artesanatos que estavam produzindo.

Interessante ressaltar que cumprimentei a todos, mas ao fazer o convite aqueles jovens que eu havia selecionado previamente como possíveis participantes, os outros se manifestavam querendo saber porque eu não queria conversar com eles e diziam “Eu também quero sair para

conversar com a senhora”. Posteriormente, em conversas com alguns funcionários sobre este interesse dos jovens ouvi de alguns que “o interesse em participar pode ser verdadeiro para uns, mas para outros é só para sair da tranca, porque para sair da tranca eles fazem qualquer coisa”.

O Bloco A é o identificado como o Bloco de Acolhimento. Neste Bloco, encontram-se distribuídos entre as unidades A1 e A2 os jovens do sexo masculino que foram apreendidos e estão aguardando julgamento. São os chamados provisórios. Não há critério para a acomodação destes jovens neste Bloco quanto ao Ato Infracional cometido, exceto nos casos de estupros que, por medida de segurança, são alocados em celas individuais ou junto com os que estão respondendo pelo mesmo ato.

Este bloco é o que requer mais atenção por parte dos socioeducadores, pois os jovens que ali se encontram estão em fase de adaptação ao sistema de regras da Instituição com as quais não estão acostumados, pois, de maneira geral, não fazem parte de suas trajetórias de vida. A maioria desses jovens, fora da Instituição, goza de extrema liberdade sem controle parental, conforme verifica-se em suas narrativas; bem como utiliza-se dos mais diversos tipos de entorpecentes. Assim, naturalmente e consequentemente sentem o choque da privação da liberdade e os efeitos dolorosos da privação das drogas. Com frequência, precisam de medicamento e atendimento médico para minimizar os efeitos das crises de abstinência. Não raramente, ocorre a intervenção direta dos socioeducadores e da Polícia Militar para contornar situações de confronto direto, brigas violentas e até mesmo início de rebelião com queima de colchões.

Na Unidade A1, além de jovens provisórios, encontram-se momentaneamente dois jovens do regime semiaberto que cometeram infração no período em que se encontravam fora da Unidade de Semiliberdade para trabalhar. Autorizada por eles para bater suas fotografias, posaram fazendo sinais da facção Comando Vermelho e na hora foram chamados atenção pelo socioeducador que posteriormente comentou “Esse aí faz parte do Comando Vermelho, mas tem outro aqui que faz parte do PCC, ele é homicida [o outro], é um dos que está na tua lista para entrevista”.

No Bloco A 2, há marcas do incêndio provocado pelos jovens em duas rebeliões que houve no ano de 2015. Portas queimadas, grades retorcidas, paredes escuras de fuligem e tetos manchados fazem com que o ambiente se torne um tanto mais ‘pesado’ e sombrio.

Todos os Blocos possuem ferrolhos e cadeados, bem como todas as celas. Nelas, atualmente, ficam de 3 a 5 jovens. A capacidade máxima de acomodação por cela é de cinco jovens uma vez que este é o número de colchões instalados em cima de uma estrutura de cimento que serve de cama.

Dispostas do lado de fora das celas, algumas televisões com som muito alto distraem os jovens que tentam assisti-las de dentro de suas celas. Algumas camas, na ala dos sentenciados, possuem ventiladores presos na “cabeceira de cimento”, o que não impede que o calor, principalmente durante o dia, seja insuportável, muitas vezes passando dos 40 graus.

Cada cela possui um banheiro com uma pia, um chuveiro e um vaso sanitário chumbado, cuja higienização é de responsabilidade dos jovens. Apesar das orientações da gestão e dos socioeducadores quanto à necessidade de manutenção da limpeza, não é raro encontrar muita sujeira nos banheiros, roupas e toalhas jogadas no chão sujo e molhado

Percebi que vários banheiros apresentam o vaso sanitário quebrado. O socioeducador me

informa que todos foram quebrados pelo mesmo jovem, José. 18 anos.

“Ele veio de Manaus, é muito agressivo. Já recebeu sentença, mas está no momento dividindo cela com o Gabriel lá no Bloco A. José por agressividade e periculosidade e Gabriel por estupro. Não dá para deixar eles nesse Bloco porque os meninos quebram o pau. Batem em estuprador mesmo. Agora no José batem porque o bicho é provocador. Ele tem muita força”.

José se automutila com frequência e conforme os documentos institucionais, apresenta um quadro psiquiátrico um tanto complicado.

Posteriormente, fico sabendo por outros jovens que José tem a fama de estuprar os colegas internados quando estes se recusam a lhe prestar favores sexuais. Vale ressaltar que ao me contarem este fato, o fazem sempre na terceira pessoa ou seja, nunca ocorre com eles.

Ao chegarmos na cela, ouvimos um barulho. Era ele quebrando mais um vaso sanitário. Chamado pelo coordenador, apareceu na grade da cela, com um pano enrolado do braço. Havia se cortado. Estava muito agitado e agressivo. O Coordenador chamou-o atenção aos gritos e foi agredido verbalmente no mesmo tom.

“Não é tu, porra que passa o dia todo nessa merda sem ter o que fazer, caralho!”

Ameaçado de ir para o isolamento, sentou-se a cama, acalmou-se um pouco e eu pude conversar com o seu parceiro de cela. Cumprimentei o Gabriel e fiz o convite para conversar comigo sobre minha pesquisa e para a entrevista. Nesse instante, José se aproximou, segurou nas barras da grade da cela e perguntou, ironicamente, se eu não queria conversar com ele também. Fiz-me de desentendida quanto à ironia e gentilmente informei que ele estava na minha lista para pesquisa, mas achava que provavelmente o Diretor Gerente não iria permitir porque ele estava muito agitado e bravo, xingando muita gente e batendo nos colegas de cela. A atitude passou de irônica para interessada. “Estou na sua lista? Conversa comigo aí, ó! Vou me comportar!”. Em seguida, do nada, calou, fechou o semblante e me olhou de baixo para cima, por inteiro. Ficou algum tempo me encarando, procurando meus olhos de forma um tanto ameaçadora, como que para me intimidar. Após alguns segundos, resolvi encará-lo de volta. Ocorreu-me o pensamento de que se demonstrasse medo naquele momento, não iria conseguir espaço entre eles e respeito. Segurei o olhar e após algum tempo de encarada mútua ele soltou uma grande gargalhada, estirou a mão pela grade para me cumprimentar e disse:

“taí, quero conversar contigo, ó! Vou me comportar só para participar dessa tua pesquisa aí”.

A maioria das celas neste Bloco apresenta pichações explícitas ou marcas de limpeza, num visível esforço por parte da gestão de manutenção da ordem e extinção dos símbolos que expressam o sentimento de retaliação aos policiais e suas práticas (figuras de palhaços com símbolos incentivando a morte aos policiais do BOPE), que exaltam suas participações em facções de organizações ligada ao crime— PCC, CV — ou ainda a necessidade de registrar a passagem por aquele ambiente (nomes, corações e desenhos). Essas pichações apresentam-se em maior número no Bloco A.

Devido ao comportamento muito instável de José, durante todo período da pesquisa de campo, optei por não o convidar a participar da pesquisa. Sua agressividade com todos, a fre-

quência constante ao Bloco de Isolamento, os relatos de outros jovens, a visão institucional e os ataques a um socioeducador e a uma professora de quem ele gosta muito, me levaram a concluir que seria inviável a possibilidade de aproximação, de interação e de estabelecimento de uma relação de reciprocidade necessária à prática etnográfica. Não nego, porém, que como pesquisadora fiquei atraída, cientificamente curiosa por sua história de vida e com muita vontade de que ele participasse dessa pesquisa. No decorrer de todo período em que passei em campo no CSE-RR, fui constantemente cobrada por ele. Todas as vezes que casualmente nos encontramos nos ambientes externos a sua cela ele gritava:

“Ei lora (sic), ei! Tô esperando! Quando é que tu vai me chamar pra nós conversar? Hein Lora! Essa semana... semana que vem? Quando?”

No CSE-RR, há ainda um campo de futebol society que apesar de muito bem tratado não é usado, seja devido ao pequeno quantitativo de socioeducadores ou devido à alta temperatura local. Existe, ainda, uma quadra poliesportiva coberta, utilizada todos os dias no final da tarde para a prática de esportes, momento em que todos os jovens sentenciados se encontram, enquanto que os jovens do Bloco A assistem pelas grades da janela, muitas vezes com provocações aos jovens sentenciados. Há ainda a opção de ficar conversando na arquibancada da quadra ou jogando pebolim.

Há um espaço onde eventualmente ocorrem cultos ecumênicos. Muitos jovens se dizem evangélicos ou vem de famílias notadamente evangélicas. Há espaços destinados para Sala de Recreação e TV em todos os Blocos e Auditório, amplos em um Bloco separado, entretanto ambos estão sem mobiliário e equipamentos necessários para utilização. A área interna é toda gramada, mas não arborizada. Há passarelas entre os Blocos possibilitando acessibilidade nos ambientes.

3.3.2.2.2 A Escola: Espaço de interação

O trabalho de escolarização dos jovens internos no CSE-RR é realizado pela Escola Estadual Jaceguai Reis Cunha, que possui uma Unidade de Ensino Descentralizada alocada em um dos Blocos do CSE-RR para atendimento exclusivo dos jovens que se encontram internados. Os professores são contratados pela Secretaria de Educação Estadual e lotados na Escola, ministrando aulas na Unidade descentralizada da Escola Estadual Jaceguai.

São duas Instituições funcionando dentro de um mesmo espaço: o CSE-RR subordinado à Secretaria do Estado de Trabalho e do Bem-Estar Social - SETRABES e a Unidade Descentralizada da Escola Jaceguai, subordinada à Secretaria de Educação. Aparentemente, as relações entre os servidores de ambas as secretarias parecem harmoniosas e a linha que divide as duas esferas parece ser tênue em prol do trabalho de ressocialização dos jovens. Entretanto, basta observar um pouco mais atentamente para perceber que a linha não é tão tênue e que há intervenção direta do CSE-RR nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar, o que, por vezes, causa alguns desconfortos e atritos entre os funcionários. Aliado a isto, a pluralidade quanto ao entendimento de como lidar com o jovem, principalmente relativos à correção pelos socioeducadores de atos indisciplinados cometidos pelos jovens. Existem críticas de ambos os lados gerando por vezes desconfortos ou mesmo momentos de discussão verbal e tensão.

A escola atualmente conta com 13 professores, com formação nas diferentes áreas do co-

nhcimento necessárias ao atendimento dos componentes curriculares pertinentes aos níveis e modalidades de Ensino ali ofertados. Dentre os 13 profissionais, nove concluíram cursos de pós-graduação e os demais são graduados. A necessidade da Escola é de pelo menos mais seis profissionais para docência. Toda a parte administrativa burocrática dos serviços pertinentes às atividades escolares atualmente é realizada apenas pela Coordenadora Pedagógica do CSE-RR e voluntariamente pela professora de Educação Física. Um dos maiores complicadores para atender a estas necessidades da escola não reside nos medos ou preconceitos em trabalhar com os jovens infratores, embora eles existam. Reside na localização do CSE-RR, na distância e na falta de transporte. Não há linha de ônibus que atenda fora do perímetro urbano, exceto os intermunicipais cujo o valor da passagem é bem acima do valor do transporte urbano. Quem tem veículo próprio também vê a distância como complicador, pois o gasto com combustível é muito alto para caber dentro do orçamento pessoal.

O Bloco destinado à escolarização possui quatro salas de aulas pequenas mas bem estruturadas; uma pequena biblioteca com bom acervo usada pela maioria dos professores; um laboratório de Informática com computadores que desde a inauguração nunca foram usados por falta de instalações elétricas adequadas, estabilizadores e filtros de linha; uma sala destinada aos professores bem equipada e com dois banheiros e um corredor bastante claro onde ficam a maior parte dos socioeducadores nos horários de aula, momento em que alunos e professores estão nas salas. No final deste corredor, estão os banheiros de uso masculino e feminino para atender aos jovens.

Os Internos no CSE continuam os estudos a partir das séries em que estavam alocados antes de cometerem o ato infracional. São matriculados e atendidos pela Escola Estadual Jaceguai Reis Cunha.

O interno só é impedido de assistir às aulas normais quando infringe alguma regra na Instituição. Além do Ensino regular, periodicamente, os internos podem fazer cursos profissionalizantes e participar de oficinas quando são ofertadas por outras Instituições em parceria com o CSE-RR.

Atualmente, a Escola atende nos turnos matutino e vespertino. No turno vespertino, estudam apenas os jovens que cumprem MSE SP e estão distribuídos em 5 turmas sendo: duas turmas do Ensino Fundamental - uma do 6º e 7º ano e a outra do 8º e 9º ano; duas turmas do Ensino médio - uma do 1º ano e a outra do 2º ano. No turno matutino, a escola atende os jovens que estão internados aguardando decisão judicial, são os provisórios e jovens sentenciados. Apesar do SINASE apregoar que os sentenciados não podem se misturar com os provisórios, por uma questão de segurança, a gestão formou uma turma de sentenciados no período matutino e alocou os jovens que correm risco ao conviver entre os demais que estudam no período vespertino. Dentre estes jovens, encontram-se também alguns que cometeram crime de estupro, não aceitos pelos jovens que já foram sentenciados. No total, no período matutino, os jovens sentenciados e provisórios estão distribuídos em seis turmas sendo três do Ensino Fundamental – 6º e 7º anos, 8º e 9º ano e uma denominada Fundamental I – sentenciados – e duas do Ensino Médio – uma do primeiro ano e uma do 2º e 3º anos.

No Bloco da Escola, os jovens têm maiores possibilidades de interação, seja nos corredores ou em sala de aula. De maneira geral, há uma pré-disposição por parte dos profissionais da escola em desenvolver as atividades para atender aos jovens qualitativamente. Percebem-se

esforços, inclusive via contribuições financeiras, no sentido de viabilizar atividades extracurriculares que proporcionem um cotidiano educacional menos rotineiro. Torneios esportivos, atividades lúdicas em datas comemorativas, oficinas de teatro, oficinas de música e festividades alusivas ao aniversariante do mês são exemplos de atividades desenvolvidas e coordenadas com auxílio dos profissionais do CSE-RR e dos socioeducadores, que além de quebrar a rotina dos jovens contribui para minimizar as tensões internas.

Foi nos períodos de escolarização, neste bloco, onde consegui interagir mais frequentemente e realizar a maior parte da minha pesquisa de campo com os jovens e profissionais.

3.3.2.2.3 Funcionários do CSE-RR

Atualmente, o CSE-RR conta com um quadro funcional composto pelo Diretor Gerente da Unidade, Chefe da Equipe Técnica, composta por 1 assistente social, 3 psicólogos e 1 Gerente do Núcleo Pedagógico, 2 técnicas de enfermagem, 1 Gerente Administrativa, 2 odontólogos e 1 clínico geral. Estes últimos não estão lotados no CSE e sim na SESAU – Secretaria de Saúde. Há ainda 46 socioeducadores dos quais seis são coordenadores de plantão e um é supervisor da coordenação de plantão. Os socioeducadores trabalham em regime de plantão distribuídos em três turnos e atuam num regime de plantão de 12X60 horas, realizando atividades internas ou externas. Internamente, realizam serviços de assessoramento aos jovens (Distribuição de alimentação e água nas celas, atendimento aos chamados) e deslocamento dos jovens internos (da tranca para escola, esporte ou para as salas de atendimento da equipe técnica, medica ou de enfermagem). Externamente, os acompanham, quando possível, para realização de atividades inerentes à medida socioeducativa com possibilidade de atividade externa, bem como para demais atividades relacionadas às questões judiciais e de saúde, como às unidades de saúde para atendimento médico-odontológicos e ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPs para atendimento e acompanhamento aos problemas psiquiátricos e de drogadição.

Um dos maiores entraves sentidos na condução dos trabalhos com os jovens no CSE-RR é o quantitativo de funcionários. Por todos os setores que passei a queixa é a mesma: Falta de contratação de funcionário para dar conta das atividades pertinentes ao setor. Há uma sobrecarga de trabalho prejudicial aos andamentos dos processos na instituição. Os setores que mais sentem o peso da demanda são técnico administrativo, devido ao fluxo de documentos relativo a toda movimentação dos jovens dentro e fora do CSE-RR, e a coordenação de plantão. Para qualquer atividade interna ou externa realizada no CSE-RR, faz-se necessária a presença de socioeducadores. Atualmente, muitas das atividades pensadas e planejadas pelo funcionários do CSE-RR e da Escola objetivando contribuir com o processo de humanização e ressocialização do jovem (oficinas diversas, cursos profissionalizantes, leituras em ambientes específicos como a biblioteca ou sala de leitura, funcionamento das salas de lazer de cada bloco com sessões de cinema e TV, etc.) deixam de ser ofertadas porque não há profissional em número suficiente na Instituição que possa dar suporte, uma vez que os poucos socioeducadores existentes já estão extremamente sobrecarregados no atendimento das atividades básicas a estes jovens.

Neste espaço físico, convivi por um tempo mais ou menos prolongado com funcionários e jovens, estabeleci laços de reciprocidade, interagi, ouvi e escutei, me fiz presente de forma regular, aprendi e ensinei e pude vivenciar de maneira profunda a experiência da intersubjetividade em que ao mesmo tempo que observava era observada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>>. Acesso: 15 dez 2012.
- ERICKSON, Frederick. Some approaches to inquiry in school-community ethnography. In: TRUEBA, Henry; GUTHRIE, Grace Pung; AU, Kathryn. Hu-Pe (Eds.). **Culture and the bilingual classroom: Studies in classroom ethnography**. Rowley, MA: Newbury House Publishers, 1981, p. 17-35.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LIMA, Daygley Maria De Souza. **Juventude, identidade e violência na perspectiva dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE – RR por ato infracional de natureza grave**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNISINOS, São Leopoldo.
- LOBO, Manoel Ribeiro Júnior. **Formação e reorganização dos grupos políticos do estado de Roraima: de 1943 a 1988**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e fronteira)- Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.
- SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. Edição do autor: Santa Catarina, 2013.

A PESQUISA: DISCURSOS LIDOS, ESCRITOS E (DES)CONSTRUÍDOS

Pr.^a Dra. Elza Ferreira Santos

Veio me dizer que eu desestruturo a linguagem. Eu desestruturo a linguagem? Vejamos: eu estou bem sentado num lugar. Vem uma palavra e tira o lugar debaixo de mim. Tira o lugar em que eu estava sentado. Eu não fazia nada para que uma palavra me desalojasse daquele lugar. E eu nem atrapalhava a passagem de ninguém. Ao retirar debaixo de mim o lugar, eu desapareci. Ali só havia um grilo com sua flauta de couro. O grilo feridava o silêncio. Os moradores do lugar se queixam do grilo. Veio uma palavra e retirou o grilo da flauta. Agora eu pergunto: quem desestruturou a linguagem? Fui eu ou foram as palavras? E o lugar que retiraram debaixo de mim? Não era para terem retirado a mim do lugar? Foram as palavras pois que desestruturaram a linguagem. E não eu. (BARROS, 2001, p. 21).

1. INTRODUÇÃO

Quando concluí a pesquisa do doutorado - Gênero, Educação Profissional e Subjetivação: Discursos e Sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe - me deparei com a epígrafe acima que traduzia uma boa parte do percurso: palavras que me desestruturavam, silêncios que me inquietavam, enfim, que me retiraram do lugar inicial e me puseram em outro. Em meio às palavras, elegi subjetivação, discurso, poder, gênero, corpo e educação profissional para definir o objeto de estudo - os modos de subjetivação - com elas procuramos entender as condições que produzem o sujeito, não só a sua formação mas também o seu estar no mundo.

É sobre isto que tratará esse artigo: a (des) construção de uma tese. Uma tese em que diversos discursos se entrecruzaram, entendendo discurso como ficção que se (re) escreve no corpo, na vida e nas normas sociais. Discursos foram colhidos por meio de entrevistas e de grupos focais realizados com estudantes e ex-estudantes do Instituto Federal de Sergipe; Discursos foram colhidos também nos estudos escritos por Michael Foucault (2003, 2006), especialmente os que tratavam de sujeito, poder e sexualidade, e por Judith Butler (2003, 2008, 2010), especialmente os que versavam sobre gênero, performance e corpo. Somaram-se outros, os que tratavam de trabalho e de educação profissional como Hirata (2002), Souza-Lobo (1991) enfim, discursos que estruturavam e desestruturavam.

Para melhor compreender o vai e vem, inicialmente, apresentarei o conceito de pós-estruturalismo pois aproximam-se dessa corrente os teóricos com quem trabalhei e o modo como analisei os discursos; posteriormente mostrarei os sujeitos da pesquisa, como foram selecionados, a minha relação com a pesquisa e com o lócus dela. Por fim, destaco as estratégias de coleta de dados grupo focal e entrevista e a conclusão.

2. PÓS ESTRUTURALISMO

Realizamos Grupos Focais e entrevistas. Estas nos mostraram contradições, surpresas e falas que confrontaram as teorias apreendidas ao longo da composição desta pesquisa, falas que remeteram ao terreno do debate em torno do sujeito que emerge na contemporaneidade. Aqueles nos amedrontaram, no início, pois percebemos que cada grupo se fazia único, com muitas diferenças entre eles embora todos os participantes fizessem parte da mesma escola e tivessem praticamente a mesma faixa etária.

Esses achados geraram discussões que se articularam ao estilo pós-estruturalista pelo fato de a ele vincular-se a compreensão de um sujeito que sinaliza para um aspecto múltiplo e posicional.

Mas o que é mesmo o pós-estruturalismo? É um campo com certa complexidade haja vista que seus adeptos apresentam algumas especificidades e divergências. Grosso modo, em comum, há a necessidade de descentralizar, tirar da pauta a universalização, operar contra a Razão que estabelece verdades como dogmas reduzindo as compreensões, estreitando os conceitos. Segundo Peters, é melhor referir-se a ele como “um movimento de pensamento” – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, “interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes” (PETERS, 2000, p. 29).

No que mais nos interessa, a contribuição que os pós-estruturalistas legaram é de descentralizar a questão do sujeito. De modo mais sistemático, Hall (2003) estabelece cinco razões que justificam o abalo por que passou a estabilidade e coerência do sujeito moderno: a) a contribuição de Marx, que repudiou a ideia de universalização do homem; b) os estudos de Freud, que desestruturaram a lógica do racional por meio da ideia de inconsciente; c) a linguística de Saussure, que destacou o significado da linguagem como antecedente do sujeito; d) a contribuição de Foucault, que faz a genealogia do sujeito através do poder disciplinar; e) as teóricas feministas, que inseriram a subjetivação e o processo de identificação nas questões políticas e entenderam que as diferenças sexuais são produzidas.

As diferenças sexuais - objeto de interesse de nossa pesquisa - são produtos da história, dos diversos discursos que circulam na família, na igreja, na escola. Mesmo que se perceba anatomicamente uma distinção entre homens e mulheres, o que dizem as feministas é que a compreensão que se faz dessa anatomia é uma compreensão proveniente do discurso. Enfim, o conceito de identidade não é mais essencialista, mas “um conceito estratégico e posicional” (HALL, 2003, p. 108), pois as possibilidades de subjetivação são diversas e contraditórias, o sujeito é contingente. O pós-estruturalismo vai compreender que o sujeito, as subjetivações, o mundo, as formas de viver resultam das estruturas de linguagem. Conforme Peters (2000, p. 33), “o sujeito é descentrado e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente construído e posicionado na interseção entre as forças libidinais e as práticas socioculturais”.

Daí o nosso interesse pelo caminho pós-estruturalista: ele desenvolveu formas bastante específicas e originais de análise: genealogia, desconstrução. A primeira

é definida por Foucault como uma metodologia que visa analisar o poder em seu contexto prático, ligado às condições que permitiram sua emergência, fazendo a análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos; desta forma, o genealogista não busca a origem, mas a proveniência (FAÉ, 2004, p. 416).

A genealogia nos pareceu apropriada pois nos ajudou a observar melhor as situações específicas inseridas na sociedade, construídas pela história.

A segunda não é bem um método. A partir dos estudos foucaultianos, a desconstrução não é um fim em si, mas uma forma que se pode utilizar para aprofundar os estudos, refazer os percursos e possibilitar a reconstrução. A desconstrução nos permitiu ver os fatos não na sua origem mas na sua emergência e ascendência. Portanto, genealogia e desconstrução foram modos apropriados para fundamentar as críticas às instituições, entre elas instituições que exercem poder e grande influência na formação das pessoas.

Curiosamente, os pós-estruturalistas com quem fundamentamos a nossa pesquisa não publicaram nenhum livro cujo tema principal fosse a educação. Foucault e Butler, como muitos outros pós-estruturalistas, se interessam pelas inter-relações que movem as ações humanas, como as relações de poder são exercidas e como os sujeitos vão se movendo de acordo com as contingências. Nesse sentido, ao nos interessar pelo universo escolar, o foco escolhido foram as relações de gênero que se constroem nele e os modos de subjetivação que as alunas produzem. Não que essas relações se originem na escola, tampouco que ela seja o *locus* exclusivo de relações permeadas de poder, mas certamente é a instituição escolar um espaço privilegiado de se observarem tais relações, afinal é nela que, todos os dias, vemos pessoas tão diversas juntas, quer pelo espaço quer pelos interesses acadêmico-profissionais. Diversas em seus credos, em suas etnias, em suas orientações sexuais, em seus anseios políticos etc. Diríamos até que numa instituição, como o Instituto Federal, encontramos diversidade ainda quanto à idade e quanto à classe social. No ensino integrado há mais jovens, no ensino integrado modalidade Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) ou no curso superior há pessoas mais adultas. No curso superior de engenharia de produção há estudantes de famílias abastadas enquanto no curso PROEJA noturno alunos provenientes de camadas menos afortunadas. Nos cursos técnicos subsequentes há intensa presença de jovens tanto quanto de adultos, enfim, como diz Foucault (2000, p. 310) “estamos em mundo plural, no qual os fenômenos aparecem deslocados, produzindo encontros imprevistos”. A escola, sem dúvida, reflete a pluralidade existente no mundo.

3. SUJEITOS DA PESQUISA

A população da pesquisa constituiu-se de alunas, alunos, ex-alunas e ex-alunos matriculados entre 2001 e 2011 no campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe (IFS) nos cursos técnicos Integrados de Programação e Suporte em Sistemas Computacionais, Eletrotécnica e Eletrônica e nos cursos técnicos Subsequentes de Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Desenvolvimento de Sistemas, Análises de Processos Químicos e Segurança do Trabalho. A justificativa da escolha por tais cursos se deveu ao fato de cinco deles inserirem-se no eixo de Indústria e é nesse eixo onde há o menor registro de mulheres matriculadas no Brasil (INEP, 2008) fato também registrado no IFS. Desenvolvimento de Sistemas é no Campus Aracaju outro curso com pouco índice de alunas matriculadas. Segurança do Trabalho tem ligeiramente maior presença feminina e nos serviu para contraponto.

No país, destacam-se pesquisas realizadas com jovens que fazem os cursos superiores de engenharia (LOMBARDI, 2005; CARVALHO M. G., 2003, 2008). Não escolhemos os cursos

superiores em virtude de o IFS não ter consolidado, na ocasião da pesquisa, essa modalidade de ensino. A tradição de ensino é nas modalidades integrado e subsequente, cursos relacionados ao Ensino médio. O primeiro curso superior foi em 2006 - Tecnólogo de Saneamento Ambiental.

Os cursos Técnicos Integrados duram, no mínimo, três anos e os Subsequentes, no mínimo, dois anos. Como o trabalho abrangeu uma década, foram encontrados, no levantamento, alunos/as já formados/as ou não. Entre eles houve os que trancaram o curso ou o abandonaram, os que já se inseriram no mercado de trabalho e os que não.

Se escolher as alunas como sujeito de pesquisa parece óbvio já que a pesquisa se situa nos modos de subjetivação produzidos por mulheres que escolhem carreiras consideradas historicamente masculinas, escolher alunos parecia fora do propósito. Daí porque julgamos necessário expor uma justificativa: A escolha por homens matriculados no IFS deveu-se ao fato de a pesquisa se situar nas relações de gênero. As relações não excluem um dos sexos. As relações de gênero e de poder compreendem a interação, o diálogo entre mulheres e homens. Ademais, escolhemos alunos para que estivessem presentes nos grupos focais a fim de ouvi-los, principalmente, falar sobre as mulheres. No discurso colhido por meio dos grupos focais priorizamos verificar o que eles disseram acerca delas, sobre ter colegas mulheres nos cursos, ter colegas no trabalho etc. Assim, os rapazes foram convidados nas conversações a falarem não necessariamente sobre eles, mas sobretudo sobre elas.

Assim, foram realizados cinco GF no período de um ano: o primeiro foi no início de 2011 e o último na primeira semana de 2012, nos quais mantivemos uma conversa com 37 alunos, além de um operador de câmera, uma relatora e três professores que viabilizaram os contatos. Seis entrevistas, a primeira no início do doutoramento em 2009, três no princípio de 2011 e duas no final de 2011.

No que diz respeito à quantidade de sujeitos na pesquisa ou “tamanho da amostra”, a análise de discurso não se preocupa com números elevados, aliás, na análise do discurso uma amostra demasiado extensa pode tornar-se problemática (WOOD; KROEGER, 2000). Por isso, ao escolhermos os sujeitos da pesquisa, procuramos participantes que partilhassem determinadas características como critério de homogeneidade – jovens estudantes que tivessem se matriculado no IFS, que aceitassem espontaneamente participar da pesquisa – e como critério de heterogeneidade – jovens de ambos os sexos, diferentes cursos, que trabalhassem em quaisquer serviços ou que não fossem ainda trabalhadores. Não tivemos a pretensão, nem poderíamos, de representar uma população como um todo (não houve a preocupação com a representatividade). A análise crítica do discurso é fundamentalmente de natureza qualitativa mas com o intuito de ilustrar utilizamos alguns gráficos e tabelas que exemplificassem algumas situações.

4. ETAPAS

Para conhecer a população pesquisada e seu cotidiano escolar, em uma primeira etapa, foram consultados os dados e as estatísticas presentes no sistema acadêmico através da Coordenação de Registro Escolar – CRE – do IFS; também foram consultados os perfis sócio-acadêmicos elaborados pela Coordenação de Assistência ao Aluno – CAE – do IFS (o perfil abrange dados como sexo, idade, classe social, raça, religião) e as informações sobre os egres-

sos do IFS publicadas pela Diretoria de Relações Empresariais (DRE) do IFS e pelo Governo Federal; Foram estudados os manuais de cada curso a ser pesquisado a fim de compreender as exigências de formação e, por fim, mantivemos conversas com os coordenadores e professores/as de cada curso a fim de conhecer o universo acadêmico tecnológico.

Em uma segunda etapa, foi realizada a estratégia GF. É uma técnica que pode ser empregada “quando se quer compreender diferenças e divergências, contraposições e contradições” (GATTI, 2005, p. 10). Para realizar os grupos focais, procuramos coordenadores e professores/as dos cursos técnicos aos quais apresentamos sucintamente a pesquisa. Cada grupo focal aconteceu de forma peculiar. Exceto o primeiro, cada focal foi preparado a partir de insurgências do grupo focal anterior.

Existem, segundo Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), dois procedimentos para efetivar um GF: “a) manter os mesmos participantes e realizar com eles mais de um GF, propondo novos temas e/ou aprofundando-os a cada reunião e (b) manter os mesmos temas e substituir os participantes” (CRUZ NETO et al., 2002, p. 06). Na pesquisa optamos pelo segundo tipo, afinal o que mais nos interessa é compreender como acontecem as relações de gêneros e os modos de subjetivação no cotidiano pedagógico. Assim, o tipo aprofundamento dos temas nos pareceu mais favorável para perceber os discursos proferidos por diversos alunos em torno de gênero, poder, subjetivação, carreiras, escola. Claramente, a diversidade de alunos não significa ausência de objetivos comuns. O alunado é fruto da contemporaneidade, convive em uma mesma instituição, numa mesma média de idade, além de ter como objetivo principal no momento inserir-se no mercado profissional.

Foram realizados cinco grupos focais, cada um com participantes diferentes. Realizaram-se em diversos locais e todos foram gravados. Em cada um deles, levamos um vídeo para assistirmos a um documentário em torno de 5 minutos que apresentava profissões e mulheres atuando. Após o vídeo, iniciávamos a conversação. Nessa conversação, os/as participantes apresentavam “conceitos, impressões e concepções” (CRUZ NETO et al., 2002, p. 05); apareceram, consequentemente, divergências.

A seguir, fizemos o processo de transcrição das falas e, a partir delas, o texto foi encarado como discurso, o que nos levou a intencional perceber os efeitos de sentido presentes nele.

Em uma terceira etapa, foi empregada a técnica de entrevista semiestruturada, o que permite entender melhor a subjetivação, isto é, “os modos de subjetivação”. Essa entrevista semidirigida é também chamada “entrevista esboçada, de grelha, com guião ou entrevista centrada, focalizada, guiada semiestruturada” (POIRIER *et al.*, 1999, p. 104). Foi por meio dessas entrevistas que colhemos depoimentos sobre a o cotidiano da vida estudantil de duas ex-alunas e quatro alunas. Nos depoimentos, foram relatados a rotina pedagógica no IFS, o estar com a família, ações no trabalho, entre outros fatos.

É importante ressaltar que as etapas não aconteceram uma após a outra, elas foram acontecendo na medida em que se tornavam necessárias e viáveis. Assim, ao enumerarmos três etapas, não significa dizer que elas estão numa ordem de acontecimentos. Concretizaram-se paralelamente, mesmo porque o intuito não era que uma etapa se somasse a outra mas que as etapas se complementassem, se ajustassem. Na verdade, algumas decisões foram, inclusive, tomadas no decorrer da pesquisa.

As entrevistas nos ajudaram a esclarecer impasses, permitindo-nos aprofundar determinadas questões salientadas na teoria, nas conversas informais mantidas com colegas professores da área técnica e nos seminários e congressos de que participamos.

Os relatos, dos focais e das entrevistas, mostraram-nos o estar no mundo, inquietações, perspectivas e desafios. Tais “redes de subjetivação” colocam o sujeito em trânsito com o cultural e com o social. Por meio dos depoimentos das alunas é que buscamos alcançar o que se pensava sobre masculino e/ou feminino, como elas viam e sentiam essas questões, inevitavelmente, como vivenciavam as relações de gênero e de poder que circulam nas práticas pedagógicas da instituição.

As memórias também podem ajudar a compreender o papel das mulheres na sociedade. Souza (2006) defende que um projeto biográfico compreende diversos registros como o político, o econômico, o cultural, o psicológico e o sociológico. Não se pretende com o resgate das memórias colhido nas entrevistas generalizar informações a ponto de servirem como verdades plenas. Não se pode esquecer que o trabalho considera singularidades. As histórias de vida são, segundo Queiroz (1987, p. 299), “uma técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”. Ou como argumenta Josso (2004, p. 11):

o trabalho biográfico não é um remoer do passado, mas uma reconfiguração do presente e do futuro, graças ao nosso olhar retrospectivo de um lado e, de outro lado, ao fato de que cada evento ou contexto singular remete imediatamente para referenciais coletivos, quer se seja consciente disso ou não.

Numa quarta etapa, buscamos o trabalho de análise de discurso conforme a sugestão de Foucault (2004).

A partir dessa sugestão passamos a compreender o discurso não como resultado absoluto de uma fala em que o sujeito expressa o que pensa por meio de floreios, mas como uma conexão entre a história e a materialidade do discurso. Os acontecimentos discursivos consideram as condições de produção e as manifestações de uma língua. Assim, tomaremos a fala dos sujeitos como discurso e não como um texto meramente reflexo de uma configuração linguística, mas como uma dispersão de textos, mesmo porque os/as discentes são sujeitos inseridos submetidos a diversas condições sociais, culturais e econômicas. O discurso será entendido como “um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua” (POSSENTI, 2009, p. 16).

Para analisar a materialidade discursiva nas condições em que ela foi produzida, seu jogo e seus efeitos, é fundamental considerar três decisões evocadas por Foucault (2004, p. 51): “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. Logo, o trabalho de análise pressupõe as interdições, as separações e a vontade de verdade presentes no discurso. Ficou claro que não se pode dizer tudo em qualquer circunstância e não se pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2004).

Em nossa pesquisa foi importante a análise de discurso pois o que se produziu nas entrevistas e nos grupos focais não foi tomado como verdade pronta e acabada. As intercessões entre as escolhas profissionais mediadas pelo mercado e pela constituição de gênero e os modos de subjetivação produzidos pelas mulheres-alunas em seu cotidiano são múltiplas (não queremos

dizer infinitas), por vezes contraditórias e, principalmente, circunstanciais.

Seguindo os pressupostos foucaultianos, o método de proceder a uma análise de discurso parte de quatro princípios, a saber: o de inversão – ao invés de buscar a origem dos fatos, reconhecer o jogo negativo dos recortes e a rarefação do discurso; o de descontinuidade – o discurso não é ilimitado, são “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2004, p. 52-53); o de especificidade – o discurso produz efeitos de sentido, então, não é um “jogo de significações prévias (...) não é cúmplice de nosso conhecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 53); e o de exterioridade – o discurso não deve ser tomado como um percurso que se dirige a seu núcleo para a partir daí se descobrirem revelações, o discurso deve ser tomado em sua aparição e em sua regularidade “passar às suas condições externas de possibilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 53).

Escolher a Análise Crítica do Discurso (ACD) em detrimento de outros métodos de análise foi fruto de bastante reflexão. Tradicionalmente temos um legado que nos ensinou a procurar no discurso a significação adequada com os pressupostos teóricos, a origem reveladora da formação do sujeito, a unidade do texto que permitisse a coerência e a criação como marca de uma individualidade. Deixar tudo isso foi um despojar-se construído no doutoramento. Ao contrário desse legado, tentamos empregar como estratégias para ACD “a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade e a de condição de possibilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 54). Mas reconhecemos que ao longo dessa pesquisa, empregamos muitas vezes compreensões e sugestões adquiridas com os estudos que fizemos de Possenti (2009) e Fairclough (2001 e 2003). Assim a tese produzida está em aberto, não porque seja infinita, mas porque retomada em outras circunstâncias produzirá outros sentidos.

5. A RELAÇÃO PESQUISA, PESQUISADORA E INSTITUTO

É preciso esclarecer que perante o universo de pesquisa – IFS – situei-me, por um lado, próxima, pois sou professora no Instituto. Entretanto, por outro lado, situei-me distante, pois estive estudando alunos/as e ex-alunos/as dos cursos técnicos e tecnológicos: não fui aluna do IFS, nem me vinculo, como professora, à coordenação de área eminentemente tecnológica. Sou professora de Língua Portuguesa e como tal sou designada para ministrar aulas em todas as coordenações mantendo, pois, um diálogo com cursos muito distintos como, por exemplo, o de Informática e o de Hospedagem. Logo, se havia um comprometimento subjetivo, ele não significou renúncia ao rigor científico, ao contrário, permitiu deslocar-me de dentro para fora e de fora para dentro na percepção das relações sociais, de gênero, de poder no universo acadêmico e profissional construído por mulheres e homens no IFS.

Desde 1995, ano em que ingressei no IFS, trabalhei, predominantemente, com os cursos técnicos subsequentes de Eletromecânica, Construção Civil e Informática. Em todos eles, o número de alunas matriculadas era pequeno. Em 2007, ministrei aulas no curso superior de Automação Industrial e o fato se repetia. Aliás, foi em Automação Industrial que ocorreu um episódio cuja discriminação de gênero ficou gravada em minhas lembranças: estava ministrando aula, quando um professor de Eletricidade entrou na turma para fazer uma comunicação. Antes de tudo ele dirigiu-se somente aos alunos dizendo-lhes que a empresa Petrobrás estava

oferecendo cursos para eletricista e mecânico, esses cursos eram oportunidades únicas para os meninos e eles teriam muito a ganhar pois além da aprendizagem a empresa oferecia-lhes uma bolsa equivalente a um salário mínimo. Ao concluir todas as informações sobre horário, período de inscrição etc., despediu-se da turma perguntando-lhes se havia alguma dúvida. Foi aí que fiz uma intervenção dizendo-lhe: “professor, o senhor avisou sobre os cursos considerando apenas terem nessa turma alunos, mas as duas garotas aqui também podem inscrever-se?” O professor então respondeu: “Ah, meninas quando as empresas ofertarem cursos que sirvam para vocês eu virei aqui de novo comunicar, dessa vez os cursos se destinam mesmo aos meninos”. E foi embora.

O que me chamou atenção: se teria a empresa determinado que os cursos eram só para homens ou aos olhos do professor aqueles cursos eram inadequados para as meninas; a estranheza dele e dos alunos em relação à minha questão haja vista os comentários que os alunos fizeram após a saída do professor, e, principalmente, o fato de as duas alunas não terem se manifestado nem se indignado. Na ocasião, não compreendia o porquê de terem silenciado.

Em 2008, fui transferida para o campus Aracaju e trabalhei com turmas de Eletrotécnica, Eletrônica e Agenciamento e Guiamento de Operações Turísticas. Aí aconteceu o que para mim era inusitado: lecionei, pela primeira vez, em uma turma onde havia predominantemente mulheres – Agenciamento e Guiamento de Turismo.

Melhor dizendo, nessa turma de Agenciamento e Guiamento havia 20 meninas e dois meninos matriculados sendo que um dos alunos não frequentava. Na turma de Eletrotécnica havia 28 meninos e 2 meninas matriculados, sendo que uma delas não frequentava; na turma de Eletrônica, só havia meninos – 16 alunos –.

Como se não bastassem as constatações numéricas, no primeiro dia de aula, nas turmas “masculinas” ousei perguntar: onde estavam as meninas e por que as meninas não queriam estudar Eletrônica. Escutei, com muita naturalidade por parte dos alunos de Eletrônica: *“Elas são burras, não sabem cálculo”* e *“Se elas estivessem aqui, a gente não estudaria direito”*. Por quê? *Ora, professora, porque elas chamam atenção com as calças justas e as mini-bermudas que usam*”. Visivelmente, jovens entre 17 e 22 anos de idade representavam em suas falas o registro de um senso comum – meninas não sabem matemática; meninas são apelos sexuais –.

Na turma em que havia muitas meninas e só um menino, também lhes perguntei: onde estavam os meninos e por que tantas meninas neste curso. Vagamente responderam-me que Agenciamento e Guiamento era o mais fácil de passar no exame de seleção do Instituto, ademais, elas estavam ali para concluírem o ensino médio e depois seguirem um curso na universidade. Óbvio que as respostas deles (as) não foram suficientes, nem completas, mas insinuaram o instituído no senso comum e atentaram para distinções nas relações de Gênero presentes nessa instituição. O garoto nessa turma costumava chegar atrasado e ao fazer sua chamada sempre as meninas apresentavam justificativas de seu atraso, além disso, quando havia trabalhos em equipe era sempre disputado por duas ou três equipes para delas fazer parte. Ao ver o seu rendimento, pude constatar que não era bom, isso me fez crer que elas o protegiam de certo modo.

Outra coisa que passei a observar é que nos dias de prova, como a minha aula ocorria no mesmo dia em que havia aulas de Física, ficava impedida de dar aula pois todas estavam imensamente preocupadas com a avaliação de Física. Vivia-se um clima de excitação e pavor. Fiquei

sabendo que também no dia da prova de matemática elas exigiam dos outros professores que cedessem o horário para estudarem e se prepararem mais para a avaliação. Esse fato não ocorria com a turma de Eletrônica nem de Eletrotécnica. No caso dessas turmas era mais aterrorizante fazer prova de Língua Portuguesa.

Na turma de Eletrotécnica, conforme já disse, havia só uma menina. Ela era negra e parecia bastante tímida. Ao longo do semestre, nada falava, nada perguntava, a menos que eu lhe direcionasse a palavra.

Se antes, trabalhando no campus Lagarto, era comum a presença maciça de alunos, ou seja, meu único estranhamento era existirem poucas alunas na escola; no campus Aracaju verifiquei que as meninas estavam maciçamente em alguns cursos. É justamente em 2008 que retifico a minha ideia de que poucas eram as meninas na escola. Elas já eram, em 2011, no campus Aracaju, 48% do total de alunos matriculados, a novidade para mim é que elas estavam em cursos distintos daqueles em que os meninos estavam.

A partir das leituras, pude perceber que tanto o mundo do trabalho está cada vez mais aberto para as mulheres exercerem quaisquer profissões, como as escolas profissionalizantes sinalizam que elas podem estar cursando quaisquer áreas tecnológicas. Então, por exemplo, em um universo como o IFS que até os anos sessenta não tinha alunas matriculadas, agora facilmente se percebe que esta instituição não é mais um reduto masculino.

A partir daí, interessou-me buscar as jovens alunas do IFS, afinal em uma escola com cursos profissionalizantes percebia-se nitidamente as escolhas que os jovens fazem antes de se tornarem empregados. Ao iniciar a pesquisa bibliográfica em 2008, constatei a ausência de trabalhos acadêmicos (Gênero e Educação) voltados para a modalidade do ensino médio. As dissertações e teses comumente tinham como campo empírico os cursos superiores, em especial os cursos de Engenharia e de Física. Além de poucos de estudos voltados para o ensino médio, é importante salientar que o IFS, como foi dito anteriormente, não tinha tradição em ofertar os cursos superiores. Julguei, pois, oportuno estudar os cursos técnicos integrados e subsequentes.

6. GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS: FONTE DOS DISCURSOS

Sem dúvida, a realização dos grupos focais – GF – foi um momento bastante instigante. As falas já transcritas nos asseguraram que é uma técnica fundamental quando se quer colher, de modo mais livre, opiniões. O GF é:

uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO et al., 2002, p. 05).

E foi por meio de um caloroso diálogo que ouvimos rapazes e moças debaterem acerca do tema profissionalização das mulheres, a construção de sua subjetivação na contemporaneidade. Visivelmente, durante o debate um ou outro assunto emergiam, mas procuramos, na medida do possível, direcionar a conversa para a vida acadêmica no IFS.

Passamos agora a informações gerais sobre os GF. Em todos os focais, estivemos presentes,

além dos sujeitos da pesquisa, eu, como moderadora, e um rapaz como operador de câmera. No início, planejávamos realizar dois focais, a saber: um com ex-alunos e ex-alunas e outro com alunos e alunas. Depois da realização do primeiro, fomos sentindo outras necessidades e passamos a confeccionar outros focais. Na verdade, os focais passaram a ser organizados na medida em que um se realizava. Então, após o primeiro, deu-se origem ao segundo e, assim, sucessivamente. Os grupos focais foram orientados a partir dos estudos de Barbour (2009), Cruz Neto et al (2002), entre outros.

O primeiro focal contou com ex-alunos e ex-alunas, o segundo com alunos, o terceiro com alunos e alunas, o quarto com alunas e o quinto com alunos e alunas. No início do focal, apresentávamo-nos como professora da instituição e como estudante do doutorado em educação da UFS, falávamos-lhes rapidamente sobre a pesquisa, agradecíamos a participação de todos, explicávamos-lhes a necessidade de filmar e gravar a conversa e garantíamos-lhes sigilo quanto aos nomes. Assim, eles se apresentaram, dizendo os nomes, idade, curso e o ano em que se formariam. A seguir, passamos um vídeo intitulado “Mulheres” usado como pretexto para iniciarmos a discussão. Durava em torno de cinco minutos e continha imagens com trabalhadoras: astronautas, caminhoneiras, policiais, eletricistas, artistas do rock, carpinteiras, pedreiras, políticas, escritoras, enfim, eram imagens de mulheres que exerciam profissões conhecidas historicamente como masculinas. Além dessas imagens, uma imagem com a função maternidade abria e fechava rapidamente o vídeo. Como pano de fundo havia a música “Vai (Menina amanhã de manhã)” de Tom Zé durante toda a apresentação.

Terminada a apresentação do vídeo, fizemos a primeira pergunta: “E, então, o que vocês acharam do vídeo?” Essa foi uma pergunta que elegemos como geradora do debate, a partir das respostas dadas a ela, vinham as outras perguntas. Embora houvesse um roteiro, cada focal era estruturado em torno das respostas obtidas. Os GF duraram em torno de uma hora e trinta minutos, todos foram gravados e transcritos, conforme já dito.

Quanto às entrevistas, a primeira foi com uma ex-aluna do Integrado em Informática. Ela havia entrado na Universidade para cursar Ciências da Computação, mas no período da entrevista ela havia trocado de curso: fazia agora Direito. A segunda entrevista foi também com uma ex aluna, porém do Subsequente. Ela concluiu Eletromecânica, cursava Automação Industrial no Campus Lagarto, tornou-se a primeira mulher a trabalhar com motores de máquinas pesadas em uma empresa subsidiada pela Petrobrás. A terceira havia inicialmente se matriculado o Subsequente de Eletrotécnica mas as dificuldades em cálculo a fizeram abandonar esse curso e fazer outro, o subsequente de Segurança de Trabalho. A quarta foi uma aluna que sempre quis cursar Eletrotécnica mas cursava, na ocasião, Subsequente de Segurança de Trabalho pois havia sido neste em que sua mãe a havia inscrito na seleção. As duas últimas eram alunas de Informática, uma do Integrado e outra do Subsequente. Ambas sonhavam em viajar, mudar de estado e continuar na área de estudos.

Havíamos conseguido os emails dos participantes tanto dos GF como das entrevistas, de modo que, após a transcrição, enviávamo-la para um dos participantes e este a encaminhava para os demais, assim, todos tiveram acesso as suas falas. Esse procedimento foi feito para que todos pudessem se quisessem acrescentar ou retirar alguma informação. Foi a forma acorda-

da com todos os participantes para obter o consentimento deles em publicar suas falas nesta pesquisa.

7. DISCURSOS E CATEGORIAS

Ao optarmos pela análise do discurso, entendemos a linguagem como a produzida pelo indivíduo não só resultante do convívio social mas partilhada também nele. Assim, a linguagem presente nas transcrições geradas nos GF e nas entrevistas não nos serviu de espelho para desvendar o sujeito como num processo terapêutico. Os textos das transcrições foram úteis para obter compreensões acerca dos aspectos sociais pensados e explicitados naquelas circunstâncias por aqueles/as jovens estudantes.

Entendemos que as assertivas dos sujeitos da pesquisa bem como as compreensões que tecemos em torno delas são abertas a questionamentos, a contestações e, por isso, o que foi produzido pelas alunas e alunos e pela pesquisadora é temporal. Diversas vezes nas discussões do GF surgiram conflitos e, longe de querer resolvê-los, apenas os destacamos porque neles estava e emergência do poder que circulava nas relações mantidas ali. Surgiram situações de riso, de provocação e de silêncio, enfim, tudo foi entendido como manifestações de poder.

Para criar as categorias e compreendê-las tínhamos alguns pressupostos: os percursos linguísticos nos direcionavam a uma complexidade e, portanto, cabia-nos evitar a verdade absoluta. A verdade não poderia ser eterna e imutável porque a realidade não é simples nem regular: existem múltiplas realidades e por isso múltiplas verdades, (FRASER; NICHOLSON, 1990) de tal modo que para chegar até aqui realizamos escolhas: o doutorado em educação, orientador, temática, autores para embasar conhecimentos, campo empírico e sujeitos, tudo isso é fruto de toda uma constituição social e, conseqüentemente, as verdades expostas na tese resultam dessa constituição.

Os GF bem mostraram essa multiplicidade, cada um deles se constituiu para nós como instante de discussão em que não havia uma verdade estabelecida, ao contrário, cada um nos pareceu bem distinto do outro. Daí também julgarmos como apropriada a opção pela abordagem pós-estruturalista porque vê na linguagem o local onde as verdades podem ser desafiadas ou mudadas. “Se a experiência pessoal tem apenas sentido e se estrutura através da linguagem, e se esses significados não são fixos mas em constante mudança, procura ou luta, então a experiência pessoal está potencialmente aberta a uma infinidade de possíveis significados ou construções” (NOGUEIRA, 2011, p.15) É na linguagem que se possibilitam as construções e alterações. Perseguindo a produção de sentidos, vale apenas frisar que, entre as diversas correntes de análise do discurso, fizemos uma escolha: a análise crítica do discurso, ou seja, a foucaultiana somada às observações de Fairclough (2001, 2003). Os alunos e as alunas não foram meros falantes mas autores: seus discursos provocavam sentidos e só eles podiam dar significados e coerência as afirmações e negações produzidas.

Durante a realização dos focais, optamos por falar estritamente o necessário para que emergisse a fala deles, por isso, muitas vezes, posteriormente às transcrições, no lugar de sempre tecermos entendimentos, como se espera em uma tese, deixamos algumas perguntas como serão vistas no decorrer da análise. As questões, longe de se tornarem escape da possível com-

preensão ou de serem meros adornos retóricos que podem cansar os leitores, foram a forma que encontramos de trazer à tona a perplexidade, a dúvida e a indignação muitas vezes expostas nos momentos mais tensos dos GF. As questões também podem sinalizar um convite a refletirmos acerca do que foi dito ou do que poderia ter sido dito e não foi, afinal “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p. 52-53).

As categorias de análise foram elaboradas na perspectiva de atenderem às necessidades previstas em nossos objetivos. Cientes deles, lemos e relemos os textos produzidos nos GF e nas entrevistas e procuramos resgatar por meio deles os discursos e seus sentidos que pudessem nos aproximar das respostas para o problema norteador da pesquisa: como as mulheres têm produzido modos de subjetivação e como tais modos alteram ou consolidam as relações de gênero presentes no cotidiano pedagógico do Instituto Federal de Sergipe?

Assim selecionamos três categorias – Gênero, Educação Profissional e Trabalho e Subjetivação. À primeira, relacionamos duas subcategorias – Família e Instituto – compreendidas como espaços por onde circulam valores, costumes e discursos bastante motivadores na constituição do sujeito. À segunda, relacionamos três subcategorias – Carreiras, Instituto e Mercado – compreendidas como situações nas quais os sujeitos estarão implicados nas escolhas e discussões acerca delas, logo são situações repletas de decepções e, ao mesmo tempo, de expectativas. À terceira, relacionamos também três subcategorias – Sentimento, Corpo e Ação – compreendidas como instantes de reflexão diante da intervenção do olhar e do discurso do outro; é a partir delas que os discursos apontam para as contradições mais arraigadas ao dia a dia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não é exatamente o fim. Uma pausa. Mesmo a tese pronta ainda não é o fim. O que me levar a considerar que as observações apresentadas nesse artigo podem contribuir com pesquisadores principiantes, afinal, há sugestões de estratégias de coleta de dados e de análise; contribuir com pesquisadores veteranos, afinal, não se pode perder de vista o início, ele serve para reavaliações, retificações subjetivas, ou seja, entender o processo de amadurecimento.

Destaquei como e por que me atraí pelos estudos pós-estruturalistas, ainda que Foucault e Butler nunca tivessem se filiado a essa corrente e em determinados momentos até o negassem. Não apresentei a tese, mas elenquei as palavras-conceitos-categorias com que alicerçamos a pesquisa. Umas basilares - Gênero, Subjetivação e Educação Profissional -; outras com estreito vínculo - Poder, Sexualidade, Corpo, Trabalho, Escola, Família - Enfim, palavras que desestruturavam a pesquisa em si mas que estruturavam a escrita.

Não me afastei dos Discursos. Fiz a tentativa de aprisionar os ditos dos sujeitos no gravador e no papel. Fiz diversas tentativas de compreensão neles incursões de outros ditos, os teóricos, os interpretativos. Os documentos cedidos pelo IFS, as entrevistas e grupos focais foram terreno de múltiplas possibilidades. Usei algumas. Deixei várias outras. Por isso, a tese está aberta. A pesquisa sobre mulheres que adentram um suposto universo masculino no que diz respeito às Ciências Exatas, às Engenharias e às Tecnologias está no início. Como elas se subjetivam, como

as subjetivações alteram as relações de gênero, como as relações de gênero constroem a escola e o mundo do trabalho, tudo está ainda na incerteza, nas contradições desafiando feministas, correntes e ideologias.

Portanto, nesse momento por que atravessa o país, meus votos para que as metodologias possam nos ensinar que a verdade é sempre meia verdade pois ela não está num baú trancado nem numa enciclopédia nem num tratado religioso. A verdade está no corpo, no discurso e nas ruas. Está num constante movimento dos corpos que se reinventam, dos discursos que se inventam e das ruas que contestam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, M. **Ensaio Fotográfico**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, 66 p.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Trad. Alcira Bixio. Buenos Aires. Paidós-Entornos, 2008.

_____. **Mecanismos Psíquicos Del Poder: Teorías sobre La sujeción**. Trad. Jacqueline Cruz. Madrid: Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia e Instituto de La Mujer, 2010.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARVALHO, M. G. de. Gênero e Tecnologia: estudantes de engenharia e o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL - FRANÇA, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil - França**. São Paulo: FCC, 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/seminario/CARVALHO.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. Relações de Gênero e tecnologia: uma abordagem teórica. In: Carvalho, Marília G. de (org.). **Relações de gênero e Tecnologia**. Coletânea Educação e tecnologia”: Publicação do programa de pós-graduação em tecnologia – PPGTE/CEFET-PR, 2003.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002**.

FAÉ, R. A Genealogia em Foucault. In. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, set./dez. 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. Routledge Taylor & Francis Group LONDON AND NEW YORK, 2003.

_____. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001, 320p.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Ditos e escritos**, vol. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Ditos e escritos**, vol. V. Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- _____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FRASER, N., NICHOLSON, N. Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and Postmodernism. In L. Nicholson (Ed.), **Feminism/Postmodernism**. New York: Routledge, 1990.
- GATTI, A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005, 77p.
- HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Concepção e diretrizes: Institutos Federais de Educação Tecnológica**. Brasília, DF, 2008. 23 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf>. Acesso em 05 de mai. 2008.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LOMBARDI, M. R. **Perseverança e Resistência: A Engenharia como Profissão Feminina**. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2005.
- NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: L. Almeida; E. Fernandes (Edts), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001.
- PETERS, M. **Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POIRIER, J; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAULT, P. **Histórias de Vida: Teoria e Prática**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- POSSENTI, S. **Os limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos Orais: Do “Indizível” ao “Dizível” **Revista Ciência e Cultura**, V. 39 nº 3, mar. 1987, CERU/Departamento de Ciências Sociais, USP, 1987, p. 272-286.
- SOUZA, E. C. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: ELIZEU, C. de S.; MARIA H. M. B. A. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: invenções de si**. Porto Alegre/Salvador: EDIPCRS e Salvador: EDUNEB, 2006, p. 135-147.
- SOUZA-LOBO, E. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- TOM ZÉ. **Vai (Menina Amanhã de Manhã)**. São Paulo. Polyson, 33 1/3 RPM 180 gramas, Preto. 1976.
- WOOD, L. A., KROEGER, R. O. **Doing discourse analyses: Methods for studying action in talk and text**. London: Sage Publications, 2000.

ALINHAMENTOS DE TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS EM PESQUISAS TRANSDISCIPLINARES

Prof.^a Dr.^a Jocelaine Oliveira dos Santos

A pesquisa em Humanidades, ao constituir-se a partir de um construto transdisciplinar, considera que as fronteiras do saber estão cada vez mais frouxas. O conhecimento fragmentado, historicamente difundido no mundo acadêmico, demonstrou poder limitar o pesquisador frente à envergadura necessária para o reconhecimento e enfrentamento dos problemas e situações novas que se descortinam num mundo cada vez mais célere.

Assim, a complexidade resultante das transformações nas ciências contemporâneas pede cada vez mais que nos aproximemos dos nossos objetos de interesse e pesquisa imbuídos de um espírito transdisciplinar, quiçá, indisciplinar. Como nos diz D'Ambrósio, reforçando a necessidade de novos paradigmas em pesquisa, “A transdisciplinaridade recusa a arrogância da certeza e propõe a humildade da busca.” (2001, p.23)

Consideramos que quando se exercita o olhar transdisciplinar, sobretudo na pesquisa científica, intenciona-se apreender a realidade na qual estamos imersos, sem seguir esquema e estruturação limitante. Isso porque a segmentação do conhecimento em agremiações disciplinares se faz, naturalmente, obedecendo a critérios fixados *a prioristicamente*. Nesse aspecto, dá-se a “entrada” de certos conhecimentos e, conseqüentemente, admite-se a abordagem apenas de alguns aspectos da realidade, afastando-se do fato de que método deve ser instrumental nascente da natureza do objeto cognoscível, construído pelo sujeito cognoscente que reflete sobre isso incessantemente. (WEBER, 2010).

Em nosso entendimento, esse procedimento tradicional unívoco pode provocar a perda da visão global da realidade. Por isso, ao buscar a transdisciplinaridade vai se além da organização interna de cada área (cujo acúmulo atual de conhecimentos é inegável) e se busca estabelecer outras pontes entre espaços antes vistos isoladamente.

Seguindo essa lógica, intentamos discutir nesse capítulo os alicerces metodológicos que nos auxiliaram na construção de uma pesquisa doutoral já finalizada, quando, à época, debruçamo-nos sobre os processos identitários docentes, construindo uma pesquisa no cruzamento da Sociologia, Educação e Letras.

Em nossa concepção, a questão metodológica configura-se como elemento central, ponto de confluência científica de uma proposta, a partir do confronto com a concretude das ideias e com o horizonte da inesgotabilidade do conhecimento científico. Concordamos com Bauer e Gaskell (2002) quando afirmam, por exemplo, da necessidade de um pluralismo metodológico em Humanidades, a partir de um olhar mais aberto ao fenômeno social.

É tarefa da pesquisa, portanto, romper com interpretações superficiais sobre a vida cotidiana, propiciando novos olhares à realidade, através de um esforço científico que envolve “método sistemático de investigação empírica, análise de dados e avaliação de teorias à luz

das evidências e do argumento lógico.” (GIDDENS, 2005, p. 10). É necessário, por isso, olhar sempre a realidade que emerge do campo e que atravessa o objeto pesquisado, numa ciranda dialógica de contrução do saber.

Partindo da premissa de que “el punto de partida en la investigación es el propio investigador: su preparación, experiencia y opciones ético/políticas.” (GOMES; FLORES; JIMÉNEZ, 1999, p. 65), discutimos naquele trabalho a questão docente que se constituía, em nosso olhar, entre a formação inicial (escolhi ser professor), o exercício da docência (me tornei professor) e a vida cotidiana institucional (a escola me ajudou a ser professor), em um processo de amalgamamento muito peculiar, próprio dos Institutos Federais. Foi esse objeto que nos fez mobilizar um esforço metodológico que pudesse abarcar tanto subjetividades quanto percepções objetivas das construções identitárias docentes.

Por ter sido uma pesquisa de múltiplas dimensões, escolhemos também caminhos metodológicos que, na ocasião, nos ajudaram a construir esta compreensão dos processos identitários docentes dos Institutos Federais no interior de espaços e dinâmicas “tridimensionais”, base de três eixos de análise: espaços e dinâmicas subjetivas ou de afeto, espaços e dinâmicas profissionais e espaço e dinâmicas institucionais, conforme mostra a Figura 01.

Figura 1 – Eixos de análise



Fonte: SANTOS, 2016.

Minayo (2008, p. 22) nos lembra que “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. A fim de vislumbrar esse potencial criativo, a triangulação de técnicas de coletas de dados constitui um horizonte possível à medida em que oportuniza uma pluralidade de olhares que extrapola um fazer simplista.

Uma abordagem a partir de multimétodos considera o sujeito, o objeto e a identificação do

fenômeno que formará a triangulação na pesquisa, determinando três vértices e três níveis de exploração que levarão a resultados em multiníveis. Ou seja, gera-se, a partir disso, o ensejo de promover também a triangulação de técnicas de coletas de dados a fim de observar um fenômeno em suas múltiplas dimensões.

Quando se defende a construção de uma pesquisa pautada na ideia da triangulação e alinhada à transdisciplinaridade, possibilita-se a emergência de diversos ângulos de análise, de diversas necessidades de recortes e olhares. Isso tudo para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva, apenas. Nas Humanidades e nas Ciências Sociais, especificamente, “A triangulação não é uma ferramenta ou uma estratégia de validação, é uma alternativa à validação. A combinação de diferentes perspectivas metodológicas, diversos materiais empíricos e a participação de vários investigadores num só estudo deve ser vista como uma estratégia para acrescentar rigor, amplitude, complexidade, riqueza, e profundidade a qualquer investigação”. (DENZIN & LINCOLM, 2000)

Bauer e Gaskell (2010), ao tratarem da triangulação de técnicas de coletas de dados, reforçam que este é um modo de contorno de perspectivas e métodos teóricos que visa reduzir as inconsistências e contradições em uma pesquisa. Assim, a triangulação na coleta de dados contribui tanto para a validade quanto para a confiabilidade ao construir um quadro do fenômeno por meio da convergência metodológica.

Essa escolha, em nossa pesquisa de doutoramento, levou-nos ao encontro de três técnicas de coleta de dados: **a observação participante, a análise documental e a entrevista compreensiva**. Juntas, elas formaram o tripé da coleta de dados que, posteriormente, constituíram o *corpus* da pesquisa, analisado à luz da Análise do Discurso de linha francesa, sobre a qual falaremos mais adiante. Agora, nos deteremos a apresentar estas três técnicas de coleta de dados, reforçando a importância de cada uma na composição de um olhar transdisciplinar diante de um objeto também transdisciplinar.

1. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A escolha da observação participante como ponto de partida no lembra que ela “permite obtener información sobre um fenómeno o acontecimiento tal y como esté es. [...] Podemos considerar a la observación participante como un método interactivo de recogida de información que requiere una implicación del observador en los acontecimientos o fenómenos que está observando.” (GOMES; FLORES; JIMÉNEZ, 1999, p. 165). Neste sentido, iniciar o contato com o campo via observação participante e com a sistemática anotação (diário de campo) das questões percebidas pode nos possibilitar acessar, inicialmente, espaços e dinâmicas de subjetividade que nos interessam.

Observação participante é entendida aqui como a “participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo pesquisado.” (LAKATOS, 2003, p. 194). Esta escolha encontra terreno em algumas aproximações teóricas de correntes de pensamento, e em abordagens que se caracterizam numa vertente compreensiva-interpretativa, próxima às ideias de Weber e seus posteriores, que consideram os processos interativos de indivíduos e grupos em função dos sentidos atribuídos a eles ao mundo que os cerca.

Este procedimento de coleta de dados é central do trabalho de campo na pesquisa qualitativa.

va, considerando o campo como o espaço privilegiado entre o pesquisador e a realidade estabelecendo um processo de interação com os atores que conformam esta mesma realidade. Minayo (2012), em seu capítulo *Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta*, nos leva ao seguinte conceito para observação participante:

Processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. [...] o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvidas, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. [...] permite ao pesquisador ficar mais livre de julgamentos, uma vez que não o torna, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados ou de hipóteses testadas antes e não durante o processo da pesquisa. [...] A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos e suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição pesquisada. (MINAYO, 2012, p. 70).

Neste sentido, é possível construir, por meio da observação participante um compartilhamento não apenas dos aspectos objetivos com a pesquisa, como também a possibilidade de tornar-se partícipe do processo subjetivo de construção dos interesses e afetos produtos da vida diária destes indivíduos. Isso nos levou ao nosso objeto de interesse (os processos identitários docentes do IFRR).

Para que isso fosse possível, consideramos o rigor científico embutido na observação participante, sem perder de vista os conceitos de interferência deliberada e interferência inevitável. É sabido que esta técnica é vista com muitos senões e muitos teóricos a consideram por vezes frágil. Mas, entendemos que a partir da estruturação do método e deste mesmo rigor científico, é possível, a partir da domesticação teórica do olhar e da eliminação dos ruídos que parecem insignificantes, construir uma textualização científica, como nos assegura Oliveira (2000).

É fato que a observação participante faz emergir muito do que não é dito, a partir do olhar insistente e presente do pesquisador. E isso foi uma das razões que nos fizeram buscar essa técnica de coleta de dados, afinal o lócus da pesquisa (Campus Boa Vista Centro do IFRR) era também espaço de construção da minha própria profissionalidade e a minha inquietação enquanto pesquisadora surgiu exatamente desta interface.

Considerando que “não se pode pensar num trabalho de campo neutro” (MINAYO, 2012), o esforço foi o de observar o “familiar” (VELHO, 1978, p. 11) em um processo de estranhar o *familiar* (que) torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações.

Neste sentido, utilizamo-nos do diário de campo a fim de anotar fatos, falas, percepções, diálogos, colhidos no dia-a-dia institucional, na sala dos professores, nas reuniões pedagógicas, nos encontros pedagógicos, nas comissões de discussão institucional, na hora do cafezinho, nos grupos de Whatsapp, enfim, em espaços de trânsito de fala docente.

É importante, nesse contexto de observação participante, trazer à baila o conceito de Velho (1978) novamente sobre o estranhamento familiar e algumas orientações de William Foote White (2005) sobre a utilização consciente dessa técnica de coleta de dados.

Na esteira de Velho (1978), vale reforçar que quando o objeto cognoscível está imiscuído ao sujeito cognoscente é preciso adotar uma postura de dúvida constante, sob pena de, na ausência desse estranhar o cotidiano, objeto e pesquisador romperem suas fronteiras e se amalgamarem

indelevelmente. É preciso, portanto, a garantia de uma distância mínima para se edificar condições de objetividade na pesquisa.

Já White (2005) nos reforça que a observação participante implica, necessariamente, em um processo longo, iniciado por uma fase exploratória, e prescinde um esforço de aceitação sobre demandas que escapam do controle do pesquisador. É preciso estar aberto a isso e permitir navegar por leitos de novos rios, já que, muitas vezes, o pesquisador não sabe tudo sobre o local onde está aterrissando. O autor ainda nos lembra do processo de autoanálise, a partir da vigilância da postura do próprio pesquisador sobre ele mesmo, sem perder de vista que o pesquisador quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo pesquisado e que este observador também está sendo todo o tempo sendo observado.

Toda essa postura na observação participante exige também o desenvolvimento de uma rotina de trabalho rígida, mesmo quando os cenários, ações e diálogos parecem se repetir. É daí que reside a importância do diário de campo, numa atitude de autodisciplina e anotação sistemática, observando atentamente o horizonte teórico-epistemológico que emerge das interações. Desta forma que procedemos, com anotações que fizeram emergir a necessidade de proceder às entrevistas e à análise documental, conforme mostraremos a seguir.

2. ANÁLISE DOCUMENTAL

Nesse texto, entendemos a análise documental como uma técnica de coleta de dados diferentemente de alguns pesquisadores que a consideram uma metodologia de pesquisa. Aos que a consideram um método específico, filiam-se às pesquisas de cunho histórico, já que intentam refazer, a partir dos documentos selecionados, os dados passados na intenção de projetá-los numa compreensão da realidade (PIMENTA, 2001).

Na perspectiva de técnica, a qual adotamos, entende-se que a análise documental auxiliar-nos-á no tratamento dos dados, com o objetivo de selecionar informações dentro de um documento, transformando as informações em um processo de correlação com as demais fontes, em nosso caso, oriundos da observação participante e da entrevista compreensiva.

A diferença, portanto, reside no fato de que a análise documental é vista como uma técnica de abordagem e construção de dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para entendermos melhor essa concepção, é interessante definirmos o conceito de documento: “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta ou estudo”. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 79). Assim, apropriamo-nos da lógica da análise documental como um processo de coleta de dados que pode compor a triangulação metodológica.

Vale lembrar que a análise documental nos possibilita conhecer, identificar e analisar documentos com o fim de pesquisa, buscando fontes complementares e paralelas que auxiliem na construção de corpora de linguagem. Assim, esta técnica possibilita orientar a análise do documento, permitindo a contextualização dos fatos em dadas épocas. Como a técnica documental vale-se de documentos originais, é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.

Assim, deve se proceder à apuração e organização do material, buscando identificar o modo

como estes documentos, em nosso caso, institucionais (tratamos de Instruções Normativas, Planos de Desenvolvimento Institucional, Organizações Didáticas, Decretos e Leis) que faziam referência à docência. Em seguida, buscou-se a caracterização descritiva seguida de comentários que mostram como emergem essas significações via documentos institucionais. Isso porque a análise documental nos ajuda a sedimentar a construção do fenômeno social pesquisado já que “documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”. (CELLARD, 2008, p. 295).

3. ENTREVISTA COMPREENSIVA

A entrevista, de uma maneira geral, ao lado da observação participante, tem se consagrado como instrumento imprescindível ao método qualitativo e às pesquisas em Ciências Sociais, Humanidades e Letras. Em linhas gerais, é a entrevista uma das formas privilegiadas de interação social, pois está “sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade.” (MINAYO, 2012, p. 65) e liga-se fortemente à ideia de uma conversa com finalidade, com o objetivo tanto de construção de informações primárias (também disponíveis em documentos, censos, registros, etc.) quanto secundárias (próprias da formulação individual diante de determinadas indagações), sendo um processo de reflexão do próprio sujeito a partir da provocação do entrevistador.

No caso da utilização da entrevista como fonte de coleta de dados, “é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador. Em lugar dessa atitude se construir numa falha ou num risco comprometedor da objetividade, ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade.” (MINAYO, 2012, p. 68). A partir desta reflexão inquietante, chegamos à necessidade de aprofundar a técnica da entrevista, agregando a ela uma dimensão mais completa e instrumental. Por isso, recorreremos à entrevista compreensiva.

A entrevista compreensiva, inspirada em Kaufmann (1996) e Silva (2006), pauta-se na busca pela interpretação dos sentidos e valores explicitados no discurso oral por meio de entrevistas. Trata-se de uma metodologia de compreensão e interpretação, além de uma técnica de coleta de dados, que se justifica pela articulação do objeto-sujeito com o campo da pesquisa, pela captação de múltiplos sentidos e pela possibilidade de descoberta dos sentidos da ação. Trata-se, também, de uma tentativa de entrar no sistema de valores do indivíduo, ou seja, de conhecer o sistema simbólico que permite ver sob o ponto de vista do outro como se dá a constituição de mundos intersubjetivos.

Desta forma, a entrevista compreensiva passa a ser vista como um processo de “desvelamento do objeto de estudo que se constrói pouco a pouco por meio de uma elaboração teórica que aumenta, dia após dia, a partir de hipóteses forjadas no campo da pesquisa.” (SILVA, 2006, p. 7). A entrevista compreensiva, portanto, “não é apenas uma técnica, mas um método de trabalho diferenciado e com propósitos claros, visando a produção teórica a partir dos dados”. (KAUFMANN, 2013, p. 14).

Isso se explica pelo fato de a entrevista compreensiva ser uma possibilidade de conjugar empiria e teoria, aproximando-se do universo pesquisado numa relação que implica a redescoberta do prazer e da inovação analítica, assim como propuseram Weber (2010), Elias (1994),

Bourdieu (1999), e Mills (2009), entre tantos teóricos que advogam pela pesquisa comprometida com o tempo presente, contingenciada pela realidade e reticente quanto aos *a priori* da teoria.

Conjugada a um estudo transdisciplinar, a entrevista compreensiva destaca a necessidade de o pesquisador construir um processo de sociabilidade com o universo pesquisado (boa sociabilidade), a partir de perguntas interativas (boa pergunta) em condições específicas de entrevista (bom lugar). Neste processo, é reforçado o papel “artesanal” da entrevista, conjugando compreensivismo, teoria fundamentada, artesanania intelectual, interacionismo e imaginação sociológica.

Por desejarmos construir um trabalho que rompa com as fronteiras academicistas, num entrecruzamento de diversas áreas do saber (Ciências Sociais, Educação e Letras), vimos na entrevista compreensiva esta possibilidade. Vale destacar que a escolha não foi aleatória, mas deliberada a partir do momento em que compreendemos que o trabalho de campo não é uma mera instância de verificação da teoria. Subvertendo esta lógica, acreditamos que o local de nascimento, o ponto de partida da problematização teórica é o contato com o campo. E neste ponto cabe mais uma explicação.

Como viemos de uma outra tradição da pesquisa acadêmica (Letras), debruçados por anos sobre o texto literário, apesar de outros estudos e interesses, o contato com o universo das Ciências Sociais nos fez refletir que era preciso ir além da busca inicial por uma teorização pura que já indicasse caminhadas metodológicas antes mesmo de confrontar-se com o problema e o objeto de pesquisa. Era preciso mergulhar no fazer científico desta área e compreender que:

O processo compreensivo apoia-se na convicção de que os homens não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtores ativos do social, portanto depositários de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos. [...] O trabalho sociológico [...] consiste na capacidade de interpretar e de explicar a partir de dados recolhidos. A compreensão da pessoa é apenas um instrumento, o objetivo do sociólogo é a explicação compreensiva do social. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 47).

Assim, considerando a orientação de Kaufman (2013) e essa especificidade das Ciências Sociais, ao utilizar a entrevista compreensiva como técnica de coleta de dados é imprescindível considerar:

- 1) a emergência do campo definido da pesquisa a partir da experiência viva neste mesmo campo;
- 2) a escuta sensível a fim de captar elementos dos sistemas simbólicos e do ponto de vista dos informantes;
- 3) a construção de um trabalho de pesquisa sem deslocar-se da lógica de “artesanato intelectual” (MILLS, 2009), respeitando a flexibilidade e a criatividade inerentes da objetivação acadêmica, a fim de construir o bordejo dialético necessário à compreensão do objeto.

Para tanto, munimo-nos do instrumental da técnica e realizamos o processo de coleta de dados, em 4 etapas: o roteiro de entrevista, o quadro dos entrevistados, os planos evolutivos e as fichas de análises. Em relação ao roteiro de entrevista, partimos de um piloto metodológico,

e nele construímos 4 perguntas-chave oriundas do problema de pesquisa que foi construído após a observação participante, ao longo da fase de coleta das entrevistas: *Como emergem e se configuram os processos identitários dos docentes EBT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) dentro da (inter)relação das dinâmicas subjetivas, profissionais e institucionais?*

Assim, configuramos quatro eixos: 1) o que é ser professor do IFRR?; 2) Do ano do seu ingresso para cá, qual a sua observação sobre as mudanças do IFRR?; 3) Qual a mudanças desta mudanças institucionais na sua docência?; 4) Qual o IFRR que você deseja? Essas quatro perguntas foram desdobradas em tantas outras conforme a entrevista ia fluindo, o que nos trouxe um rico material a ser explorado.

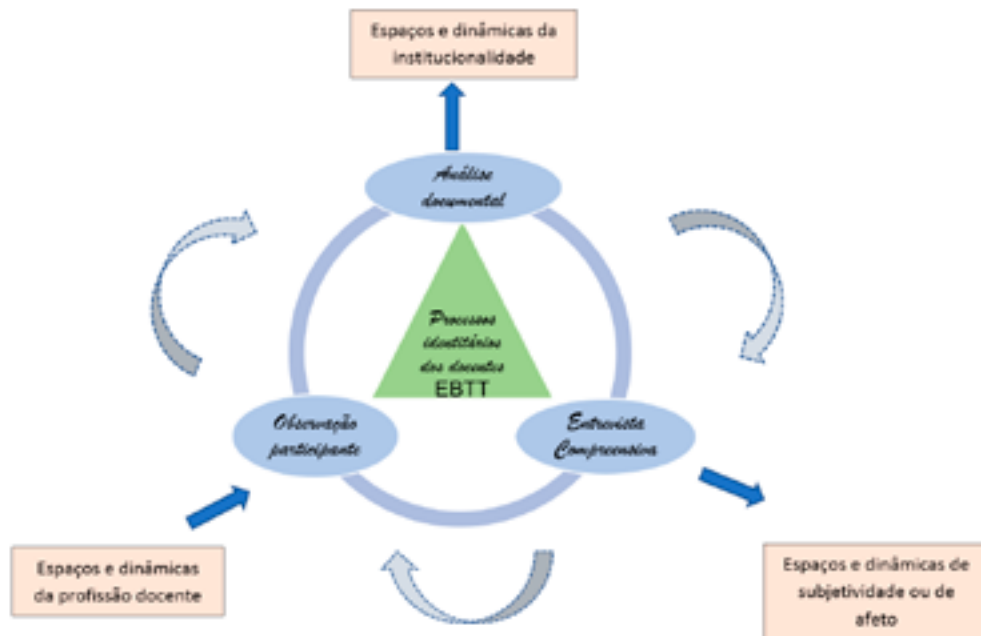
Depois, procedemos à construção do quadro de entrevistados, agregando um número a cada informante. Ao fazê-lo, a construção da coerência interna foi mais um elemento central e o fizemos inserindo, mais uma vez, o problema da pesquisa e os objetivos traçados, sem perder o horizonte da representação equilibrada.

A partir das entrevistas, passamos a pensar no plano evolutivo, como guia de trabalho em que chegamos a alguns apontamentos: havia tensões e contradições entre a realidade ideal consciente e esboçada pelos entrevistados e a realidade fática vivida por cada um deles no seio da nova institucionalidade. Com base neste plano evolutivo inicial, passamos a novas sessões de escuta das gravações a fim de construir as fichas de interpretação.

As fichas de interpretação podem ser caracterizadas como instrumentos de anotações, em que, ao lado das transcrições dos entrevistados, são postas observações da situação de fala, das impressões do pesquisador, de elementos que foram ditos antes de ligar ou após o desligamento do gravador. São fichas múltiplas que depois são organizadas por partes a partir de alguns elementos linguísticos presentes ou ausentes, a partir da possibilidade de confluência de uma teoria, ou de uma descrição daquilo que foi vivenciado durante a entrada no campo.

A partir destas fichas de interpretação iniciais, foram criados alguns títulos e subtítulos, e buscou-se aprofundar a concretude do discurso e, para tanto, recorreu-se à Análise do Discurso de matriz francesa (AD) para ajudar no processo, conforme mostraremos mais adiante. Estava composto, assim, nosso construto metodológico, conforme esboçado na Figura 2:

Figura 2 - Triangulação de procedimentos de coletas de dados



Fonte: SANTOS, 2016

4. ANÁLISE DO DISCURSO ENQUANTO TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados gerados a partir destes procedimentos de coleta são textuais, sejam as transcrições das entrevistas, as anotações das observações participantes, sejam os recortes dos documentos institucionais. Com eles, construímos nosso *corpus* de dados a partir dos três eixos já explicitados: espaços e dinâmicas subjetivas e de afeto, profissionais e institucionais. Através desta divisão, analisamos como emergem e se configuram os processos de identidades dos docentes EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Nesse caso, o interesse é, sobretudo, pelos efeitos de sentido construídos no interior do discurso destes docentes, em como eles organizam discursivamente suas relações textuais entre o interdiscurso e o intradiscurso até chegar às suas posições de sujeito.

Neste sentido, entendemos que nos aproximamos da Análise do Discurso, especificamente de linha francesa, já que rejeitamos “uma noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo” (GILL, 2012, p. 244) e tomamos como princípio o discurso como parte de construção do mundo social.

Em Bauer e Gaskell (2002), é possível afirmar que existem, pelo menos, 57 variedades de análise de/do discurso, todas com especificidades e tradições teóricas que não colocaremos aqui por não se tratar dos objetivos do artigo. No entanto, na maioria delas, alguns elementos subjazem e são interessantes de pontuar a fim de compreender a opção pela Análise de Discurso de linha francesa.

Existem quatro grandes temas de preocupação da(s) diversas análise(s) de discurso que são pertinentes pontuar. Para todas elas: 1) o discurso é a materialidade foco da análise; 2) a lingua-

gem deve ser vista em dupla articulação como construtora da realidade e construída por ela; 3) o discurso é uma forma de ação, prática social; e 4) o discurso é organizado retoricamente em função de um contexto interpretativo.

Assim, usar a Análise do Discurso é se propor a realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação dos discursos nos mais diferentes campos, não tendo construído uma metodologia pronta e específica, devendo, pois, o pesquisador construí-la na caminhada. É neste ponto que a enxergamos como complementar às técnicas de coletas de dados trianguladas, aos objetivos da pesquisa e ao problema inicial da investigação.

Inicialmente, entendemos que tal escolha se finca na perspectiva de construir uma pesquisa que se deseja interdisciplinar/ transdisciplinar. Como esboçado anteriormente, a fim de entendermos a complexidade do fenômeno pesquisado, lançamos mão de conhecimentos referentes às áreas de Ciências Sociais, Letras e Educação, num processo dialógico e rico de possibilidades.

Quando construímos nossos dados, vislumbramos o ir além nessa ruptura epistemológica. Foi neste ponto que ao olharmos a materialidade dos discursos produzidos, ora institucionalmente, através dos documentos analisados, ora partindo de sujeitos de fala, os docentes entrevistados e observados, entendemos ser a Análise de Discurso um dispositivo.

A despeito das inúmeras possibilidades da expressão *análise do discurso*, preferimos entendê-la como um esforço interpretativo que busca construir um instrumental de acesso às elaborações da linguagem que, em sua natureza, não são objetivas, sendo essencialmente intencionais. Isso porque

a ideia central em toda investigação discursiva é assim a de salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e de examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam activamente a linguagem na construção do significado da vida quotidiana. Daqui resultam três tópicos: variabilidade, função e construção que reúnem algum consenso quanto a serem considerados aspectos chave a levar em linha de conta, quando da realização prática de uma análise de discurso. (AZEVEDO, 1998, p. 108).

Ainda no campo das elucidações e justificativas, cumpre observar que a Análise de Discurso pode se configurar como um olhar teórico-metodológico para os dados, no sentido que usamos aqui, pois se funda na materialidade do discurso. Por ser um vocábulo de ampla significação, é pertinente situar o leitor naquilo que nos apropriamos e entendemos como Análise de Discurso. Aproximamo-nos de uma Análise de Discurso pós-estruturalista na perspectiva de ruptura com a visão realista da linguagem, rejeitando a noção de sujeito uno e coerente, olhando o processo de construção histórica deste mesmo discurso. Nesse sentido e por isso, passamos a tratá-la como Análise de Discurso, sempre com letras maiúsculas.

De forma geral, a Análise de Discurso propõe-se a construir um dispositivo de interpretação para o discurso selecionado enquanto objeto analisável. Dessa forma, cabe ao analista, no confronto com o seu *corpus*, lançar um dispositivo de análise que possa abarcar as especificidades de seus objetivos para aquele momento da pesquisa, considerando variabilidade, função e construção.

A partir do reconhecimento do seu objeto e dos seus objetivos momentâneos, o analista irá cotejar o discurso que pretende analisar aos conceitos teóricos. Trata-se de uma seleção individual, como afirma Maingueneau (2001, p. 26), pois “Onde houver enunciados, enunciados sobre

esses enunciados, *ad libitum*, cada um tem sempre o direito de traçar os limites de um terreno de investigação conforme seja conveniente.”

Desta forma, há uma ligação entre a descrição do corpus e os gestos de interpretação possíveis para aquele recorte. Não é possível, desta forma, uma compreensão do analista que não seja mediada constantemente pela intermitência entre a descrição e a teoria que constituem o processo de estudo.

De maneira esquemática, podemos assim desenhar nosso percurso metodológico:

Quadro 1 - Resumo do percurso metodológico alinhados aos objetivos e ao problema de pesquisa

OBJETIVO GERAL	Analisar como emergem e se configuram os processos identitários dos docentes da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (professor EBTT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ IFRR.		QUESTÃO NORTEADORA	Como emergem e se configuram os processos identitários dos docentes EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ IFRR dentro da (inter)relação das dinâmicas subjetivas, profissionais e institucionais?
PALAVRAS-CHAVE	PROCESSOS IDENTITÁRIOS – DOCENTES – IFRR			
DELIMITAÇÕES	CAMPUS BOA VISTA CENTRO (Antiguidade, transformações, representatividade institucional) Diário de campo	DOCENTES EBTT (Efetivos, entrada temporal, representatividade equilibrada) Seleção de informantes	FAZER INSTITUCIONAL, (Documentos que organizam a vida docente) Seleção de documentos	
TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	ENTREVISTA COMPREENSIVA	ANÁLISE DOCUMENTAL	
DADOS LINGÜÍSTICO-TEXTUAIS				
TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	ANÁLISE DO DISCURSO Variabilidade, função e construção Sujeito – discurso – formação discursiva – interdiscurso			
RETOMADA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA	a) Identificar como as dinâmicas que configuram os processos identitários dos docentes do IFRR se inter-relacionam. b) Sistematizar a relação entre os documentos norteadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ IFRR, a saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI (2014-2018), e a Organização Didática, e a constituição dos processos identitários dos docentes EBTT do IFRR. c) Conhecer o significado do que é ser professor EBTT para os docentes do IFRR, em uma dimensão dos processos identitários.			

Fonte: SANTOS (2016)

A partir destes recortes e escolhas, desenhamos, com as tintas do conhecimento científico e da análise pautada no afastamento necessário do objeto, um esboço das relações docentes no interior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ Campus Boa Vista Centro, partindo dos desafios da nova institucionalidade e de como ela implica no fazer docente cotidiano. Foi desenho coletivo, construído com a valiosa contribuição dos informantes e amalgamada à necessária teoria que nos auxilia na clarificação do objeto estudado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em franco processo de mutação de um modelo cultural técnico, baseado na razão, na ciência e nos ideais de progresso da sociedade industrial, para um modelo cultural identitário, cujo ponto central é o indivíduo (BAJOIT, 2006). Nesta perspectiva de mutação (não de sobreposição, nem de apagamento), a constituição do indivíduo está em vias de mudança e sua relação com o social também.

Na docência, isso é bastante visível à medida que percebemos, pela nossa experiência cotidiana, discursos que oscilam entre ânimo e desânimo, sentido e ausência de sentido no fazer docente, crença e descrença no modelo institucional de Educação Profissional. Muitos buscam, ansiosamente, respostas sobre este novo mundo repleto de liquidez e mudança, e se deparam com inúmeras demandas que escapam, muitas vezes, de sua formação inicial, suas experiências de vida e seus projetos de futuro.

Dentro desse contexto de pesquisa, construímos uma travessia metodológica por meio de três pontes: a observação participante, a análise documental e a entrevista compreensiva. Juntas, elas nos permitiram construir um corpus linguístico que nos permitisse descortinar as questões identitárias docentes que subjazem a esse contexto de mutação e novas demandas no seio escolar, face à contemporaneidade.

Um esforço metodológico em que utilizamos 3 técnicas de coletas de dados e o arcabouço da Análise do Discurso para construir as análises, as quais colocamos em diálogo na intenção de aprofundar a nossa questão problema: *Como emergem e se configuram os processos identitários dos docentes EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ IFRR dentro da (inter)relação das dinâmicas subjetivas, profissionais e institucionais?*

Nossa discussão, à época, se centrou na análise dos dados e nos achados da pesquisa e apontou três categorias: *Instituição Ornitorrinca*, em que discutimos os achados referentes à nova institucionalidade e seus impactos na docência dos professores EBTT dos IFs; *Docências Incertas*, tendo em vista que nossa pesquisa apontou para essa categoria eivada de incompreensão acerca dos sentidos do que é ser professor do IFRR; e a terceira parte a que chamamos de *Futuro Flutuante* já que ao serem questionados sobre que IF desejam e como veem o futuro, seus discursos alinharam-se à perspectiva da incompletude, da fluidez, da flutuação em mares desconhecidos. Por questões de foco, não nos aprofundaremos nesses achados agora.

Vale destacar que as técnicas escolhidas serviram como elementos norteadores, de curiosidade epistêmica, convertidas em artesanania intelectual, construindo-se e desconstruindo-se nessa caminhada chamado de pesquisa acadêmica. É preciso, ao nosso ver, seguir rompendo barreiras epistemológicas que nos conduzam, enquanto pesquisadores, à experiência saborosa da descoberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, José. **Metodologias qualitativas: análise do discurso**. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras, 1998.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- DENZIN, N., & LINCOLN, Y. (2000) **Handbook of qualitative research**. (2a ed). Thousand Oaks: Sage.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artes Médias, 2005.
- Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002
- GÓMEZ, Gregorio Rodriguez; FLORES, Javier Gil; JIMENÉZ, Eduardo García. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2. ed. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.
- KAUFMANN, Jean Claude. **A entrevista compreensiva**. Edufal, 2013.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MILLS, C. W. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2012.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo, 2000.
- SANTOS, Jocelaine Oliveira dos. **Tensões e contradições nos processos identitários do Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTB do IFRR / Jocelaine Oliveira dos Santos**. – São Leopoldo, 2016. 212 f.
- SILVA, Rosália de Fátima. **A entrevista compreensiva**. Texto para discussão no curso de Pós-Graduação em Educação. Natal: DEPED; UFRN, 2002.
- VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, LTC, 2010.
- WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

A TECNOLOGIA ASSISTIVA DIGITAL NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Prof.^a Mestra Josilene Souza Lima Barbosa

1. INTRODUÇÃO

Os alunos surdos têm dificuldades para aprender o português por não ser a sua língua materna e por não ter acesso a metodologias apropriadas de ensino. Nos cursos de língua estrangeira direcionados aos ouvintes geralmente são adotadas metodologias através das quais os alunos aprendem em contextos diversificados. No entanto, os alunos surdos são submetidos a aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas de forma estanque e descontextualizada, obtendo resultados pouco satisfatórios relacionados à escrita e à compreensão de textos em português. Este problema já vem sendo discutido há muito tempo entre os teóricos e os profissionais que atuam diretamente com esse alunado. Estas dificuldades geram a evasão ou uma distorção idade/série acentuada entre os alunos surdos. Diante desta problemática, Barbosa (2011) pensou em utilizar os recursos da Tecnologia Assistiva e outras tecnologias digitais como instrumento mediador na alfabetização de crianças surdas.

Portanto, a pergunta que motiva este estudo é: Como os recursos da Tecnologia Assistiva Digital podem maximizar o aprendizado da Língua Portuguesa na fase inicial de alfabetização de alunos com surdez?

Para responder a essa pergunta formulou-se o seguinte objetivo geral: Investigar as contribuições da Tecnologia Assistiva Digital no processo de alfabetização de alunos surdos. Para atingir este objetivo maior foi preciso: Conhecer o contexto educacional, o nível de aprendizagem e o nível de utilização da Tecnologia Assistiva (baixo ou alto custo) pelo grupo investigado; selecionar e aplicar atividades mediadas pelo uso dos recursos da Tecnologia Assistiva Digital; elencar as contribuições dos recursos utilizados para a aprendizagem dos alunos; analisar e discutir como a Tecnologia Assistiva Digital pode ser usada como um recurso pedagógico mediador na alfabetização de crianças surdas. Parte-se da hipótese de que a Tecnologia Assistiva contribui para maximizar e enriquecer o processo da aprendizagem na alfabetização de crianças surdas.

2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica escolhida está representada no diagrama a seguir.

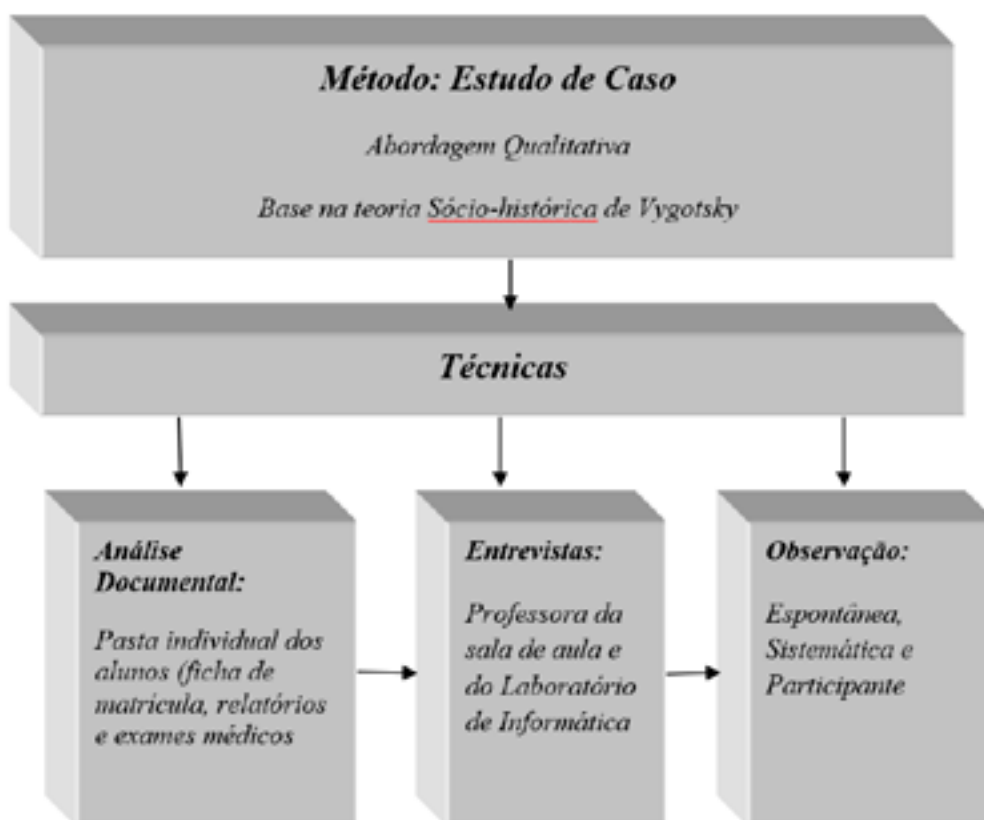


Diagrama 1: Abordagem Metodológica

Fonte: Pesquisa da Autora

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se pelo Estudo de Caso, com abordagem qualitativa, objetivando investigar as contribuições da Tecnologia Assistiva Digital como mediadora da aprendizagem de crianças surdas. Para isso foi selecionada uma escola estadual de educação especial da rede pública de ensino da cidade de Aracaju. Conforme Gil (2009) os estudos de caso possibilitam estudar em profundidade o grupo, organização ou fenômeno, considerando suas múltiplas dimensões. A ênfase na profundidade acaba favorecendo a aproximação e abstração dos resultados da pesquisa e a concretude na prática social. Para este autor, uma das vantagens do estudo de caso é que nem sempre ele é conclusivo e geralmente provoca inquietações no pesquisador que acabam impulsionando o desenvolvimento de novas pesquisas.

Para o desenvolvimento deste estudo, os instrumentos de coleta foram: a observação espontânea, sistemática e participante; entrevistas com a professora do laboratório de informática e com a professora da sala de aula. As entrevistas não foram fontes principais, mas ajudaram a compreender o universo estudado. Também, foram pesquisadas as pastas individuais dos alunos, contendo relatórios do Centro de Referência em Educação Especial (Creese) e das professoras dos anos anteriores, exames médicos e anotações feitas pela assistente social e psicóloga. Todavia, cabe ressaltar que em algumas pastas de alunos não há todos esses documentos. Entretanto, as informações contidas nessas pastas foram importantes para ter acesso ao ano de matrícula, tipo e grau da surdez através dos exames médicos e principalmente os relatórios do Creese, que trazem o histórico da vida dos alunos desde a gestação.

Optou-se pelas observações como fonte principal porque, segundo Gil (2009), a observação espontânea possibilita a obtenção de elementos para a delimitação de problemas de pesquisa, favorecendo a construção de hipóteses para o problema pesquisado, e promove a aproximação do pesquisador com o fenômeno a ser estudado. Na observação sistemática, o pesquisador estabelece o que vai ser observado e quais aspectos da comunidade são significativos para alcançar os objetivos traçados. Segundo esse autor, o registro da observação sistemática é feito no momento em que esta ocorre através de registros por escrito ou na gravação de sons e imagens.

As categorias incluídas no instrumento de registro variam de acordo com os objetivos pretendidos. Mas de modo geral, envolvem duas grandes categorias de informação: a do contexto e do comportamento das pessoas. (GIL, 2009, p.74)

Para esse mesmo autor, a observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida e na comunidade, da organização ou do grupo no qual a pesquisa está sendo realizada.

Assim, com a observação espontânea foi possível verificar a dificuldade dos alunos com o aprendizado da Língua Portuguesa e estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos envolvidos. A observação sistemática foi importante para selecionar os recursos que poderiam ser úteis nesse aprendizado, respeitando os níveis de aprendizagem em que os alunos estavam inseridos, visando observar a motivação e o interesse dos alunos. Com a observação participante pode-se aplicar, observar e elencar quais desses recursos foram úteis e quais as suas contribuições para a aprendizagem dos alunos. Os dados coletados foram registrados através de gravação de sons e imagens e registros escritos.

O diagrama em seguida mostra o decorrer das etapas da pesquisa em campo.

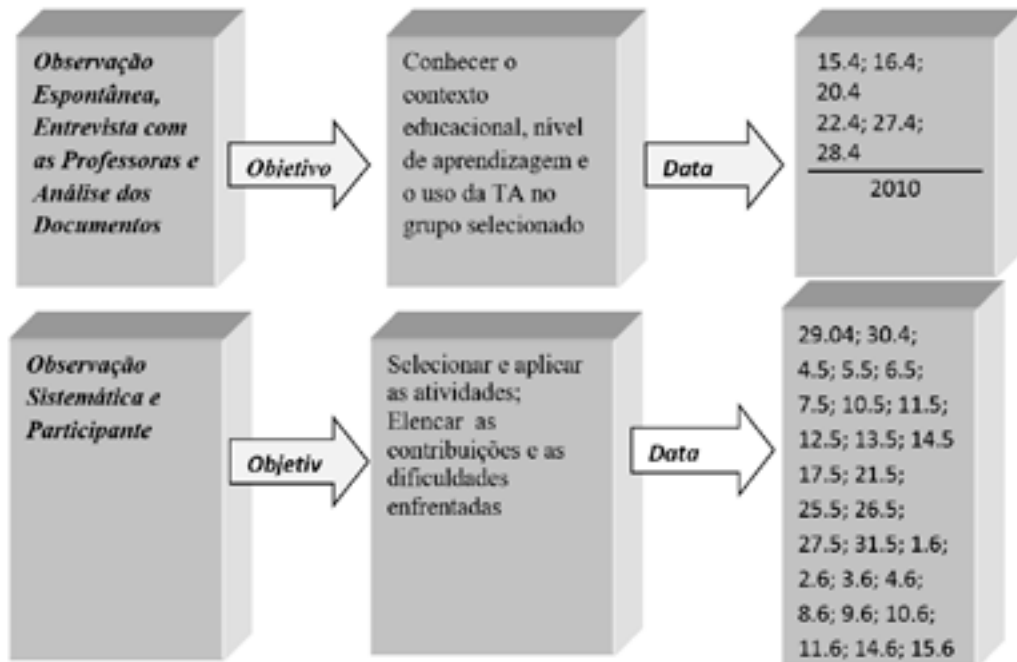


Diagrama 2: Etapas da Pesquisa no Campo Empírico

Fonte: Pesquisa da autora

Cabe ressaltar que no planejamento inicial foram reservadas três manhãs para a observação espontânea, mas esse período foi ampliado para seis manhãs, devido à diversidade encontrada. Ao iniciar a pesquisa, foi encontrada uma realidade totalmente diferente da pensada e programada, pois o planejamento foi pensado para desenvolver um estudo com alunos surdos, porém o contexto encontrado apresentou uma menina surda com deficiência intelectual e hiperatividade, um deficiente auditivo com autismo e cinco alunos com surdez, três pelos quais tinham com déficit de atenção acentuado. Segundo os relatórios do Creese e exames médicos, todos os sete alunos nasceram surdos.

Este trabalho científico está embasado na teoria sócio-histórica de Vygotsky e em seus estudos voltados para a pessoa com deficiência, tendo como referência maior a sua obra Fundamentos de Defectologia (1989).

[...] A defectología estudia el desarrollo, el cual tiene sus propias leyes, su ritmo, sus ciclos, sus desproporciones, sus metamorfosis, su traslado de los centros y sus estructuras; y que es una esfera especial y relativamente independiente del conocimiento de un objeto profundamente peculiar. En la esfera práctica, en la esfera da educación, como tratamos de demostrar, la defectología tiene ante si tareas, cuya solución exige el trabajo creador y la creación de formas especiales. (VYGOTSKY, 1989, p.26)

A fundamentação teórica está centrada nos conceitos de Educação Especial, Educação de Surdos, Tecnologia Assistiva Digital. Tendo como referencial os estudos de Vygotsky (1989), Souza (2005); Souza (2007), Galvão Filho (2009), Schneider (2002), Moran (2000), Bersch (2007), Quadros (2006); Bardy (2010); Reis (2006) Santarosa et al (2010), dentre outros.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico se caracteriza conforme diagrama abaixo:

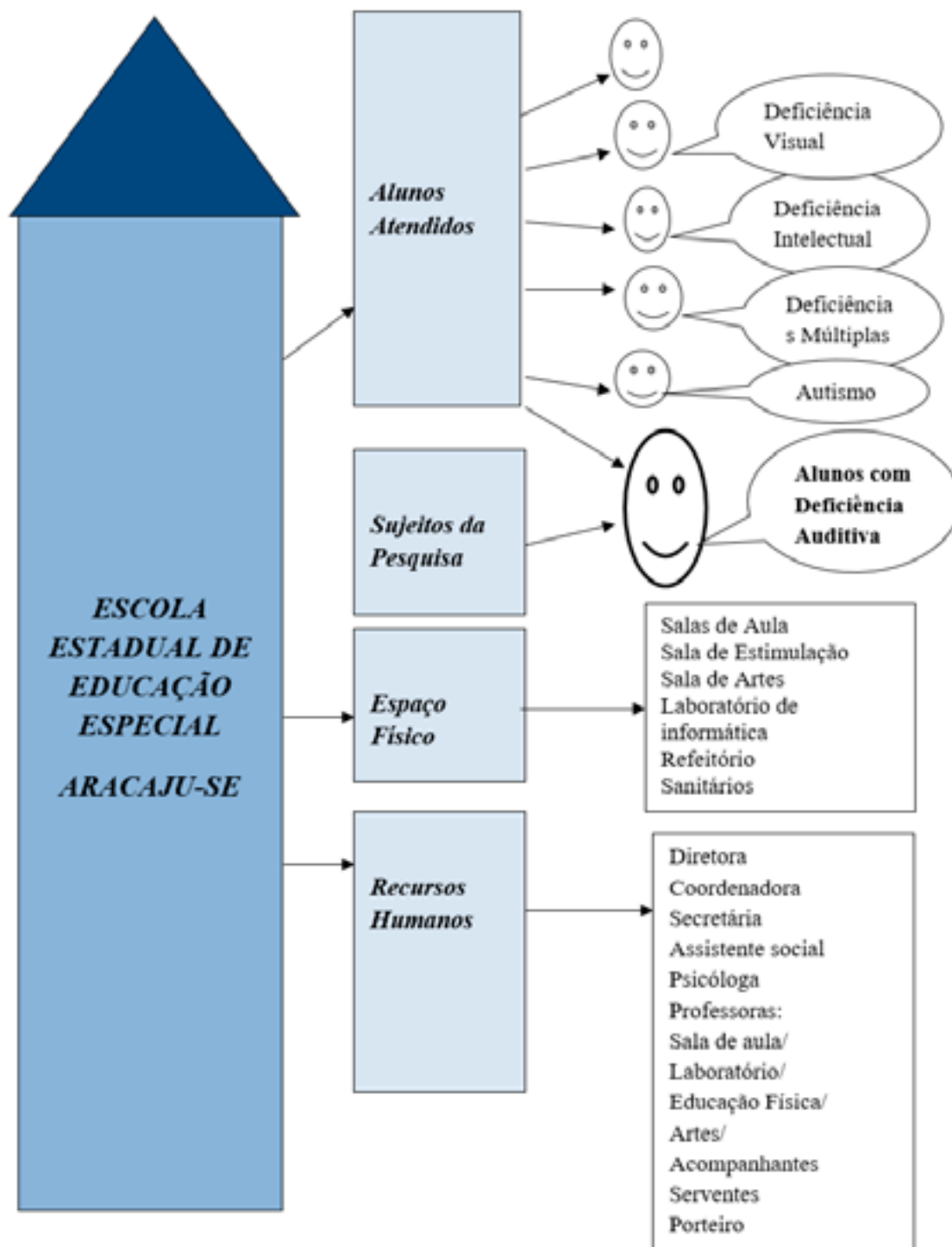


Diagrama 3: Caracterização do Campo Empírico

Fonte: Pesquisa da autora

O campo empírico selecionado é uma escola pública estadual de educação especial, localizada em bairro de classe média da cidade de Aracaju, embora a maioria dos alunos seja oriunda de classes menos favorecidas. A escolha por essa instituição deu-se diante de alguns impedimentos para que este estudo fosse realizado em escolas públicas do ensino regular. Algumas escolas não dispunham de laboratórios de informática; outras não tinham recursos tecnológicos instalados nas salas de recursos multifuncionais. Nas escolas que tinham as condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa, os pais não se disponibilizaram a levar as crianças no horário contrário ao que estavam matriculadas, e não foi permitido retirar as crianças no período das aulas do ensino regular.

Assim, optou-se pela Escola Estadual de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Júnior. Esta instituição foi fundada em 07 de março de 1989, pelo Decreto 10.313, e recebeu este nome em homenagem ao primeiro reitor da Universidade Federal de Sergipe. Sempre atendeu a crianças com deficiências e durante alguns anos funcionava como escola e como centro de tratamento. Na época da fundação contava com uma equipe de fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas responsáveis por avaliarem alunos e oferecerem tratamentos clínicos. No período da coleta de dados, funcionava como escola, e as crianças não contavam mais com os serviços de tratamento clínico. A mudança ocorreu quando foi criado o Centro de Referência em Educação Especial (Creese). Lá, as crianças são avaliadas e encaminhadas para o João Cardoso, porém o processo é moroso devido à grande quantidade de alunos que esperam por avaliação.

A escola era registrada como instituição de educação infantil, contudo, a faixa etária atendida era até os doze anos. Entretanto, a Lei 9394/96 e a Lei 10.172/2001 estabelecem a faixa etária de zero a seis anos para esse nível de ensino, e em 2004, com a ampliação do ensino fundamental de nove anos, a faixa etária estabelecida ficou do zero a cinco anos, já que as crianças com seis anos deverão ingressar no primeiro ano do ensino fundamental. Segundo a equipe da escola, a faixa etária foi estendida para os doze anos diante do contexto social e educacional no qual esses alunos estão inseridos. A maioria desses alunos tinham comprometimentos severos e as escolas do ensino regular argumentavam estar despreparadas para atender às especificidades desse alunado. Alguns já tentaram estudar em escolas inclusivas, porém, mesmo com o direito ao acesso garantido por lei, não tiveram os recursos materiais e humanos para garantir a permanência deles nesses estabelecimentos de ensino. Outros moram em lugares distantes, onde não há vaga suficiente para atender até mesmo aos alunos sem deficiência. E há ainda alunos que residem em locais no interior de Sergipe que não têm escolas na região onde moram. Diante deste contexto, ficou estabelecida a permanência dos alunos na escola até os doze anos de idade, a fim de não ficarem sem estudar.

Em relação ao espaço físico, o prédio era composto de doze salas de aula, uma sala de estimulação precoce, uma sala para aulas de artes, uma sala de direção, um laboratório de informática, um refeitório, uma cantina, uma área para recreação, três sanitários (dois para as crianças e um para os profissionais da escola). As salas são muito pequenas, escuras e sem ventilação apropriada. A exceção era a sala de estimulação precoce, que é ampla, possui um rico material didático e lúdico e tem ar condicionado. Duas profissionais trabalham neste espaço: uma pedagoga e uma professora de educação física especialista em psicomotricidade. Ao entrar nesta sala, a impressão era de não estar na mesma escola, tamanha a disparidade de condições do

espaço físico e os materiais disponíveis. Perguntado o porquê de tanta diferença, foi informado que a escola recebeu uma verba para reforma e começaram por essa sala devido ao atendimento aos alunos com mais comprometimentos. A promessa foi que chegariam mais recursos para dar continuidade à reforma dos demais espaços da escola, o que não veio a se concretizar. Nessa sala, eram atendidas crianças de zero a quatro anos. O critério de seleção foram os alunos que possuíam deficiências múltiplas, cujas mães passavam a manhã na escola para dar assistência às professoras e para dar continuidade ao trabalho em casa.

Os alunos estudavam em classes separadas por área de deficiência. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino. Os alunos tinham o direito ao traslado diariamente e contavam com o serviço de acompanhantes encarregados de deixá-los em suas respectivas residências ou em pontos próximos, onde eram recebidos por seus familiares. Os alunos moravam em bairros distantes e são oriundos de famílias de baixa renda. Sem esse serviço de transporte, o acesso à escola seria dificultado e/ou impossibilitado, principalmente para os alunos com deficiências mais graves.

Para o desenvolvimento deste estudo foram selecionados alunos surdos do turno matutino. A turma era composta de oito alunos; no entanto, no decorrer da pesquisa, observou-se que quatro alunos tinham deficiências múltiplas e optou-se em analisar os dados dos alunos que possuíam somente a surdez.

A sala de aula era muito pequena e quente, não dispunha de recursos pedagógicos adequados, e tampouco de recursos da Tecnologia Assistiva. A professora dessa turma era pedagoga e estava cursando a pós-graduação em educação inclusiva. Entretanto, informou que não havia feito cursos relacionados à Tecnologia Assistiva e que tinha pouco conhecimento sobre a temática.

O laboratório de informática era composto de oito computadores, porém apenas quatro funcionavam, com alguns problemas; uma impressora que estava sem tinta há muitos meses; uma impressora Braille, seis mesas com cadeiras, armário, quadro negro, ar condicionado e um ventilador. Os computadores que estavam funcionando tinham acesso à Internet, mas com problemas frequentes. A professora responsável pelo laboratório informou que faz cursos constantes relacionados às Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.

O que foi informado pelas professoras através das entrevistas que o planejamento era articulado entre a professora do laboratório e da sala de aula envolvendo os recursos tecnológicos. No entanto, na prática cotidiana da turma observada não foi evidenciada relação direta com o conteúdo pedagógico da sala de aula.

No que se refere à Libras, apenas um aluno tinha fluência, cinco sabiam alguns sinais e se comunicavam em Libras, embora com um vocabulário restrito ou com gestos utilizados no meio familiar e um rejeitava completamente a Libras. Quatro alunos reconheciam algumas palavras, três não identificavam cores, letras e números e havia duas alunas com a coordenação motora deficitária para a idade. Diante da complexidade da turma e do número insuficiente de computadores e tendo em vista os horários disponíveis no laboratório serem escassos, optou-se em observar os alunos individualmente.

Ocorreram inúmeros imprevistos nesse período: a Internet frequentemente não funcionava, a maioria dos alunos faltava às aulas e, por fim, um problema com os transportes responsá-

veis pelo traslado dos alunos, por questões burocráticas.

2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos desta pesquisa são apresentados com nomes de flores. A opção se deu porque as flores, como as crianças, têm as suas particularidades, variedades, alegram e embelezam os ambientes.

Os educadores poderiam tomar como exemplo o jardineiro, que se dedica dia a dia ao jardim. Mesmo quando uma planta precisa de cuidados, ele não deixa de regá-la e tentar fazê-la reviver através do carinho, da atenção e, principalmente, não deixar de acreditar que ela se tornará bela e produtiva.

Assim teremos neste “jardim empírico” a Íris, o Oleandro, o Jacinto e o Cosmos. A seguir, a caracterização das “flores”:

Oleandro



Diagrama 8 : Caracterização de Oleandro

Fonte: Pesquisa da autora

Oleandro nasceu com surdez sensorineural de grau profundo. É um menino de doze anos e tem um irmão gêmeo com deficiências múltiplas que estudava nessa mesma escola, porém em outra sala.

Ele era muito perfeccionista, estudioso e ingressou na escola em 2004. Era certamente o aluno com o melhor desenvolvimento na aprendizagem. Sabia ler algumas frases, fazia continhas, desenhista nato, compreendia os assuntos abordados. Era fluente em Libras e não era oralizado, gostava de ajudar os colegas nas tarefas, tinha dificuldade para controlar a emoção quando errava alguma atividade, perdia nos jogos ou quando não conseguia realizar alguma tarefa. De acordo com os relatórios das professoras dos anos anteriores, sempre teve um excelente rendimento escolar.

Segundo a professora, havia dois anos a escola tentava convencer a mãe de matriculá-lo no ensino regular, mas ela se convenciu dos benefícios da inclusão para o filho. Alegava que o outro filho

também era matriculado na mesma escola, ter os dois estudando juntos era mais cômodo para ela.

Jacinto



Diagrama 9: Caracterização de Jacinto

Fonte: Pesquisa da autora

Jacinto tinha doze anos e estudava no João Cardoso desde 2004. Conforme exame médico tinha surdez sensorineural de grau profundo. Não tinha fluência em Libras, comunicava-se em sinais, porém com um vocabulário restrito. Não oralizava e passa a maior parte do tempo observando os colegas. É muito perfeccionista em tudo que faz e gosta de desenhar.

Ele é fruto de uma gravidez indesejada na adolescência. A mãe tentou o aborto e, no oitavo mês de gestação, teve rubéola. A sua deficiência foi descoberta aos oito meses. Segundo o relatório da escola, ele já estudou em outros estabelecimentos e, não conseguia se adaptar. Segundo a professora, era um aluno que falta muito, o que o prejudicava e o impedia de avançar no processo de aprendizagem.

Nas atividades de que participou demonstrava interesse e apresentava um avanço significativo na aprendizagem.

Cosmos



Diagrama 10: Caracterização de Cosmos

Fonte: Pesquisa da autora

Cosmos era um garoto com treze anos. Não desmonstrava interesse pelos conteúdos ensinados na sala de aula; ficava sempre de cabeça baixa, passava o tempo desenhando e tentando chamar a atenção dos colegas. Reconhecia pouquíssimas palavras. Não tinha fluência em Libras e se comunicava com vocabulário restrito em língua de sinais ou com gestos utilizados no ambiente familiar; não era oralizado.

Não foi encontrado na escola o relatório do Creese para que tivesse mais informações sobre esse aluno. Segundo exame médico, tinha perda auditiva sensorioneural de grau profundo. Estava matriculado desde 2005 no João Cardoso e, à tarde frequenta a Apada-SE.

De acordo com a professora regente e com as observações realizadas, esse aluno tinha um déficit de atenção acentuado e precisava de intervenção psicopedagógica com urgência. Aos treze anos de idade, tinha dificuldade em realizar atividades simples e, na maioria das vezes, só conseguia realizá-las com ajuda. A maior dificuldade do aluno era se concentrar nas atividades propostas.

Nas atividades desenvolvidas no período da coleta de dados, iniciou desmotivado, sem acreditar que pudesse realizá-las, mas no decorrer da pesquisa melhorou o desempenho e passou a ter motivação e avançou significativamente na aprendizagem.

Íris



Diagrama 6: Caracterização de Iris
Fonte: Pesquisa da autora

Íris era uma menina com onze anos. Ingressou no João Cardoso em 2005, não tendo sido encontrado na escola relatório ou exames que informassem o grau de surdez. Segundo a professora e o relatório dos anos anteriores, ela tem dificuldade de aprendizagem; é muito desatenta e desmotivada. Não tem fluência em Libras e se comunicava com um vocabulário restrito através da sua língua materna. Não oralizava, conhecia as letras do alfabeto, mas não conseguia ler nenhuma palavra.

Segundo a professora, ela não demonstrava interesse pelas atividades, não tinha autonomia para realizar as tarefas e sempre copiava dos colegas. O relato da professora do laboratório de informática era similar.

Ao iniciar as atividades no computador com essa aluna, Íris demonstrou resistência em

fazer as atividades que tinham sido selecionadas para ela. Queria apenas jogar, desenhar ou colorir desenhos.

Conseguiu alguns avanços na aprendizagem e começou a ter mais interesse pelas atividades propostas. Diante das observações e com base nos dados fornecidos, seria interessante que essa aluna tivesse acompanhamento com uma equipe multidisciplinar, com um plano voltado para trabalhar não apenas o campo cognitivo, mas, principalmente, o emocional, pois a sua autoestima é baixíssima

2.4 OS RECURSOS UTILIZADOS

Os recursos tecnológicos utilizados para a coleta de dados na observação participante foram as atividades que compõem o Objeto de Aprendizagem Alfabetização e Fazenda Rived e *softwares* educacionais com adaptações em Libras.

A Fazenda Rived é um Objeto de Aprendizagem que apresenta como cenário uma fazenda e contém sete atividades diferenciadas que possibilitam trabalhar conceitos de agrupamento, quantificação, ordenação numérica e contagem. É disponibilizado gratuitamente através do Banco Internacional de Objetos Educacionais.

O Objeto de Aprendizagem “Alfabetização” utilizado não tinha adaptações em Libras, mas as atividades foram traduzidas para que os alunos compreendessem as tarefas. Esses recursos foram importantes no processo de aprendizagem por possuir atividades diversificadas envolvendo a leitura de palavras e frases contextualizadas. Cabe ressaltar que este Objeto de Aprendizagem já possui a versão com adaptações em Libras, porém, lamentavelmente, no período da coleta de dados ainda não estava disponível.

Os *softwares* educacionais utilizados em Libras estão disponíveis na Internet. Foram utilizados jogos e frases contextualizadas que fazem parte do curso Librasnet ministrado pela empresa mineira Megainfo. O curso é oferecido na modalidade de Educação a Distância, porém a empresa disponibiliza algumas atividades gratuitamente no *site* do curso e em um *site* que hospeda diversas atividades educativas.

Todos os recursos utilizados consistem em atividades de execução de tarefas. Quando bem apresentados e explorados eles podem se tornar recursos ricos no processo de aprendizagem de crianças surdas.

3. CONCLUSÃO

Neste estudo foi proposto investigar as contribuições dos recursos da Tecnologia Assistiva Digital na aprendizagem de crianças surdas no processo de alfabetização, tendo como principais elementos: a análise de documentos, entrevistas e as observações no campo empírico que consistiram nas fontes principais no período da coleta de dados.

Desenvolveu-se o estudo na perspectiva de análise qualitativa, tendo como aporte teórico os estudos de Vygotsky e renomados autores na área da Tecnologia Educacional e Tecnologia Assistiva; Educação de Surdos e Educação Especial.

Diante da hipótese levantada no início da pesquisa foi possível constatar no decorrer

do estudo que a Tecnologia Assistiva Digital contribui, maximiza e enriquece o processo de aprendizagem na fase da alfabetização, porque pode ser adaptada aos diferentes estilos e níveis de aprendizagem, às diferentes situações de ensino por ser flexível e por promover a interatividade do sujeito com o objeto a ser manipulado.

Para se chegar a esse resultado foi preciso trilhar por um árduo caminho em busca de atingir os objetivos traçados. No campo empírico passou-se dois meses buscando conhecer o contexto educacional, o nível de aprendizagem e a utilização da Tecnologia Assistiva pelo grupo investigado. Pode-se então, observar que naquela ocasião, quanto ao espaço físico, que a escola não dispunha de recursos da TA suficiente para atender às necessidades dos alunos ali matriculados. Cabe ressaltar que há recursos simples que poderiam fazer a diferença naquela escola como: placas de sinalização, cartazes em Braille (para cegos) e em Libras (para os surdos), entre outras possibilidades existentes. Entretanto, os alunos enfrentavam dificuldades quanto a acessibilidade arquitetônica e pedagógica devido a escassez de recursos para proporcionar-lhes a autonomia que é o objetivo principal da Tecnologia Assistiva.

Em relação ao nível de aprendizagem os alunos envolvidos neste estudo, ainda não estavam alfabetizados, apenas um aluno estava conseguindo ler palavras e frases contextualizadas. O que se confirma a urgência e a necessidade de metodologias apropriadas no processo de alfabetização de crianças surdas, já que a distorção idade/série é muito grande. No decorrer da coleta de dados surgiu uma inquietação que é compreender o porquê daqueles alunos mesmo estando em uma escola especial não conseguiram avançar de série. Teoricamente, estes alunos deveriam estar alfabetizados e cursando séries mais avançadas, já que estão estudando com os seus pares e com professoras preparadas para atender às suas limitações, embora Vygotsky defenda que separar os alunos por deficiência atrasa o desenvolvimento da aprendizagem. Enfim, esta inquietação não poderá ser respondida neste estudo, mesmo porque este não foi o foco da pesquisa, mas poderá ser objeto de estudo de trabalhos futuros de pesquisadores interessados nesta área.

Ao selecionar e aplicar as atividades pode-se perceber que os alunos demonstraram interesse, em alguns momentos se sentiram desafiados e participaram das atividades com motivação, apenas uma aluna em alguns momentos, se recusava a realizar as atividades, por ser uma aluna que precisa de um trabalho mais voltado para a motivação, a elevação da auto-estima, um trabalho em parceria com a família na tentativa de se conseguir resultados mais satisfatórios e talvez o acompanhamento de uma psicopedagoga para amenizar as dificuldades na aprendizagem.

Notou-se, também, que os *softwares* em Libras despertaram mais interesse nos alunos, o que é natural, já que se trata da sua língua materna, embora, necessitem de um trabalho voltado para o aprimoramento da mesma. O ideal seria que a escola disponibilizasse um instrutor de Libras, preferencialmente surdo, para ministrar aulas para àqueles alunos, o que seria positivo, porque eles estariam aprendendo e aperfeiçoando a sua língua materna, tendo contato com um surdo adulto fluente em Libras. Este profissional passaria a ser também um modelo de surdo que ascendeu e que valoriza a cultura surda. Diante do referencial teórico e da prática no cotidiano da educação de surdos, esta pesquisadora pode afirmar que os resultados com a presença deste profissional são surpreendentes. Os alunos passam a ter mais motivação para ler histórias infan-

tis, histórias em quadrinhos, alguns começam a produzir seus próprios textos a partir do que é ensinado na aula de Libras, despertam para os assuntos relacionados à sua cultura.

Ao trabalhar com os *softwares* sem adaptações em Libras, constatou-se que mesmo não se caracterizando como uma TA, neste estudo foi possível constatar que estes recursos foram importantes como instrumentos mediadores da aprendizagem. Assim, esta pesquisadora ousou em denominá-los de Tecnologia Assistiva Digital, conceito estendido a todo componente de tecnologia digital que possa mediar a aprendizagem de alunos com deficiência.

Buscou-se elencar os recursos disponíveis e às contribuições dos mesmos no processo de alfabetização. Verificou-se, então, que estes recursos foram importantes porque apresentam as palavras e frases contextualizadas, possibilitando aos surdos visualizá-las e memorizá-las, já que utilizam o canal visual para facilitar a aprendizagem, enquanto os ouvintes aprendem através do canal oral-auditivo. Desta forma os professores envolvidos na educação deste alunado precisam compreender que os surdos podem aprender qualquer conteúdo, porém as formas de ensinar deverão ser diferenciadas.

Em nenhum momento, neste estudo, objetivou-se endeusar a tecnologia e achar que esta será a solução dos problemas educacionais e mais especificamente os voltados à educação de alunos com surdez, mas mostrar que os recursos digitais podem ser inseridos no cotidiano escolar e promover a aprendizagem na fase de alfabetização.

Respondendo a questão inicial da pesquisa pode-se afirmar que os recursos da Tecnologia Assistiva Digital tornam-se mediadores na aprendizagem, quando há um planejamento adequado às necessidades educacionais dos alunos. Para isso o professor precisa conhecer o contexto educacional no qual o aluno está inserido, selecionar e aplicar as atividades mais propícias sempre respeitando os níveis de aprendizagem dos alunos, mas buscando desafiá-los a avançar nas zonas do desenvolvimento propostas por Vygotsky. É bom ressaltar que a análise, a discussão e a socialização dos resultados obtidos são importantes para divulgar as contribuições destes recursos no processo de alfabetização dos surdos, já que este é um dos grandes entraves na educação deste alunado. Acredita-se que é necessário mais incentivo por parte dos órgãos competentes para que haja mais pesquisas voltadas para esta temática, porque estudos nesta área, ainda são escassos no Brasil.

Assim, entende-se que esta pesquisa contribuiu para mostrar que quando há uma metodologia, recursos apropriados e quando as palavras e frases são apresentadas de forma contextualizada os alunos podem avançar no processo da aquisição da Língua Portuguesa.

Esta pesquisadora gostaria de deixar claro que os resultados aqui apresentados serão ponto de partida para pesquisas futuras, porque o aprendizado não se esgota aqui. Esta pesquisa foi o início de uma busca que será constante em prol de promover aos alunos com surdez melhores condições de acesso ao conhecimento, porém será mudado apenas o “Jardim Empírico.”

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Josilene Souza Lima. **A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas**. Dissertação(Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**: fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Tomo Cinco: fundamentos de defectología**; trad. Carmen Ponce Fernández. – Madri, Espanha: Pueblo y Educación, 1989.

O MÉTODO PSICANALÍTICO E A POSSIBILIDADE DE COMPREENSAO DO SUICÍDIO NOS ASPECTOS INTRASUBJETIVOS, RELACIONAIS E SOCIAIS

Psicóloga Mestra Rosana Maria Luz Fernandes

1. COMPREENDER O SUICÍDIO: DESAFIOS E URGENCIA

Ao buscar compreender o fenômeno do suicídio para além dos aspectos intrasubjetivos, e olhar possíveis nexos entre fenômenos, não usualmente pensados, como a migração e as desigualdades sociais, notadamente as de gênero, classe e raça, surgiu a necessidade de um método que possibilitasse o acesso a informações nem sempre explícitas, devido ao sofrimento que o mesmo evoca, mas que também oferecesse ao entrevistado a possibilidade de, ao falar livremente sobre sua história de vida e sua(s) tentativa(s) de suicídio, mais um espaço de escuta e ressignificação de sua dor.

O método psicanalítico foi escolhido por ser um método interpretativo, que considera o que é dito, mas também, os lapsos, o silêncio, a postura, os elementos não conscientes, por meio da livre associação, que por sua vez possibilita um novo olhar sobre o sofrimento vivido. Nesta pesquisa, a busca da compreensão do suicídio se deu a partir de relatos de pessoas com histórico de tentativas de suicídio e migração e que são pacientes de um CAPS. Por meio de suas falas, muitas vezes socialmente desrespeitadas ou não consideradas por serem usuários dos serviços de saúde mental, construir sentidos sobre este fenômeno, sabendo que são hipóteses e que talvez respondam em parte a sua complexidade. Sem a pretensão, portanto, de esgotar as compreensões sobre a morte voluntária, que não seria possível neste ou em outro estudo, diante da complexidade do tema.

A morte por si só é um enigma do qual o pensamento de cada um de nós consegue chegar perto, às vezes bem perto, mas não consegue decifrá-la por completo. Mesmo que haja traços explícitos e sinais quase invisíveis na fala dos entrevistados, precisamos transformar o fantasma do suicídio em algo a ser dito, porque cada vez mais ele está entre nós e diz de nós.

Ele nos deixa triste, ressalta o nosso fracasso como humanos, tanto quanto nos faz perceber que, em uma sociedade que tende a negar a morte a qualquer custo, ele é a saída necessária para alguns, é a afronta ou a resistência que deveríamos provocar a fazer da vida algo mais amável: todas as pessoas entrevistadas, e atendidas em meu consultório particular ou no serviço público sofreram de falta de amor, foram narcisicamente negadas. Cada uma delas, ao agir com violência contra elas mesmas, revelou sequelas do vivido (real ou fantasioso) com seus pares, na sua comunidade e na sociedade como um todo.

Vale destacar que, do ponto de vista psicológico, a fantasia é matéria da realidade psíquica, é real para quem a delinea, logo, deve ser entendida como tal. Assim, se, por exemplo, o sujeito crê não ter sido amado, a falta de amor faz parte de sua realidade, da forma como se relaciona

consigo próprio, com o outro, com o mundo. Considerar essa realidade é tão importante quanto considerar outra, a das desigualdades sociais, essas sim são concretas, visíveis e quantificáveis. Ambas são produtoras de morte e de vida que quer vida.

Posto isso, e considerando que já antecipamos que muitas vezes suicídio está associado com falta de amor, o que mais podemos falar sobre ele?

O suicídio é definido como um desejo consciente de morrer e a noção clara do que o ato executado pode gerar (ARAÚJO, Luciene da Costa *et.al.*2010). Igualmente, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014) ressalta a intenção consciente de morte, acrescenta que o suicídio é uma agressão autodirigida realizada por meios que o sujeito considera letais. Além disso, é o resultado do comportamento suicida, que compreende também pensamentos, planos e tentativa de suicídio.

Para Josep Moya (2007), o suicídio e a tentativa se referem ao desejo de buscar a morte, no qual o primeiro caso consegue êxito. Já a ideação suicida consiste em pensamentos, planos sobre as circunstâncias e sobre os impactos do suicídio sobre os demais. O autor explica, ainda, que o suicídio e a ideação suicida perduram e podem ser agudos ou breves, de acordo com fatores psicopatológicos. Elza Maria do Socorro Dutra (2001) define como um fenômeno determinado por múltiplos fatores, observado em todas as faixas etárias, culturais e sociais.

O que se observa, em sociedades capitalistas, é o suicídio ainda visto como um tabu, assim como a morte, como aquilo que se contrapõe à ordem vigente de manutenção incondicional da vida. Esse olhar é respaldado pelo discurso científico da medicina, que tenta explicar o fenômeno por meio da relação direta e quase que exclusiva com os transtornos mentais e o uso abusivo de substâncias psicoativas, apesar de a Associação Brasileira de Psiquiatria afirmar ser o suicídio um fenômeno multideterminado. As explicações que cotidianamente circulam – sejam elas relacionadas a percentuais, argumentações de cunho biológico, psicológico e até mesmo sociológico – são, por assim dizer, fragmentadas, ambivalentes e descontextualizadas (NILSON B. NETTO, 2013). Portanto, é preciso contribuir para compreensão desse fenômeno social, pouco investigado, apesar de os números relevantes indicarem impacto social. Tal impacto demanda a necessidade da realização de estudos contextualizados e interdisciplinares, os quais devem envolver campos de saber como o da antropologia, psicologia e sociologia, políticas públicas de saúde, dentre outros.

A compreensão ampla do fenômeno pode fornecer subsídios para discussões capazes de desmistificar o tema e propor bases teóricas para intervenções no campo da saúde pública com maior eficácia e eficiência. Intervenções, principalmente quanto à prevenção, que implicam em profissionais de saúde habilitados para reconhecer os fatores de risco, dentre eles o estigma em torno do comportamento suicida, que, muitas vezes, impede o sujeito de procurar ajuda às primeiras manifestações desse comportamento.

Nessa pesquisa, foram consideradas especialmente possíveis problemáticas relacionadas à desigualdade social (classe, raça e gênero) e à migração, com o objetivo que esse estudo seja uma contribuição que supere o viés psicopatológico ou biológico tão comumente relacionados ao suicídio.

O cenário de análise é Boa Vista, capital de Roraima, cuja população está concentrada entre 0 a 29 anos, 50,46% são mulheres e é o 8º município do país com maior população indígena

autodeclarada, o que equivale a 3% da população. Bem como, 45,81% é migrante. (IBGE, 2010). Roraima tem a maior variação de taxa de suicídio entre homens e a segunda maior entre as mulheres, segundo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), e Boa Vista, em números absolutos, apresenta a maior incidência. Também apresenta um índice elevado de desigualdade social, principalmente de gênero, pois está nos primeiros lugares do ranking de violência contra mulher (WAISELFISZ, 2015)

Segundo a ABP (2014), a Organização Mundial Saúde (OMS) estima que, por ano, 800 mil pessoas morrem por suicídio em todo mundo, e para cada adulto que se suicida, em média, 20 tentam. O suicídio representa 1,4% das mortes no mundo e, em 2012, tornou-se a 15ª causa de morte da população em geral e a segunda entre jovens de 15 a 29 anos. Estima que até 2020 possa ocorrer um incremento de 50% na incidência anual de mortes por suicídio em todo o mundo. A OMS afirma ainda, que o Brasil é o oitavo país em número absoluto de suicídios, com 11.821 casos registrados em 2012. Entre 2000 e 2012 aumentou 10,4% na quantidade dessas mortes, e 30% entre jovens.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul apresentou as maiores taxas de óbito por suicídio seguido de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, no período de 2011 a 2016. As maiores variações da taxa, ou seja, o maior crescimento de números de caso, em pessoas do sexo masculino, estava no estado de Roraima (5,1/100 mil hab.) e depois nos estados de Rondônia (3,1/100 mil hab.) e Amapá (2,2/100 mil hab.). Em pessoas do sexo feminino, o maior crescimento foi no Distrito Federal (1,1/100 mil hab.), em primeiro lugar, Roraima (0,9/100 mil hab.), Amapá (1,1/100 mil hab.) e Piauí (1,1/100 mil hab.), em segundo.

Os dados que subsidiaram o Boletim Epidemiológico citado, foram obtidos por meio de dois sistemas de notificação, o SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o SINAN/VIVA- Sistema de Informação de Agravos de Notificação, que se configuram como ferramentas importantes para a vigilância em saúde, normatizadas e atualizadas por meio de portarias (o que possibilitou uma maior visibilidade do fenômeno do suicídio), entre elas, a Portaria do Ministério da Saúde nº 104 (BRASIL, 2011), que inclui na relação de doenças e agravos de notificação compulsória a violência doméstica, sexual e outras violências, dentre as quais a violência autoprovocada intencional.

Não obstante às normativas que buscam assegurar a notificação, tais como a citada acima, a Portaria MS/GM nº 1356 (BRASIL, 2006), que incentiva a vigilância de acidentes e violências, e a Agenda Estratégica de Prevenção ao Suicídio do Ministério da Saúde de setembro de 2017 que tem como um de seus eixos a vigilância e qualificação da informação é importante ressaltar que os dados epidemiológicos disponíveis ainda não refletem a realidade em sua íntegra, pois a subnotificação e a baixa qualidade das notificações são desafios a serem enfrentados (BRASIL, 2017). Apesar da insuficiência dos dados, o Brasil ocupa um lugar preocupante no ranking mundial de suicídio, o que significa que, efetivamente, a situação pode ser muito mais severa.

Esses dados tornam-se ainda mais significativos se considerarmos a relação entre os casos de suicídios consumados e o número em média de pessoas afetadas por eles, pois, de acordo com a OMS (2014), para cada caso de óbito por suicídio, seis pessoas são afetadas. Ou seja, se no Brasil morreram 11.821 pessoas em 2012, provavelmente cerca de 70.000 foram afetadas, o

que pode representar um impacto social e econômico, como, por exemplo, com o desenvolvimento de quadros de depressão ou ansiedade que podem levar ao aumento do absenteísmo ou baixa produtividade, dentre outros problemas.

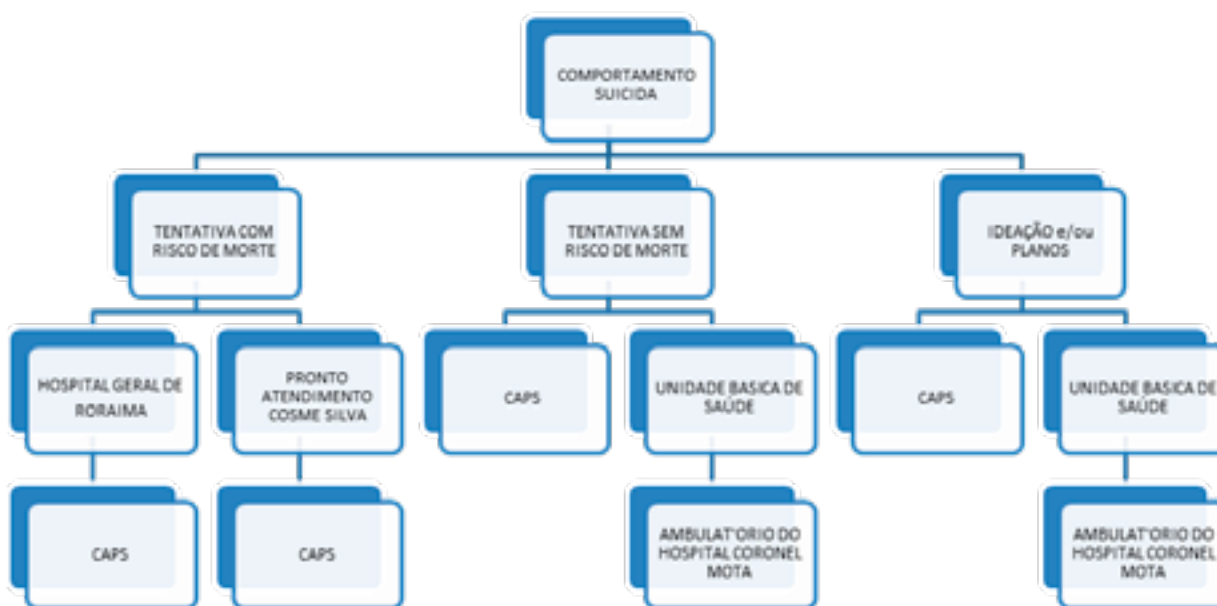
Quanto ao fluxo de atendimento e a notificação, são diferenciados para o óbito e a tentativa de suicídio. Em caso de óbito, o Instituto Médico Legal é o responsável pela notificação, cujos dados são inseridos no SIM – Sistema de Informação de Mortalidade. Na tentativa de suicídio, quando há risco de morte, o paciente é encaminhado para Pronto-Atendimento, no qual a tentativa é notificada compulsoriamente por meio da Ficha de Notificação Individual, cujos dados são inseridos no SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde. As notificações de óbito por suicídio e as tentativas, denominadas como lesão autoprovocada intencional, são consolidadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde.³

Quanto ao atendimento, a Rede de Atendimento Psicossocial – RAPS, formada por Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos de saúde mental em hospitais gerais, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e outros serviços de urgência e emergência. De acordo com Ministério da Saúde (2004), existem diferentes tipos de CAPS:

- CAPS I e CAPS II: são CAPS para atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes.
- CAPS III: são CAPS para atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes.
- CAPSi: CAPS para infância e adolescência, para atendimento diário a crianças e adolescentes com transtornos mentais.
- CAPSad: CAPS para usuários de álcool e drogas, para atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Esse tipo de CAPS possui leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação. (MS, 2004, p.22)

Roraima conta com 07 CAPS, sendo 03 deles na capital Boa Vista, 01 CAPS II, 01 CAPS III e 01 CAPS Ad III. cujo fluxo de atendimento à pessoa que tenta o suicídio funciona conforme esquema abaixo:

3- Informações obtidas após contato em Maio de 2017 com uma Psicóloga de um Pronto Atendimento em Boa Vista e com a Técnica da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima.



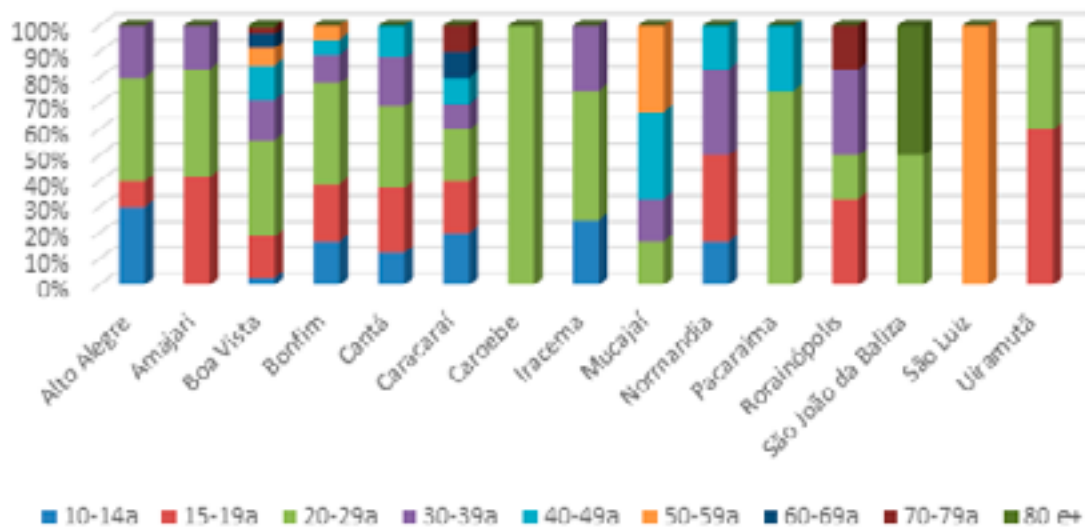
De acordo com dados recebidos pela Coordenação Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima (SESAU), no período de 2010 a 2016, ocorreram 252 óbitos por suicídio no estado; destes, 190 eram homens e 62 eram mulheres. Em relação à tentativa de suicídio, foram notificados 768 casos, sendo 485 mulheres e 283 homens. Portanto, se considerarmos o somatório do número de suicídios e tentativas, vê-se que, naquele período, mais mulheres (547), ou seja, 53,63%, do total, apresentaram o comportamento suicida do que homens (473), 46,37%.

A despeito desta diferença quantitativa e ainda que homens se matem mais, podemos considerar que mulheres e homens estão igualmente envolvidos com o comportamento suicida, cabe-nos investigar se, do ponto de vista da discussão de gênero, há aspectos específicos que levariam mulheres e homens a buscar a morte.

Roraima é o estado brasileiro com o maior índice de violência contra mulheres: apresenta a maior taxa de estupro e o maior índice de crescimento de feminicídio. Segundo Júlio Jacobo Waiselfisz (2015), no Mapa da Violência, em 2013 Roraima apresentou uma taxa de 15,3 feminicídios por 100 mil mulheres, o que representa um crescimento de 343,9%, entre os anos de 2003 a 2013. Roraima passou a ocupar o primeiro lugar no ranking de homicídios contra mulheres, com um índice mais que o triplo da média nacional. Portanto, as mulheres são vítimas tanto de auto, como de heteroagressão.

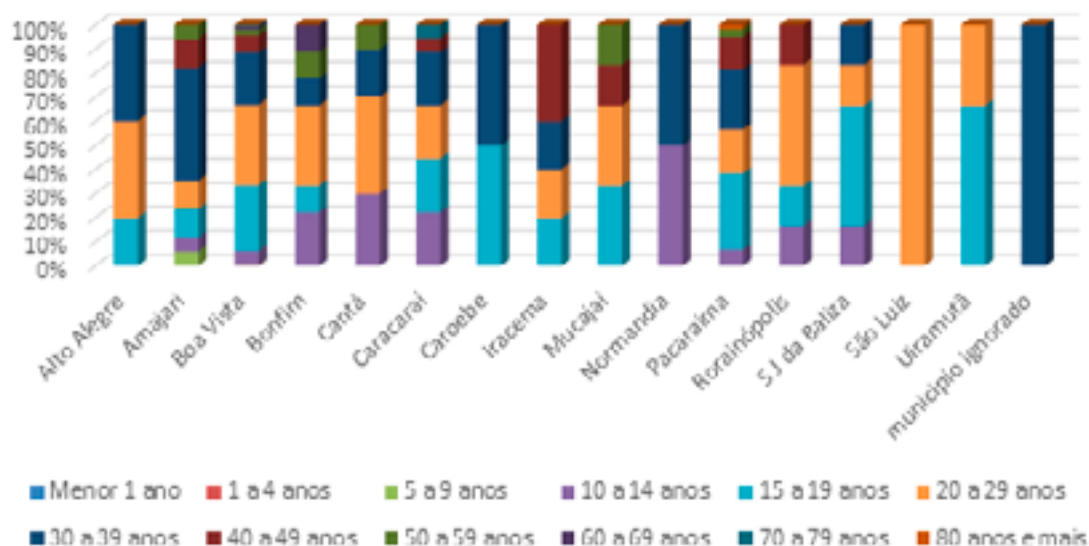
No tocante aos dados relativos ao comportamento suicida em Roraima, vale ainda destacar que, entre as faixas etárias também há uma diferenciação, o que pode indicar que determinados grupos etários estejam mais vulneráveis ao fenômeno do suicídio. No período de 2010 a 2016, a maior incidência de **óbitos por suicídio** ocorreu na faixa etária de 20 a 29 anos (36,11%), seguida da faixa etária de 10 a 19 anos (25%) e, posteriormente, de 30 a 39 anos (15,48%), enquanto para a **tentativa de suicídio**, a faixa etária com maior incidência foi de 10 a 19 anos (33,46%), seguida da faixa etária de 20 a 29 anos (31,38%) e, posteriormente, de 30 a 39 (15,48%). Ao observar os dados, por município, em Roraima, a faixa etária que mais apresenta comportamento suicida é de 20 a 29 anos. De acordo com gráficos abaixo:

Figura 03 – Gráfico com número de óbitos por município, em números absolutos, por faixa etária.



FONTE: SIM/SINANET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

Figura 04 – Gráfico com número de tentativas de suicídio, por município, em números absolutos, por faixa etária.



FONTE: SIM/SINANET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

Em dados gerais, Roraima apresenta um número elevado de crianças e adolescentes que, em um curto espaço de tempo, seis anos, de 2010 a 2016, se mataram ou tentaram. Conforme tabela a seguir:

TABELA 1: Números absolutos de suicídios e de tentativa de suicídio por faixa etária ocorridos em Roraima, entre 2010 e 2016

FAIXA ETÁRIA	ÓBITOS	TENTATIVA DE SUICÍDIO	TOTAL
10 -19	63	257	320
20-29	91	241	332
30-39	39	171	210
40-49	28	58	86
50-59	14	22	36
60-69	09	08	17
70-79	06	04	10
80 - Mais	02	02	04
TOTAL	252	763	1015

FONTE: SIM/SINANET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

A propósito, de acordo com o censo 2010 (IBGE, 2010), a maior parte população do estado também se concentra nas faixas etárias, dos 10 aos 39 anos, 56,04%. Entretanto, não se pode afirmar que o alto índice de suicídio entre os jovens no estado seja apenas pelo fato da população estar concentrada nessa faixa etária. Existem peculiaridades associadas a essas faixas etárias que precisam ser consideradas como, por exemplo, entre 20 e 29 anos, há o início da fase adulta, o que implica, de maneira geral, na escolha da profissão, na entrada no mercado de trabalho, na formação da própria família, na possibilidade de ter diferentes experiências de socialização e de lazer, dentre outras. Além disso, pode haver vulnerabilidades próprias do estado em relação a alguns desses aspectos que, direta ou indiretamente, possam contribuir com esses altos índices de suicídio.

Ao consideramos os números absolutos de suicídio e tentativa, por município, no período de 2010 a 2016, Boa Vista, Bonfim e Cantá são os três municípios com os maiores índices de óbito por suicídio. Conforme tabela abaixo:

TABELA 2: Casos de óbito por suicídio, em números absolutos e relativos, por município, no período de 2010 a 2016:⁴

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO MÉDIA ²	NÚMERO ABSOLUTO	NÚMERO RELATIVO
BOA VISTA	305.366	150	0,05
BONFIM	11.393	18	0,16
CANTÁ	15.209	16	0,10
AMAJARI	10.306	12	0,12
ALTO ALEGRE	16.250,5	10	0,06
CARACARAÍ	19.467,5	10	0,05
MUCAJAÍ	15.705	06	0,04
NORMANDIA	9.639,5	06	0,06
RORAINÓPOLIS	26.017	06	0,02
UIRAMUTÃ	9.019,5	05	0,05

4- População Média é a soma da população do censo 2010 com a população estimada para 2016 dividido por 02.

IRACEMA	9.644	04	0,04
PACARAIMA	11.288,5	04	0,03
CAROEBE	8.722,5	02	0,02
SÃO JOÃO DA BALIZA	7.199	02	0,03
SÃO LUIZ	7.126,5	01	0,01
TOTAL	482.353,5	252	0,05

FONTE: SIM/SINANET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

Ainda considerando os números absolutos, Boa Vista, Pacaraima e Caracaraí apresentam mais casos em tentativas.

TABELA 3: Casos de tentativa de suicídio, em números absolutos e relativos, por município:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO MÉDIA²	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS RELATIVOS
BOA VISTA	305.366	617	0,20
PACARAIMA	11.288,5	60	0,53
CARACARAÍ	19.467,5	18	0,09
AMAJARI	10.306	17	0,16
CANTÁ	15.209	10	0,06
BONFIM	11.393	09	0,08
MUCAJÁ	15.705	06	0,04
RORAINÓPOLIS	26.017	06	0,02
SÃO JOÃO DA BALIZA	7.199	06	0,08
ALTO ALEGRE	16.250,5	05	0,03
IRACEMA	9.644	05	0,05
UIRAMUTÃ	9.019,5	03	0,03
CAROEBE	8.722,5	02	0,02
NORMANDIA	9.639,5	02	0,02
SÃO LUIZ	7.126,5	01	0,01
TOTAL	482.353,5	767	0,16

FONTE: SIM/SINANET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

Quanto aos números relativos, Bonfim, Amajari e Cantá apresentam os maiores índices em óbitos e Pacaraima, Boa Vista e Amajari, em tentativas.

Logo, seis municípios estão entre os mais afetados pelo comportamento suicida. Dentre eles, a capital Boa Vista, que tem aproximadamente 63,1% da população do estado, apresenta maiores índices de óbito e tentativa de suicídio, em números absolutos e o segundo maior índice de tentativa, em números relativos, por essa razão este foi o município escolhido como campo de pesquisa.

O alto índice de migração, as altas taxas de violência de gênero, o processo histórico brasileiro e roraimense de opressão contra a população negra e indígena e os índices elevados de

suicídio na capital de Roraima levou questionamentos se haveria articulação entre esses aspectos, mais especificamente, se as pessoas que moram em Boa Vista e tentaram o suicídio fazem nexos entre essas características macroestruturais e o fato de tentarem morrer? O que as levou a tentar o suicídio: seriam tão somente questões pessoais ou aspectos familiares e macroestruturais também teriam interferido? Portanto, esta pesquisa tem dois **objetivos**, são eles:

1. Compreender o que significa suicídio para usuários adultos com histórico de migração e tentativa de suicídio atendidos em um CAPS de Boa Vista,
2. Investigar quais motivos os levaram a tentar a morte voluntária.

Cumprе mencionar que, concernente à migração, a hipótese é que duas características podem ter relação com o comportamento suicida, são elas: processos de desenraizamento e de tentativa de novo enraizamento, bem como o fato de que, de maneira geral, a migração tem como alicerce a desigualdade de classe, já que frequentemente as pessoas migram em busca de melhores condições de trabalho, de vida.

Foram entrevistadas 03 (três) pessoas que apresentam o perfil apresentado no objetivo: maiores de 18 anos, migrantes, com tentativa de suicídio e em tratamento psicossocial. Por se tratar de um tema delicado, foram entrevistados aqueles que, ao fazer tratamento em serviço público de saúde mental, em um CAPS, falam sobre o tema em seus espaços clínicos. O CAPS foi escolhido porque é o equipamento de referência da Saúde Mental para tratamento de pessoas que necessitam de “cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.” (BRASIL, 2004, p.13)

2. O MÉTODO PSICANALÍTICO E O CAMPO

Utilizar o arcabouço teórico da Psicanálise para pesquisa representa um marco para a ciência, pois traz mais uma dimensão a ser compreendida: o inconsciente. Assim, requer novos métodos para um objeto de estudo não delimitado, sem abrir mão do rigor científico, centrado na coerência do método, da teoria e das técnicas com o inconsciente. (SILVA e MACEDO, 2016)

A construção do saber científico, ainda segundo Silva e Macedo (2016), a partir da Psicanálise se dá na clínica/setting terapêutico, mas também no processo de pesquisa. Não obstante é necessário que se compreenda que esses dois momentos são diferentes quanto aos objetivos e procedimentos, mas convergem quanto aos conceitos-chaves, como: inconsciente, escuta flutuante, livre associação e transferência. O método psicanalítico é interpretativo, busca o significado inconsciente da produção imaginária (individual ou coletiva) por meio da livre associação do pesquisado e a escuta flutuante do pesquisador, viabilizados pelo enquadramento das transferências. (ZANELLA, A.V., *et al*, 2006)

Para Renato Mezan (1994), com o método de pesquisa psicanalítico é possível compreender os processos inconscientes em outros domínios da atividade humana. Como cita Enriquez (2005), os laços sociais possuem sua dimensão inconsciente, presente no modo como o sujeito se enreda nos fenômenos sociais, como compreendem as ações coletivas, os processos de identificação, a repressão e a canalização das pulsões em determinadas sociedades, dentre outras.

A linguagem permite o acesso ao inconsciente, ou melhor, suas produções, como é o caso

dos atos falhos, dos sonhos, esquecimentos e sintomas, viabilizado pela associação livre que é o método de investigação utilizado pela Psicanálise, que, por sua vez, só é possível pelo processo de transferência e contratransferência que se dá na relação entre falantes (Freud, 2006a/1912, 2006b/1913). A transferência é definida por Laplanche (1992) como desejos inconscientes que se atualizam sobre determinados objetos, em um quadro de relação estabelecido entre pesquisador-pesquisando, analista-analisando. Mas não apenas a fala é importante, também a escuta que busca identificar significantes que darão contribuições originais ao problema da pesquisa. Como afirma Rosa e Domingues (2010), por meio da escuta se identifica e realça marcas no discurso, posições e efeitos de sentido.

No entendimento de Marcos Vinícius Brunhari (2017), a palavra traz significação ao conteúdo e por meio dela é possível compreender o sentido a ser interpretado no tocante às diferentes formas de expressividade humana, por exemplo, no que diz respeito à tentativa de suicídio. Nessa perspectiva, o suicídio é concebido como ato, que é dotado de sentido, não apenas um reflexo, que tem além de determinantes intrapsíquicos e intersubjetivos, os sociais e culturais. Pierre Benghozi (2010) traz a discussão dessas dimensões por meio de seus conceitos de vínculos, malhagem, desmalhagem, remalhagem e transmissão genealógica.

Para Pierre Benghozi (2010), o vínculo pode ser de filiação, que são aqueles que ligam os ascendentes e descendentes, apoiado na base biológica, e de afiliação, aqueles que determinam o pertencimento a um grupo, uma instituição ou uma comunidade, apoiado no social. A disposição destes vínculos forma a malha, cuja construção psíquica é denominada de malhagem. O autor ainda define esse processo de malhagem como dinâmico, sujeito a reestruturações ou rupturas decorrentes de contingentes sociais e crises que resultam em desmalhagem e remalhagem. É determinante para a estruturação do ego, ao organizar as fronteiras de interioridade e exterioridade do continente psíquico.

A escolha do referido autor como referencial metodológico foi feita a partir do conhecimento da trajetória profissional e sua produção científica interdisciplinar. Pierre Benghozi desenvolve suas atividades em diversas áreas, da clínica ao campo social, e busca a compreensão de diferentes questões sociais, principalmente a violência, crise e rupturas enquanto “expressão de metamorfoses da ordem social”. (FERNANDES, COLOSIO, Apud PIERRE BENGHOZI, 2010, p10), portanto é capaz de contribuir para a superação da fragmentação e melhor compreensão acerca do suicídio.

Para compreender se há correlação entre suicídio, migração e desigualdades sociais, a ideia não foi apenas buscá-la no arcabouço teórico, mas no discurso daquele que sofre e que muitas vezes não é escutado, é até calado, ou desrespeitado em seu saber, pois em uma lógica neoliberal é frequentemente visto como um fracassado, e destituído de razão, como se apenas a lógica racional pudesse explicar o sofrimento.

Por ser uma pesquisa científica, o conteúdo da fala dos entrevistados⁵ foi analisado com base na dinâmica transfero-contratransferencial positiva, amistosa estabelecida entre a pesquisadora, os entrevistados e a orientadora da pesquisa, que acompanhou o processo de análise dos dados. Houve implicação subjetiva e intersubjetiva com o tema e com a pessoa que partilhou a sua história. Além desses encontros, ocorreram encontros com os referenciais teóricos, mas

5- Os substantivos entrevistado, escutado, depoente e ouvido são aqui considerados sinônimos, referem-se a alguém que, em função da sua condição de ser o conhecedor de sua própria história, oferece ao entrevistador uma dada informação sobre sua vida.

não existe hierarquia entre esses conhecimentos, foi dado igual valor às vozes dos autores tanto quanto às vozes dos depoentes, isso é, a partir dos relatos de João, Francisca e Ana (nomes fictícios) foram tecidos alinhavos com teorias, as quais foram fundamentais desde que iluminassem a compreensão do fenômeno vivido pelos entrevistados e não o contrário. Logo, as histórias contadas não são ilustrativas de uma dada teoria, elas são maiores do que uma produção acadêmica específica, por isso foi apoiada em autores diferentes para analisar histórias diferentes, ainda que escritos de Benghozi tenham em maior ou menor grau dado lastro para a compreensão do que foi vivido pelos depoentes

Também não foi objetivo desta pesquisa trazer uma verdade irrefutável. Mas colaborar com um processo ainda tímido nas produções acadêmicas de desconstrução de um paradigma acusatório e exclusivamente individualista quando se trata do suicídio, não obstante, desde o século IX, grandes teóricos como Marx e Durkheim já provarem o contrário. E mais importante ainda é participar desse processo de desconstrução trazendo à baila a voz daqueles que sofrem, para propor, talvez de forma até pretensiosa, uma implosão desse paradigma, principalmente para eles próprios.

Como já foi citado anteriormente, o campo foi formado por 03 (três) sujeitos, todos são atendidos no mesmo CAPS (mas em dias e horários diferentes), que moram em Boa Vista, são migrantes, adultos, tiveram episódios de tentativa de suicídio e prontamente revelaram interesse em participar da pesquisa. Os profissionais do CAPS também autorizaram que essas pessoas fossem entrevistadas, pois entenderam que participar do campo da pesquisa seria importante para o plano terapêutico delas, por ser mais um espaço de fala, e ressaltaram que Ana, Francisca e João teriam elementos importantes para a compreensão do fenômeno suicídio.

Cada um foi ouvido uma vez, por aproximadamente uma hora e meia, com exceção de Francisca que apresentava um quadro de maior instabilidade de humor. Foram realizados oito encontros com ela. E ao final, o material obtido em cada relato foi de tamanha riqueza, que muito mais que atender aos objetivos propostos pela pesquisa, reflexões e possibilidades se mostraram, mas principalmente, foi percebido que a dor de cada um é muito maior que ele mesmo, e o suicídio é um ato solitário impulsionado por muitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa, mesmo ciente da aridez imposta pelo tema, não havia a noção de tantos desafios que surgiriam no seu decorrer. Um dos maiores desafios, sem dúvida, foi a escolha do método.

O levantamento acerca da produção sobre o assunto, mostrou que, especificamente sobre Roraima, as pesquisas concentravam-se em análises de dados epidemiológicos. Entretanto, os dados não seriam suficientes para compreender as interfaces entre o suicídio, a migração e as desigualdades sociais. Assim como as produções teóricas, apesar de trazerem análises ampliadas sobre o suicídio, superando o viés biologizante e estritamente subjetivo, como os clássicos Marx e Durkheim.

Foi em um texto sobre o suicídio entre os Kaóíwa, no qual Meihy (1994) problematiza o fato de o pesquisador explicar os problemas observados sem ouvir do pesquisado, ou da comu-

nidade a qual ele faz parte, o sentido atribuído ao ato, que surgiu a necessidade de ouvir daquele que tentou o suicídio, que é migrante e que sofre pela desigualdade social, qual o sentido da morte voluntária em sua vida. A escuta teria que ser qualificada, mas aberta e atenta a todas as informações, não apenas que já estavam no nível da consciência, perceptível também para além da fala.

A busca pelos aspectos inconsciente presentes na tentativa de suicídio, aliada a necessidade de um espaço que facilitasse a fala, amparada por uma escuta atenta, mas também livre de direcionamento foram determinantes para a escolha do método psicanalítico.

O espaço para facilitar a fala é muito maior que o espaço físico, necessário para dar segurança para aquele que vai falar, mas também é relacional, baseado no enquadre, e nos fenômenos da transferência-contratransferência. Que, por sua vez, exigem do pesquisador um rigor científico e metodológico, não apenas durante os encontros, mas principalmente durante a análise, para que se possa apreender a riqueza dos dados, com as conexões singulares entre diversos fenômenos.

A utilização do método psicanalítico para compreender o suicídio possibilitou uma ampliação de perspectivas para olhar esse fenômeno, mas principalmente oportunizou ao entrevistado, colocar-se no lugar de sujeito, ao falar e atribuir sentido aos seus atos, o que lhes é tirado enquanto portadores de transtornos mentais, migrantes e vítimas da desigualdade social, de raça, classe ou gênero.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luciene da Costa; VIEIRA, Kay F.L.; COUTINHO, Maria da Penha de L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. **Psico-USF**, 15 (1), 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília, 2014.

BENGHOZI, Pierre. **Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**; tradução de Eunice Dutra Galery – 1. ed.- São Paulo: Vetor, 2010.

BRASIL. Portaria GM/MS nº104 de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. <<http://bvsms.saude.gov.br>>. Acesso em 15 de junho de 2017.

BRASIL. Portaria GM/MS nº1356 de 23 DE JUNHO DE 2006. Institui incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). <<http://bvsms.saude.gov.br>> Acesso em 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil: 2017 a 2020**. <<http://portalarquivos2.saude.gov.br>> Acesso em 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção a saúde. **Boletim epidemiológico**. volume 48, n 30, 2017 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

- BRUNHARI, Marcos Vinícius. **Suicídio: um enigma para a psicanálise**. Curitiba: Juruá, 2017.
- DUTRA, Elza Maria do Socorro. Depressão e suicídio em crianças e adolescentes. **Mudanças**, 9, 15.27-35, jan.-jun, 2001.
- ENRIQUEZ, Eugene. Psicanálise e Ciências sociais. *Ágora* (Rio de Janeiro), v. VIII, n. 2, jul./dez, 153-174, 2005.
- FREUD, Sigmund. **A dinâmica da transferência**. In Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. Trabalho original publicado em 1912.
- _____. **Sobre o início do tratamento**. In Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. Trabalho original publicado em 1913.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 de outubro de 2016.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo_2010.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2016.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.
- LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MEIHY, José Carlos S. Bom. A morte como Apelo para a Vida: o Suicídio Kaiowá. In: SANTOS, R. V. (Org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- MEZAN, R. Pesquisa teórica em psicanálise. **Psicanálise e Universidade**, n. 2, 51-75, 1994.
- MOYA, Josep. La conducta suicida em adolescentes sus implicaciones em el ámbito de justicia juvenil. **Observatori de Salut Mental Comunitària de Catalunya**, Catalunya, Maio 2007<<http://www.osacat.cat/cat/Publicacion/Depressio/ConductaSuicida.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2016.
- NETTO, Nilson B. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.
- ROSA, M. D. e DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 180-188, 2010.
- SILVA, Clarice Moreira da e MACEDO, Mônica Medeiros Kotter. O método psicanalítico e a potencialidade dos fatos clínicos. **Psicologia: ciência e profissão**, n. 3, jul./set. 2016. P. 520-533.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. (2015). **Mapa da Violência 2016**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative**. World Health Organization, 2014.
- ZANELLA, Andrea Vieira; SOARES, Dulce Helena Penna; AGUILAR, Fernando; MAHEIRIE Kátia; PRADO FILHO, Kleber; LAGO, Mara Coelho de Souza; COUTINHO, Maria Chalfin; TONELI, Maria Juracy e SCOTTI, Sérgio. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. **Interações**, vol. XII, núm. 22, julho-dezembro, Universidade São Marcos Brasil, p. 11-38, 2006.

OS TECNÓLOGOS FORMADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL: UMA LEITURA SOBRE OS APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS DURANTE A PESQUISA.

Prof.^a Dra. Saula Leite Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A leitura a seguir é resultante da pesquisa realizada durante o período de doutoramento, iniciado em 2012 e finalizado em 2016, no curso de Ciências Sociais. A preocupação inicial foi compreender a relação dos tecnólogos formados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima do campus de Boa Vista com mercado de trabalho local, analisando a percepção que os profissionais tinham sobre o mesmo. Logo, apresentamos um recorte da tese intitulada: Ocupação e Empregabilidade: Inserção dos Tecnólogos Formados pelo IFRR no Mercado de Trabalho de Boa Vista/Roraima.

Para darmos início à teorização metodológica delineada na tese iremos rapidamente contextualizar sobre a presença de tecnologias no mundo do trabalho e as novas exigências do mercado por profissionais capacitados levando, dessa forma, às instituições de ensino repensar novos formatos de cursos com formação superior tecnológica.

Entender que as tecnologias atuais estão imbricadas ao mundo do trabalho implica reconhecer que a rapidez com que se atualizam faz com que os sujeitos necessitem abarcar múltiplos saberes, relacionados ao domínio cognitivo, afetivo, moral, físico, social e estético, de maneira que possa compreender o funcionamento, realizar tarefas da vida cotidiana, especialmente aquelas que se apresentam como dificuldades da vida profissional.

As transformações promovidas pela evolução tecnológica atingiram não só as práticas sociais do cotidiano, mas também exigiram que as ciências buscassem compreender e explicar o estatuto do saber das sociedades informatizadas, derivando-se também a necessidade de se reformularem as políticas de educação, a fim de garantir aos sujeitos acesso a esses novos conhecimentos, capacitando-os para ocupar espaços de trabalho em que o domínio da tecnologia torna-se requisito imprescindível para esse acesso.

O Brasil, desde a década de 1990, presencia mudanças de cunho estrutural na estratégia de desenvolvimento, na economia, no papel do Estado, na política e na cultura. Em meio a uma ideologia neoliberal, implantaram-se várias medidas para ajustar a vida da sociedade aos princípios da economia. Nesse contexto, muitas profissões extinguíram-se e outras surgiram, conferindo alterações no processo de ocupações de espaços no mercado e no próprio conceito de trabalho.

As necessidades de mudanças no modelo produtivo, provocadas pela reestruturação da economia, surgiram como consequência da capacidade do capitalismo em se reinventar, estimulando uma nova organização nos modos de produção. Estes, por sua vez, passaram a ser altamente tecnológicos e com um elevado índice de automação, na tentativa de atender à forte pressão de aumentar a produtividade e de diminuir os custos.

Inseridas nesse contexto de transformações, as instituições de ensino começaram a ser pressionadas pelo setor produtivo, pelos empresários e também pela própria sociedade a ofertarem cursos que formassem profissionais especializados em algumas áreas e que os inserissem no mercado de forma mais rápida. Houve, então, a necessidade de elaboração e de implementação de novas políticas educacionais para tentar impulsionar o país dentro de um quadro evolutivo internacional.

Criou-se, então, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, em abril de 1993, quando o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) voltou a rever as propostas para a educação (BRASIL, 1993) profissional. Esse sistema congregou 19 Escolas Técnicas Federais (ETF) e 37 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF). Consideramos importante destacar que antecede a Lei nº 8.948/1994, a Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, que criou a ETF de Roraima e mais nove EAFs, totalizando, em 1994, cinco CEFETs, dezenove ETFs e quarenta e seis EAFs. (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

Com a Lei Federal nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994, sancionada pelo então presidente Itamar Franco, consolidaram-se os princípios do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas instituições de Educação Tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto, e sistemas congêneres dos Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2008). Preconizava em seu artigo 1º e § 2º a finalidade das instituições participantes do referido sistema, nos seguintes termos:

§ 2º - A instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica tem como finalidade permitir melhor articulação da Educação Tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando ao aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração com os diversos setores da sociedade e do setor produtivo. (BRASIL, 2008, p. 1).

Essa mesma lei tinha como meta a ampliação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e, por isso, reuniu os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais, do Paraná e Rio de Janeiro – este último também denominado Celso Suckow da Fonseca –, instituídos pela Lei nº 6.545/1978; do Maranhão, criado pela Lei nº 7.863/1989; e da Bahia, criado pela Lei nº 8.711/1993; e os novos Centros em um mesmo sistema. (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

Em 1996, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9394/96, regulamentada pelo Decreto nº 2.208 e publicada em 1997, definiu a educação profissional como alternativa para o itinerário formativo com vistas a promover acesso à qualificação profissional especializada.

Com essa Lei, alteram-se as formas de oferta e normatizam-se três níveis de educação profissional no Brasil, a saber: o básico – destinado à qualificação e (re)profissionalização de trabalhadores, independentemente de escolaridade prévia; o técnico – criado com o objetivo de proporcionar habilitação profissional para alunos matriculados e egressos do ensino médio; e o

tecnológico – direcionado aos egressos do ensino médio e técnico. Este último, com características de uma formação altamente técnica, aspecto que o distingue dos cursos de bacharelado, que possuem um caráter mais acadêmico.

Já no século XXI, a partir da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Cabe destacar o artigo 5º, em seu inciso XXXIII, que trata sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) em Instituto Federal de Roraima (BRASIL, 2008).

Os IFs têm como finalidade o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica “como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008). Além dessa finalidade, destaca-se também o descrito no artigo 6º da referida Lei:

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

Embora, historicamente houvesse muitas diferenças nos princípios políticos, filosóficos, concepções teóricas e finalidades que balizaram a oferta de cursos profissionalizantes, os governos do Brasil sempre investiram nessa área, mas todos com maior ênfase no itinerário formativo no âmbito da Educação Básica.

Assim sendo, a LDB 9394/96 promoveu a inclusão dos cursos de tecnologia, mais conhecidos como tecnólogos, dentre as possibilidades de ensino de graduação, passando-se a dispor de mais um mecanismo de inserção e/ou reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho, por lhes promover a aquisição de um conjunto de competências que favorecem a empregabilidade. Ademais, vislumbra-se a educação tecnológica como elemento essencial para o desenvolvimento do sistema produtivo, como estratégia para o desempenho econômico da população, além de ser considerada como elemento central na formação, capacitação, qualificação ou requalificação dos trabalhadores e, possivelmente, contribui para o ingresso do país no cenário internacional.

Entende-se, pois, que os IFs devem orientar-se em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva de ampliar o crescimento dos arranjos produtivos locais, por meio da inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho, finalidade essa que incidiu no aumento da demanda por cursos que garantissem ao mercado dispor de mão de obra especializada, culminando no fortalecimento dessa modalidade de educação.

A cidade de Boa Vista capital do Estado de Roraima possuía duas Instituições de Ensino Superior (IESs), até a realização do recorte temporal da pesquisa, que ofertava cursos de graduação para a formação de tecnólogos, colocando anualmente muitos profissionais habilitados no mercado de trabalho. Inserida neste contexto e sabendo que o parque industrial de Boa Vista é de porte médio surgiu a curiosidade científica em investigar de que maneira ocorria a inserção dos tecnólogos no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o crescimento e o fortalecimento da economia de Boa Vista, por seus significados sociais e produtivos, transformam-se em benefícios para todo o estado, concentrando mais de 70% das atividades econômicas e aproximadamente 65% do contingente populacio-

nal do estado. Portanto, os entraves ao desenvolvimento da cidade tornam-se proporcionalmente iguais aos do crescimento de Roraima.

Na tese buscamos conhecer as perspectivas dos tecnólogos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), campus Boa Vista, identificando suas atividades profissionais, suas ocupações, além de suas impressões sobre os efeitos das transformações do mercado de trabalho boa-vistense e o grau de empregabilidade na área de sua formação.

Neste sentido, a tese buscou responder as seguintes perguntas norteadoras: a) Qual a ocupação dos tecnólogos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no mercado de trabalho boa-vistense?; b) Como os tecnólogos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) compreendem os efeitos das atuais exigências do mercado de trabalho boa-vistense para a sua empregabilidade?

Essas situações-problemas orientaram a pesquisa para o seguinte objetivo principal: analisar a ocupação dos tecnólogos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no mercado de trabalho boa-vistense, o que contribuiu para entender as transformações do mercado de trabalho boa-vistense e suas possíveis situações de ocupação profissional. Para alcançar esse fim, aportamos os seguintes objetivos específicos: i) investigar se os tecnólogos estão assumindo as ocupações específicas da sua área de formação; ii) verificar como os tecnólogos vislumbram a sua empregabilidade frente às exigências do mercado atual; iii) analisar a relação da educação profissional tecnológica com as perspectivas de inserção dos tecnólogos no mercado de trabalho regional.

Para construção da fundamentação teórica da tese nos respaldamos em autores como Campus (2011), Finn (2000), Romaniuk (2000), Garavan et al. (2001) e Boudreau et al. (2001) para desenvolvermos a discussão sobre empregabilidade de jovens e trabalhadores que já estão inseridos no mercado. A ocupação foi compreendida tal como está definida por Johnson, Allan G.(1997), como um cargo assumido em determinada empresa, organização ou instituição e se classifica como: articulada ou não articulada. A ocupação é considerada articulada quando o profissional está ocupado e desenvolvendo atividades dentro da sua área de formação, e a não articulada representa o contrário, ou seja, ele está ocupado, mas exerce atribuições diferentes da formação específica recebida.

Após a finalização do estudo aprofundado sobre as concepções do que é ocupação e empregabilidade nos debruçamos na leitura que trata do entendimento das tecnologias e suas implicações na vida social do ser humano. Para tanto, trouxemos à tona a questão da relação do ser humano com a invenção das primeiras ferramentas e procuramos compreender como estas modificaram a vida social e como afetaram a relação com as transformações no campo do trabalho. Abarcamos também a inserção das novas tecnologias nos processos produtivos, impulsionada pela globalização mundial, incluindo reflexões sobre o uso de algumas ferramentas da era digital. Para este estudo nos debruçamos em leituras propostas por autores como: Castell (1999), Lévy (1993), D'Ambrósio (2007), Ferkiss(1972) e Lemos(2007).

A tese traz também uma discussão sobre o processo histórico da educação tecnológica no Brasil, desde a criação das escolas de ofícios até o surgimento da lei de criação dos Institutos Federais. Este apanhado histórico foi possível a partir das leituras de Leis e Decretos nacionais e pelas trazidas por Mourão (2006), Cunha (2000), Kuenzer (2007), Azevedo (2012),

Shiroma(2012), Coan (2012), Rodrigues (2004), entre outros.

Respalhando a teorização em Dias (2010), Deluiz (2001) e Perrenoud (1999) evidenciamos que existe um debate a respeito da formação por competências e a relação que se estabelece entre o conhecimento científico e o laboral dentro da academia. Ressaltamos, ainda, a questão polêmica da desvalorização dos diplomas frente a um imenso leque de instituições formadoras e de um mercado exigente e promissor, enfocando, por isso, a importância da qualificação para manter a empregabilidade dentro de um mercado competitivo. Fizemos uma imersão no campo da pesquisa, e trouxemos a discussão acerca da formação superior em tecnologia e suas principais características. Para isso, utilizamos como base fundamental os PPCs dos cursos analisados e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, no qual nos debruçamos sobre os eixos temáticos que compreendem o currículo acadêmico para tecnólogos.

O próximo tópico aborda sobre como a pesquisa foi conduzida durante sua execução sem se preocupar, neste momento, em trazer os resultados obtidos a partir da análise de dados.

2. APORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para fins investigativos e metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, devido à natureza e à peculiaridade da investigação, que procura responder a questões muito particulares e compreender o universo complexo do mercado de trabalho para os profissionais tecnólogos. Essa opção foi fundamentada nas contribuições de Denzin e Lincoln (2005) que consideram a pesquisa qualitativa como “uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível” (p. 3).

A análise qualitativa permitiu-nos enfrentar o desafio de transformar fatos crus em categorias lógicas e significativas, passíveis de serem examinadas de forma holística, favorecendo, também, o processo de escrita, de modo que o leitor não encontrará dificuldades em interpretar os dados aqui apresentados.

Consideramos, ainda, as recomendações de Gaskell (2010, p. 68) que nos ensina que a finalidade principal da “pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Portanto, a pesquisa qualitativa constitui-se parte de um todo, de modo que o mundo seja visto como uma realidade complexa, sendo pertinente, pois, compreender como os profissionais enxergam a realidade que os cerca.

A concepção teórica desse estudo teve como eixo central o interacionismo simbólico por possibilitar que a pesquisa qualitativa cumprisse com a missão de investigar o sentido que os atores sociais atribuem aos objetivos, pessoas e símbolos com os quais constroem o seu mundo social (COULON, 1995; BLUMER, 1969).

Esta concepção dá ênfase à natureza social, significando, portanto, que as atividades das pessoas são dinâmicas e sociais, e acontecem entre e dentro delas.

O interacionismo simbólico teve como principal representante George Herbert Mead (1969) que preocupou-se em mostrar como ocorre a construção do *Self* a partir da influência da sociedade, mas concebendo as relações sociais como constituídas, desde o seu início por interações mediadas simbolicamente. Logo, o símbolo é construído nas interações dando o sentido da ação

individual, e coordenando as ações interindividuais. Deriva-se, daí, que o símbolo não representa o resultado da interação do sujeito nem com ele mesmo e, nem com o objeto, mas do sujeito constituído e projetado pela linguagem.

Dentro do enfoque interacionista, o conhecimento das ciências sociais só é percebido por meio de observação direta e da interação entre os atores envolvidos, das ações práticas e do significado que têm dos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, pois o mundo social é um constructo desses elementos. Logo, buscou-se na pesquisa resgatar a realidade através dos contatos interacionais entre atores envolvidos nas ações do dia a dia.

O desdobramento do trabalho de campo se deu na perspectiva de adentrar no mundo dos participantes, resgatando e descobrindo dados essenciais para a pesquisa, sem, contudo, deixar-nos envolver a ponto de perder o foco da investigação. Seguimos, dessa forma, os parâmetros metodológicos de Geertz (1979), por afirmar que devemos entrar no mundo do sujeito como quem faz uma visita e está disposto a aprender com isso.

O eixo central no trabalho de campo foi buscar estabelecer um nível de confiança com os participantes, deixando-os à vontade e encorajando-os a falar sobre aquilo que conhecem: “[...] recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. (MINAYO, 1994, p. 53).

A pesquisa documental pautou-se na base da educação nacional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Projeto Político e Pedagógico dos Cursos Superiores (PPCs) de Tecnologia, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e pelas leis e decretos governamentais de criação e regulamentação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A investigação buscou entender de que modo a articulação entre a realidade profissional e as exigências mercadológicas, preconizada e assegurada pelos documentos oficiais, são trabalhados nos PPCs dos cursos pesquisados, buscando identificar nos itens que tratam da formação tecnológica e do perfil do profissional tecnólogo formado no IFRR a relação com as diferentes realidades de Roraima.

2.1 A DELIMITAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos desta pesquisa foram, especificamente, os tecnólogos egressos dos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), Tecnologia em Saneamento Ambiental (TSAN), Tecnologia em Turismo (TUR) e Tecnologia em Gestão Hospitalar (TGH), formados no IFRR, no campus de Boa Vista. Como forma de delimitar os participantes, realizamos uma consulta *in loco* nas coordenações dos cursos envolvidos, na tentativa de descobrir a existência de turmas que colaram grau na instituição nos anos de 2010 e 2013. Após a confirmação, estabeleceu-se que os participantes seriam os egressos formados em 2010.2 e 2013.2, totalizando 63 egressos, e, dentre estes selecionamos oito como amostra, sendo dois representantes de cada curso.

A definição dos tecnólogos inseridos nesse recorte espaço/temporal deu-se pelo fato de o mercado de trabalho ser bastante dinâmico e exigir, com veemência, profissionais qualificados.

2.2 O TRABALHO DE CAMPO DESENVOLVIDO

Como em toda pesquisa social empírica, se faz necessário selecionar evidências para as argumentações e, portanto, justificar o porquê da escolha dos instrumentos de coleta de dados.

Para tornar a leitura mais clara, vamos primeiro tratar sobre a primeira técnica a ser utilizada para obtenção dos dados para análise.

✓ As entrevistas semiestruturadas

A escolha se deve ao caráter de interação que permeia a entrevista e a possibilidade de promoção de uma atmosfera de influência recíproca tanto para quem entrevista quanto para quem é entrevistado. Isto porque nesse instrumento de coleta de dados não há imposição de uma ordem rígida nos questionamentos, ou seja, as perguntas são elaboradas dentro de um diálogo aberto e mais fluído, obtendo-se, dessa forma, um meio de captação de respostas mais rápidas e desejadas.

Seguimos o pensamento de Gaskell (2002, p.65) quando diz que a entrevista qualitativa:

(...) fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Utilizamos na pesquisa de campo o tópico guia, considerado por Gaskell (2010) como sendo uma parte vital do processo de pesquisa. Para ele o tópico guia representa em sua essência um planejamento para dar conta dos “fins e objetivos da pesquisa”, que funciona como “um lembrete para o entrevistador, como uma salvaguarda quando ‘der’ um branco no meio de uma entrevista” (Gaskell 2010, p.66). Auxiliando, também, a controlar a agenda que foi preparada para seguir e o tempo determinado para entrevista.

Para dar início ao processo de seleção dos egressos que participaram da pesquisa a Diretoria de Controle Acadêmico do IFRR, campus Boa Vista, nos forneceu um documento contendo o nome e contato (e-mail, endereço e telefone) dos tecnólogos egressos dos cursos superiores de tecnologia, bem como o total de egressos nos anos escolhidos para análise. Em posse deste documento diagnosticou-se que 63 discentes colaram grau em 2010.2 e 56 em 2013.2 (estes quantitativos referem-se ao total de discentes dos quatro cursos envolvidos).

A próxima etapa foi selecionar os sujeitos da pesquisa e para tanto seguimos o roteiro:

- ✓ Entrar em contato com todos os tecnólogos da listagem.
- ✓ Identificar-se e socializar a pesquisa que está sendo desenvolvida.
- ✓ Identificar se estão desenvolvendo alguma atividade na área da sua formação e onde estão empregados.

O critério básico para participar da pesquisa era estar empregado e desenvolvendo alguma atividade na área de sua formação específica. Com base nas informações recebidas no contato telefônico foi possível pré-selecionar os tecnólogos. No caso de alguma indisponibilidade destes tecnólogos outro profissional, dentro do grupo previamente selecionado, foi convidado a participar.

A formalização da pesquisa com este grupo de tecnólogos selecionados aconteceu por meio

de uma carta explicativa sobre a tese que estava sendo desenvolvida, e solicitava também a permissão tanto para entrevista quanto para uso do discurso dos participantes durante a análise dos dados.

As entrevistas foram norteadas através do tópico guia que ajudou a conduzir e a intervir sempre que se fez necessário a fim de manter a conversa dentro do foco da temática de estudo. Além de facilitar a percepção do pesquisador sobre temáticas abordadas pelo entrevistado, não contidas no guia, mas consideradas importantes para discussão ocasionando ajustes no mesmo para as próximas entrevistas.

Durante a entrevista procuramos apreender as seguintes informações:

- ✓ Investigar se os entrevistados sabiam o perfil do profissional proposto pelo PPC do curso que haviam se formado e se conheciam o nicho de mercado de trabalho onde podiam atuar.
- ✓ Questionar sobre as atribuições desenvolvidas no campo em que atua, quais são elas e se correspondem às especificidades da sua área de formação, colocando no foco da discussão, nesse momento, a questão da ocupação.
- ✓ Verificar como os participantes percebem as transformações ocorridas no mercado de trabalho boa-vistense para que continuem garantindo a sua empregabilidade.
- ✓ Questionar a respeito do auto reconhecimento de suas competências e do juízo de valor que fazem sobre o profissional que se tornaram.
- ✓ Questionar se o mercado de trabalho valoriza o tecnólogo como mão de obra qualificada e como eles percebem esta valorização.

No contato com a maioria dos egressos dos cursos de tecnologia formados no período em questão (2010.2 e 2013.2), detectamos a princípio as seguintes situações: de quarenta e oito profissionais em TADS, vinte e seis ocupam a área de formação; de trinta e um egressos em TUR, seis estão desenvolvendo atribuições em sua área de formação; dos egressos em TSAN, vinte e cinco tecnólogos formados, três encontram-se atuando no mercado na área específica; e de trinta e sete tecnólogos formados em TGH, dois estão atuando na área de formação. Esse resultado demonstrou a fragilidade das articulações entre o mercado de trabalho e a instituição de ensino quanto às necessidades regionais.

Durante as entrevistas pudemos diagnosticar informações relevantes para o estudo, como o conhecimento deles sobre o perfil profissional do curso no qual se formaram e sobre o nicho mercadológico onde poderiam atuar. Pudemos, ainda, identificar a maneira como os participantes percebem as transformações ocorridas no mercado de trabalho boa-vistense e como definem estratégias para manter sua empregabilidade. Além disso, foi possível conhecer a percepção desses sujeitos a respeito das competências aprimoradas durante sua formação e sobre o reconhecimento do mercado ao tecnólogo, enquanto profissional de nível superior.

3. ANÁLISE DE DADOS

Para realização da análise de dados optamos desenvolver a análise do discurso por acredi-

tar ser uma prática social que possibilita aos sujeitos se posicionarem a respeito dos acontecimentos do dia a dia, emitindo suas opiniões pessoais.

Sabemos que o discurso pode ser analisado sob diferentes enfoques, contudo possui princípios básicos pelos quais as diversas abordagens orientam suas conjecturas. Gill (2002) diz que estas perspectivas partilham de uma rejeição à noção realista de que a linguagem é puramente um canal neutro para refletir sobre o mundo em que vivemos, e uma certeza da importância primordial que o discurso exerce na constituição da vida social.

Observou-se que durante as entrevistas os profissionais não se limitaram a falar somente sobre suas carreiras, convicções, frustrações e perspectivas sobre o mercado atual, expressaram também suas condições socioeconômicas, posições políticas e leitura sobre o mundo. Ademais, manifestaram-se também sobre a relevância dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação de tecnólogo, já que, para eles, a relação entre teoria e prática contribuiu na resolução de problemas específicos na área de atuação.

Durante a fase de análise dos dados e elaboração do diagnóstico final da pesquisa, buscamos desenvolvê-la seguindo uma organização criteriosa do material coletado para articular a realidade encontrada aos aportes teóricos deste estudo.

A partir da análise foi possível auferir as reais condições sobre a ocupação destes profissionais específicos no mercado de trabalho boa-vistense, conseguimos analisar as preocupações e/ou inquietudes no que tange à questão da manutenção da empregabilidade, do arcabouço de competências e potencialidades que têm e da imensurável importância para sociedade.

4. CONCLUSÃO

A ideia de novas tecnologias tem suas bases históricas a partir da relação homem/trabalho. No desenvolvimento do estudo, consideramos e percebemos que o conhecimento acumulado gerou grandes transformações na natureza e, paralelamente, alterou o modo de vida dos sujeitos, tornando-os parte de um sistema que cria e recria condições adaptáveis ao ambiente, gerando novas relações sociais e culturais na sociedade humana. De acordo com os contextos históricos, foi possível apontar as diferentes formas de perceber e ver o mundo por meio da relação homem-tecnologia e homem-trabalho.

Foram estas relações as válvulas que movimentaram a curiosidade de adentrar na vida profissional dos tecnólogos formados pelo IFRR e conhecer a leitura que têm sobre a percepção do mercado em relação aos tecnólogos.

Na fase de desenvolvimento e imersão no universo dos sujeitos que participaram da pesquisa pudemos mensurar a angústia vivida por eles para permanecerem ativos dentro do mercado de trabalho exigente e que muitas vezes privilegia por meio dos apadrinhamentos políticos profissionais não capacitados para assumirem cargos públicos no estado de Roraima.

Durante o processo de aplicação da metodologia não tivemos grandes contratempos que nos fizessem repensar a sua aplicabilidade para o estudo. Porém, casos de substituição de participantes ocasionadas por viagens ou por não conseguirem ajustar seu tempo para conceder a entrevista foram situações normais e rapidamente solucionadas. Outra situação de dificuldade encontrada foi que a lista de contato dos egressos fornecida pelo Departamento de Registro

Acadêmico estava desatualizada e atrasou o início das entrevistas. Porém, alguns egressos se mantiveram nos grupos de WhatsApp da época de graduação e solicitaram ao administrador para me incluir, facilitando o acesso aos demais colegas tecnólogos.

No entanto, podemos afirmar que um dos maiores empecilhos encontrados foi a imersão na vida das pessoas sem se deixar envolver e nem envolvê-los nas concepções pessoais da pesquisadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 2008.

BRASIL. Lei Federal nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm

BOUDREAU, J. W.; BOSWELL, W. R.; JUDGE, T. A. Effects of personality on executive career success in the United States and Europe. **Journal of Vocational Behavior**, n. 58, 2001.

Blumer, H. (1982). **El interaccionismo simbólico: perspectiva y método**. *Barcelona: Hora*. (Trabalho publicado em 1969)

CAMPOS, K. Construção de uma escala de empregabilidade: definições e variáveis psicológicas. **Estudos de Psicologia I**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 45-55, jan./mar. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Tradução Tomaz R. Bueno. Campinas, SP: Papirus, 1995. 135 p.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez: MEC, 1999.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, São Paulo, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/conhecimento/bts.html>>. Acesso em: 12 jul. 2004.

DENZIN, M. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FERKISS, Victor. **O homem tecnológico: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FINN, D. From full employment to employability: a new deal for Britain's unemployed? **International journal of manpower**, v. 21, n. 5, 2000.

Foucault, M. (2010). **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, Imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GARAVAN, T. et al. Human capital accumulation: the role of human resource development. **Journal of European Industrial Training**, v. 25, n. 2/4, p. 48-68, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 300p.

GILL, R. **Análise de discurso**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

MEAD, George Herbert. **Philosophic der Sozialitat**. Trans. H. Lübke. 2nd. Ed. Intro. Hansfried Killner. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1969.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RODRIGUES, José. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2004.

ROMANIUK, K.; SNART, F. Enhancing employable: the role of prior learning assessment and portfolio. **Journal of workplace learning: Employee Counselling Today**, v. 12, n. 1, p. 29-34, 2000.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO PARA UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM APLICAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Prof.^a Mestra Virgínia Marne da Silva Araújo dos Santos

Prof. Dr. Ricardo Carvalho dos Santos

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado no estudo cujo título foi Professores: que é Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS? um estudo sobre a formação docente e a prática pedagógica. Conflui os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia - CTS e para tal, nos fundamentamos em pressupostos enunciados por pesquisadores como Bazzo (1998), (2015a), (2015b); Palacios *et al.*(2001) e Lujan e Moreno (1996), entre outros. Práticas discursivas e práticas sociais da análise do discurso na vertente da Teoria Social do Discurso - ADC preconizados por Fairclough (2001; 1989), Wodak e Meyer (2003) e Dijk (2000; 1998;1980) e Formação de professor, esta última inscrita sob vértice da educação como práxis construtora da história: a dimensão da politicidade do trabalho pedagógico proposta por Severino (2000) como lente pela qual enxergamos a formação profissional do docente.

Os autores que auxiliaram na discussão foram: Saviani (2004), (2007a), (2007b), (2009), (2012), Severino (2000), (2003), Duarte (2003), (2006) , (2011), entre outros.

A pesquisa teve o intuito de problematizar o objeto de pesquisa CTS e formação de professor através da pergunta problema: Qual o entendimento dos docentes que atuam nas licenciaturas de determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima, sobre as interações entre ciência, tecnologia e sociedade nas complexas relações que se estabelecem entre a formação deste docente e a prática pedagógica por ele executada?

Tomamos as questões norteadoras: Como, pois, são percebidos pelos docentes de determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima às interações entre ciência, tecnologia e sociedade? Quais os discursos sobre formação profissional do docente e prática de sala de aula que emergem dessas percepções?

Como objetivo geral procurou-se delinear o entendimento dos docentes determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima, quanto às interações entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como as complexas relações que se estabelecem entre a formação deste docente e a prática pedagógica por ele executada.

Objetivamos especificamente identificar a compreensão dos docentes determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima, quanto às interações entre ciência, tecnologia e sociedade; descrever qual o impacto do entendimento dos docentes quanto às interações entre ciência, tecnologia e sociedade nas complexas relações que se estabelecem entre a formação deste docente e a prática pedagógica por ele executada; e propor a introdução do

CTS nas discussões dos programas de formação continuada a serem ofertados aos docentes da Instituição de Ensino.

A metodologia seguida foi ancorada na dimensão dialética e calcada nos princípios filosóficos do materialismo de compreensão da prática social, a partir de um viés qualitativo. A técnica adotada foi o da entrevista individual de profundidade. Participaram da pesquisa 14 professores, de um universo de 49, os quais possuem suas lotações nos cursos de licenciaturas de determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima. A análise dos dados foi ancorada nos pressupostos da Teoria Social do Discurso - ADC preconizados por Fairclough (2001; 1989), Wodak e Meyer (2003) e Dijk (2000; 1998; 1980).

1. DELINEANDO OS PILARES DA PESQUISA

Para o trabalho com objeto de pesquisa proposto a pesquisa circunscreveu-se nos moldes indutivo de investigação ancorado na dimensão dialética e calcada nos princípios filosóficos do materialismo de compreensão da prática social, situando-se sob a ótica do paradigma crítico Delanty e Strydom (2003).

Sob essa compreensão da prática social, procurou-se as “impressões da historicidade do fenômeno” Triviños (1987, p.59) considerando as relações de contradição inerentes na escola, sobretudo na formação profissional do docente.

Do ponto de vista da abordagem de pesquisa em educação se debruçou sobre o viés qualitativo de Sampieri, Collado e Lucio (2010), uma vez que se propôs a interpretar o ‘modus’ de construção das percepções dos sujeitos frente aos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS, ou seja, pela investigação da própria realidade do sujeito docente procurou-se respostas que nos auxiliassem na compreensão dos significados de suas ações.

A técnica adotada foi a da entrevista individual de profundidade que, como dizem Bauer e Gaskell (2002), suscitam informações imprescindíveis do contexto. Neste trabalho, tal procedimento nos permitiu obter informações importantes que nos ajudaram a explicar as construções perceptuais dos professores sobre as interrelações Ciência, Tecnologia e Sociedade.

1.1 DELIMITANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Os motivos que nos levaram a escolher determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima como cenário da pesquisa, diz respeito ao fato de ser uma Instituição Pública que tem como pilares de constituição a Educação, Ciência e Tecnologia como diretriz para o processo de escolarização formal, bem como neste âmbito, ser celeiro profícuo para a discussão em torno dos estudos sociais da ciência e tecnologia.

O Campus em questão, à época da pesquisa, tinha a oferta de cursos de Licenciaturas nas seguintes modalidades:

- Modalidade presencial: Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras: Espanhol e Literatura Hispânica e Ciências Biológicas;
- Na modalidade de Educação a Distância: Licenciatura em Letras Espanhol e

Literatura Hispânica;

- Via PARFOR: Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, tanto de primeira como segunda licenciatura.

Tinha aproximadamente 565 alunos matriculados⁶ e um corpo docente do quadro efetivo lotado no Departamento de Graduação⁷ de 53 professores efetivos, destes, 49 docentes ministravam com frequência aulas nas licenciaturas dos quais 29 professores lecionavam componentes curriculares das áreas específicas e 20 professores atuavam nos componentes curriculares comuns as licenciaturas que chamávamos de disciplinas básicas.

A opção pelo Campus se deu pelo fato de ser até o momento a única unidade na região que oferta licenciaturas, nos moldes citados, e como consequência, atendeu a especificidade do estudo proposto.

1.2 OS SUJEITOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 14 professores, do universo de 49, que têm suas lotações nos cursos de licenciaturas e, destes, 08 ministram aulas nas licenciaturas em componentes específicos e os outros 06 ministram aulas em componentes comuns às licenciaturas, todos, lotados no Departamento de Graduação – DEG.

Considerou-se a escolha amostral atendendo a recomendação proposta por Bauer e Gaskell (2002) quanto ao número de sujeitos participantes e atentou-se para os diferentes perfis de professores, sendo selecionados sujeitos com referência ao tempo de serviço, frequência em lotações nos cursos de formação de professores e que passaram por processos de formação continuados tanto *Lato* como *strictu sensu*.

Tendo como pilar central, os professores que atuam nos cursos de licenciatura essas especificidades foram consideradas na tentativa de notar os processos de construções perceptuais que impactam nos discursos produzidos em torno da CTS.

Tabela 2 – Breve caracterização dos sujeitos participantes - SP da pesquisa

Sujeito participante - SP	Sexo	Faixa de Tempo de serviço	Atuação na licenciatura no período da pesquisa	Tipo de Disciplina que atua	Formação continuada
SP1	Feminino	25-30 anos	Ed. Física e Biologia	Comum as licenciaturas	<i>Strictu Sensu</i>
SP2	Masculino	15-20 anos	Ed. Física	Comum as licenciaturas	<i>Strictu Sensu</i>
SP3	Feminino	25-30 anos	Matemática/ Espanhol	Comum as licenciaturas	<i>Lato Sensu</i>
SP4	Feminino	25-30 anos	Ed. Física/ Biologia	Comum as licenciaturas	<i>Strictu Sensu</i>

6- Informações colhidas na Diretoria de Registro acadêmico em 17.05.2016

7- Informações colhidas no Departamento de Graduação do campus em 17.05.2016

SP5	Masculino	15-20 anos	Matemática/ Espanhol/ Ed. Física	Comum as licenciaturas	<i>Strictu Sensu</i>
SP6	Feminino	15-20 anos	Biologia/ Espanhol Ed.Física	Comum as licenciaturas	<i>Strictu Sensu</i>
SP7	Masculino	10-15 anos	Matemática	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP8	Feminino	15-20 anos	Matemática	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP9	Masculino	10-15 anos	Espanhol	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP10	Feminino	10-15 anos	Espanhol	Específica	<i>Lato Sensu</i>
SP11	Masculino	25-30 anos	Biologia	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP12	Masculino	25-30 anos	Biologia	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP13	Masculino	15-20 anos	Ed. Física	Específica	<i>Strictu Sensu</i>
SP14	Masculino	15-20 anos	Ed. Física	Específica	<i>Strictu Sensu</i>

Fonte: Departamento de Ensino de Graduação – determina-
da Instituição Pública de ensino Superior em Roraima (2016)

1.3 COMPOSIÇÃO DOS DADOS

Os processos de acesso aos dados necessários para pesquisa transcorreram no marco tem-
poral de setembro de 2015 a junho de 2016. Neste período definiu-se os procedimentos prelimi-
nares para início da busca ativa as informações necessárias a viabilização da pesquisa.

Primeiramente solicitou-se junto a Direção Geral de determinada Instituição Pública de
ensino Superior em Roraima, autorização para execução das atividades na Instituição. Com a
autorização, seguiu-se para o setor responsável pelas lotações dos professores no Campus a fim
de se reconhecer os sujeitos da pesquisa que atendessem ao objeto pesquisado. De posse dos
arquivos de lotação, seguiu-se para o Departamento de Graduação propriamente dito a fim de
contactar os informantes, e recorrer às adaptações necessárias para o termo de consentimento
livre e esclarecido, a solicitação de autorização para pesquisa acadêmico-científica, bem como
autorização gratuita de direitos de entrevista gravada em áudio e de uso de imagens escolher a
técnica mais adequada a ser aplicada, compor o perfil dos sujeitos participantes, entre outros.

Mediante o contexto da pesquisa a estratégia de aplicação da técnica de entrevista indivi-
dual de profundidade tornou-se a mais viável. A entrevista aplicada aos professores de determi-
nada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima seguiu um tópico guia que considerou
três eixos, a saber: CTS, Formação Inicial e Continuada do Professor e Prática Pedagógica na
Licenciatura. Para cada eixo elencamos um grupo de indagações. A escolha por tal técnica foi
endossada pelos escritos de Bauer e Gaskell (2002) e Pinheiro (2013) no que se refere à possibi-
lidade interativa de trocas conceituais e perceptuais entre o sujeito participante e o pesquisador
e, sobretudo, por implicarem no processo de construção de conhecimento através das práticas
discursivas.

1.4 CORPUS DA PESQUISA

Os procedimentos táticos de acesso ao objeto se deram por meio de entrevistas gravadas realizadas com 14 professores respeitando os critérios e recomendações de Bauer e Gaskell (2002), quais sejam: linguagem clara, perguntas precisas, documentar as mudanças ocorridas no processo de construção do instrumentos, entre outros, para o delineamento do tópico guia, estratégia da técnica adotada, seguindo três eixos: CTS, Formação Inicial e Continuada do Professor e Prática Pedagógica na Licenciatura.

Tais eixos pretenderam explorar os dizeres das percepções sobre CTS, os efeitos de sentidos discursivizados tanto na formação profissional desse professor como o ecoar das práticas discursivas no trabalho deste docente ao desenvolver o currículo das licenciaturas.

Assim, foram pensados considerando a amplitude da manifestação das enunciações das práticas discursivas destes professores, em busca da materialidade linguístico-discursiva.

De posse das entrevistas gravadas em áudio digital, iniciou-se o processo de transcrição considerando o modelo definido por Preti (1999, p. 11-12) para marcação textual, por exemplo, entonação enfática, silabação, hipótese, pausa, entre outros, por este auxiliar na compreensão dos elementos e aspectos linguísticos, presentes nas práticas discursivas que se propôs a investigar por meio desta pesquisa.

Os enunciados encontrados nas transcrições seguiram numeração definida o que permitiu a constituição do corpus. Este foi composto por excertos que tiveram como critério de seleção: a) excertos que denotassem as percepções dos professores a partir da influência mútua entre Ciência, Tecnologia e Sociedade; b) fragmentos que apontassem a interação entre CTS na construção da formação profissional do professor; e c) recortes que sinalizasse o conceito de CTS na atividade prática do professor em sala de aula.

O fio condutor da organização do corpus permeou as influências mútuas entre CTS, formação profissional do docente e a prática da sala de aula a fim de compreender o impacto dessa percepção do docente na sua prática laboral manifesta nos discursos produzidos por esses professores.

1.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos dados foi ancorada nos pressupostos da Teoria Social do Discurso - ADC preconizados por Fairclough (2001; 1989), Wodak e Meyer (2003) e Dijk (1998; 1980; 2000).

Nesta Teoria a compreensão do discurso se dá pelo estudo do contexto que permeia as práticas sociais, entendendo que estas, estão imersas nas relações de linguagem e poder, e se tornam inteligíveis, à medida que se descortinam tridimensionalmente as suas nuances, a saber: “o texto, a prática discursiva e a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p.88).

Pautado no movimento dialético, o discurso, entendido por Fairclough (2001) é linguagem, e como tal, imbuída de prática social, de ação e representação que revela uma estrutura social e avança para concepção de “significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH 2001, p. 91).

Nesta perspectiva, a escolha pela ADC para análise dos dados se deu pela completude das amarras que sustentam teoricamente o objeto em estudo, no sentido de aclarar o processo de re-

produção social que permeiam as práticas discursivas, sejam pelas identidades sociais, sistemas de conhecimento e crenças, seja na contribuição para transformação das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001), encontrando-se aí domínios importantes que contribuem com a preocupação que se tem neste trabalho.

Sem perder de vista o discurso como prática social, as transformações discursivas apontadas por Fairclough (1989) caminham pela adoção de posicionamentos retóricos através de um processo consciente de apropriações e objetivações. O discurso do professor é uma internalização do próprio processo de sua formação continuada, ou seja, como bem explica Fairclough (1989), o sujeito internaliza o discurso e assim modifica seus sistemas de agir, pensar, falar e ver a si mesmos em termos de novos discursos, e nesse sentido, sai da posição de assujeitamento e assume a posição de sujeito que também faz resistência frente aos discursos ideológicos a nível macro e microsocial.

Tais posicionamentos retóricos fruto desse processo consciente, tem seus aspectos materiais (FAIRCLOUGH 1989), quais sejam, estilos, formas de utilização da linguagem, posturas, gestos, e implicam em usos de discursos cujos fins sejam institucionais, e ao mesmo tempo, consciente da finalidade da adoção de tal discurso, o sujeito consegue manter uma distância deles em outras práticas discursivas.

Entendendo que a prática social culmina das implicações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, o discurso que ora é fruto de nosso estudo está ligado à prática política e ideológica, de modo que pelo viés político é percebido através das relações estabelecidas, mantidas, transformadas nas/ pelas relações de poder vivenciadas no coletivo. O viés ideológico é percebido enquanto constituição, naturalização, manutenção e transformação das relações de poder (FAIRCLOUGH, 1989, 2001).

Considerando as recomendações de Fairclough (1989, 2001) quanto à relação entre o texto, na perspectiva da estrutura linguística, a prática discursiva, na perspectiva dos vários discursos enunciados e a prática social, na perspectiva da linguagem enquanto reprodução e transformação de práticas sociais é que se concatenaram as ideias desse trabalho.

A análise de resultados se deu a partir das perguntas: Como, pois, são percebidos pelos docentes de determinada Instituição Pública de ensino Superior em Roraima às interações entre ciência, tecnologia e sociedade? Quais discursos sobre formação profissional do docente e prática de sala de aula emergem dessas percepções? E, sob dois prismas, um que norteia as construções da linguagem em torno do conceito de CTS com o objetivo de mapear as percepções em torno da temática e, em outro prisma, considerou-se os discursos sobre CTS e formação profissional no qual permitiu construir o capítulo de análise de resultados.

Tomando a semelhança entre as percepções como elemento chave de análise, privilegiaram-se os excertos que ajudasse a identificar as práticas discursivas recorrentes e dessa maneira desvelar as ideologias presentes nas práticas discursivas dos docentes camufladas na estrutura da língua utilizada pelos mesmos, quais sejam, atos falhos, tempo verbal utilizado pelos sujeitos, pausas, silenciamentos, atentando para as práticas discursivas. Assim, tomando como referência o processo de construção, entendidos, pelo movimento de fluidez do processo, transitou-se pela via da teoria, corpus e análise.

2. CONCLUSÃO

Os desafios na execução metodológica disseram respeito a compreensão da materialização do discurso, associar dois domínios teóricos a saber: educação e linguística, fazer os participantes entenderem a intencionalidade da pesquisa e de bom grado quererem contribuir com o estudo feito, o processo minucioso de descrição das entrevistas que requer uma escuta apurada e treinada, lidar com os reveses burocráticos a fim de garantir o rigor científico, lidar com as nossas próprias expectativas quando frustradas, frente aos resultados obtidos. Os aprendizados, foram muitos.

O que destaco como mais valioso, foi o processo inebriante de trilhar o caminho sinuoso de construir epistemologicamente o arcabouço metodológico em consonância aos objetivos da pesquisa. De fato, não é tarefa simples, mas quando consciente da ação, o pesquisador experimenta o esfuziante momento para dizer: consegui!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER M. W. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual Prático**/ Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002

BAZZO, W.A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. 5 ed, Florianópolis, editora da UFSC, 2015 a.

_____. **Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: UFSC, 1998

BAZZO, W.A.; PEREIRA, L.T.V.; BAZZO. J. L. S. **Conversando sobre educação tecnológica**. Florianópolis, editora da UFSC, 2015.

BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, Tecnologia e Sociedade. Mari, Espanha : OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), 2003a.

DELANTY, G.; STRYDOM, P. **Philosophies of Social Science: the classic and contemporary readings**. University Press and McGraw-Hill Education. Maidenhead, Berkshire, England. 2003

DIJK, T.A.V. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. London: Sage, 1998.

_____. **Macrostructures**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1980

_____. **Ideology and Discourse. A Multidisciplinary Introduction**. English version of an internet course for the Universitat Oberta de Catalunya (UOC). July 2000.

DUARTE, I.M, PINTO, A.G. **Troika, Austeridade, Crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa**. Redis: revista de estudos do discurso, nº 2, p.33-52, 2013.

DUARTE, N. **Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria)**. Educação & Sociedade, Campinas, Vol. 24, nº 83, p. 601-625, agosto 2003.

_____. **A Pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/jun. 2006 disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____ **Language and Power.** London: Longman, 1989

LUJAN, J.L.; MORENO, L. **EL CAMBIO TECNOLÓGICO EN LAS CIENCIAS SOCIALES: EL ESTADO DE LA CUESTIÓN.** Revista REIS, n. 74 p. 127-161, 1996.

PALACIOS, E. M. G.; GALBARTE, J.C.G.; CEREZO, J.A.L.; LUJÁN, J.L.; GORDILLO, M.M.; OSÓRIO, C.; VALDÉZ, C. **Ciência, Tecnologia y sociedad: una aproximación conceptual,** Cadernos de Ibero-América, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura - OEI, Cuadernos de Iberoamérica, 2001.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. IN. SPINK, Mary Jane O. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2013, p. 156-187.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. In. **Corpus: Análise de dados e Cultura Acadêmica.** Revista Letras, n. 21, Santa Maria, RS, 2000.

PRETI, D. **Análise de textos orais.** 4ª ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999 – (PROJETOS PARALELOS:V.1)

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **METODOLOGÍA de investigación.** México: Mcgraw-Hill / Interamericana Editores, S.A. de C.V., 2010.

SAVIANI, D. **Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade.** Em N. Duarte (Org.) Crítica ao fetichismo da individualidade Campinas: Autores Associados. p.21-52, 2004.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do Mec Educ. Soc.,** Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 b. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed, Campinas – SP, Autores Associados, (Coleção educação contemporânea) 2012

SEVERINO, A. J. A Filosofia da Educação no Brasil: Esboço de uma Trajetória. In: **O que é Filosofia da Educação?** Paulo Ghiraldelli Jr. (org.) - Rio de Janeiro: DP&A, 2ª edição, 2000

_____. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: **Formação de educadores: desafios e perspectivas** / organizadora Raquel Lazzari Leite Barbosa. - São Paulo: Editora UNESP, 2003

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de Análisis Crítico Del Discurso.** Barcelona: Gedisa, 2003.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NO ATUAL MOMENTO DO CAPITAL.

Prof. Dr. Ananias Noronha Filho

INTRODUÇÃO¹

Os processos de globalização e transnacionalização do capitalismo têm várias dimensões, expressões e consequências. Parece evidente que estas terão também de ser consideradas quando se equacionam os desafios atuais relativos ao campo das políticas públicas, e, dentre elas, das políticas educativas (JANELA & RAMOS, 2007).

As reformas educativas e a reestruturação dos sistemas educativos atendem as indicações e mudanças globais do sistema capitalista. Como exemplo tem-se o retorno à ideologia do capital humano, “ou, num sentido mais genérico, à apologia de uma reconexão mais forte entre o mandato das políticas educativas e as supostas necessidades dos sistemas produtivos e da competitividade econômica, dirigidas agora para mercados e espaços econômicos que transcendem cada vez mais o âmbito dos Estados nacionais” (JANELA & RAMOS, idem).

O desafio para pesquisar uma política da área de educação, no caso aqui, o PROEJA, se configurou a partir do entendimento de que se trata de uma Política que deve mexer com os pilares arraigados nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, antigas Escolas Técnicas Federais, depois Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, e agora denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em que historicamente preparam para o trabalho, mas também foram, e ainda são, vistas como escolas públicas que possuem uma melhor qualidade na oferta do ensino médio no país, fazendo com que durante décadas atendessem aos filhos das classes mais abastadas.

Não se pode deixar de chamar atenção a todos os movimentos realizados pelo sistema capitalista. Afinal ele se molda e ressurge a cada momento, no que diz respeito às propostas de educação profissional pelo mundo afora. Todo o movimento do capital na busca de fortalecer ainda mais a acumulação.

O Estado brasileiro, embora incipiente, busca dar respostas à pesada herança social existente na sua história, no que diz respeito ao combate à pobreza por meio de políticas compensatórias, bem como, da ampliação da oferta pública de qualificação profissional. Na educação, em especial, chama a atenção a expansão e o pesado investimento na educação profissional e tecnológica. Segundo o Ministério da Educação, a Rede Federal tem vivenciado a maior expansão de sua história.

Como forma de corrigir distorções na oferta da educação como direito universal de todo

1- O texto apresentado é o fragmento da Tese de Doutorado denominada AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA: a experiência do Campus Boa Vista-Centro do Instituto Federal de Roraima. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Contou com apoio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima e do CNPq. Foi orientada pela Doutora Valéria Ferreira Santos de Almada Lima.

cidadão, o governo brasileiro propôs o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA, que se originou a partir da Portaria 2.080, de 13 de junho de 2005 e do Decreto nº 5.478/2005, expondo a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

Os programas de atenção a EJA são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado, mas que não conseguem ser permanentes em decorrência, principalmente, da forma fragmentar e descontínua como são propostas.

É, portanto, fundamental, na visão do Estado, que uma política pública estável, voltada para a EJA, contemple a elevação da escolaridade com profissionalização, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade, possibilitando acima de tudo que esses sujeitos tenham a capacidade de analisar criticamente o atual momento vivenciado pelo mundo, frente a toda reestruturação produtiva implementada pelo capital.

O Decreto nº. 5.478/2005, criador do PROEJA, foi alterado pelo Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, ampliando a abrangência do Programa, transformando o PROEJA em um Programa Nacional a ser executado tanto pela Rede Federal, quanto por estados e municípios. Ampliou também a oferta de cursos, não mais limitado ao ensino médio, passando a ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada

Esta pesquisa está na área da pesquisa avaliativa da implementação de políticas e programas sociais. Segundo Perez (2009, p. 70) na área educacional, a literatura tem apontado que as pesquisas acadêmicas estão distantes da escola, restringindo as avaliações à etapa de diagnóstico e das propostas educacionais, raramente abordando a avaliação política e o processo de implementação.

1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O interesse pelo objeto da pesquisa se justifica pela minha atuação como docente do Instituto Federal de Roraima, desde 1998, atuando nos cursos da área de saúde na modalidade subsequente e do PROEJA. Essa atuação pautada numa postura crítica e reflexiva diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos em se manterem no curso, e de outra parte, as dificuldades da instituição em implementar o PROEJA, atendendo os pressupostos indicados no Documento Base, me levaram a buscar entender melhor o PROEJA.

Diante dos desafios que o PROEJA apresenta, realizei a avaliação política e da implementação do Programa no Campus Boa Vista Centro do Instituto Federal de Roraima, considerando que essa unidade é apontada como pioneira no Brasil na oferta de educação profissional integrada à formação geral.

A escolha por este objeto de estudo pautou-se ainda na necessidade de poder-se contribuir

cientificamente para melhor entender o movimento real da proposição e da implementação de uma política pública de educação inclusiva que busca reduzir a dívida histórica do Estado brasileiro para com a sociedade.

Na pesquisa assumimos o trabalho como princípio educativo integrante de um único processo em que se articulam teoria e prática, pela chamada educação politécnica que possibilita a transmissão dos princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, com isso seriam atingidos três objetivos: a intensificação da produção social, a produção de homens plenamente desenvolvidos e a obtenção de poderosos meios de transformação da sociedade capitalista (MARX & ENGELS, 1983).

Na perspectiva crítica do trabalho como princípio educativo, não se pode deixar levar pelo discurso da proposta predileta dos burgueses, a do ensino profissional universal. Na realidade, esse discurso aponta para a pluriprofissionalidade, e como oposição a isso assume-se aqui a omnilateralidade, proposta por Marx, ou seja, a ideia do homem completo que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro, consciente do processo que desenvolve e domina-o, e não é por esse processo dominado (MANACORDA, 1996).

Para que a abordagem proposta não pareça mecânica, ou para que não se possam analisar as propostas de formação profissional, que o Estado capitalista apresenta, de uma forma progressista, é necessário destacar o trabalho como princípio educativo indicado por Gramsci, o qual aplica esse princípio ao processo pedagógico, não de forma mecânica, imediatista, reducionista e profissionalizante, como mero treinamento, mas o aplica resgatando o ‘ethos’ e o ‘logos’ do trabalho industrial moderno possibilitando a revigoração e orientação do processo educativo escolar (NOSELLA, 1991).

Ainda na perspectiva gramsciana do trabalho como princípio educativo, o pensador italiano, ao focar a organização da escola, deixa claro que a transformação escolar passa pela transformação completa do orçamento do Ministério da Educação, responsabilizando o Estado pela educação, pois somente desta forma todas as gerações poderão ser abarcadas sem divisões de grupos ou castas. Tais transformações requerem a ampliação da organização prática da escola, dos prédios, do material científico, do corpo docente. O corpo docente em particular, deveria ser ampliado, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre professor e aluno é menor. (GRAMSCI, 2001).

O objetivo geral da pesquisa foi avaliar a concepção e o desenho do PROEJA, bem como o seu processo de implementação, tomando como referência empírica a experiência desenvolvida no Campus Boa Vista/Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

É uma pesquisa avaliativa de um Programa ligado à Política Pública de Educação Profissional, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Para tanto, concordamos com Silva (2008) de que a avaliação de políticas e programas sociais deva ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política.

O corte temporal proposto coincide com o início de funcionamento da proposta no ano de 2006, até o ano de 2014, período esse marcado pela retomada do crescimento econômico no Brasil, seguida por mais uma crise estrutural do capital em âmbito mundial.

Como tese central partimos do pressuposto que o PROEJA, como política de educação

compensatória proposta pelo Estado brasileiro, surge para atender as demandas do processo de reestruturação produtiva no contexto da mundialização do capital. Maria Cristina Cacciamali², professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, ressalta o papel das políticas compensatórias na mitigação da desigualdade no Brasil. A professora as vê como passos na direção correta, mas afirma ser necessário o redesenho dos programas sociais para que, em associação ao crescimento econômico, possam atingir seus objetivos de longo prazo: quebrar o ciclo de reprodução da pobreza.

Verificou-se uma verdadeira imposição do Governo Federal para que os antigos CEFETs, hoje Institutos Federais, implementem tal proposta, em que pese à estrutura dessas Instituições atender historicamente uma clientela que não é a indicada pelo PROEJA, o que nos levou a questionar a capacidade dos Institutos Federais para assumir tal empreitada, lembrando que a efetividade das políticas sociais exige que elas sejam avaliadas (COHEN e FRANCO, 2013).

Busca-se utilizar o método dialético na medida em que “todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produtos da ação humana, e, portanto, podem ser transformados por essa ação” (Löwi, 1992, p. 15). As principais categorias de análise que iluminarão o presente projeto serão: política pública de educação profissional, educação de jovens e adultos,

Na perspectiva dialética busca-se captar o PROEJA como fenômeno. Captar esse fenômeno “*significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como ao mesmo tempo nele se esconde*” (KOSIK, 1976). Consideramos que exista necessariamente algo de suscetível na estrutura do PROEJA, bem como uma oculta verdade que é diferente das manifestações imediatas que o Programa apresenta. (KOSIK, *op. cit.*)

Considera-se que a utilização do referencial marxista de análise dará suporte para a interpretação necessária da relação de uma política compensatória e a manutenção do *status quo* que o sistema capitalista vem mantendo desde a revolução industrial, uma vez que “*(...) uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança*” (MÉSZÁROS, 2005. P 25).

Na mesma linha de raciocínio, considerando que o PROEJA é uma proposta elaborada pelo Estado brasileiro, sob a égide do capitalismo, há que se trazer à baila o pensamento gramsciano sobre a “*(...) Questão do “homem coletivo” ou do conformismo social*”. “*(...) tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção (...)*” (GRAMSCI, 2001, p 23).

Na avaliação do PROEJA foram considerados aspectos ligados à concepção do programa e à sua implementação. Quanto à concepção buscou-se entender de que forma o programa foi engendrado, em que ficou claro que o PROEJA surgiu para atender aos jovens e adultos destituídos do direito à educação no “tempo certo”, ofertando para esses jovens e adultos formação geral integrada à educação profissional. Nesse aspecto, também da concepção identificou-se ainda que o PROEJA retoma a discussão de entender a EJA como uma modalidade de educação que precisa ser mais valorizada, deixando claro ainda que o programa pode contribuir para que os

2- DISPONÍVEL EM: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Virtudes-e-limites-das-politicas-compensatorias-no-Brasil%0D%0A/4/25980>

jovens e adultos atendidos pelo PROEJA possam aumentar a probabilidade de conseguirem sua subsistência, uma vez que estarão qualificados e com ensino médio concluído.

Ainda no aspecto da concepção do PROEJA avaliou-se seus princípios norteadores, num total de seis princípios: inclusão de jovens e adultos nas políticas de educação; inserção orgânica da EJA integrada à Educação profissional; universalização do ensino médio; trabalho como princípio educativo; pesquisa como fundamento da formação do sujeito; e, por último, as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da relação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Nesse ponto há que se ressaltar que o arcabouço teórico dos princípios do PROEJA não deixa dúvidas quanto à sua importância, no entanto, o proposto não se coaduna com a realidade, uma vez que o PROEJA pressupõe a possibilidade de superação da realidade que vivemos no modo de produção capitalista, e, em seguida, nega essa possibilidade, ao deixar claro que ter formação profissional torna os jovens e adultos, atendidos pelo PROEJA, funcionais para o sistema, contribuindo para a manutenção do sistema vigente.

No aspecto da implementação do PROEJA, buscou-se avaliar o motivo do Programa iniciar sua execução na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, evidenciou-se o caráter de ser essa Rede o locus privilegiado da formação profissional no Brasil, encurtando, dessa forma, o caminho a ser percorrido pelo programa uma vez que a Rede passaria tão somente a acrescentar o atendimento a uma população que antes não atendia regularmente, jovens e adultos oriundos da camada mais pobre da sociedade. Nesse aspecto da implementação surgiu o primeiro desafio, as unidades da Rede Federal, na realidade, atendiam muito mais a população da camada mais abastada da população, e essa novidade tornou-se um desafio ainda não superado.

Tendo o Campus Boa Vista do IFRR como local de análise da experiência da implementação do PROEJA, foram analisados os planos dos cursos ofertados à luz da proposta oficial do PROEJA, buscou-se identificar nas propostas dos cursos os pressupostos elencados na concepção e nos princípios do PROEJA para assim poder-se inferir análise de alcance de objetivos e metas preconizados pelo programa. Chamou atenção a perspectiva de formação omnilateral preconizada pelo PROEJA, a qual não é vislumbrada nas propostas, mesmo que se possa admitir que se trata de uma possível subjetividade o alcance da omnilateralidade poderia essa perspectiva ter sido, ao menos, citada na proposta.

Também na análise da implementação foi verificada a situação da capacitação de docentes e gestores, situação essa prevista na proposta oficial de PROEJA, essa ação foi ofertada e executada pelo IFRR, no entanto constatou-se que muitos docentes e gestores capacitados nunca atuaram no PROEJA, situação essa que contribui para que o PROEJA tenha dificuldades para o alcance dos seus objetivos.

Para buscar a consolidação da análise da implementação do PROEJA foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes do IFRR que atuam ou atuaram no PROEJA no Campus Boa Vista Centro, e realizado grupo focal com alunos do PROEJA. O recorte dessa abordagem teve como elenco de elementos a serem analisados a percepção dos participantes da pesquisa em relação ao PROEJA, propriamente dito, enquanto política de inclusão; a percepção sobre os planos de curso, se esses estavam voltados, e se poderiam dar conta, de uma formação omnilateral, respeitando a indissociabilidade entre formação geral e formação profissional dos jovens e adultos atendidos nos diversos cursos PROEJA do Campus Boa Vista Centro; bus-

cou-se a análise desses participantes quanto aos recursos humanos que atendem o PROEJA, se esses estavam de fato preparados, se eram em número suficiente e se apresentavam formação adequada para atender as demandas do curso e dos alunos.

Outro aspecto relacionado à implementação foi sobre a infraestrutura, recursos financeiros e forma de funcionamento dos cursos. Esses aspectos possuem relevância na avaliação, pois está preconizado o atendimento diferindo a esses jovens e adultos atendidos pelo PROEJA. Na finalização dos aspectos relacionados à implementação os participantes realizaram uma avaliação sobre o processo de implementação do PROEJA no IFRR, o que nos possibilitou entender que mesmo com investimento em material, equipamentos, infraestrutura e capacitação de pessoal, existe muito a se fazer para que esse Programa se consolide.

Subsidiariamente, a partir da delimitação do objeto da pesquisa e da determinação dos seus objetivos, utilizaram-se diferentes instrumentos de coleta de dados, tais como: a pesquisa bibliográfica, a análise documental e pesquisa de campo mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os alunos participantes do grupo focal foram informados dos objetivos da pesquisa. Participaram alunos que estavam em turmas iniciantes e turmas com mais de 50% de execução do curso, para que dessa forma, mesmo durante a pesquisa, pudesse ocorrer troca de experiências e informações sobre a implementação do PROEJA.

Foi utilizado um roteiro de perguntas para as entrevistas com gestores e docentes, e outro roteiro para a realização do grupo focal com alunos. Todos participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para poderem participar das atividades propostas.

De acordo com Szymanski (2002), para evitar a situação de desigualdade de poder e participação no processo de entrevista, e considerar o caráter de interação social e de respeito pelos saberes da experiência, próprios dessa técnica de coleta de dados, aplicou-se o conceito de entrevista reflexiva, no sentido de refletir a fala de quem foi entrevistado. Tal ferramenta possibilita o auxílio na busca por uma condição de horizontalidade, amenizando as dificuldades próprias de uma entrevista, quando as diferenças culturais e sociais forem muito perceptíveis.

A pesquisa bibliográfica foi abordada como forma de nortear e proporcionar consistência teórica, necessária para a concretização deste trabalho. Como embasamento teórico estão sendo utilizados conceitos que relacionam o trabalho à educação, buscando aplicá-los à realidade do PROEJA. Reitera-se, que a compreensão das trajetórias da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Profissional é fundamental para entender a proposta do PROEJA, que busca universalizar a educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho. Tendo em vista, o histórico da Educação Profissional no país, é essencial compreender de que forma as políticas públicas de educação profissional buscam integrar os conhecimentos da formação geral e profissional, por meio da valorização dos saberes experienciais cotidianos dos alunos da EJA, tentando romper com a histórica visão hierárquica e dogmática do conhecimento.

Foi realizada análise documental, técnica essencial de abordagem de dados qualitativos, pois proporcionou tanto a complementação de informações obtidas, por meio de outras técnicas de pesquisa, quanto revelou aspectos importantes sobre o PROEJA, em especial dados relacionados a acesso, evasão, retenção e taxa de sucesso nos diversos cursos ofertados. Para Lüdke e André (1986), qualquer material escrito pode ser considerado como um documento, pois possui fonte de informações, referentes ao comportamento humano. Os documentos analisados foram

as planilhas de matrícula, resultados de seminários realizados pelo MEC, relatórios de gestão do IFRR, portarias, leis e decretos, dentre outros. A atual legislação brasileira sobre a implantação, no âmbito federal, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi o foco básico para a Análise Documental da pesquisa, pois a compreensão possibilitou identificar as peculiaridades que o Programa propõe.

Diante do material coletado, assumimos que a pesquisa se estabelece com o compromisso com a realidade que a circunda, em especial a diversidade sociocultural dos participantes. Assumir esse caráter é estabelecer a real necessidade de identificar os diversos pontos de vista dos que estão diretamente envolvidos com a implementação do PROEJA, como uma política pública proposta pelo Governo Federal. Na análise do material, escrito e do discurso no momento das entrevistas e da realização do grupo focal, assumimos “*não tanto uma metodologia específica, mas, sim, a uma “postura de investigação”*” (ROSENTHAL, 2014, p. 274), considerando assim que as transformações sociais a que estamos expostos possam ser permanente estímulo para pesquisar, analisar, criticar, concordar e discordar, na busca da construção de uma humanidade verdadeiramente humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei Federal 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2001**. Brasília. 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 01/2000**. Brasília. 2000.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Senado Federal, 2009.
- BRASIL. **Decreto no 5.478**, de 24 junho 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.html .
- BRASIL. **Decreto no 5.840**, de 13 julho 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.html .
- BRASIL. **Decreto no 5.154**, de 23 julho 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.see.rj.gov.br/coie/NOVIDADES/d0405154.pdf> >
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- JANELA, Almerindo Afonso; RAMOS, Emílio Lúcio Villegas. **Estado-nação, educação e cidadania em transição**. Revista Portuguesa de Educação, ano/vol 20, nº 001. Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2007. Disponível em: <www.redayc.uaemex.mx/pdf>, acesso em 08/12/2011.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOSELLA, Paolo. **O trabalho como princípio educativo em Gramsci**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Trad. Tomás da Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RUS PEREZ, José Roberto. **Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO: PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO DE PREVALÊNCIA DA OBESIDADE, ASSOCIADA À VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS.

Prof.^a Me. Elber Ribeiro Gama

APRESENTAÇÃO

O relato de experiência descrito neste capítulo, decorre dos achados de pesquisa que alicerçaram a construção da dissertação de mestrado cujo título foi: prevalência e fatores associados ao sobrepeso/obesidade em escolares do ensino médio no estado de Sergipe.

Existência de estudos que afirmam a obesidade enquanto epidemia, bem como que o excesso de peso instalado na infância e adolescência tende a se conservar na idade adulta, trazendo consigo o aumento da probabilidade de desenvolvimento de doenças; somado a isso o fato de em Sergipe não se conhecer pesquisas com adolescentes para verificar a associação entre condições de vida, condutas de risco à saúde e sobrepeso/obesidade, que leve em consideração amostras representativas para todo o estado, baseando-se nas características de seus territórios geográficos, serviram para justificar a realização da pesquisa, sobretudo dada a possibilidade de encontrar-se resultados distintos de outros estados e regiões.

O objetivo principal da pesquisa foi investigar a possível associação entre variáveis demográficas, condição socioeconômica, condutas de risco à saúde e sobrepeso/obesidade em escolares do ensino médio público no estado de Sergipe, buscando tornar possível identificar a prevalência de sobrepeso/obesidade nesses estudantes, verificar a associação entre as variáveis demográficas e o sobrepeso/obesidade, observar a associação entre a condição socioeconômica e o sobrepeso/obesidade, e analisar a associação entre as condutas de risco à saúde e o sobrepeso/obesidade.

Para delineamento metodológico, definiu-se o materiais e métodos, definiu-se a caracterização do estudo, o campo de pesquisa, o planejamento amostral – aqui contemplando as estratégias metodológicas para a compreensão da população, realização do cálculo amostral, a seleção da amostra, definição dos critérios de inclusão e exclusão, aspectos éticos, instrumentação e coleta de dados e os métodos estatísticos para o tratamento dos dados.

Estas estratégias metodológicas nos permitiram mensurar a prevalência de sobrepeso/obesidade no grupo focal, investigar a associação de variáveis, levantar eventuais indícios de causa-efeito e apresentar proposições de alteração comportamental e de fortalecimento de políticas públicas para a promoção da saúde, em particular destinada ao combate ao sobrepeso e obesidade em jovens.

Neste trabalho pormenorizamos todo o caminho metodológico percorrido para realização da pesquisa, com origem na fase de projeto, e seus posteriores ajustes e desfechos demandados na vivência prática através do campo de pesquisa, considerando suas variáveis e especificidades.

1. MATERIAL E MÉTODOS

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Foi realizada uma pesquisa epidemiológica, com delineamento transversal, envolvendo adolescentes estudantes do ensino médio público estadual nos oito territórios geográficos do estado de Sergipe, com idades de 14 a 18 anos.

1.2 CAMPO DE PESQUISA

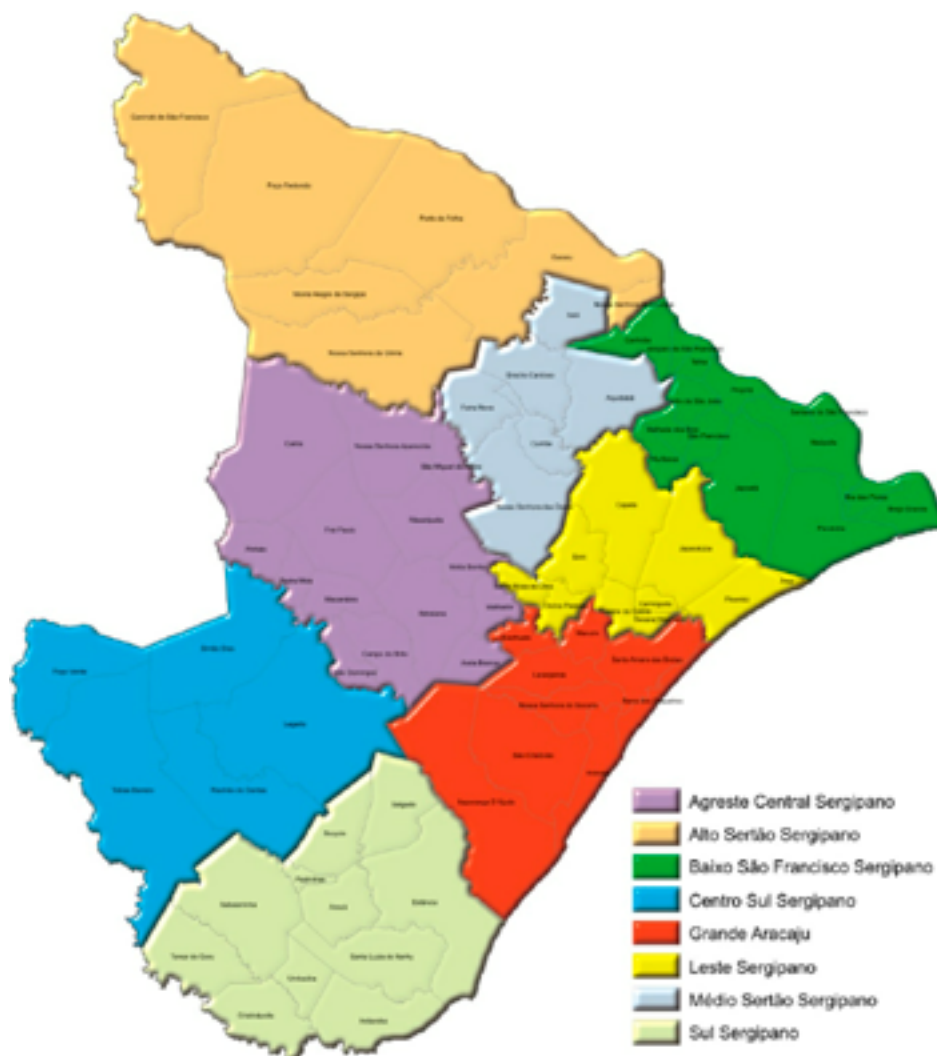
De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o estado de Sergipe, localizado na região nordeste do Brasil, apresenta uma área de unidade territorial de 21.910,348 km², com população total de 2.068.031 pessoas, sendo 233.119 adolescentes (13-19 anos) (IBGE, 2010). O estado é composto por 75 municípios, sendo dividido geograficamente, pela Secretaria de Estado do Planejamento, em oito territórios (figura 1).

Cada município, dentro de um mesmo território sergipano, apresenta características semelhantes quanto a 15 variáveis e 79 indicadores, distribuídos nas seguintes dimensões: econômico-produtiva, social, político institucional, sociocultural e ambiental. A política de construção dos territórios sergipanos foi desenvolvida pela Secretaria Estadual de Planejamento, no período de 06 de fevereiro de 2007 a 27 de agosto de 2009, com ampla participação popular e de professores de instituições de ensino superior.

Além disso, ações governamentais direcionam os estudantes do ensino médio da área rural para estudar na sede da cidade (zona urbana), nos distritos (povoados) que não apresentam colégios com esse nível de ensino. Da mesma forma, a semelhança na proposta pedagógica e na organização, quanto ao nível de ensino, dentro de cada território são visíveis, reduzindo possibilidades de viés de seleção em virtude da proximidade de algumas características da amostra (PEREIRA, 2003).

Por esses motivos, acredita-se que a seleção aleatória dos municípios, bem como das unidades de ensino, nos conglomerados (territórios), representem claramente o subgrupo de escolares sergipanos. Nesse contexto, para a seleção da amostra, a proporcionalidade por território, porte da unidade de ensino, série e turno justificam o método utilizado, garantindo que os sujeitos da amostra contemplem todas as características elencadas.

Figura 1–Territórios Geográficos do estado de Sergipe.



Fonte: SEPLAN/SE (2009).

1.3. PLANEJAMENTO AMOSTRAL

1.3.1. População e Amostra

A população do presente estudo foi composta por estudantes de 14 a 19 anos de idade matriculados na rede estadual de ensino, nos turnos diurno e noturno, no ano de 2011. De acordo com os dados disponíveis na Secretaria de Estado da Educação (2010), foram matriculados, no ensino médio, em 2010, 58.301 alunos em toda a rede estadual de ensino, distribuídos em 154 unidades de ensino (Quadro 1). Contudo, considerando que as escolas de ensino médio, em sua maioria, estão localizadas nas sedes dos municípios e os gestores municipais disponibilizam transporte para que os alunos da área rural se desloquem para a área urbana (sede do município), tornou-se mais viável a coleta das informações dos jovens de ambas as áreas.

Para compor a amostra da pesquisa, foram sorteadas, inicialmente, as unidades de ensino distribuídas nos municípios de cada território. Em seguida, sortearam-se as turmas (considerando 25 alunos por turma), por série e turno, que seriam utilizadas para a coleta das informações.

Para o cálculo do planejamento amostral da pesquisa foi utilizado o processo de amostragem complexa disponível no software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 15.0.

Quadro 1 – Distribuição das unidades de ensino no estado de Sergipe, de acordo com o território e o porte da escola, em 2010.

Território	Quantidade de Municípios	Porte da unidade de ensino		
		< 200 alunos	200-499 alunos	500 ou + alunos
Agreste Central	12	4	13	2
Alto Sertão	7	10	5	2
Baixo São Francisco	13	12	7	0
Centro Sul	5	2	1	8
Grande Aracaju	9	15	25	13
Leste	9	4	5	1
Médio Sertão	6	5	2	1
Sul	11	0	15	2
Outros*	03	-	-	-

* Municípios que não têm unidades de ensino médio.

Fonte: Secretaria Estadual da Educação (2010).

Em virtude dos vários desfechos a serem investigados (condutas de risco à saúde, condições de vida e sobrepeso/obesidade), na estimativa do tamanho amostral na análise da prevalência para cada território, foi considerado o tamanho da população do território, a prevalência estimada em 50% como a maior esperada, o intervalo de confiança em 95%, o erro tolerável da amostragem em cinco pontos percentuais e, por se tratar de um processo amostral por conglomerado, multiplicou-se o tamanho amostral por 1,5 em função da correção do efeito do desenho ($deff = 1,5$), estimando a necessidade de estudantes, para cada território (StatCalc; Epiinfo) (LUIZ; MAGNANINI, 2002). Foram acrescentados 20% de escolares para compensar a perda amostral decorrente de vários motivos, como: recusa dos participantes, idade maior ou menor do que a estabelecida nesse estudo, não responder a questões importantes como gênero e idade, entre outros. Desse modo, para compor a amostra em cada território foram necessárias as quantidades mínimas de escolares apresentados no quadro 2.

Para a análise de associação foi considerado, além das informações descritas anteriormente, poder estatístico de 80% e Odds Ratio (OR) de 1,2; sendo necessária uma amostra mínima de 3.876 adolescentes para todo o Estado (quadro 2).

1.3.2. Seleção da Amostra

Para a seleção da amostra, recorreu-se ao processo de amostragem por conglomerado, utilizando dois estágios:

1. considerando a amostra mínima necessária para o estudo, realizou-se o processo de amostragem estratificada proporcional ao território (conglomerado) e porte da escola (1 = até 199 alunos; 2 = entre 200 e 499 alunos; 3 = acima de 500 alunos).

Desse modo, para que todos os territórios fossem contemplados representativamente com os três portes dos colégios, estabeleceu-se como critério o sorteio de 25% das unidades de ensino do estado (155 unidades de ensino), totalizando 39 colégios distribuídos em 27 municípios (quadro 1);

2. selecionaram-se as turmas, de acordo com a série e o turno de estudo (diurno e noturno), mediante a utilização do processo aleatório simples, considerando 25 alunos por turma (quadro 2).

Quadro 2 – População e distribuição da amostra do estudo, de acordo com territórios, municípios e unidades de ensino do estado de Sergipe, em 2010.

Território	N	n para P	n para Ass.	% N	P + Ass.	Território		Turmas/n	
						Municípios	Unidades de Ensino	D	Not
Sul Sergipano	8312	551	554	14,3	554	Estância Estância Umbaúba Salgado	CE Prof. Gilson Amado	3	3
							CE Gumerindo Bessa	4	4
							CE Benedito B. do Nascimento	3	3
							CE Dep. Joaldo Vieira Barbosa	3	3
Centro Sul Sergipano	7329	548	488	12,6	548	Lagarto Simão Dias Simão Dias Riachão do Dantas	CE Sílvio Romero	4	3
							CE Dr. Milton DORTAS	5	3
							CE Senador Lourival Baptista	3	-
							CE José Lopes de Almeida	3	3
Agreste Central Sergipano	6308	543	419	10,8	543	Itabaiana Itabaiana São Miguel N. Sra. Aparecida	CE Dr. Augusto César Leite	3	3
							CE Murilo Braga	5	2
							EE Miguel das Graças	1	3
							EE João Salônio	3	3
Leste Sergipano	3062	512	205	5,3	512	Japaratuba Capela Divina Pastora Siriri	CE José de Matos Teles	3	3
							CE Edélzio Vieira de Melo	3	3
							CE Dr. João de Melo Prado	3	3
							CE Cel José J. Barbosa	3	2
Médio Sertão Sergipano	2153	489	143	3,7	489	N. Sra. das Dores Aquidabã	CE Prof. Fernando Azevedo	3	3
							EE Nações Unidas	3	3
Baixo São Francisco Sergipano	3766	523	252	6,5	523	Neópolis Japoatã Propriá	CE Gov. Manoel de Miranda	-	2
							CE Josino Menezes	3	3
							CE Cel João Fernandes de Brito	3	3

Grande Aracaju	23284	567	1547	39,9	1547	Maruim N. Sra. do Socorro Santo Amaro das Brotas São Cristóvão São Cristóvão Aracaju Aracaju Aracaju Aracaju Aracaju Aracaju Aracaju Aracaju	CE Dr. Alcides Pereira CAIC Jornalista Joel Silveira CE Prof. Rogaciano M Leão Brasil CE Prof. Hamilton Alves Rocha CE Profª Glorita Portugal CE Sen. José Alves do Nascimento CE Gov. Albano Franco CE Leandro Maciel CE Min. Marco Maciel CE Tobias Barreto CE Atheneu Sergipense EE Paulínio Nascimento	2 2 3 3 3 2 3 3 4 3 5 2	3 - 3 3 3 - - 3 3 - 3
Alto Sertão Sergipano	4087	527	271	7,0	527	Porto da Folha Porto da Folha Monte Alegre Gararu Canindé de São Francisco Canindé de São Francisco	CE Profª. Clemência Alves da Silva CE Gov. Lourival Baptista CE 28 de Janeiro CE Nelson R. de Albuquerque EE Dom Juvêncio de Brito CE Delmiro de M. Brito	- 3 3 3 2 3 3	3 3 3 3 3 3
Total	58301	4260	3876	100,0	5.243	27	39	113	100

CE = Colégio Estadual; D = Diurno; Not = Noturno; P = Prevalência;
Ass. = Associação; n = amostra; N = população.

Fonte: quadro elaborado com base na amostra encontrada a partir dos dados obtidos na Secretaria de Estado da Educação (2010).

1.1.3. Critérios de Inclusão e Aspectos Éticos

A participação dos escolares na pesquisa deu-se de forma voluntária, adotando-se os seguintes critérios de inclusão: estar regularmente matriculado nas turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio das escolas selecionadas; estar presente no momento da aplicação do instrumento; preencher adequadamente o questionário distribuído, reduzindo, ao máximo, as não respostas; ter idade de 14 a 18 anos e ter a autorização dos pais para participar da pesquisa. Os diretores das escolas também assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação das instituições na pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe

(CEP/UFS), sob o número do protocolo N° CAAE – 2006.0.000.107-10.

1.3.4 Instrumentação e Coleta de Dados

A coleta dos dados foi realizada por professores de Educação Física, devidamente treinados quanto ao domínio das questões do instrumento, forma de aplicação, supervisão, análise dos questionários e aferição das medidas. Foram visitados os oito territórios sergipanos, aplicou-se o questionário e aferiram-se as medidas antropométricas (massa corporal, estatura e circunferência da cintura) conforme método discutido e padronizado no Grupo de Pesquisa em Educação Física e Saúde – GPEFiS –, vinculado ao Instituto Federal de Educação de Sergipe. A média de tempo da aplicação do questionário foi de 45 minutos.

A proposta desse estudo foi, além de realizar a análise por variáveis de condições socioeconômicas e condutas de risco à saúde isoladamente, verificar a existência de associação com sobrepeso/obesidade. Sendo assim, as variáveis consideradas para o estudo foram: a) variáveis demográficas (faixa etária, cor da pele, religião, situação de domicílio); b) condição socioeconômica (escolaridade do pai, escolaridade da mãe, série do adolescente, turno de estudo, reprovação, distorção idade-série, renda familiar, principal fonte de renda); e c) condutas de risco à saúde (índice de massa corporal segundo Cole et al. (2000), atividade física habitual, exposição ao comportamento sedentário, consumo de frutas, consumo de verduras, consumo de refrigerantes e consumo de álcool).

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário construído com base em outros já validados dos questionários Comportamento de Risco à Saúde de Adolescentes Catarinenses (COMPAC), Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar e da versão do Global Student Health Survey - GSHS (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 1998; FUNDAÇÃO SEADE, 2006; NAHAS et al., 2005; LUIZ et al., 2009; PENSE, 2009; GLOBAL STUDENT HEALTH SURVEY – WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2009), composto por duas seções.

A primeira referente às condições de vida (informações demográficas e educacionais, informações sobre trabalho e renda, informações sobre ambiente e habitação, informações sobre oferta e serviços de saúde); e a segunda sobre condutas de saúde (consumo de álcool e uso de outras drogas, hábitos alimentares, higiene, sentimentos e relacionamentos, atividade física habitual, comportamentos na escola, comportamento sexual, tabagismo e violência). Além disso, com os dados da estatura (m) e massa corporal (kg), foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) dos estudantes.

As variáveis consideradas para o estudo foram apresentadas isoladamente e na forma combinada, conforme matriz analítica apresentada no quadro 3.

Quadro 3 – Matriz analítica dos domínios, indicadores e categorias selecionados de Condições de Vida (CV) de estudantes do ensino médio do estado de Sergipe, em 2010.

Indicadores	Variável	Categorias dos indicadores
Variáveis Demográficas	Gênero	masculino = 1 feminino = 0
	Faixa etária	14-15 anos = 0 16-17 anos = 1 18-19 anos = 2
	Cor da pele	branco = 1 preto = 2 pardo = 3 outros = 4
	Religião	não tem = 1 católico = 2 evangélico = 3 espirita = 4 outro = 5
	Situação de domicílio	urbana = 0 rural = 1
Condição Socioeconômica	Escolaridade do Pai	não estudou = 0 não concluiu o ensino fundamental = 1 concluiu o ensino fundamental = 2 concluiu o ensino médio = 3 concluiu o ensino superior = 4 não sabia = 5
	Escolaridade da mãe	não estudou = 0 não concluiu o ensino fundamental = 1 concluiu o ensino fundamental = 2 concluiu o ensino médio = 3 concluiu o ensino superior = 4 não sabia = 5
	Série do adolescente	1º ano = 1 2º ano = 2 3º ano = 3

	Turno de estudo	diurno = 0 noturno = 1
	Reprovação	Sim = 1 Não = 2
	Distorção idade-série	aluno regular = 0 1-2 anos de atraso = 1 3-4 anos de atraso = 2 Adiantado = 3
	Renda Média Familiar	Até R\$ 500,00 = 1 R\$ 500,00 - R\$1.000,00 = 2 R\$ 1.000,00 ou + = 3 não sabia = 4
	Principal Fonte de Renda	trabalho pai/mãe = 1 bolsa Família = 2 aposentadoria = 3 pensão = 4 outro = 5
Condutas de Saúde	Atividade Física Habitual	atende às recomendações = 0 não atende às recomendações = 1
	Exposição ao Comportamento Sedentário	não exposto (≤ 2 h/dia) = 0 exposto (> 2 h/dia) = 1
	Consumo de frutas	1 ou mais vezes por dia = 0 menos de uma vez por dia = 1
	Consumo de verduras	1 ou mais vezes por dia = 0 menos de uma vez por dia = 1
	Consumo de refrigerante	1 ou mais vezes por = 0 menos de uma vez por = 1
	Consumo de Álcool	nunca consumiu = 0 já consumiu = 1

Para classificar o sobrepeso e a obesidade, foram utilizados os pontos de corte de IMC, para gênero e idade, propostos pela International Obesity Task Force (IOTF), conforme tabela 1 (COLE et al., 2000).

Tabela 1 – Valores limites do índice de massa corporal por idade para o diagnóstico de sobrepeso e obesidade em adolescentes.

Idade (anos)	Sobrepeso (kg/m ²) ≥		Obesidade (kg/m²) ≥	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
11	20,55	20,74	25,10	25,42
11,5	20,89	21,20	25,58	26,05
12	21,22	21,68	26,02	26,67
12,5	21,56	22,14	26,43	27,24
13	21,91	22,58	26,84	27,76
13,5	22,27	22,98	27,25	28,20
14	22,62	23,34	27,63	28,57
14,5	22,96	23,66	27,98	28,87
15	23,29	23,94	28,30	29,11
15,5	23,60	24,17	28,60	29,29
16	23,90	24,37	28,88	29,43
16,5	24,19	24,54	29,14	29,56
17	24,46	24,70	29,41	29,69
17,5	24,73	24,85	29,70	29,84
18	25	25	30	30

Fonte: Cole et al., (2000).

1.3.5. Tratamento dos Dados

A tabulação dos dados foi realizada através de leitura óptica por meio do scanner Fujitsu FI6230 e utilizando o software HS-ICR-Teleform. Este equipamento possui uma capacidade de leitura de aproximadamente 40 páginas por minuto. Gastou-se cerca de oito horas para a completa tabulação dos dados. Depois dessa etapa, muito embora o equipamento tenha precisão, os questionários que mostraram problemas foram conferidos e os erros corrigidos.

As variáveis foram inicialmente analisadas por meio de procedimentos descritivos (distribuição de frequências, medidas de tendência central e medidas de dispersão) e inferenciais. A prevalência de SO foi comparada quanto às características demográficas, condições socioeconômicas e condutas de risco à saúde, por meio do teste qui-quadrado, qui-quadrado para tendência e, quando pertinente, o teste exato de Fisher.

Considerando o desfecho do estudo para a variável dependente, utilizou-se a análise de regressão logística binária para verificar possíveis associações com as variáveis independentes, sendo a medida de efeito a odds ratio (OR). Na análise bruta calculou-se a OR e o intervalo de confiança de 95% (IC 95%) para cada variável de exposição, em relação a uma categoria de referência. Na sequência o modelo foi ajustado para todas as variáveis com $p < 0,20$ na análise bruta. O nível de significância adotado foi de 5%.

Após desenvolvida a pesquisa foi possível identificar uma considerável prevalência de so-

brepeso/obesidade nos adolescentes matriculados no ensino médio no estado de Sergipe. Nas variáveis demográficas, o sobrepeso (SO) se mostrou associado à situação de domicílio dos adolescentes; na socioeconômica, foi a renda familiar que se apresentou; e houve associação do SO com condutas de risco a saúde, em específico ao consumo elevado de refrigerantes e ao não atendimento das recomendações internacionais para prática de atividade física, particularmente pelos adolescentes do gênero feminino. Isso implica a necessidade de ampliação de políticas públicas para modificar a exposição ao comportamento sedentário e aumentar os níveis de atividade física nos adolescentes matriculados no ensino médio público do estado de Sergipe.

Adicionalmente, este estudo apresentou as limitações inerentes aos estudos transversais, no estabelecimento de uma relação causal entre o desfecho e as variáveis investigadas, gerando a possibilidade de causalidade reversa e ao uso do questionário, o qual pode possibilitar erros nas respostas dadas pelos sujeitos investigados. Outros estudos com metodologia semelhante são necessários para determinar se os resultados encontrados se confirmam em outras populações de crianças e adolescentes.

As referências bibliográficas que deram suporte para realização de todo os procedimentos de pesquisa, do projeto à sua execução, encontram-se abaixo descritas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBES, P. T. et al. Sedentarismo e variáveis clínico-metabólicas associadas à obesidade em adolescentes. **Revista de nutrição**, v. 24, n. 4, p. 529-538, 2011.
- ANDERSON, P. M.; BUTCHER, K. F. Reading, writing and refreshments: are school finances contributing to children's obesity? **Journal of Human Resources**, Madison, v. 41, n. 3, p. 467-494, 2006.
- ARRUDA, E. L. M.; LOPES, A. S. Gordura Corporal, Nível de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes da região serrana de Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 9, n. 1, p. 05-11, 2007.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. 1998.
- AZEVEDO, M. R.; ARAÚJO, C. L.; SILVA, M. C.; HALLAL, P.C. Tracking of physical activity from adolescence to adult hood: a population-based study. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n.1, p. 69-75, 2007.
- BARBOSA, V. L. P. **Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência**. 2. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2009, 182 p.
- BARRETO, M. L.; CARMO, E. H. **Mudanças em padrões de morbimortalidade: conceitos métodos**. In: MONTEIRO, C.A. (Org). **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Nupens/USP, 2006.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 181-91.
- BIBBINS-DOMINGO, K. et al. Adolescent Overweight and Future Adult Coronary Heart Disease. **N Engl J Med**, v. 357, n. 23, p. 2371-9, 2007.
- BIGGS, B.; KING, L.; BASU, S.; STUCKLER, D. Are we althier always healthier? The impacto national income level, inequality, and poverty on public health in Latin America. **Social Science & Medicine**, v. 71, p. 266-273, 2010.
- CARMO, M. B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba, São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 9, n. 1, p. 121-130, 2006.

CAVALCANTI, C. B. et al. Abdominal obesity in adolescents: prevalence and association with physical activity and eating habits. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v. 94, n. 3, p. 371-377, 2010.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION – CDC. **Youth Risk Behavior Surveillance – United States, 2005**. Surveillance Summaries, 2006.

COLE, T. et. al. Establishing a standard definition for child overweight and obesity worldwide: international survey. **British Medical Journal**, v. 320, n. 6, p. 1-6, 2000.

DIETZ, W. H.; GORTMAKER, S. L. Do we fatten our children at the television set? Obesity and television viewing in children and adolescents. **Pediatrics**, v. 75, n. 5, p. 807-812, 1985.

DONOHUE, M. **Weighty matters: public health aspects of the obesity epidemic. Part I – Causes and health and economic consequences of obesity**. Medscape Ob Gynand Women's Health, 2007.

DUTRA, C. L.; ARAÚJO, C. L.; BERTOLDI, A. D. Prevalência de sobrepeso em adolescentes: um estudo de base populacional em uma cidade no sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 1, p. 151-162, 2006.

FARIA, F.; BONITO, J. **Contributo para a definição de um projecto de intervenção contra o excesso de peso e a obesidade infantil no Externato João Alberto Faria**. In J. Bonito (Coord.), **Educação para a saúde no século XXI: teorias, modelos e práticas**. Évora: Universidade de Évora, p. 135-149, 2009.

FARIAS JÚNIOR, J. C. de; SILVA, K. S. da. Sobrepeso/Obesidade em Adolescentes Escolares da Cidade de João Pessoa - PB: Prevalência e Associação com Fatores Demográficos e Socioeconômicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 2, p. 104-108, 2008.

FEIJÓ, R. B. & OLIVEIRA, É. A. Comportamento de risco na adolescência. **Jornal de Pediatria**, Sociedade Brasileira de Pediatria, v. 77, n. 2, p. 125-133, 2001.

FERNANDES, R. A et al. The use of bioelectrical impedance to detect excess visceral and subcutaneous fat. **J Pediatr**, v. 83, n. 6, p. 529-534, 2007.

FERNANDES, R. A. et al. Family factors associated with abdominal obesity in adolescents. **Revista Brasileira de Saúde Maternidade Infantil**, v. 9, n. 4, p. 451-7, 2009.

FERNANDES, P. S. et al. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do ensino fundamental. **Jornal de Pediatria**, v. 85, n. 4, p. 315-321, 2009.

FRANÇA, M. A. R.; **Comportamentos associados à ocorrência de baixo peso e sobrepeso em estudantes do sul de Sergipe**. Dissertação de Mestrado, SSPA/UNIT, Aracaju, SE, Brasil, 2008, 136 p.

FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 2006.

GORTMAKER, S. L. et al. Changing the future of obesity: science, policy, and action. **Lancet**, v. 378, p. 838–47, 2011.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003, 327 p.

GUEDES, D. P. et al. Fatores de risco cardiovasculares em adolescentes: indicadores biológicos e comportamentais. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v. 86, n. 6, p. 439-450, 2006.

HOFFMANN, M. et. al. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica e inter-relações com sobrepeso, obesidade, consumo alimentar e atividade física, em estudantes de escolas municipais de Caxias do Sul. **Pediatrics**, v. 32, n. 3, p. 163-72, 2010.

HALLAL, P. C. et al. Prática de atividade física em adolescentes brasileiros. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 3035-3042, 2010.

HOWE, L. D. et al. Are there socioeconomic inequalities in cardiovascular risk factors in childhood, and are they mediated by adiposity? Findings from a prospective cohort study. **International Journal Of Obesity**, v. 34, n. 7, p. 1149-1159, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003 – Antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa sobre dados demográficos**

do Estado de Sergipe. Sergipe, 2010.

INTERNATIONAL OBESITY TASK FORCE (IOTF). **Controlling the global obesity epidemic**. International Obesity Task Force, Brussels, 2002.

INTERNATIONAL OBESITY TASK FORCE (IOTF). **Platform on Diet, Physical Activity and Health: EU Platform Briefing Paper**. International Obesity Task Force, Brussels, 2005.

JANSSEN I. et al. Prevalence and secular changes in abdominal obesity in Canadian adolescents and adults, 1981 to 2007-2009. **Obes Rev**, v. 12, n. 6, p. 397-405, 2011.

KRINSKI, K et al. Estado nutricional e associação do excesso de peso com gênero e idade de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 13, n. 1, p. 29-35, 2011.

LAMOUNIER, J. A.; ABRANTES, M. M. Prevalência de obesidade e sobrepeso na adolescência no Brasil. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 275-284, 2003.

LEE, H. et al. Trends in Body Mass Index in Adolescence and Young Adulthood in the United States: 1959–2002. **J Adolesc Health**, v. 49, n. 6, p. 601–608, 2011.

LI, M. et al. Dietary habits and overweight/obesity in adolescents in Xi'an City, China. **J Clin Nutr**, v. 19, n. 1, p. 76-82, 2010.

LIMA, S. C. V. C.; ARRAIS, R. F.; PEDROSA, L. F. C. Avaliação da Dieta Habitual de Crianças e Adolescentes com Sobrepeso e Obesidade. **Revista de Nutrição**, v. 17, n. 4, p. 151-157, 2004.

LUIZ, O. C. et al. Differences in living conditions and health between cities: construction of a composite indicator. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 115-22, 2009.

LUIZ, R. B.; MAGNANINI, M. **O tamanho de amostra em investigações epidemiológicas**. In: MEDRONHO, R. A. et al. (Eds.). *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu, p. 295-307, 2002.

MARTÍNEZ-GÓMEZ, D. et al. Sedentary Behavior, Adiposity, and Cardiovascular Risk Factors in Adolescents. The AFINOS Study. **Rev Esp Cardiol**, v. 63, n.3, p. 277-85, 2010.

MATTHEWS, V. L.; WIEN, M.; SABATÉ, J. The risk of child and adolescent overweight is related to types of food consumed. **Nutr J**, v. 71, n. 10, p. 1-7, 2011.

MCARDLE, W. D. et al. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

MCARDLE, W. D. et al. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MELO, E. N. et al. Associação entre religiosidade, atividade física e comportamento sedentário em adolescentes. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 17, n. 5, p. 359-369, 2012.

MELOTTI, R. et al. **Adolescent, alcohol, and tobacco use and early socioeconomic position: the ALSPAC birth cohort**. *Pediátricas*, v. 127, n.4, p. 948-955, 2011.

MILLER, J. L.; SILVERSTEIN, J. H. Management approaches for pediatric obesity. **Nature clinical practice endocrinology&metabolism**, v. 3, n. 12, p. 810-818, 2007.

MINATTO, G. et al. Composição corporal inadequada em adolescentes: associação com fatores sócio-demográficos. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 29, n. 4, p. 553-59, 2011.

MORAES, A. C. et al. Prevalence of abdominal obesity in adolescents: a systematic review. **Obes Rev**, v. 12, n. 2, p. 69-77, 2011.

MUST, A.; DALLAL, G.E.; DIETZ, W.H. Reference data for obesity: 85th and 95 percentiles of body mass index (wt ht²) and triceps skin fold thickness. **American Journal Clin Nutrition**, v. 53, n. 4, p. 839-846, 1991.

NAHAS, M. V. et al. **Estilo de vida e indicadores de saúde dos jovens catarinenses**. Florianópolis: NuPAF/UFSC, 2005.

NEUTZLING, M. B. et al. Overweight and obesity in Brazilian adolescents. **Int J Obes Relat Metab isord.**, v. 24, n. 7, p. 869-74, 2000.

NUNES, M. A. et al. **Transtornos alimentares e obesidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, A. C. S. de. et al. O impacto do consumo de refrigerantes na saúde de escolares do colégio Gissoni. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v. 12, n. 12, p. 68-79, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/d_cronic.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2012.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Programación para la salud y el desarrollo de los adolescentes**. Ginebra, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **The global strategy on diet, physical activity and health**, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Preventing non communicable diseases in the workplace through diet and physical activity**. WHO/World Economic Forum report of a joint event. Geneva: OMS; 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World health statistics 2012**. 45p. [acesso em 10 de janeiro de 2014]. Disponível em http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics.

PARK, J. et al. Prevalence of metabolic syndrome and obesity in adolescents aged 12 to 19 years: comparison between the United States and Korea. **J Korean Med Science**, v. 25, n. 1, p. 75-82, 2010.

PATE, R. R. et al. Sedentary behaviour in youth. **Br J Sports Med**, v. 45, n. 11, p. 906-913, 2011.

PELEGRINI, A. et al. Estado nutricional e fatores associados em escolares domiciliados na área rural e urbana. **Revista de Nutrição**, v. 23, n.5, p. 839-46, 2010.

PENSE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Coordenação de Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003.

PONTES, L. M. de; AMORIM, R. de J. M.; LIRA, P. I. C. de L. Prevalence and associated factors of overweight in adolescents from public schools in João Pessoa, Paraíba. **Revista da AMRIGS**, v. 57, n. 2, p. 105-111, 2013.

Rakic R, Bozic-Krstic V, Pavlica T. Relationship between overweight, obesity and socioeconomic factors of adolescents in Vojvodina, Serbia. **Homo**, v. 62, n. 4, p. 307-13, 2011.

RIBEIRO, A. J. P. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares com idade de 7 a 17 anos, residentes nos municípios pertencentes à secretaria de desenvolvimento regional de São Miguel do Oeste-SC. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 11, n. 1, p. 57-73, 2013.

RIBEIRO, I. da C. et al. Fatores de risco para sobrepeso entre adolescentes: análise de três cidades brasileiras. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 4, p. 503-515, 2009.

ROSA, J. F. et al. Comportamentos de risco e nível de atividade física em crianças e adolescentes de escolas da rede estadual de ensino da cidade de Aracaju (SE). **Cadernos de Graduação**, v. 5, n. 5, p. 63-76, 2007.

RÖSSNER, S. Obesity: the disease of the twenty-first century. **International Journal of Obesity**, v. 26, n. 4, p. S2-S4, 2002.

RUIZ, J. R. et al. Physical activity, fitness, weight status, and cognitive performance in adolescents. **J Pediatr**, v. 157, n. 6, p. 917-922, 2010.

SCHMIDT, M. I. et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. **Lancet**, p. 61-74, 2011. Publicado online em 9 de maio.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de matrículas na rede pública estadual de ensino**. Sergipe, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Divisão territorial do estado de Sergipe**. Sergipe, 2009.

SICHERI, R.; SOUZA, R. A. de. Estratégias para prevenção de obesidade em crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 209-223, 2008.

SILVA, C. P. G.; BITTAR, C. M. L. Fatores ambientais e psicológicos que influenciam a obesidade infantil. 160

Revista Saúde e Pesquisa, v. 5, n. 1, p. 197-207, 2012.

SILVA, D. A. S. et al. Physical activity level and sedentary behavior among students. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 11, n. 3, p. 299-306, 2009.

SILVA, D. A. S. et al. Epidemiology of abdominal obesity among adolescents from a Brazilian state capital. **Journal Korean Medicine Science**, v. 26, n. 1, p. 78-84, 2011.

SILVA, D. A. S. et al. Obesidade abdominal e fatores associados em adolescentes: comparação de duas regiões brasileiras diferentes economicamente. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo**, v. 56, n. 5, p. 291-299, 2012.

SILVA, K. S.; LOPES, A. L.; SILVA, F. M. Comportamentos sedentários associados ao excesso de peso corporal. **Revista brasileira de educação física e esportes**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.135-41, 2007.

SMITH-MENEZES, A. **Condições de vida e condutas de saúde em adolescentes residentes em áreas rurais e urbanas no estado de Sergipe**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física – UFSC, Florianópolis, SC, 2012. 123 p.

SOARES, L. D.; PETROSKI, E. L. Prevalência, fatores etiológicos e tratamento da obesidade infantil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 63-74, 2003.

SPRUIJT-METZ, D. Etiology, treatment and prevention of obesity in childhood and adolescence: a decade in review. **J Res Adolesc.** v. 1, n. 21, p. 129-52, 2011.

STRONG, W. B. et al. Evidence based physical activity for school-age youth. **J Pediatr**, v. 146, n. 6, p. 732-737, 2005.

STYNE, D. M. Childhood and adolescent obesity. Prevalence and significance. **Pediatric Clinical North America**, v. 48, n. 4, p. 823-854, 2001.

TERRES, N. G. et al. Prevalência de fatores associados ao sobrepeso e obesidade em adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 627-633, 2006.

TOSELLI, S. et al. Food habits and nutritional status of adolescents in Emilia-Romagna, Italy. **Nutr Hosp**, v. 25, n. 4, p. 613-621, 2010.

TOUNIAN, P. **Obesidade infantil**. São Paulo, SP: Organização Andrei, 2008.

TRANG, N. H. H. D.; HONG, T. K.; DIBLEY, M. J. Cohort profile: Ho Chi Minh City Youth Cohort-changes in diet, physical activity, sedentary behaviour and relationship with overweight/obesity in adolescents. **BMJ**, v. 2, n. 1, p. 1136-1146, 2012.

TRANSANDE, L. et al. Environment and obesity in the national children's study. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 195-210, 2010.

TREMBLAY, M. S. et al. Canadian sedentary behaviour guidelines for children and youth. **Appl Physiol Nutr Metab**, v. 36, n. 1, p. 59-64, 2011.

VANZELLI, A. S. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública do município de Jundiaí, São Paulo. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, n. 1, p. 48-53, 2008.

WANG, Y.; MONTEIRO, C.; POPKIN, B. M. Trends of obesity and underweight in older children and adolescents in the United States, Brazil, China, and Russia. **Am J Clin Nutr**, v. 75, n. 6, p. 971-977, 2002.

WANG, Y.; LOBSTEIN, T. Worldwide trends in childhood overweight and obesity. **International Journal of Pediatric and Obesity**, v. 1, n. 1, p. 11-25, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Technical Report Series, Geneva; 1995.

_____. **Obesity: Preventing and managing the global epidemic**. Report of a WHO Consultation on Obesity. Geneva, 1998.

_____. **What about boys? A literature review on the health and development of adolescent boys**. In: WHO. **Sexuality, reproductive health and fatherhood**. Gêneve, 2000.

_____. **Body Mass Index Classification**. Geneva, 2006.

_____. **CHRONIC diseases and health promotion: global school-based student health survey (GSHS) purpose and methodology.** Geneva, 2009.

_____. **Obesity and overweight.** Geneva, 2010.

ZAMAI, C. A.; MORAIS, J. C. Análise da incidência de sobrepeso e obesidade entre escolares de 7 a 10 anos de uma escola pública do distrito de Sousas - SP. **EFDeportes.com, Revista Digital**, n. 121, junho, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

POR QUE A COR FALA MAIS ALTO? REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL E DESIGUALDADES.

Beatriz Casa Nova Ferreira Santana

Cairo Melo dos Santos

Evelly Beatriz dos Santos

Leonardo Teles de Matos Santos

Solange Santos do Nascimento.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um fragmento da pesquisa realizada no ano 2018, como atividade obrigatória para na componente curricular Sociologia, desenvolvida junto aos estudantes do curso Técnico em Química integrado ao Ensino Médio, sob a orientação da Prof.^a Dra. Adeline Araújo Carneiro Farias.

A proposta da pesquisa partiu de inquietações dos estudantes, que delimitaram um problema social a ser investigado, definindo uma metodologia da área das ciências humanas, tem por objetivos tornar o processo de aprendizagem da Sociologia mais significativo, posto que a análise dos dados coletados na pesquisa, foram analisados a partir de autores da referida ciência.

O problema de pesquisa delimitado teve a seguinte questão norteadora: Quais as problemáticas que atingem a juventude negra no país? A pesquisa foi intitulada “Por que a cor fala mais alto? Os dados de uma juventude que está sendo dizimada.” Estabelecemos como objetivo geral para esta pesquisa Identificar as problemáticas que atingem a juventude negra no país, e como objetivos específicos divulgar informações sobre as problemáticas que atingem a juventude negra no país, e também, verificar com a população se ela vivência e a sua opinião acerca dos dados estatísticos em relação à problemática.

Desse modo, apresentamos a seguir, aspectos relevantes da execução da pesquisa, bem como, dispomos de alguns resultados e discussões da investigação.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O homicídio é a principal causa de mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, fenômeno que mostra crescimento pelo menos desde a década de 1980 e que atinge taxas endêmicas nos últimos cinco anos, conforme será demonstrado neste projeto de pesquisa. Essas vidas ceifadas prematuramente deixam um legado de dor e sofrimento para as famílias e representam um grave problema social e econômico para o desenvolvimento do país.

A violência reduz a expectativa de vida da população, inibe investimentos e representa um enorme obstáculo ao desenvolvimento do Estado Brasileiro, exigindo do Poder Público políticas pautadas na prevenção e na redução dos homicídios. Segundo o Estudo de Cerqueira e Moura (2013) demonstrou que a violência letal entre jovens custou ao Brasil cerca de R\$ 80

bilhões em 2010, o correspondente a 1,5% do PIB nacional.

A concentração das mortes por homicídios entre pessoas pretas e pardas também pode ser observada nos dados desagregados por sexo. Conforme o Atlas da Violência (2017) a faixa etária de jovens a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras do que entre as mulheres brancas, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. O risco relativo de uma jovem negra ser vítima de homicídio é 2,19 vezes maior do que uma jovem branca.

A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Atlas da Violência 2017 (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino.

Entre as jovens e os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, a chance de um jovem negro ser assassinado é quase três vezes (2,70) superior a um jovem branco na mesma faixa de idade. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, o que representa 78% do universo das mortes no período, e, ao descontar as vítimas cuja informação de raça/cor não estava disponível, identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras.

Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídios, se tornando uma geração enfatizada apenas como notícia ou dados estatísticos favorecendo a manutenção de estigmas.

Neste aspecto, cabe esclarecer que nos reportamos ao conceito de estigma abordado por Goffman, no entendimento de que as pessoas que sofrem discriminação e preconceito, em decorrência de se encontrarem marcadas em virtude de peculiaridades físicas ou comportamentais, são tidas como diferentes, num sentido pejorativo, e inferiores, em relação aos tidos como “normais”, significando que o processo de construção da identidade social destas pessoas estigmatizadas passa por lutas cotidianas, impactando numa identidade “deteriorada”. (GOFFMAN, 1988).

A desigualdade social e racial se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho: dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos (2016). Negros representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos - 11% entre negros e 5% entre brancos – (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE).

Essa juventude que é submetida a esses índices cada vez mais altos de violência é amparada pela Constituição Federal, como se pode ver no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Partindo dessas inquietações contextuais, buscamos justificar a relevância social e científica deste trabalho.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Adotamos a abordagem qualitativa, a partir da compreensão de que a apreensão dos significados não se faz possível a partir de um critério apenas numérico, bem como, consideramos que a flexibilidade favorece a aproximação dos dados, interpretando-os buscando uma melhor compreensão da realidade social (Martins, 2004).

Do ponto de vista de seus objetivos, classificamos esta pesquisa como exploratória, pois conforme Gil (1991), este tipo de investigação procura adquirir familiaridade com um problema, de forma a compreendê-lo e/ou formular diretrizes para ações.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES

Nesta pesquisa, a composição do grupo de informantes apresenta como caracterização geral, a espontaneidade em aderir à participação na pesquisa, posto que não foram estabelecidos critérios prévios. A única condição de participação foi definida por ter idade superior a 10 anos.

Ao pensarmos esta constituição do grupo de informantes, visamos possibilitar uma multiplicidade de situações e condições que podem ser contingentes, influenciando sobremaneira as percepções acerca da realidade, conforme Bauer e Gaskell (2002).

A definição destes marcadores de diferenciação parte do entendimento de que a pesquisa, a partir de uma perspectiva interseccional, significa buscar uma compreensão de uma realidade localizada, não restrito a conceitos apartados de seu contexto e interações. Esta percepção interseccional possibilita pensar as categorias analíticas, por intermédio das quais, poderemos pensar possibilidades de agrupamento dos sujeitos de modo relacional e articulado. (PSICITELLI, 2008). Os dados foram coletados a partir da aplicação de um formulário eletrônico com perguntas fechadas.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE INVESTIGAÇÃO

Na concepção do projeto de pesquisa elaboramos um cronograma com a previsão das etapas que deveriam ser cumpridas, sendo estas:

Etapa Um: Formulação e discussão com a orientadora acerca do tema do projeto de pesquisa;

Etapa Dois: Formulação da questão-problema;

Etapa Três: Seleção de bibliografias pertinentes ao tema;

Etapa Quatro: Elaboração do questionário;

Etapa Cinco: Aplicação do questionário;

Etapa Seis: Análise dos dados coletados;

Etapa Sete: Produção do relatório final.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento de coleta foi elaborado no Google Forms, integrante da Plataforma do Google Drive, e o link, gerado automaticamente, conforme ilustrado na Figura que segue:

Figura 1- Questionário eletrônico utilizado na pesquisa.

Fonte: Produzido pelos autores.

Enquanto estratégias para difusão do questionário eletrônico, utilizamos vários espaços de mídias sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp. Esta estratégia de coleta de dados foi estabelecida, considerando a facilidade de divulgação, envio do instrumento, bem como a rapidez e praticidade na coleta dos dados:

Devido ao grande número de usuários e frente às funcionalidades do Google Drive, destacam-se: o tempo no processo de coleta e análise de dados e a manipulação de enormes pilhas de documentos. O que pode facilitar muito tal tarefa é a substituição dos instrumentos em papel por um formulário online que permite a coleta organizada das respostas, poupando tempo e dando melhores condições para se fazer as análises comparativas. (MATHIAS; SAKAI, 2013, p. 5).

Os dados foram coletados durante o segundo semestre do ano 2018, e estabelecemos e alcançamos a meta de 350 informantes.

Os resultados foram apresentados por meio de representações gráficas (divididos em resultados: geral e sexo). Esta análise objetivou facilitar o entendimento dos conteúdos presentes nos dados obtidos através da classificação apresentada de forma sistematizada.

Para fins de análise dos dados, empregamos a técnica da análise de conteúdo e, em particular, a análise categorial, considerando que:

(...) é utilizado para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. (BARDIN, 2011, p. 135).

As questões fechadas do questionário foram quantificadas e cruzadas de forma a possibilitar

estabelecemos um grupo de características comuns, que nos permita a pré-análise dos dados.

Para analisar os dados coletados utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin, onde a autora destaca que a referida técnica não apresenta nenhum modelo pronto, pois ela tem que ser reinventada a cada momento (2011, p.31).

Desta forma, seguindo a referida técnica, efetuaremos inicialmente a pré-análise, onde estabelecemos o que Bardin vai chamar de “Corpus” da pesquisa, momento em que relacionamos as respostas advindas da pesquisa aos dados estatísticos explicativos sobre a realidade social estudada.

Posteriormente, seguirão as demais etapas de aplicação da técnica que compreendem a codificação, onde recortaremos as unidades de registro e a seleção de regras de contagem, onde consideraremos que todas as unidades de registro têm o mesmo valor. Deste modo, a regularidade em que a unidade de registro é referida representa sua significação sendo posteriormente agregadas e classificadas.

Considerando a ponderação de Zanten (2004) sobre a importância de a pesquisa produzir conhecimentos que possam auxiliar na elaboração de respostas e/ou soluções para problemas, em especial quando se adota metodologia qualitativa, posto que, implica em alcançar validade externa para a mesma, e mais, corroborando com a concepção de Martins (2004) sobre o papel do cientista em fornecer um conhecimento que ajude a fortalecer a autonomia dos sujeitos, tornando-os capazes de elaborar seu próprio projeto político e definir suas vidas.

3. RESULTADOS E REFLEXÕES

Destacamos a seguir alguns dos resultados mais significativos relativos ao perfil dos respondentes, e também sobre as diferenciações de percepções acerca das problemáticas sociais que afligem a juventude negra, consideradas a partir do perfil dos informantes e suas percepções sobre racismo, bem como sobre a relação entre o racismo e a violência.

Como já mencionamos, nesta pesquisa obtivemos a participação de 350 pessoas. Destas, a maioria é composta por jovens com idades entre 15 e 29 anos, posto que correspondem a quase 69% dos respondentes. A seguir, tivemos 20% de adultos, 8% de adolescentes e pré-adolescentes com idades entre 10 e 14 anos, e por fim 3% de participantes com idades a partir de 59 anos.

Como a chamada para a participação na pesquisa contextualizava problemas sociais enfrentados pela juventude negra, consideramos que os jovens estabeleceram uma identificação maior com a discursão, daí sua expressiva participação, visto que, a forma adotada para a divulgação do questionário seja amplamente utilizada por todas as gerações.

Dentre os entrevistados, observamos que houve um equilíbrio não direcionado, quanto ao sexo dos entrevistados, posto que obtivemos a participação de 50,6% de mulheres e os restantes 49,4% de homens.

Quanto à composição étnica aqueles que se declararam pardos são a maioria (45,1%) dos entrevistados, em seguida os negros (30,3%) e brancos (17,7%), índios e amarelos somam quase 7%. Pardos e negros somam mais de 75% dos entrevistados.

No que tange à renda pessoal, verificamos que aqueles que não possuem renda correspondem a quase 49% dos respondentes, o que pode ser justificado pela maior quantidade de respon-

dentes ser jovem por possuir idades entre 15 e 29 anos. Em contrapartida aqueles que possuem 3 ou mais salários mínimos equivalem a quase 15%.

Após o bloco de questões de mapeamento de perfil dos entrevistados, colocamos indagações sobre as percepções dos mesmos acerca do racismo. Questionamos os respondentes se eles consideram que já sofreram ou não, bem como se cometeram ou não, racismo. Os resultados nos instigam a variadas reflexões, considerando as correspondências identificadas entre aqueles que consideram que nunca sofreram e que já praticaram ou talvez praticaram o racismo (que equivalem juntos quase 48% dos respondentes), e os que dizem ter sofrido situações racistas e que acreditam que não cometeram racismo.

No levantamento acerca das problemáticas sociais que acometem a juventude negra, relacionado mais especificamente a violência, dentre as múltiplas formas de violência em voga, definimos por questionar os entrevistados se os mesmos reconhecem a ocorrência de racismo nas interações sociais cotidianas. Para traçar uma reflexão a partir de uma situação contextualizada, situamos estudos sobre perfilamento racial utilizado por policiais para identificar possíveis criminosos, apontado em diferentes estudos, não só no Brasil, mas discutido inclusive pela ONU.

Todas as problemáticas levantadas na revisão bibliográfica apontam para um intenso processo de estigmatização da juventude negra brasileira, tendo em vista o destaque de evidência nos dados estatísticos que a coloca sempre na situação de maior vulnerabilidade, e como tal situação é percebida e discutida se faz necessária enquanto enfrentamento à violência, considerando os entendimentos de Goffman:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1988:12).

O perfilamento racial é uma prática que usa a cor, raça ou origem étnica usar como base para determinar se o indivíduo é criminoso. Ao serem questionados se acreditam que a polícia executa desta prática, 68,5% dos entrevistados alegam que sim e 14,5% alegam que não.

Desse modo, percebemos que embora a maioria dos entrevistados acreditem que a polícia pratica racismo quando adota o perfilamento racial, e mais, que isso é uma situação de violência, os mesmos não parecem se perceberem atingidos pessoalmente, enquanto adesão ao racismo, no contexto dessa problemática social, posto que mais da metade afirma não praticar racismo, e adiante, em outra pergunta sobre como se comporta diante de situações racistas, afirma não corroborar, ao contrário, manifesta-se em defesa da vítima.

Outro estudo abordado na pesquisa foi o encarceramento em massa da população negra no Brasil, segundo dados obtidos pelo Mapa do Encarceramento visto que, os jovens do Brasil, o perfil da população que está nas prisões do país: homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais e, no caso dos presos adultos, condenados e cumprindo regime fechado, e majoritariamente, com penas de quatro até oito anos (BRASIL, 2015).

Em relação aos presos adultos, verificou-se que esta população é jovem (até 29 anos), ainda que a porcentagem de não jovens (maiores de 30 anos) tenha crescido nos últimos anos. No que

concerne à informação cor/raça dos presos adultos no Brasil, verifica-se que, em todo o período analisado, registram mais negros presos do que brancos. (BRASIL, 2015).

Constata-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce a proporção de negros encarcerados. Ao serem perguntados se o sistema carcerário brasileiro executa a função de ressocialização do preso, 77,7% dos respondentes alegaram que não e 22,3% alegaram que sim ou que considera que possa haver. Desse modo, identificamos que a maioria dos entrevistados consideram ineficiente o sistema carcerário atual e que ele não traz nenhum benefício social para aquele que é inserido nele.

Foi abordado também o estudo acerca da educação, mais precisamente a Lei N° 12711/2012 (que corresponde ao direito de ingressantes pardos, negros, indígenas e deficientes físicos que estudaram em escolas públicas e com renda bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio a reserva de vagas em concursos de órgãos e repartições públicas) e da oportunização do ingresso em específico dos jovens negros ao ensino superior.

Ao serem perguntados se conheciam em totalidade a aplicabilidade, o funcionamento e o texto que compõe a lei, 63,1% dos respondentes alegaram que não conhecia em totalidade a lei, sendo que dentro destes 11,1% dos respondentes alegaram desconhecer a lei, apenas 36,9% afirmaram que conhecem a lei em sua totalidade.

Assim, evidenciou-se que a maioria dos entrevistados é leiga no que se trata desta lei em específico. Consideramos que a falta de conhecimento por parte da população pode gerar debates superficiais, e que somente com o pleno conhecimento por parte de todos, a população poderá travar um debate mais amplo acerca da mecânica, desenvolvimento, aplicabilidade e duração desta lei.

Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos com 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, segundo a pesquisa, número que cresceu para 45,5% em 2014. Apesar do aumento, os negros não chegaram a atingir o percentual que estudantes brancos já apresentavam em 2004: 47,2%. Para esse grupo, o aumento verificado nos últimos dez anos fez com que 71,4% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos estivessem na universidade.

Com base neste dado ao serem questionados sobre as oportunidades de ingresso ao ensino superior para um jovem negro, 65,1% dos entrevistados responderam que os jovens negros não possuem as mesmas oportunidades que um jovem não negro, em contraponto com os 34% que afirmam que eles possuem as mesmas ou até superiores as oportunidades.

Em vista disso, verificamos que embora a maioria dos entrevistados acreditem que os jovens negros não possuem as mesmas oportunidades que um jovem não negro de ingressar no ensino superior, e mais, que isso é uma situação de desigualdade socioeconômica, os mesmos não parecem se perceberem atingidos pessoalmente, enquanto adesão ao racismo, no contexto dessa problemática social.

A partir dos estudos proporcionados pela pesquisa científica compreendemos que o fenômeno do racismo está bem presente na realidade brasileira, e tem várias de suas consequências reconhecidas pela população investigada, posto que o preconceito e a discriminação racial gera uma percepção equivocada em relação à população negra, enquanto composta por indivíduos desviantes do que seria considerado aceitável socialmente, deixando de ser considerado um ser

de direitos, passando a ser desacreditado e marginalizado, como melhor nos esclarece Goffman:

(...) em primeiro lugar, os grupos minoritários étnicos e raciais: indivíduos que têm uma história e uma cultura comuns (e, com frequência, uma origem nacional comum), que transmitem sua filiação ao longo de linhas de descendência, numa posição que lhes permite exigir sinais de lealdade de alguns dos membros, e numa posição relativamente desvantajosa na sociedade. Em segundo lugar, há os membros da classe baixa que, de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe. (1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, P. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. **Revista de Ciências Sociais**, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** - Art. 227. 1988. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.p >. Acessado em: 02 out. 2018. FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Ed. Globo, Rio, 1958.

_____. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes** / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. ISBN 978-85-67450-06-3.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil** / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. 112 p.: il. – (Série Juventude Viva). ISBN 978-85-85142-62-9

Carmen Lúcia diz que preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil. 2016. CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-luciadiz-que-presos-custam-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>>. Acessado em 15 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo: Atlas, 1991**.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MARTINS, Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p.289-300, maio/ago. 2004

MATHIAS, S. L.; SAKAI, C. Utilização da Ferramenta Google Forms no Processo de Avaliação Institucional: Estudo de Caso nas Faculdades Magsul. In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO (CPA), 2013, Região Centro-Oeste. Anais. Região Centro-Oeste, 2013.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, Mar. 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez, 2008.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

ZANTEN, Agnès Van. Comprender y hacerce comprender: como reforzar la legitimidad interna y externa de los estudios cualitativos. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n.2, p. 301-313, maio/agosto, 2004.

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: A IGNORÂNCIA MOVE O PRECONCEITO?

Antoniél Marinho dos Santos

Geisy Nabuco Jatobá Santos

José Anderson Bonfim Silva

Laura Inez Silva Santos

Marshall de Araújo Lins

Wesley Lisboa de Jesus

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada enquanto projeto de iniciação científica, nos estudos desenvolvidos no componente curricular Sociologia, tendo por orientadora a Prof.^a Dra. Adeline Araújo Carneiro Farias. O projeto de pesquisa surgiu no contexto de provocações da professor, na intenção de possibilitar a construção do conhecimento a partir da articulação entre ensino e pesquisa, bem como dos aspectos teóricos e práticos dos componentes curriculares de Sociologia.

Desse modo, fomos incentivados a definir problemas de pesquisa, partindo de questões existentes em nosso contexto social atual, que nos fossem consideradas importantes, e, ao mesmo tempo, apresentassem relevância social e científica vinculada à formação profissional cidadã.

Tendo em mente que o objetivo do desafio apresentado a nós fora oportunizar que conhecessemos e refletíssemos criticamente acerca de processos sociais que influenciam em nossas vidas e na sociedade como um todo que idealizamos o projeto a partir do seguinte questionamento: É possível identificar o fator que move o preconceito acerca da Identidade de Gênero? Foi procurando respostas para esse problema social (preconceito) que este projeto de pesquisa foi desenvolvido.

O título do Projeto de Pesquisa foi “Identidade de gênero e orientação sexual: a ignorância move o preconceito? A pesquisa teve por objetivo identificar o conhecimento dos entrevistados sobre identidade de gênero e preconceito, tendo em vista, contribuir para desmistificar a intolerância e estimular a alteridade, promovendo a visibilidade e igualdade entre as mesmas.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A primeira questão sobre identidade de gênero é a confusão que se faz com orientação sexual, que é por quem o indivíduo sente atração sexual, diferente da identidade de gênero que trata-se de como a pessoa se identifica em meio aos gêneros sexuais.

Historicamente, por muito tempo, as abordagens, mesmo as científicas, sobre sexualidade e gênero, apresentaram a homossexualidade como precípua, como parte da determinação biológica, sendo ainda fortemente condicionada por uma ordem social que naturalizou o compor-

tamento heterossexual e excluiu quaisquer outras formas de vivências da sexualidade humana. (MARTINS, 2012)

É de conhecimento tácito que nem todo mundo é heterossexual (indivíduo que sente atração sexual pelo sexo oposto) e cisgênero (indivíduo que se reconhece pelo gênero que lhe foi imposto ao nascimento). Muitas pessoas, ao decorrer da sua vida, identificam-se de forma diferente da que foi imposta pela sociedade patriarcal que reina no Brasil, especialmente na região Nordeste do país, onde a população é mais fiel aos costumes religiosos e ancestrais.

Tal questão se constitui em problema social a partir dos contornos de violência com que se expressam na sociedade como um todo. Conforme o Relatório sobre o assassinato de homossexuais, produzido pelo Grupo Gay Bahia, no ano 2015, o Nordeste é uma das regiões mais violentas do Brasil, pois concentra mais de 40% dos crimes homo-tranfóbicos.

Ser diferente não é o problema, o mal nasce quando o direito de ser diferente é violado. Tal entendimento encontra-se expresso na Carta Magna brasileira:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988)

Nos termos da Constituição, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Será o fato de existir não-binário, gênero-fluido, agênero, andrôgeno, demigênero [...] uma justificativa à violação deste artigo? Justifica a violência à uma pessoa?

Existem várias denominações para pessoas que não identificam seus órgãos sexuais com o gênero colocado na mesa pela sociedade, dentre elas, as mais faladas na atualidade são: transgênero (pessoa que se identifica com o modelo social que se opõe ao seu sexo biológico), não-binário (pessoa que não se identifica com as formas binárias de gênero- masculino-feminino) e andrôgeno (qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros). Há outras, enquadrando diversas possibilidades de reconhecimento, mas a que mais sofre por ser é a classe trans.

“Brasil é país que mais mata travestis e transexuais”, essa foi a manchete da página de notícias virtual O Estado de Minas, texto publicado em março de 2017, que fala do caso de Dandara Kataryne, travesti abusada e assassinada aos 42 anos por “homem que perseguia viado”.

De acordo com levantamento realizado pelo Datafolha, a região brasileira com maior número de LGBTs assumidos é o Nordeste, com 11% da população. Isso ocorre em paralelo com dados divulgados pelo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação) no primeiro semestre de 2018, que revela mais de 80 casos de transfobia que terminaram no óbito da vítima no Brasil, sendo o Nordeste responsável por 33 dos casos. Cenário tal devido aos fenômenos de ignorância progressiva no país, que ficou em segundo lugar no ranking Ipsos Mori de “Percepção errada da realidade”, atrás apenas da África do Sul.

Pautas que elevam-se à discussões que abrangem leigos, tendem a sofrer com concepções e interpretações fora do real contexto acerca do assunto, que por vezes assevera preconceitos.

Nesse contexto, cumpre-nos apontar que estamos partindo do entendimento de que o preconceito preconceito sexual é um préjulgamento, regra geral negativa, a uma pessoa ou a um grupo de pessoas não heterossexuais (Schneider, 2004).

A crescente onda do “debate vazio” vem acarretando num grande número de problemáticas que são discutidas sem embasamento, apenas em interpretações próprias e com falta de alteridade sobre tal tema. Assim como as pautas raciais, o tema que engloba a comunidade LGBTQI+ vem sendo cada vez mais discutido, abordando questões como a diversidade, direitos e o próprio preconceito. A ignorância em suma já é uma característica, que por si só, exclui a possibilidade de uma visão íntegra e empírica válida sobre quaisquer assuntos relacionados a ele. Para dificultar ainda mais, contraditoriamente, as redes fazem com que o seu público mescle informações isoladas e sem contexto algum sobre o assunto abordado, diminuindo ainda mais a viabilidade de uma interpretação justa, com análise real de todos os dados sobre o tema.

Tal situação pode ser exemplificada pelo fato de que os principais agressores são vizinhos, membros da família e depois, desconhecidos, seguido por profissionais de saúde e outros servidores públicos, conforme se constata no Relatório Anual de Violência Homofóbica no Brasil. (2012)

Desse modo, verificamos que o preconceito já é enfrentado a partir do ambiente familiar e se espalha por outros ambientes de convívio social, que deveriam se configurar enquanto proteção, porém se manifesta a violência. (KULICK, 2008).

Com toda a abertura para informações incompletas e vezes inválidas ou até mesmo irreais, a permeabilidade de instrumentos de alienação aumenta. Não só as mídias sociais como também fatores socioculturais e doutrinas ideológicas apropriam-se da “distribuição de informação”, formando indivíduos inertes às suas próprias ideias por raciocínio próprio. “As ideias se tornam separadas de seus autores, externas a eles, transcendentais a eles: tornam-se um outro (CHAUI, 2000).”

Após a construção de toda uma rede de interpretação ligada aos aspectos inerentes a atividade individual, os conceitos se fixam e geram ações ou pensamentos preconceituosos. Mas, ademais, ratificar a ideia de que o preconceito, em específico a grupos LGBTQI+, é apenas estruturado pela insciência dos indivíduos que o praticam é errônea. Como bem colocado pelo Adriano Nunes, mestre em Sociologia (Ufal), que tem se dedicado ao tema em questão, a problemática surge por multifatores e tem caráter multifacetado, com alguns desses fatores de ordem social e cultural, e outros fatores de ordem pessoal, íntima, psicanalítica. “[...] os fatores mais importantes são: o patriarcado, as masculinidades hegemônicas, os estigmas e preconceitos, a heteronormatividade, o heterossexismo...”.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi definida como sendo de natureza básica, pois pretendemos produzir conhecimentos que possam contribuir para um melhor entendimento do problema social abordado, podendo tais conhecimentos contribuir para um melhor entendimento e para o enfrentamento ao preconceito.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois consideramos que o problema de pesquisa enseja análises que não podem se restringir ao aspecto quantitativo, assim como, também enten-

demos que a flexibilidade do tratamento qualitativo dos dados favorece a aproximação dos mesmos, interpretando-os buscando uma melhor compreensão da realidade social (Martins, 2004).

Do ponto de vista de seus objetivos, classificamos esta pesquisa como exploratória, pois conforme Gil (1991), este tipo de investigação procura adquirir familiaridade com um problema, de forma a compreendê-lo e/ou formular diretrizes para ações, com vistas a contribuir para a solução ou minimização dos problemas.

2.1 DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Visando obter os resultados e respostas que contribuíssem para o desenvolvimento empírico da presente pesquisa, utilizou-se um questionário da ferramenta eletrônica Google Forms™, uma plataforma online de administração de pesquisas muito intuitiva, descritiva, simples e clara segundo Ludke e André (2004).

O questionário foi aplicado na cidade de Aracaju-SE, com 181 pessoas, durante o segundo semestre do ano 2018.

Não foram estabelecidos critérios de acesso ao questionário quanto a quaisquer caracterização de idade, sexo, gênero ou classe social, posto que não tivemos o objetivo de cruzar tais informações durante as análises.

O modelo das perguntas visou avaliar a ciência da população acerca da diversidade sexual e de gênero existentes. O estudo deste trabalho foi fundamentado em ideias e pressupostos teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: identidade de gênero, orientação sexual, preconceito e ignorância.

2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS

O trabalho foi analisado a partir do método conceitual-analítico a partir do levantamento das respostas e agregação por categoria de resposta, considerando os objetivos do projeto e buscando aferir os entendimentos e percepções dos entrevistados. A partir destas informações organizadas, foram construídos gráficos e realizada análise percentual comparando respostas de um mesmo grupo.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, a partir dos referenciais teóricos definidos, sendo estes os entendimentos de Avtar Brah.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ignorância move o preconceito.

Iniciamos as discussões partindo desta constatação, construída a partir das análises dos dados da pesquisa.

No entanto, antes mesmo de apresentarmos alguns aspectos relevantes, cumpre-nos situar o referencial a partir do qual aportamos a análise.

Tal marco teórico pode ser mais bem entendido a partir da passagem a seguir:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. (BRAH, 2006, p. 341)

Como aprendizado fundamental no estudo sobre Brah, ressaltamos a compreensão de que buscar apreender a realidade social, levando-se em conta subjetividades, identidades, relações de poder, desigualdades, entre outros marcadores, não se restringe a reunir e hierarquizar diversas formas de opressão, uma vez que, tal condução, remete inevitavelmente a supervalorização de algum dos aspectos concebidos como parte constituinte da realidade de conflito.

Situado o entendimento referencial, apresentamos algumas discussões que seguem. Aos entrevistados, foi apresentado o seguinte questionamento: “Supondo uma pessoa que nasceu com o sexo biológico masculino mas se identifica como mulher, temos: a) Homem Transexual; b) Gay; c) Mulher transexual; d) Travesti; e) Homem cissexual”. A pessoa do enunciado é uma mulher transexual, caso de identidade de gênero, mas 12,8% dos pesquisados afirmaram que a personagem do enunciado é Gay (letra “b”).

Esse dado se confronta com a percentagem de pessoas que declararam não saber identificar Identidade de Gênero, 11,6%. Isso reforça uma situação bastante atual que é o tudo saber. As pessoas acham que sabem e poem-se como entendidas do assunto quando, na realidade, sabem pouco e muito superficialmente. É uma recusa a aceitar-se como um ser em desenvolvimento e eterno aprendizado. É formar uma opinião sem o conhecimento necessário e apropriar-se dela com garras e dentes, reduzindo o próprio universo e usando conceitos prévios e longe da realidade. É permanecer na ignorância e alavancar o preconceito. E conforme assevera Motte: “Nada, além da ignorância e do preconceito, justifica qualquer discriminação aos gays, lésbicas e transgêneros.” (2006; p. 518)

Da amostra entrevistada, 34,8% são assumidamente heterossexuais, 55,2% são LGBTs e 9,9% não souberam responder. 9,9% desconhecem a rotulagem básica que se restringe a forma como as pessoas sentem atração sexual por outras, desconhecem a classificação dos rótulos criados para designar a “sapatão”, o “viadinho”, o “baitola”, a “maria-macho”, o “homem”, a “mulher”... E, sendo a questão da orientação sexual é bastante discutida atualmente, mas outro questionamento que se levanta desse dado é: 9,9% das pessoas sabem o que é orientação sexual e qual o seu papel no desenvolvimento?

Escolha? Algumas pessoas ainda insistem em dizer que ser LGBT é uma escolha ou opção. A pesquisa revelou que 8,4% dos entrevistados têm esse pensamento. É, obviamente, uma ideia recheada de uma carga cultural preconceituosa, porque quem escolheria ser alvo de ofensas verbais, físicas e até mesmo colocar a própria vida em risco ao “escolher” ser homossexual, ou transgênero? Não é escolha ou castigo; é orientação, é identidade.

Considerar LGBT enquanto “escolha” ou “opção” é comprovadamente equivocada, visto que já se sabe que a orientação sexual é complexa e que sobre ela agem fatores genéticos, biológicos, psicológicos e socioculturais (DESSUNTI et al., 2008).

No geral, a porcentagem de entrevistados que demonstram saber a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual é de 50,88 %, em contraste com os 88,4% que afirmaram saber.

4. ALGUMAS (IN)CONCLUSÕES

Ao início da pesquisa a equipe previu que as respostas seriam mais simplórias. Sintetizados os resultados, é notável que grande parte do público alcançado é LGBT+ e, mesmo assim, a taxa de ignorância quanto às Identidades de Gênero ainda é significativamente grande.

O comportamento diz sobre a pessoa, mas não diz tudo. As pessoas se desenvolvem num ambiente geralmente composto por “homens” (machos) e “mulheres” (fêmeas), não é de se espantar que se assemelhe a elas e reproduza seu comportamento.

Mas uma sociedade machista e patriarcal, definida pelo homem como colonizador da mulher por se considerar detentor do órgão de poder absoluto - o pênis-, não vê com bons olhos um macho negando seu posto de homem, ou uma fêmea querendo ascender à posição hierárquica superior a sua definida ao nascer. A briga contra a pessoa trans é mais que preconceito por diferir quanto a identidade de gênero, é uma briga por espaço e poder. É a sequela da ignorância e recusa em aceitar o movimento fluido da sociedade.

Tal condição pode ser corroborada pela enxurrada de situações infelizes que povoam o cotidiano, relatadas a seguir:

Na Universidade de Santa Cruz, RS, foram distribuídos panfletos e adesivos com a seguinte palavra de ordem: “Mate um homossexual!”. Em um dos programas de maior audiência popular, quando ainda na TV Record (da Igreja Universal), a apresentadora Ana Maria Braga divulgou a seguinte piadinha: “Você sabe qual é a maior tristeza de um pai caçador? Ter um filho veado e não poder matar! ». O bispo de Erechim, RS, D. Girônimo Anandréa declarou: «Os homossexuais nunca constituíram uma família. E nem vão constituir-la no futuro. O bem comum da sociedade requer a desaprovação do seu modo de agir”. O pastor Túlio Ferreira, da Assembléia de Deus de São Paulo, disse: “O homossexualismo é uma anormalidade, uma profanação do nome de Deus, pois a homossexualidade é uma maldição divina e por isto todos os homossexuais serão conduzidos pelo diabo à perdição eterna”. Dom Eusébio Oscar Scheid, ex-Arcebispo Metropolitano de Florianópolis e atual do Rio de Janeiro, declarou: “O homossexualismo é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente!”. O beneditino D. Estêvão Bittencourt, do mosteiro do Rio de Janeiro, disse: “O homossexualismo é contra a lei de Deus e contra a natureza humana. Mãe lésbica deveria perder o direito de educar o seu filho. A justiça não deve dar a guarda da criança a uma mãe lésbica”. Carecas de Santo André, SP, distribuíram panfletos com a seguinte palavra de ordem: “Destrua os homossexuais!”. E alguns meses depois, em janeiro de 2000, dezoito skeen-heads trucidaram um jovem gay, Edson Nêris, na Praça da República. Espumando de ódio, num programa de TV, o deputado paulista Afanazio Jazadi declarou: «Todo homossexual deveria ser morto!”. Policiais do 16º Batalhão da PM de Salvador proclamaram: “A ordem é metralhar os travestis!”. (MOTT, 2006)

Sendo o homem um reflexo do meio em que está inserido, como diz Marx, identifica-se como o fator responsável pelo preconceito contra as diferentes classes de gênero a educação, as pessoas falam pouco sobre identidade de gênero e ainda há quem ache que não seja neceário abordar este assunto mesmo tendo ciência das agressões diárias sofridas por pessoas que se identificam diferente do tipo cisgênero. Identidade não é uma escolha, é identidade.

Concluimos assim, que apesar de tanto se discutir sobre as pautas LGBT, as mesmas pessoas que teorizam e alardeiam sobre o tema, em grande parte dos casos, não tem e não admitem sua falta de conhecimento e continuam desenfreadamente a opinar e tomar decisões que afetam o bem estar deles mesmos, de outros indivíduos e portanto, da sociedade como um todo, se baseando em tradições e sensos comuns, não fazendo uso da racionalidade e do princípio de

alteridade, enquanto forma de respeito às diferenças.

Brah propõe a diferença como categoria analítica, a partir do exame das diferentes e distintos discursos sobre como estas diferenças se estabelecendo, como são reproduzidos, refutados e resignificados.

Dessarte, a autora considera a diferença enquanto experiência, enquanto relação social, levando em conta para tal, a subjetividade e a identidade, elaboradas e reelaboradas, a partir da vivência contingenciada. De outro modo, com mais clareza, nas palavras da própria Brah, podemos melhor compreender sua proposta:

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata das genealogias históricas de sua experiência coletiva. (BRAH, 2006, p. 362)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA BRASIL. **ANTRA PASSA A COMPOR MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBT NA AMÉRICA LATINA**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/11/15/antra-passa-a-compor-monitoramento-da-violencia-contralgbt-na-america-latina/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Boletim do Grupo Gay da Bahia, ano XIX, n. 38, 1999; **Os bispos brasileiros e os homossexuais**. O Globo, 14.8.2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. v. 26, 2006, pp. 329-376.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

CAFÉ COM SOCIOLOGIA. **O QUE É HOMOFOBIA?** Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/o-que-e-homofobia/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DESSUNTI, E. M.; SOUBHIA, Z.; ALVES, E.; ROSS, C.; SILVA, E. B.. Convivendo com a diversidade sexual: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.61, n.3, p.385-389, 2008.

FREITAS, L. **A produção da ignorância na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREUD, S. **Psicanálise ‘silvestre’**. In: Edição Standard das Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 206-213.

Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014**. Salvador, 2015.

IPSOS. **PERIGOS DA PERCEPÇÃO 2017**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2017-12/ipsos_perigos_da_percepcao_2017.pdf&ved=2ahUKEwiinraU8M_jAhVrHLkGHRwLCQIQFjABegQIARAI&usg=AOvVaw04IS_p6vILsHeXHqWn_CoE&csid=1564051783521. Acesso em: 24 jul. 2019.

KANT, I. **Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”?** [Aufklärung]? Textos seletos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

KULICK D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli, E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas** – 6ª impressão. EPU, 2004.

Martins-Silva PO, Souza EM, Silva Júnior A, Nascimento BD, Balbi Neto RRQ. Adolescentes e homossexualidade: representações sociais e identidade social. **Cad Pesqui**. 2012.

MOTT, Luís. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, Set. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 julho 2019.

PÔE NA RODA. **Nordeste é a região com mais LGBTs fora do armário no Brasil, revela Datafolha.** Disponível em: <https://poenaroda.com.br/diversidade/nordeste-e-a-regiao-com-mais-lgbts-fora-do-armario-no-brasil-revela-datafolha/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Presidência da República (BR), Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil.** ano de 2012. Brasília (DF); 2012.

Schneider, D. J. (2004). *The psychology of stereotyping*. Nova Iorque: The Guilford Press.

UNAIDS. **MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+.** Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SOBRE OS AUTORES



ADELINE ARAÚJO CARNEIRO FARIAS

Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS, Mestre em Ciências pela UFRRJ, Especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Roraima - CEFET/RR (2008), Especialista em Educação Interdisciplinar pelo Instituto Cuiabano de Educação (2003), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (1996) com habilitação em Pesquisa.

Professora do Instituto Federal de Sergipe, lotada no Campus Aracaju. Experiência de atuação nas modalidades de Educação presencial, EJA e EaD e nos níveis de ensino Formação Inicial e Continuada-FIC, Ensino Médio integrado à Educação Profissional, Graduação e Pós-graduação. Responsável por componentes curriculares nas áreas das Ciências Humanas. Experiência na gestão na Educação nas áreas de políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica. Orientadora de Projetos de Pesquisa, de conclusão de cursos (TCC) e de Extensão.



DAYGLES MARIA DE SOUZA LIMA

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio Sinos - UNISINOS (2012), Mestre em Ciências da Educação Superior - Universidad de Matanzas Camilo Cienfuegos/ Cuba (2001) - com título revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Teoria e Prática Pedagógica no Ensino Técnico e Tecnológico, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica /MG (1998), Curso Aperfeiçoamento na

Construção do Conhecimento e da Pesquisa - Centro de Ciências de Roraima (1999), Curso Aperfeiçoamento em Formação Empreendedora em Educação Profissional. - Universidade Federal de Santa Catarina, Graduada em Licenciatura Plena em História - Universidade Federal de Roraima (1993). De 2005 à Agosto de 2008 exerceu, respectivamente os cargos de Coordenadora de Núcleo de Pesquisa do CEFET-RR, Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do Ensino - NUDES-PESQUISA - na Rede Norte e Nordeste de Educação Profissional, Gerente da Gerência de Pesquisa e Pós-graduação do CEFET-RR e Diretora de Pesquisa e Pós-graduação do CEFET-RR. De 2009 a 2012 exerceu o Cargo de Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica no IFRR. Atualmente leciona na Graduação e Pós-graduação com disciplinas ligadas ao desenvolvimento de Pesquisa e Trabalhos Científicos (MA, MTC, MPC, MC, TETA, TCCI e TCCII) e a Educação (Metodologia do Ensino Superior, Estágio Supervisionado I na Matemática e Sociologia). Tem experiência de gestão na área de Educação, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação.



CRISONÉIA NONATA GOMES DOS SANTOS

Servidora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília. Atuou nos Campus Novo Paraíso e Boa Vista do Instituto Federal de Roraima. Redistribuída para o IFB em 2012, trabalhou durante dois anos em Cooperação Técnica, como Assessora da Diretoria Geral na Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC. Desde março de 2014 exerce os Cargos de Coordenadora Geral

de Ensino e Professora de Língua Espanhola e Didática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, IFB, Campus Estrutural. Possui o Título de Mestre em Educação, área de Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade de Brasília, UnB, (2015). Pós Graduada em Metodologia do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, IFRR, (2009), Pós Graduada em Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela UNINTER/PR, (2005). Graduada em Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Línguas Portuguesa, Espanhola e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Roraima (2003). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Educação Inclusão e Intervenção Comunitária <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5187211758206610>. (2017) Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação, na Especialidade de Sociologia da Educação na Universidade do Minho, UMINHO - Portugal.



ELZA FERREIRA SANTOS

Possui graduação em Licenciatura Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (1993), mestrado em Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2006) reconhecido pela Universidade Federal da Bahia, doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2013) com estágio de doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2012). Atualmente

é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). É professora permanente do quadro de docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). É líder do Grupo de Pesquisa Educação profissional do IFS registrado no CNPq. É membro do do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Seus interesses em pesquisa relacionam-se aos temas Relações de Gênero, Educação Profissional, Literatura, Ensino da Língua Portuguesa e Psicanálise.



JOCELAINE OLIVEIRA DOS SANTOS

Doutorado em Ciências Sociais pela UNISINOS na área de Concentração Políticas e Práticas Sociais, linha de pesquisa Identidade e Sociabilidade. Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe na área de concentração Estudos da Linguagem e Ensino, linha de pesquisa Teorias do Texto - UFS. Pós-graduação em Teorias do Texto pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Graduação em Letras Português pela Universidade Tiradentes - UNIT. Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, com atuação nos Cursos Técnicos, Tecnólogos, Superiores e de Pós-Graduação. Elaborou material didático para cursos a distância no IFRR, onde também atuou como professora formadora da UAB e PARFOR, e coordenadora da UAB em 2012/2013. Coordenou a Pós-Graduação do IFRR- Campus Boa Vista e atuou como coordenadora local do Mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ em 2016/2017. Atualmente é professora da área de Letras do quadro efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Estância. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação e Contemporaneidades (IFRR) e Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos de texto, leitura e linguagem - GETELL (IFS), ambos certificados. Áreas de atuação e pesquisa: Formação de professores, identidade e sociabilidade docente, Educação Profissional, Educação a Distância; Profissão Docente, Interculturalidade e Educação. Práticas discursivas e Análise do Discurso.



JOSILENE SOUZA LIMA BARBOSA

Professora do quadro efetivo do Instituto Federal de Sergipe- Campus Aracaju; Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Graduada em Pedagogia; Pós-Graduada em Educação Inclusiva e em Libras; Experiência na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação Inclusiva, Ensino Superior e Pós-Graduação. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Profissional e Tecnológica-IFS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Inclusão e Tecnologia Assistiva-NÚPITA-UFS Área de Interesse: Libras; Educação Especial e Inclusiva; Tecnologia Assistiva, e Formação de Professores.



ROSANA MARIA LUZ FERNANDES

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2000). MBA em Comportamento Organizacional, pela ESAB (2009-2010). Especialista em Psicologia Escolar/Educacional, pelo CFP (2009). Mestra no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteira, pela UFRR (2017.1). Servidora Pública Estadual, atuando como Psicóloga da Rede Cidadania Atenção Especial (Centro de Referência à Pessoa com Deficiência) Experiência na área de Psicologia, no Sistema Único de Assistência Social, Infância e Adolescência, Medida Socioeducativa e Medida Protetiva, nas áreas de execução e gestão. Experiência intersetorial

entre Assistência Social e Saúde. Experiência com docência no Ensino Superior, Graduação e Pós-graduação Participação nos Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social e no Comitê Crack: É possível vencer.



SAULA LEITE OLIVEIRA

Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016). Atualmente é coordenadora e professora do Instituto Federal de Roraima. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação pedagógica, ntics, acessibilidade na web, informática na educação e matemática.



VIRGINIA MARNE DA SILVA ARAÚJO DOS SANTOS

Possui graduação em Psicologia - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual da Paraíba (2002) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (2017). Atualmente é docente e pesquisadora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. É vice líder do Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação, Ciência e Tecnologia e pertence ao Grupo de Estudos e Pesquisa auto-

biográficas, Interdisciplinares e Interculturais de Roraima (GEPAIIRR). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em educação, Psicologia, com ênfase em Psicologia clínica e Psicologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professor, Ciência,Tecnologia e Sociedade - CTSA, Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem.



RICARDO CARVALHO DOS SANTOS

Professor Assistente na área de Química da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e lotado na Licenciatura Intercultural Indígena. Possui Graduação e Mestrado em Química, Doutorado em Biotecnologia; e Especialista em Metodologia do Ensino de Biologia e Química. Tem artigos e resumos publicados, trabalhos completos, capítulo de livro e livro. Tem experiência em equipamentos analíticos (Shimadzu), bem como análise dos dados: de

Infravermelho, Ultravioleta e HPLC. Participa do Grupos de Pesquisas: 1 - Oleoquímicos (Como pesquisador. Área de Química (UFRR)); 2 - Alternativas Tecnológicas para Áreas de Savana em Roraima (Como pesquisador. Áreas de Química, Biotecnologia e Agronomia (UFRR)) e; 3 - Educação, Ciência e Tecnologia (Como pesquisador. Área de Ensino com foco em CTS (IFRR)).



ANANIAS NORONHA FILHO

PDoutor em Políticas Públicas no Programa de Pós Graduação em Políticas da Universidade do Maranhão. Mestre em Políticas Públicas, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Especialização em Gerenciamento de Enfermagem pela Sociedade Brasileira de Gerenciamento de Enfermagem. Graduado em Enfermagem e Obstetrícia pela Escola de Enfermagem de Manaus (1989). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), atualmente Diretor de Ensino no Campus Boa Vista. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem em Saúde Mental, Gestão de Serviços de Saúde, Bioética, Saúde Coletiva, Planejamento em Saúde, Gestão de Cursos da área de Saúde. Gestão de Instituições de Saúde e de Educação. Avaliação de Programas e Políticas das áreas de Saúde e Educação.



ELBER RIBEIRO GAMA

Possui graduação e especialização em Educação Física pela Universidade Tiradentes (2005/2006) e Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe (2012/2014). Foi Tenente do Exército Brasileiro durante 07 anos. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Treinamento Desportivo, atuando principalmente nos seguintes temas: condicionamento físico, saúde, esporte, motivação, estilo de vida e qualidade de vida. Foi Professor da Universidade Tiradentes nas disciplinas: Introdução ao Treinamento desportivo e Gestão de Eventos Físico-Esportivos. Atualmente é professor efetivo de educação física com dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e exerce a função de Diretor Geral do Campus Aracaju para os quadriênios 2014 a 2018 e 2018 a 2022.

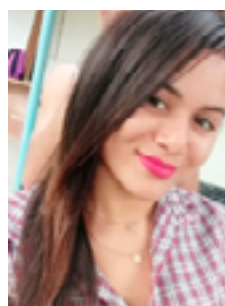
ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU



**BEATRIZ CASA NOVA
FERREIRA SANTANA**



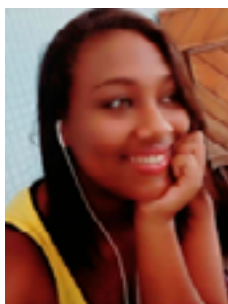
**CAIRO MELO
DOS SANTOS**



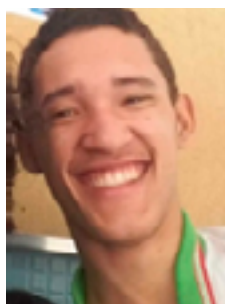
**EVELLY BEATRIZ
DOS SANTOS**



**LEONARDO TELES
DE MATOS SANTOS**



**SOLANGE SANTOS
DO NASCIMENTO**



**ANTONIEL MARINHO
DOS SANTOS**



ESTUDANTES DA ESQUERDA PARA A DIREITA:

**GEISY NABUCO JATOBÁ SANTOS; WESLEY LISBOA DE
JESUS; JOSÉ ANDERSON BONFIM SILVA; LAURA INEZ
SILVA SANTOS; MARSHALL DE ARAÚJO LINS**

O presente livro constitui uma reunião de experiências de pesquisas realizadas por profissionais que atuam na área das Ciências Humanas. Sua idealização deu-se a partir dos processos de construção e desconstrução do percurso de desenho da metodologia das pesquisas dos nove profissionais que aqui apresentam seus embates, entraves e conquistas nesse desafio instigante que é a pesquisa científica.

A motivação para a construção dessa obra partiu da intenção de compartilhar tais experiências, com vistas a contribuir na produção de outros colegas pesquisadores, mas também, ambicionando dar visibilidade para a multiplicidade de problemáticas sociais, em diferentes campos de luta, em que tantos profissionais têm se dedicado e contribuído para o melhor entendimento da realidade, na expectativa de que tais produções possam subsidiar intervenções que propiciem a melhoria da nossa convivência social e pessoal nesse planeta.

Esta obra apresenta uma heterogeneidade de abordagens teóricas, de aplicação de técnicas e de análises, que possibilitarão ao leitor um rico vislumbre sobre a multiplicidade de experiências possíveis de serem vivenciadas durante o processo de elaboração, execução e análise de uma pesquisa científica na área das Ciências Humanas.